

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**UM “ESTUDO COMPREHENSIVO”: HISTORICIDADE EM *RAÍZES DO BRASIL*,  
DE SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA**

**CURITIBA  
2013**

**RAPHAEL GUILHERME DE CARVALHO**

**UM “ESTUDO COMPREHENSIVO”: HISTORICIDADE EM *RAÍZES DO BRASIL*,  
DE SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História no programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal do Paraná, na Linha de Pesquisa Cultura e Poder.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Helenice Rodrigues da Silva.

**CURITIBA  
2013**

Catálogo na publicação

Cristiane Rodrigues da Silva – CRB 9/1746

Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Carvalho, Raphael Guilherme

Um “estudo compreensivo”: historicidade em *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda / . – Curitiba, 2013.

191 f.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Helenice Rodrigues da Silva

Dissertação (Mestrado em História) – Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, na Linha de Pesquisa Cultura e Poder.

1. Historiografia Brasileira. 2. Sérgio Buarque de Holanda 3. *Raízes do Brasil*. I.Título.

CDD 981



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES.  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
Rua Gal. Carneiro, 460, 7º andar, sala 716, fone/fax + 55 (41) 3360-5086,  
80.060-150, Curitiba, PR, Brasil.  
E-mail: cpghis@ufpr.br Website: www.poshistoria.ufpr.br

#### PARECER DA BANCA EXAMINADORA

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (PGHIS/UFPR) para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de Raphael Guilherme de Carvalho, intitulada: **"Um "estudo compreensivo": historicidade em Raízes do Brasil, de Sérgio Buarque de Holanda**, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua **APROVAÇÃO** completando-se assim todos os requisitos previstos nas normas desta Instituição para a obtenção do Grau de **Mestre em História**.

Curitiba, vinte e oito de fevereiro de dois mil e treze.

Prof.ª Dra. Helenice Rodrigues da Silva (Orientadora)  
Presidente da Banca Examinadora

Prof. Dr. Renato Lopes Leite (UFPR)  
1º Examinador

Prof. Dr. Paulo Astor Soethe (UFPR)  
2º Examinador

*À Maria Clara, minha alegria.*

## AGRADECIMENTOS

Dizia um antigo filósofo que a gratidão é mãe das virtudes e a amizade é como um segundo eu. Um exercício difícil, este: afastar as sombras do egoísmo e perceber o quanto a presença dos outros é determinante. São o que há de mais importante em nós para o reconhecimento de nós mesmos. No dizer de Dilthey: “Eles exercem uma pressão sobre mim ou trazem para mim força e alegria de viver; [...] eles colocam-me desafios, tomam espaço em minha existência”. A trajetória desta pesquisa de mestrado foi-se delineando muito em função da participação ativa de algumas pessoas, elas fizeram exercer sobre mim sua força e impulsionaram minha vontade e direcionaram meu caminho. Devo muito a elas, e aqui gostaria de manifestar meu sentimento de gratidão. A impressão mais funda que tenho dessa experiência que me ocupou alguns anos da vida é relacionada à autocompreensão, fundamento sem o qual a própria compreensão histórica não faria muito sentido. Penso que essa volta pelo “mundo histórico” tenha me ensinado, como diria o professor Rüsen, a me tornar mais humano, conhecedor de minhas limitações, fragilidades e, talvez, potencialidades.

Dedico um agradecimento especial à Professora Dra. Helenice Rodrigues da Silva, minha orientadora, que há um bom tempo vem me acompanhando, incentivando, corrigindo e sedando minhas ansiedades. A ela devo a oportunidade deste momento, a experiência do aprendizado e, sobretudo, a confiança no crescimento intelectual, proporcionado por suas preciosas leituras nas áreas de epistemologia da história e história intelectual. A minha participação na Primeira Jornada de Estudos Interdisciplinares e Transnacionais, por seu convite, muito me honrou e acrescentou em meu processo de amadurecimento. Seu trabalho e o impacto de sua presença em mim extrapolam os limites da orientação propriamente dita; vejo-a como uma verdadeira mestra. Agradeço aos membros da banca de arguição, os Professores Doutores Renato Lopes Leite e Paulo Astor Soethe, pelo aceite do convite, leitura atenta e sugestões. Agradeço ao Renato também pelo seu desprendimento e sensibilidade, qualidades que muito me favoreceram em momentos delicados. À Professora Doutora Joseli Mendonça pela muito oportuna participação na banca de qualificação, com apontamentos valiosos.

Agradeço aos demais professores do Programa de pós-graduação em História da Universidade Federal do Paraná com quem travei contato mais próximo, sobretudo na linha de pesquisa Cultura e Poder, que sempre me estenderam a mão e prestaram apoio. Dentre eles, especialmente gostaria de agradecer ao Professor Dr. Dennison de Oliveira, que, em meio a outras ocasiões, deu-me ótima oportunidade de participar como colaborador de seu livro “História e Audiovisual no Brasil do século XXI”. À secretária do programa, Maria Cristina Parzwski, pela gentileza e solicitude no trato das mais diversas encrências. Aos colegas e amigos da Universidade e de outras paragens, pela atenção dispensada, agradeço. Alguns deles: Carla Fernanda da Silva, Alex Neundorf, Adriane Piovezan, Mateus Buffone, Frederico Tavares, Thiago Felício, Marcos Antonio de França, Fabio Ferreira, Luís Fernando Costa, Marlon Citon, Eliane Santana, Andrea Dal Pra de Deus, Gabriel Paizani, Rodrigo Araujo, Rosana Louro, Luiz Renato e Rodrigo Feres, Maria Augusta Brandt, os colegas da ONG Em Ação.

Agradeço também aos pesquisadores da obra de Sérgio Buarque de Holanda. O contato com estes e seus trabalhos foi de fundamental importância. O trabalho de realizar escolhas foi o lance mais dramático do percurso dessa pesquisa. Requis muita meditação, contorcionismos, angústias. Muito material de pesquisa teve de ser deixado de lado, e ainda assim o texto ficou um tanto extenso, talvez em meu prejuízo. Sobretudo, foi difícil encontrar um caminho minimamente próprio entre tantos e tão importantes comentadores, críticos e pesquisadores da obra de Sérgio Buarque. Como disse aquele monge medieval, senti-me como nunca “um anão sobre os ombros de gigantes”. Meu olhar sobre a obra de Sérgio Buarque foi facilitado pela estatura destes. Agradeço mais de perto ao José Adil Blanco de Lima (Zeno), Thiago Nicodemo, João Kennedy Eugênio, Diogo Roiz e Dalton Sanches, pelas conversações, orientações, leituras, críticas e apontamentos, além da disposição de materiais e ideias. Ao pessoal do Siarq/Unicamp e Coleção Especial Sérgio Buarque de Holanda da Biblioteca Cesar Lattes/Unicamp agradeço pelas ótimas condições de trabalho proporcionadas. Sinto-me igualmente devedor do trabalho de outros pesquisadores, nos quais me apoiei, mas que não tive oportunidade de travar contato, a não ser por meio de suas contribuições.

Agradeço ao CNPq pelo inestimável apoio financeiro proporcionado pela bolsa de mestrado que sustentou por dois anos esta pesquisa.

Por fim, o mais importante, agradeço a Deus e aos meus familiares. Ao meu padrinho Paulo César de Carvalho, pelo apoio moral; aos meus tios Beatriz e Noel Nascimento, pela inspiração e saídas de emergência; ao meu irmão, Tiago Gonçalves de Carvalho, pelo exemplo de disciplina e perseverança; e, principalmente, à minha mãe, Heloísa Leme Gonçalves, sem a qual a própria vida seria impossível (até hoje). A Deus agradeço pela dádiva da vida e condução favorável de uma miríade de pequenas circunstâncias que me escapam; por tolerar o verdadeiro privilégio de permanecer no caminho que escolhi e que acredito fazer sentido e conexão entre as demandas interiores e necessidades da vida prática.

.

*Compreender é, para o ser finito, transportar-se para outra vida.*

[RICOEUR, P. *O conflito das interpretações: ensaios de hermenêutica*, 1969, p. 9]



*O Tu dotado de alma é nosso único par no cosmos, o único ser com o qual partilhamos uma compreensão mútua e podemos nos sentir “um” como não ocorre com mais nada. Quando pensamos em nos sentir em união com o resto da natureza, integramos isso na categoria do Tu, motivo pelo qual Francisco de Assis se dirigia aos animais e às coisas inanimadas como irmãos.*

[SIMMEL, G. *Ensaio sobre teoria da história*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011, p. 37.]

## RESUMO

Investigar a noção de historicidade envolvendo o clássico ensaio *Raízes do Brasil* (1936), de Sérgio Buarque de Holanda, à maneira de uma espécie de história da historiografia teoricamente orientada, é o objetivo central deste trabalho. Seguindo a abordagem da História Intelectual, procuramos, de um lado, compreender a obra em sua historicidade, em seu momento singular de enunciação; de outro, explorar o conteúdo do objeto intelectual, qual seja, a historicidade ou a maneira como o ensaísta articula as categorias temporais na apreensão de sua circunstância em processo de mudança temporal. Surgido em um contexto de profundas transformações na vida brasileira, *Raízes do Brasil* se apresenta como alternativa reflexiva-compreensiva às necessidades de orientação temporal, motivadoras de uma meditação articulada entre passado histórico e sentido do devir. Reinhart Koselleck, e suas categorias meta-históricas, experiência e expectativa, é a referência para se pensar a historicidade em *Raízes do Brasil*. Ele assevera que a teoria da história tem entendido a historicidade como “delineamento das condições de possibilidade para a história em geral e para a disciplina histórica mais especificamente”. A problemática de pesquisa refere-se à compreensão da resposta que o autor proporciona em função das mudanças engendradas em seu tempo. Alguns objetivos específicos e hipóteses explicativas serão desenvolvidos, sempre com vistas ao tema e objeto central: primeiro, considerando a participação de Sérgio Buarque no modernismo, compreender a singularidade dessa participação, o papel que a história ocupa na sua crítica literária; compreender de que maneira o contato com a historiografia alemã, principalmente a partir da temporada alemã, atua na formação e amadurecimento de ideias sobre história em Sérgio Buarque de Holanda (considerando a apropriação do pensamento histórico alemão centrada na noção de mudança histórica); por fim, no terceiro capítulo, compreender as categorias de historicidade no seu “estudo compreensivo” das raízes brasileiras, ou seja, de que forma, pautado na perspectiva do presente, articula passado e futuro, ou experiência e expectativa, constituindo as categoria meta-históricas da historicidade a pedra angular da obra. A vontade que movimenta esta pesquisa é revisitar aquela expectativa que se apresentava, no empenho de compreendê-la e atualizá-la (torná-la compreensível aos olhos dos tempos atuais).

**Palavras-chave:** Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*. Historicidade. Historiografia brasileira. Teoria da História.

## ABSTRACT

This research aims to analyze the concept of historicity in *Raízes do Brasil*, by Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil* was published within a context marked by profound transformations in the Brazilian life and has been used as a means to reflect and understand the temporal changes that motivate a reflection about the past and the historical meaning. The study, rooted in the historicity categories proposed by the historian and theorist Reinhart Koselleck, seeks to understand how the interpreter Sergio Buarque associates authority, personal remarks and cordiality, traits of Portuguese heritage, with the prospective of a future, permeated with modernism and hope for democracy. Some specific objectives and explanatory hypotheses are proposed, addressing the thesis core object, the historicity: discuss Sergio Buarque's participation in the Modernism Period understand the originality of his participation (critical views and parameters which suggest a partial rupture with the movement) and the role that the history (or before that, the experience) plays on his literary reviews and the connections between his experience as a reviewer and the historical interpretation essay; understand how the German historiography, comprising the time he spent in Germany, influenced Sergio Buarque de Holanda's views on history (besides Weber's concepts, he also adopted several complex concepts suggested in former debates); finally, the most important, understand the categories of historicity in his "comprehensive study" of the Brazilian roots, that is, how Sergio Buarque connects past and future, experience and expectation, transforming historicity into the epistemic principle of his work. The categories of historicity offer the possibility, through the analysis of issues raised from the transforming present, to link a review of the past with a future inspired by modernization and democratic hope. The major motivation of this research is to revisit that delayed and unaccomplished expectation so that it can be understood and updated for the actual times.

**Keywords:** Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*. Historicity. Historiography. Theories of History.

## SUMÁRIO

<b>Agradecimentos</b> .....	4
<b>Resumo</b> .....	10
<b>Abstract</b> .....	11

## INTRODUÇÃO

Interpretação, experiência interior: Sérgio Buarque de Holanda e a temporalidade histórica .....	13
--	----

## CAPÍTULO I

Sérgio Buarque de Holanda, o modernismo, a história.....	27
1.1 História e modernismo .....	27
1.2 Romantismo dentro do romantismo .....	38
1.3 O modernismo e <i>Raízes do Brasil</i> .....	53
1.4 O modernismo na visão retrospectiva de Sérgio Buarque de Holanda .....	59

## CAPÍTULO II

Sérgio Buarque de Holanda e o pensamento histórico alemão: mudança histórica em perspectiva .....	63
2.1 A viagem à Alemanha .....	67
2.2 Historicismo e hermenêutica: mudança histórica em perspectiva .....	75
2.3 Ensaio histórico e estudo compreensivo .....	89

## CAPÍTULO III

Historicidade em <i>Raízes do Brasil</i> : ultrapassagem das raízes e abertura ao futuro .....	100
3.1 Sobre a noção de historicidade .....	100
3.2 O presente em <i>Raízes do Brasil</i> : diálogos com seu tempo e historiografia .....	104
3.3 A experiência passada: atualização e superação das raízes .....	116
3.4 A expectativa democrática: uma historicidade aberta ao futuro .....	138
3.5 Tensão e sentido histórico em <i>Raízes do Brasil</i> .....	160

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sobre a atualidade de <i>Raízes do Brasil</i> .....	166
---	-----

<b>REFERÊNCIAS</b> .....	178
--------------------------	-----

## INTRODUÇÃO

### Interpretação, experiência interior

Sérgio Buarque de Holanda e a temporalidade histórica

“Sobre a história, ninguém melhor poderá ter uma opinião do que aquele que a experimentou em si próprio”.<sup>1</sup>

J. W. Goethe, *Máximas e reflexões*

Em 1974, Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) escreveu um ensaio notável, que serviria de prefácio a uma coletânea de textos do mais conhecido nome da “escola histórica” alemã, Leopold von Ranke (1795-1886).<sup>2</sup> Intitulado “O atual e o inatual na obra de Leopold von Ranke”, o texto pode ser lido também como uma espécie de testamento do autor sobre suas filiações, vinculações ou enraizamentos no que concerne à teoria e metodologia da história ou, mais a fundo, sobre sua própria atitude espiritual diante da realidade em seu caráter singular e dinâmico – histórico, em uma palavra. Não apenas porque, por acaso, tenha sido o último trabalho publicado em vida, mas pelo conteúdo, amplo domínio da matéria, por expandir o estudo sobre Ranke e historicizá-lo nos embates da “Escola Histórica”, pelo elogio à “tradição fecunda e gloriosa do historicismo”<sup>3</sup> e, principalmente, pela consonância entre o que entendia como a característica principal do historicismo e a sua própria concepção de história e prática historiográfica: a tradição espiritual representada por Leopold von Ranke “infensa,

<sup>1</sup> *Apud* SAFRANSKI, R. *Romantismo*: uma questão alemã. São Paulo: Estação Liberdade, 2010, p. 28.

<sup>2</sup> O texto foi publicado, originalmente, como artigo na *Revista de História* da Universidade de São Paulo (USP), em 1974; em seguida, serviu de prefácio para a coletânea de textos de Leopold von Ranke, organizada pelo próprio Sérgio Buarque, para a coleção *Grandes Cientistas Sociais*, da Editora Ática, em 1979; por fim, foi publicado uma terceira vez no livro que reúne os prefácios escritos pelo historiador paulista durante sua trajetória intelectual. Não há alterações substanciais entre as diferentes publicações. A de que dispomos e citamos é a última: HOLANDA, S.B. *O atual e o inatual na obra de Leopold von Ranke*. In: HOLANDA, S.B. *O livro dos prefácios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996a, pp. 162-218.

<sup>3</sup> Sérgio Buarque se refere à distinção entre “historismo” e “historicismo” decorrente da tradução do termo alemão *historismus* para outros contextos intelectuais – “o que tem dado lugar a não poucas confusões” – e opta por usar “historismo” para evitar a carga negativa conferida ao termo por Karl Popper: “adota-se aqui a forma “historismo”, diverso e, em alguns pontos, contrário ao “historicismo” de que falou Popper”. In: HOLANDA, S.B. *O livro dos prefácios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 214. De nossa parte, fazemos coro ao uso atualmente corrente, “historicismo”. Cf. MARTINS, E.R. *Historicismo: tese, legado, fragilidade*. *História Revista*, UFG, n. 7: 1-22, jan./dez. 2002.; IGGERS, G. *The german conception of history: the national tradition od historical thought from Herder to the present*. Wesleyan University, 1983.

por sua própria natureza, a pretensões dogmáticas, pode renovar-se sem maiores dificuldades”.<sup>4</sup>

Dois anos após o lançamento, na Alemanha, do *Geschichtliche Grundbegriff*, organizado por Reinhart Koselleck (1923-2006), ao lado de Otto Bruner e Werner Conze, Sérgio Buarque não apenas o tinha adquirido e estudado, como – desculpando-se pela digressão – faz dele uma resenha no final do ensaio sobre Ranke. O primeiro volume do *Léxico dos conceitos fundamentais da história*, que se encontra em sua biblioteca, hoje alocada em uma coleção especial da Biblioteca Cesar Lattes, na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), sugere uma leitura atenta e compromissada da parte de Sérgio Buarque. A menção à história dos conceitos (*Begriffsgeschichte*) de Koselleck não foi *en passant* ou por desejar exibir erudição e atualização. Antes disso, significava o reconhecimento de uma nova perspectiva. Sérgio Buarque animou-se com a história dos conceitos de Reinhart Koselleck. Sobre o “monumental” dicionário, disse que representava uma maneira de “remoçar, sem traí-lo, o espírito da “escola” histórica alemã”.<sup>5</sup>

Na leitura de Sérgio Buarque, o tema central do dicionário é a revolução no mundo dos conceitos na passagem dos séculos XVIII e XIX, correspondente à ruptura revolucionária da modernidade. Este aspecto da transformação histórica dos conceitos a partir da experiência neles condensada é vista como o traço original da abordagem, o que “o distingue de outras tentativas congêneres e, em particular, dos dicionários filológicos e filosóficos conhecidos”.<sup>6</sup> Muito cara a Sérgio Buarque é a visão da história como mudança temporal, capaz de assegurar o sentido de liberdade no processo histórico e renovação e pluralidade interpretativa na escrita da história. Por isso, o entusiasmo e o elogio da história conceitual de Koselleck: “não pretende oferecer definições abstratas e exteriores à história, que pudessem prescindir das mudanças de significação ao longo do tempo”.<sup>7</sup>

Sobre sua própria concepção de história, Sérgio Buarque afiançaria, em 1976, em entrevista à revista *Veja*: “A história não é prisão ao passado. Ela é mudança, é movimento, é transformação”.<sup>8</sup> Ademais, desde sua obra de estreia, o ensaio de interpretação histórica

---

<sup>4</sup> HOLANDA, S. B., 1996a, p. 212.

<sup>5</sup> *Idem*, p. 213.

<sup>6</sup> *Idem*, *ibidem*.

<sup>7</sup> *Idem*, p. 214.

<sup>8</sup> HOLANDA, S.B. A democracia é difícil. Entrevista com Sérgio Buarque de Holanda [1976]. In: *Sérgio Buarque de Holanda*. Org. Renato Martins. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2009 (Encontros), p. 84-93.

*Raízes do Brasil* (1936), pode-se perceber o mesmo pacto com uma visão de história imbuída de temporalidade intrincada, que articula passado, presente e futuro; ou, melhor, articula, do ponto de vista do presente, a representação da experiência passada com vistas à sondagem das condições de possibilidade de futuro próximo. Principalmente isso: a experiência histórica viva, em movimento, por oposição a sistemas de ideias fixas que não se dobram ao fluxo e refluxo de “nosso ritmo espontâneo”.<sup>9</sup> Na mesma entrevista, Sérgio Buarque evoca o filósofo Benedetto Croce (1866-1952), representante na Itália do idealismo hegeliano, e sua famosa e sempre atual expressão, segundo a qual “toda história é história contemporânea”,<sup>10</sup> para afirmar o iniludível enraizamento do pensamento histórico na realidade presente, assim como Croce, ao defender a história como pensamento e ação, diz que ela move-se “a partir da consciência presente do passado”.<sup>11</sup>

Não apenas em relação à história conceitual de Koselleck Sérgio Buarque colocaria em evidência a sua própria compreensão de história e temporalidade histórica, mas também em relação à característica mais central do historicismo<sup>12</sup> – de reação ao naturalismo, de um lado, e à filosofia especulativa, de outro –, que levava a uma “reflexão individualizante e historizante, isto é, tendente a mover-se de acordo com o curso imprevisível da história”,<sup>13</sup> em lugar de postulados eternos e universais. De Ranke, Sérgio Buarque dizia, e assim também de certa forma se ligava a Ranke, defendendo-o das mais variadas acusações, que “só conhecia

---

<sup>9</sup> HOLANDA, S.B. *Raízes do Brasil*. São Paulo: José Olympio Editora, 1936, p.136. Sobre a “espontaneidade” como fundamento do organicismo de Sérgio Buarque na primeira edição de *Raízes do Brasil*, ver EUGÊNIO, J. K. *Ritmo espontâneo: o organicismo em Raízes do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda*. Teresina: Editora da UFPI. Teresina, 2010.

<sup>10</sup> CROCE, B. *História como história da liberdade*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006, p. 29.

<sup>11</sup> *Idem*, p. 423.

<sup>12</sup> O próprio Sérgio Buarque limita-se a dizê-lo, em lugar de arriscar uma difícil definição, “antes uma mentalidade do que um método”. Contudo, quando Sérgio Buarque utiliza o termo “mentalidade”, não se deve associá-lo, de forma alguma, à “história das mentalidades” praticada pelos *Annales*. Significa, mais que isso, uma percepção histórica do mundo humano ou a relativização dos sistemas de valores e de orientação no fluxo imprevisível da história. Ele discute também as críticas antepostas ao historicismo, entre elas, a “anarquia de valores”, a “ausência de convicções”, a responsabilização pelas “deformações patológicas verificadas na história recente”, a acusação de “racismo” e “nacionalismo exacerbado”, e procura atenuá-las ou refutá-las. In: HOLANDA, S.B. O atual e o inatual na obra de Leopold von Ranke. In: *O livro dos prefácios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 163-4. Para uma definição ou, antes, identificação da tese do historicismo, cf. MARTINS, E.R. *op.cit.*, p. 2: “Entende-se por “historicismo” a época de desenvolvimento da ciência histórica, na qual esta se constitui, como ciência humana e compreensiva, sob a forma de uma especialidade acadêmica”.

<sup>13</sup> HOLANDA, S.B., 1996a, p. 163.

ideias *históricas*, “no tempo”, rejeitando como abstratas as ideias puras, permanentes, objetivas e absolutas, metafísicas e éticas”.<sup>14</sup>

Esse argumento, mais outros arrolados no ensaio, servem para tentar desfazer o “mito” construído historicamente em torno de Ranke.<sup>15</sup> Sérgio Buarque replica àqueles que só conhecem de Ranke, como se sua única contribuição à historiografia fosse, a sua maneira de “apresentar o passado tal e como aconteceu” (*wie es eigentlich gewesen*): “é uma fórmula sem dúvida infeliz, porque sua redação pode dar margem a interpretações que não correspondem ao pensamento do autor e, em muitos casos, são radicalmente opostas a esse pensamento”.<sup>16</sup> O que ele entende como a capacidade principal de Ranke é a mesma que seduzira Wilhelm Dilthey (1833-1911), que de Ranke elogia o seu ponto de partida empírico e o questionamento da possibilidade de o historiador partir de teorias gerais e abstratas para o conhecimento do particular.<sup>17</sup> Sua especificidade estava, de acordo com o olhar de Sérgio Buarque, na capacidade de “desvendar grandes unidades de sentido, que irão dar àqueles sucessos [acontecimentos sucessivos] sua verdadeira significação histórica”. Ele se refere, portanto, à competência de escrita e apresentação da história, que em Ranke se manifestava de maneira sobeja.<sup>18</sup> Se Dilthey diria de Ranke que este fora um grande artista (e nisso reside uma crítica de Dilthey ao objetivismo de Ranke), comparável a Goethe, capaz de representar a amplitude

---

<sup>14</sup> *Idem*, p. 190.

<sup>15</sup> Sérgio da Mata, professor de Teoria da História na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), afirma que em torno de Ranke, sobretudo no terreno da oralidade acadêmica (no Brasil, a partir dos anos 1980), erigiu-se um dos “mitos historiográficos” mais poderosos: “sobre ele sempre se fala e escreve, dele pouco (ou o que é mais comum, nada) se lê. O fim último desse mito do Ranke arquipositivista seria a legitimação do “avesso de outro mito: o da “revolução” dos Annales”. Cf. MATA, S. Apresentação de Leopold von Ranke. In: MARTINS, E.R. *A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX*. São Paulo: Contexto, 2010, p. 188-9. Um dos trabalhos que contribuiu para a reabilitação de Ranke entre a comunidade de historiadores do século XX, de outros contextos que não o exclusivamente alemão, foi a introdução de Georg Iggers a uma coletânea de textos de Ranke publicada nos Estados Unidos em 1973. No prefácio, Iggers procura corrigir a imagem de Ranke como historiador factual desprovido de teoria e apresentar elementos de sua narrativa que refletiram aspectos importantes da historiografia do novecentos. Somente na Alemanha ele continuaria sendo levado a sério no século XX, enquanto nos países de língua inglesa tinha sido absolutamente ignorado até então. Contudo, ele havia sido, no século XIX, o historiador de provável maior influência no desenvolvimento do conhecimento histórico, a ponto de chamá-lo o “pai da história moderna”. Cf. IGGERS, G (Org.). “Introduction”. In: RANKE, L. *The theory and practice of history*. London, New York: Routledge, 2011, p. xi-xiii.

<sup>16</sup> HOLANDA, S.B., 1996a, p. 168.

<sup>17</sup> “Ele primeiro expôs de maneira completa o fato de a base de todo saber histórico, assim como o objetivo supremo desse saber, ser a apresentação do contexto singular da história”. In: DILTHEY, W. *A construção do mundo histórico nas ciências humanas*. São Paulo: UNESP, 2010, p. 50.

<sup>18</sup> Sobre a questão da escrita da história, Ranke disse: “A história distingue-se das demais ciências por ser, simultaneamente, arte. Ela é ciência ao coletar, achar, investigar. Ela é arte ao dar forma ao colhido, ao conhecido e ao representá-los”. *Apud* RÜSEN, J. *História viva*. Teoria da História III. Formas e funções do conhecimento histórico. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: UnB, 2010, p. 18.



sensível do acontecimento singular,<sup>19</sup> Sérgio Buarque ressaltaria a qualidade com que “depois de apreender os fatos particulares, sabia revivê-los em suas pulsações, para que se integrem, afinal, em quadros amplos, onde ganham nova dimensão e significado mais alto”.<sup>20</sup>

Por todos esses motivos, causa estranhamento em Sérgio Buarque que se tenha acostumado curiosamente a designar Ranke – “o oposto de um simples cronista” e avesso às abstrações filosóficas –, em outros contextos intelectuais que não o alemão, como um “positivista”.<sup>21</sup> Na Alemanha, ao contrário, o nome de Ranke teria passado a designar oposição ao empirismo não filosófico e com raízes no idealismo. Sérgio Buarque bem conhecia a filosofia positivista, como atestam as críticas a ela descidas em seu livro de estreia. Para ele, o positivismo despreza os condicionamentos históricos concretos e particulares. A importação do ideário positivista para o Brasil seria representativa da afetividade dos homens de letras brasileiros pelas formas fixas e leis gerais ao mesmo tempo em que nutriam um secreto horror à realidade. Entende-se o sucesso do “sistema de Comte” na América Latina (Brasil, Chile, México), segundo a lógica do personalismo, pelo “repouso que permitem ao espírito as definições irresistíveis e imperativas” desse sistema:

É realmente edificante a certeza que punham esses homens no triunfo final das novas ideias. O mundo acabaria irrevogavelmente por aceitá-las, só porque eram racionais, só porque a sua perfeição não podia ser posta em dúvida e se impunha obrigatoriamente a todos os homens de boa vontade e de bom senso [...] Nossa história, nossa tradição eram recriadas de acordo com esses princípios inflexíveis.<sup>22</sup>

O veio historicista de Sérgio Buarque de Holanda, dissimulado neste belo texto introdutório a Leopold von Ranke, manifesta-se vigorosamente desde *Raízes do Brasil*, ensaio que, avesso às teorizações e abstracionismos, embebido no *historicismo* (dois capítulos foram escritos durante sua estada na Alemanha, entre 1929-1930), acena o despejo do olhar para a *singularidade* da *experiência* brasileira: “não existiria, à base dessa confiança no poder

<sup>19</sup> DILTHEY, W. *Idem*, 2010, p. 48-51.

<sup>20</sup> HOLANDA, S.B. *Idem*, 1996a, p. 169.

<sup>21</sup> Em outro trabalho, Sérgio da Mata afirma que, à sua época (1974), o artigo de Sérgio Buarque de Holanda sobre Ranke não poderia ter realizado o intento a que se propunha, pois: “não obstante o entendimento geral a respeito de conceitos como positivismo e historicismo no Brasil estivessem então contaminados por toda sorte de interferência extrateórica, elegeu-se um nome para simbolizar tudo aquilo que a historiografia do século XX pretendia ter deixado para trás: Leopold von Ranke”. Cf. MATA, S. Ranke reloaded: entre história da historiografia e história multiversal. *História da Historiografia*. Ouro Preto, n.6, mar. 2011, p. 248.

<sup>22</sup> HOLANDA, S.B., 1936, p. 118-9.

milagroso das ideias, um secreto horror à nossa realidade nacional?”.<sup>23</sup> Negá-la seria a negação da experiência concreta e a ignorância do movimento dinâmico da temporalidade histórica: “querer ignorar esse mundo será renunciar ao o nosso próprio ritmo espontâneo, à lei do fluxo e refluxo, por um passo mecânico e uma harmonia falsa”.<sup>24</sup> A questão crítica, nesse ínterim, é que a forma de reconstrução do passado obrada por esses tradicionalistas ignorava a historicidade própria do Brasil, o tempo brasileiro no concerto das nações. A advertência está centrada na consideração da experiência histórica concreta. Positivistas, evolucionistas e marxistas, segundo o ponto de vista de Sérgio Buarque, desconsideravam a *historicidade* e a espontaneidade de uma história que, ao se movimentar do singular para unidades mais amplas de sentido, não se poderia submeter a modelos e conceitos ou sistemas filosóficos inflexíveis. A história *viva*, acompanhando “nosso ritmo espontâneo” era, portanto, o centro de interesse de Sérgio Buarque. Um exemplo mais ou menos radical (mas não sem propósito, afinal, Sérgio Buarque também criticava o passadismo tradicionalista de intelectuais católicos, representados por um Tristão de Athayde, que reagiam ao modernismo) pode ser útil para tornar mais claro este argumento: “as épocas realmente vivas nunca foram tradicionalistas por deliberação. A escolástica na Idade Média era *viva* porque era *atual*”.<sup>25</sup>

Essas duas expressões – vivacidade e atualidade, marcantes na crítica historiográfica aos positivistas e demais “tradicionalistas” – são fundamentais no pensamento histórico de Sérgio Buarque de Holanda de *Raízes do Brasil*, a partir da imersão em seu próprio contexto de orientação em processo de transformação. Elas são informadas, pelo que tudo indica, na teoria hermenêutica ou teoria da interpretação como epistemologia e metodologia das ciências humanas e sociais (*Geisteswissenschaften*), reelaborada por W. Dilthey no século XIX.

De Wilhelm Dilthey (1833-1911) já se disse que foi o maior filósofo do século XIX. Ortega y Gasset, em *Aurora de la “razón histórica”*, apresentava a novidade de Dilthey: “[...] Dilthey, o maior pensador que teve a segunda metade do século XIX, fez a descoberta de uma nova realidade: a vida humana”.<sup>26</sup> Ao positivismo, Dilthey opôs a “filosofia da vida” (*Lebensphilosophie*), ou seja, aquela que entende a realidade como constituída somente por fatos da consciência em seu fluxo vital e temporal, sem estarem desconectadas da realidade

---

<sup>23</sup> *Idem*, p. 119.

<sup>24</sup> *Idem*, p. 136.

<sup>25</sup> *Idem*, p. 7 [grifos meus].

<sup>26</sup> ORTEGA Y GASSET, J. *Sobre la razón histórica*. Alianza editorial, Madrid, 1996, p. 233.

exterior. A filosofia da vida de Dilthey explica os critérios distintivos entre ciências naturais e ciências do espírito (*geisteswissenschaften*), bem como as condições de possibilidade e validade destas. Extensão da crítica kantiana, procura ainda assim superar o transcendentalismo de Kant ao propor uma “crítica da razão histórica”. O que Ortega y Gasset quer dizer com a “descoberta” de Dilthey é que a filosofia a partir dele passa a se dobrar à historicidade (*Geschichtlichkeit*) do homem (como ser histórico, finito) e do saber (como relatividade consequente).

Para Dilthey, a explicação (*Eklärung*) é operação específica das ciências naturais, enquanto o procedimento básico das ciências humanas é a compreensão (*Verstehen*) das manifestações da vida.<sup>27</sup> A compreensão é colocada, então, na base do fundamento do método histórico, no tempo em que a história constituía-se como campo autônomo do saber. Contemporaneamente a Dilthey, a *Historik* (1882) de J. G. Droysen (1808-1884), no seio da escola histórica alemã, propõe na história a distinção entre explicação e compreensão. Ambos, Droysen e Dilthey, na esteira da hermenêutica romântica de F. Schleiermacher (1768-1834), seriam críticos do positivismo e sua metafísica tanto quanto de Ranke e seu objetivismo. Em seu lugar, colocava-se então o perspectivismo e a interpretação.<sup>28</sup>

---

<sup>27</sup> Contemporaneamente, a hermenêutica crítica de Paul Ricoeur busca uma reorientação da disciplina – com a finalidade de se opor seriamente ao estruturalismo – por meio da superação de uma “desastrosa aporia”, a alternativa entre explicar e compreender: “a busca de uma complementaridade entre essas duas atitudes, que a hermenêutica de origem romântica tende a dissociar, exprime, no plano epistemológico, a reorientação da hermenêutica”. Dilthey – “antes de tudo, o intérprete deste pacto entre historicismo e hermenêutica” – seria o fundador da separação entre compreensão e explicação. Seu descrédito e o do historicismo na segunda metade do século XX seriam resultantes de uma reordenação cultural resultante de uma mudança cultural que nos leva a “privilegiar o sistema em detrimento da mudança, a sincronia em detrimento da diacronia” RICOEUR, P. *Hermenêutica e Ideologias*, Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 23.

<sup>28</sup> Embora tenha-se ressaltado anteriormente um elogio de Dilthey, tanto quanto de Sérgio Buarque, ao estilo rankeano, o hermeneuta possui, mesmo falando de dentro da escola histórica, uma crítica contundente ao historicismo de Ranke. Para Dilthey, Ranke e a escola histórica, ao invés de questionar as bases do trabalho que realizavam, contentavam-se somente em produzir. Os historiadores, então, acreditavam que elevar o conhecimento histórico à condição de ciência era garantir o rigor do método crítico das fontes. Para Dilthey, essa foi a grande limitação do historicismo, por faltar-lhes uma discussão conceitual. H-G. Gadamer, de outro lado, diz que Dilthey, tal como criticou os métodos das ciências naturais, defendeu o ideal de se alcançar um conhecimento objetivo nos estudos históricos, que poderiam ser designados “ciências”, embora “ciências humanas”. In: PALMER, R. *Hermenêutica*. Lisboa: Edições 70, 1969, p. 180-2. Quanto a Sérgio Buarque, apesar do evidente elogio a Ranke, não se pode deixar de lado que o texto trata do atual e do *inatural* do pensamento rankeano. Sérgio Buarque sublinha por exemplo os críticos de Ranke que nele viram o historiador do exclusivamente político e das minorias dominantes, bem como o que expulsou da história moderna as nações que não pertenceram à civilização ocidental nem ao catolicismo e protestantismo. Não escapava de Sérgio Buarque, considerando a historicidade das teorias da história, portanto, a suspeita do comprometimento, mais ou menos direto ou indireto, ciente ou inconsciente, do historicismo clássico com a trágica experiência Ocidental da Segunda Guerra. HOLANDA, S.B. O atual e o inatural na obra de Leopold von Ranke. In: *O livro dos prefácios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996a, p. 186-7.

A vida mesma é histórica, e não abstrata, sistemática ou transcendente. A possibilidade de conhecimento, em ciências humanas, apoia-se na *experiência vivida*. Seu objeto, o *mundo histórico*. Para se conhecer o mundo interior do homem, deve-se dar a volta na história, forma de objetivação da experiência vivida:

É em torno da vida que gira todo o ruído exterior à história. [...] E é neste mundo espiritual que se movimenta em nós de maneira criadora, e somente nele, que a vida possui seu valor, seu fim e sua significação.<sup>29</sup>

O desafio, para Dilthey, era a recuperação da consciência de historicidade da existência humana, em vias de perder-se nas categorias científicas estáticas. A autocompreensão do homem seria, portanto, histórica (temporal): deve ser entendida, assim como o acontecimento histórico singular, em relação ao contexto do passado e o horizonte de possibilidades futuras. Seu contributo à hermenêutica foi colocá-la no horizonte da *historicidade*.<sup>30</sup>

Em Sérgio Buarque de Holanda, a noção de vida, carregada de mobilidade e fluidez, invalidaria a pretensão teleológica positivista, prevendo a não realização do triunfo dos preceitos racionais puros. A realidade poderia ser compreensível através de sua racionalidade histórica intrínseca, a fim de que as fórmulas abstratas não abafassem a espontaneidade do ritmo. A recusa dos dogmatismos, em Buarque de Holanda, é uma investida, portanto, da noção de historicidade:

Em verdade o racionalismo excedeu os seus limites somente quando ao erigir em *regra suprema os conceitos* assim arquitetados, separou-os irremediavelmente da vida e criou com eles um sistema lógico, homogêneo, ahistórico.<sup>31</sup>

Não seria, cerca de 40 anos depois de traçadas essas linhas, a mesma noção de historicidade e movimento da história o que animava o elogio de Sérgio Buarque à história dos conceitos de Reinhart Koselleck? A resposta à questão pode ser positiva. Principalmente, se se prestar atenção, na resenha que o autor brasileiro fez do *Léxico dos conceitos fundamentais da história*, à seguinte passagem, citada por Sérgio Buarque da introdução do

<sup>29</sup> DILTHEY, W. *A construção do mundo histórico nas ciências humanas*. São Paulo: Unesp, p. 23.

<sup>30</sup> PALMER, R. *Hermenêutica*. Lisboa: Edições 70, 1969, p. 128.

<sup>31</sup> HOLANDA, S. B. *Idem*, p. 147 [grifo meu].

dicionário: “Todos os conceitos em que, do ponto de vista semiótico, se congregue todo um processo esquivam-se à definição: só o que não tem história é definível”.<sup>32</sup> Um conceito não é inalterável, não é um centro fixo e estável, deve ser entendido como um objeto imerso na temporalidade. Isso de certa forma converge com a sua noção particular de história – “mudança, movimento, transformação”, como pronunciou na entrevista de 1976.<sup>33</sup> Assim, percebe-se uma afinidade entre nosso objeto de pesquisa, a historicidade em *Raízes do Brasil*, e o aporte teórico sobre o qual nos apoiamos, o conceito de “tempo histórico” proposto por Koselleck.

A noção de historicidade é o tema central deste trabalho de dissertação. *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, tributário das discussões do seu autor no movimento modernista (a partir de uma parcial ruptura com o modernismo, em que experiência histórica e a própria historicidade determinam sua singularidade no interior dos debates modernistas), tributário de suas leituras alemãs (desde antes da viagem de 1929, e depois, com o enraizamento no historicismo apreendido na terra de Goethe), apresenta-se no contexto brasileiro da década de 1930 como uma resposta aos impasses da modernização do país ou como uma interpretação capaz de subsidiar a orientação temporal sobre a profunda mudança histórica pela qual passava o Brasil naqueles anos. O ensaio de interpretação histórica *Raízes do Brasil*, a partir da autoconsciência de seu lugar no tempo, se oferece como um projeto (mesmo assistemático e avesso à sobreposição de qualquer tipo de construcionismo atemporal que se chocasse com a historicidade própria e espontânea da nação) de intervenção no

---

<sup>32</sup> HOLANDA, S. B. O atual e o inatual em Leopold von Ranke. In: *Livro dos prefácios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996a, p. 214.

<sup>33</sup> Sem querer negar a pertença de Koselleck à tradição do historicismo e à linhagem de historiadores como Humboldt e Ranke ou de pensadores como Dilthey e Weber, como foi aventado por Sérgio Buarque de Holanda quando disse que a história dos conceitos renovava, sem trair, o espírito da escola histórica, mas é necessário mencionar que Koselleck guardava certas diferenças e reservas quanto à sua própria tradição, coisa que talvez Sérgio Buarque não tenha tido tempo de perceber nem de aprofundar. François Dosse, em recente texto sobre Koselleck, afirma que essa insatisfação estaria à base do projeto de Koselleck por uma semântica histórica e hermenêutica crítica. Cf. DOSSE, F. Reinhart Koselleck entre semantique historique et hermeneutique critique. In: DELACROIX, C.; GARCIA, P.; DOSSE, F. (Orgs.) *Historicités*. Paris: La Découverte, 2009, p. 121. Ouçamos o próprio Koselleck a propósito do historicismo: a singularidade dos eventos, a singularidade da história, tornou-se “a principal premissa teórica tanto do historicismo quanto das teorias do progresso” (In: KOSELLECK, R. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-RJ, 2006, p. 144). Historicismo e progresso, embora pareçam distintos, são como duas faces da mesma moeda. O que os aproxima é a separação entre passado e futuro característica da modernidade, que dá origem à noção de tempo histórico. Ou seja, na modernidade, a história fica restrita às elaborações progressistas das filosofias da história que serão instrumentos de uma crise sociopolítica sem precedentes (Cf. a tese de Koselleck, de 1954: KOSELLECK, R. *Crítica e crise*. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora da UERJ, 1999).

presente, pela compreensão, pela orientação das expectativas, pela crítica aos obstáculos à plena modernização e democratização da sociedade brasileira, associados à herança colonial portuguesa.

Reinhardt Koselleck é a referência para se pensar a historicidade em *Raízes do Brasil*. Sobre a noção de historicidade propriamente dita, o teórico alemão assevera que o termo é uma mediação entre a filosofia da história nascida no século XVIII e a história ela mesma (a experiência passada); refere-se, em sua formulação recente, ao permanente processo de relativização pelo qual o historicismo foi reprovado. “Historicidade absolutiza a relatividade”, na expressão de Koselleck.<sup>34</sup> Como definição, Koselleck afirma que a teoria da história, hoje, tem entendido a historicidade como “delineamento das condições de possibilidade para a história em geral e para a disciplina histórica mais especificamente”.<sup>35</sup>

Koselleck assegura o primado da teoria da história para a pesquisa empírica, pois ela “estimula e obriga à construção de hipóteses, sem a qual nenhuma pesquisa histórica pode ser conduzida [...], só a partir do estabelecimento dessas premissas é que as fontes começam a falar [...]”.<sup>36</sup> Com isso, em concordância com Koselleck, queremos dizer que a teoria da história tem um papel preponderante nessa pesquisa de mestrado. Mas, empiricamente, a questão da historicidade emerge da própria obra de Sérgio Buarque – exemplo de aguda consciência da historicidade, ou seja, da realidade em transformação, quando, por exemplo, para melhor compreensão do Brasil, evoca que se deixe intacto um “mundo de essências íntimas”, desdenhoso de toda forma de construtivismo e invenção humana, a fim de evitar o compasso mecânico e a falsa harmonia e deixar entrever a “lei do fluxo e refluxo” da vida e da história.<sup>37</sup> Aí, a pesquisa empírica encontra-se e afina-se com as perspectivas teóricas que orientam o nosso trabalho.

Desde a sua atividade de crítico literário e militância modernista, entre os anos 1920 e 1926, Sérgio Buarque apresenta uma inclinação para tais questões. Sérgio Buarque fora leitor assíduo de J. W. Goethe (1749-1832). O poeta alemão fora uma das primeiras referências

---

<sup>34</sup> KOSELLECK, R. *The practice of conceptual history: timing history, space concepts*. Califórnia: Stanford University Press, p. 2.

<sup>35</sup> *Idem*, p. 3.

<sup>36</sup> KOSELLECK, R. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-RJ; Contraponto, 2006, p. 187.

<sup>37</sup> HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1936, p. 161.

intelectuais de Sérgio Buarque de Holanda.<sup>38</sup> Friedrich Meinecke (1862-1954), em seu livro clássico sobre a gênese do historicismo, também de 1936, dirá que Goethe está no centro da revolução do historicismo, pela remissão à interioridade e criação de um individualismo universal (face ao desenvolvimento triunfante das ciências naturais): “este sentimento do mundo, novo, [...] implica em si mesmo um novo sentimento da história, fornecendo o poderoso fluxo capaz de liberar o mundo histórico de sua rigidez”.<sup>39</sup> Goethe, segundo Meinecke, partira de sua vivência interior, ligada geneticamente com o Deus-natureza romântico, para se fundir com o temporal-histórico. Goethe “penetrava de modo inédito o mundo histórico”, desde a profundidade do homem, “fundido em uma corrente geral de vida e evolução”. O historicismo, em geral, não era somente uma maneira de ver do historiador, “porque ensinou a compreender toda a vida histórica como evolução do individual”.<sup>40</sup> O Goethe de *Viagem à Itália* (1786-1788), por exemplo, encontra-se em um país que é a própria “história viva”, ainda presente, em que as ruínas são testemunhos da civilização do passado; ele reconhece o passado vivo, sensivelmente. Perante as ruínas de Roma, Goethe pressente a necessária convivência entre passado e presente ou a presença do passado no presente.<sup>41</sup> Meinecke, ainda sobre Goethe nas origens do historicismo, ressaltaria igualmente essa dimensão de interioridade: “não somente uma maneira de ver do historiador, senão de toda a vida humana, levou este processo de individualização à consciência de si mesmo”.<sup>42</sup>

Enaltecendo a vivacidade da história, Sérgio Buarque fechava o seu ensaio clamando pela preservação do “mundo das essências mais íntimas” – intacto, irreduzível e desdenhoso das invenções humanas –, pois não seria pela “experiência de elaborações engenhosas que nos

---

<sup>38</sup> Já em 1920, no primeiro artigo enquanto crítico de rodapé publicado pelo autor, ele fazia menção a Goethe. O artigo intitulava-se “Originalidade literária” e fora publicado no *Correio Paulistano*, órgão oficial do Partido Republicano Paulista, em 22 de abril de 1922, data comemorativa do descobrimento do Brasil. A publicação foi favorecida por Affonso d’Escragnole Taunay, professor de história de Sérgio Buarque no Colégio São Bento e amigo de seu pai. No artigo, percebem-se elementos que permitem observar quais problemas o preocupavam e que, de certa forma, seriam desdobrados posteriormente em sua obra de crítico e historiador. A temática da “espontaneidade”, por exemplo, encontra-se desde já em seus trabalhos. Sobre Goethe, Sérgio Buarque disse que “razões de sobra” tinha o poeta para afirmar que “o homem é sempre o assunto mais interessante para o homem”. HOLANDA, S. B. *O espírito e a Letra: estudos de crítica literária I* (1920-1947). Antonio Arnoni Prado (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1996b, p. 38. Ainda em 1920, a propósito da tradução do *Fausto* de Goethe, Sérgio Buarque escreve uma crítica bastante elogiosa da tradução de Gustavo Barroso. *Idem*, p. 77-89.

<sup>39</sup> MEINECKE, F. *El historicismo y su genesis*. México, DF: Fondo de Cultura Economica, 1982, p. 492-3.

<sup>40</sup> *Idem*, p. 494.

<sup>41</sup> CALDAS, P. As dimensões do historicismo: um estudo dos casos alemães. *OPISIS*, Goiânia (UFG) vol. 7, nº 9, jul-dez 2007, p. 60.

<sup>42</sup> MEINECKE, F. *Idem*, p. 492.

encontraríamos um dia com nossa realidade”.<sup>43</sup> Para compreensão dessa afinidade, deve-se levar em conta ainda a forma de ensaio do livro. Somente considerando o ensaio como forma de escrita da história pode-se compreender melhor o pensamento histórico de Sérgio Buarque.<sup>44</sup> Segundo a definição do escritor austríaco Robert Musil (1880-1942), o ensaio é a “forma única e inalterável que um pensamento decisivo toma à vida interior de um homem”.<sup>45</sup>

Trata-se de um ensaio sobre a brasilidade, mas, pela via da autocompreensão, o autor dá vazão à subjetividade, como se ele mesmo em particular se alimentasse das vivências ou “essências íntimas” do caráter singular brasileiro. No dizer de Dilthey, o ponto de partida é o vivenciar; dele surgem as categorias históricas do valor e da intenção no tempo; sobre a base da vivência e compreensão de si forma-se a base da compreensão do outro.<sup>46</sup> O ensaio (como forma) permite essa dialética entre sujeito e objeto.<sup>47</sup> Entre o passado e o futuro, o particular e o geral, injetado de perspectivismo e cômico da historicidade, o ensaio buarquiano é uma narrativa histórica, interpretativa, que constitui sentido aos fatos narrados; sintetiza distintas camadas temporais, cujo fio condutor – das raízes à sua atualidade e além – diz respeito ao lento, doloroso e recalcitrante, mas contínuo, processo de *mudança histórica* e modernização nacional. A historicidade apresenta-se como o fundamento que assinala as condições de possibilidade de interpretação histórica na obra: entre o reclame da *experiência* histórica brasileira e a *expectativa* das virtualidades da modernização, não endossa nenhuma proposta enfática ou sistemática de ação política que se apresentava ao seu tempo – adota o imprevisível, a experiência singular, o movimento, o “fluxo e refluxo” do tempo e da história, em suma, mantém em aberto o campo de possibilidades.

O trabalho a seguir pesquisa tais questões. Investigar a noção de historicidade envolvendo o clássico ensaio “Raízes do Brasil” (1936), de Sérgio Buarque de Holanda, à maneira de uma espécie de história da historiografia teoricamente orientada, é o objetivo

---

<sup>43</sup> HOLANDA, S. B., 1936, p. 161.

<sup>44</sup> Theodor Adorno define o ensaio como a forma crítica por excelência, em definição bastante pertinente quando se trata de um ensaio histórico, que apreende o movimento da temporalidade: “não segue as regras do jogo da ciência e da teoria organizadas, [...] não almeja uma construção fechada, dedutiva ou indutiva. Ele se revolta sobretudo contra a doutrina [...] segundo a qual o mutável e o efêmero não seriam dignos da filosofia”. ADORNO, T. O ensaio como forma. In: *Notas de literatura I*. São Paulo: Editora 34, 2003, p. 25.

<sup>45</sup> *Apud* HARTOG, F. Entretien avec François Hartog. In: DELACROIX, C.; GARCIA, P.; DOSSE, F. (Orgs.) *Historicités*. Paris: La Découverte, 2009, p. 148.

<sup>46</sup> DILTHEY, W. *A construção do mundo histórico nas ciências humanas*. São Paulo: Unesp, 2010, p. 184.

<sup>47</sup> WEGNER, R. Um ensaio entre o passado e o futuro. In: HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. Edição comemorativa 70 anos. Orgs. Ricardo Benzaquen de Araújo e Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2006



central deste trabalho. Seguindo a abordagem da História Intelectual, procuramos, de um lado, compreender a obra em sua historicidade, em seu momento singular de enunciação; de outro, explorar o conteúdo do objeto intelectual, qual seja, a historicidade como fundamento meta-histórico da obra ou a maneira como o ensaísta articula as categorias temporais na apreensão de sua circunstância em processo de mudança temporal. Nessa introdução, procuramos situar o objeto de pesquisa e a referência teórica que ajuda a pensá-lo e a elaborar hipóteses em torno da noção de historicidade. Alguns objetivos específicos e hipóteses (pode-se também entender por hipóteses a problemática de pesquisa) explicativas serão desenvolvidos, sempre com vistas ao tema central da historicidade.

Os dois primeiros capítulos referem-se ao prelúdio de *Raízes do Brasil*, ou seja, ao percurso intelectual do amadurecimento de Sérgio Buarque anterior ao ensaio. O primeiro capítulo, “Sérgio Buarque de Holanda, o modernismo, a história”, analisa em parte a produção crítica de Sérgio Buarque (quando rompe com a militância modernista e vai morar no Espírito Santo) de forma atenta à presença de uma preocupação com história e consciência histórica latentes nas críticas produzidas no período. A hipótese que se divisa é a de que, desde então, Sérgio Buarque, imerso em um universo histórico-romântico de pensamento, pois define o modernismo como um “romantismo dentro do romantismo”, o que o conduz a uma preocupação com a consciência moderna, isto é, quase sinônimo, uma preocupação com a história.

O segundo capítulo, “Sérgio Buarque de Holanda e o pensamento histórico alemão: mudança histórica em perspectiva”, trata da viagem de Sérgio Buarque à Alemanha e analisa alguns artigos por ele publicados, na Alemanha e no Brasil, durante a estadia no estrangeiro, bem como a afinidade com o pensamento histórico alemão em *Raízes do Brasil*. Discute-se a ancoragem de Sérgio Buarque, sobremaneira, no historicismo e na hermenêutica. Considerando que a apropriação do paradigma historicista pelo autor é intrincada, que se aproveita de elementos de Dilthey a Weber, nossa leitura preocupa-se menos com vincular sua produção à de autores teóricos, individualmente, que, de modo geral, em compreender a ênfase de Sérgio Buarque de Holanda na *mudança* histórica, que seria o próprio paradigma do “tempo histórico” produzido pela época. Assim, desses dois primeiros capítulos pode-se dizer que à medida que vão delineando a questão da historicidade, são eles mesmos uma historicização da trajetória intelectual do autor, desde o viés crítico e cosmopolita, até o livro de estreia, bem como fundamentam a própria historicidade da obra de 1936, o processo de sua produção e o momento singular de sua enunciação.

O terceiro capítulo, “Historicidade em *Raízes do Brasil*: ultrapassagem das raízes e abertura ao futuro”, investiga, por fim, a categoria da historicidade *no* seu livro de estreia, como ordenamento cognitivo, isto é, aquilo que fundamenta a interpretação e possibilita as condições de articulação de uma crítica do passado, a partir das questões suscitadas pelo presente em transformação, à miragem de um futuro em vias de realização (eis a hipótese). Em torno disso, outra hipótese que se apresenta é a discussão da autoconsciência de seu lugar no tempo, ou seja, em que medida o ensaio representa uma intervenção no presente e qual a especificidade de seu olhar sobre o tempo da nação em relação a outras obras do mesmo contexto. Ou seja, que futuro sondava para o Brasil Sérgio Buarque de Holanda a partir da interpretação crítica de suas raízes? De qualquer forma, a virtual abertura para o futuro logo seria frustrada pela implantação do Estado Novo um ano depois, em 1937, a partir de um “autogolpe” de Vargas.

Estamos, então, diante de um “futuro passado”. Como no romance de Goethe, *Afinidades Eletivas* – quando os amantes Otilie e Eduard assumem e afirmam reciprocamente sua paixão, em momento de raríssima felicidade, sucede-lhes a maior desgraça, a morte accidental do filho de Eduard nas mãos de Otilie –, parece que “a esperança passou por sobre as suas cabeças como uma estrela caindo do céu”.<sup>48</sup> A vontade que movimenta esta pesquisa é revisitar aquela expectativa fugidia e adiada, no afã de compreendê-la e atualizá-la (torná-la compreensível aos olhos do “hoje”), seguindo nesse ponto a orientação da História Intelectual de um François Dosse, que hermeneuticamente fala da “mensagem que ele [um clássico] carrega tempo afora até nossa atualidade”, ou seja, “o modo como nos fala de nossa contemporaneidade”.<sup>49</sup>

---

<sup>48</sup> GOETHE, J. W. *As afinidades eletivas*. São Paulo: Nova Alexandria, 1992, p. 232.

<sup>49</sup> DOSSE, F. Da história das ideias à história intelectual. In: *História e Ciências Sociais*. Bauru, SP: Edusc, 2004, p. 294.

## CAPÍTULO I

### Sérgio Buarque de Holanda, o modernismo, a história

“Não mais a fusão com Deus, mas com a história:  
é esse o destino do homem na modernidade.”<sup>50</sup>

Octavio Paz, *Os filhos do barro:  
do romantismo à vanguarda*.

#### 1.1 História e modernismo

Em conhecida entrevista de Sérgio Buarque de Holanda, concedida a Richard Graham, publicada originalmente na *Hispanic American Historical Review*, em 1982, e republicada na *Revista do Brasil*, em 1987, o então consagrado historiador, reavaliando sua trajetória de jovem crítico literário no ambiente modernista, diria que o modernismo significou:

[...] acima de tudo, a quebra do formalismo das velhas tradições. Em estudos de folclore, os modernistas dirigiram sua atenção para o interior do Brasil, longe das cidades europeizadas. Tornando os negros o objeto de sua arte, eles declararam que não somente os brancos eram brasileiros. Eu trouxe estas preocupações para dentro do meu trabalho histórico, bem como para todos os demais. *Raízes do Brasil* foi uma tentativa de fazer algo novo, para quebrar com a glorificação patriótica dos heróis do passado, para ser crítico.<sup>51</sup>

O viés crítico em relação ao passado brasileiro, apreendido desde os anos do modernismo, Sérgio Buarque conservaria sempre. Ao refletir sobre a presença do passado e a função do historiador, ele afirmaria que, primordialmente, esta seria a de “fazer esquecer o passado”, promover a libertação de seu peso. No caso da história do Brasil, disse, “nosso passado é tão triste que é melhor esquecê-lo”.<sup>52</sup> A ruptura com o passado arcaico é um tema eminentemente modernista. Em *Raízes do Brasil* – ensaio elaborado senão no ímpeto da

<sup>50</sup> PAZ, O. *Os filhos do barro: do romantismo à vanguarda*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984, p. 50.

<sup>51</sup> HOLANDA, S. B. “Todo historiador precisa ser bom escritor” – Entrevista a Richard Graham [1982]. In: *Sérgio Buarque de Holanda: Entrevistas*. Organização de Renato Martins. Rio de Janeiro: Beco do Azogue, 2009.

<sup>52</sup> *Idem*, p. 107.

primeira fase, iconoclasta, do modernismo brasileiro, pelo menos resultante de sua intervenção – a reflexão histórica tem a função, em larga escala, de identificar as raízes arcaicas e conservadoras que atravancavam os processos de modernização e democratização da sociedade brasileira. Claro, muita coisa aconteceu entre *Raízes do Brasil* e a entrevista de 1982. Contudo, a temática modernista de ruptura com o passado arcaico sobreviveria à obra posterior de Sérgio Buarque, ainda que revestida de novo caráter técnico, desde quando ele avança em direção à profissionalização do ofício de historiador.<sup>53</sup>

Mário de Andrade, em conferência pronunciada no Ministério das Relações Exteriores, no Rio de Janeiro, em 1942, comemorativa dos 20 anos da Semana de Arte Moderna (1922), tentaria fixar uma memória do movimento modernista, centrada sobre o paradigma de 1922 como um marco de ruptura na cultura brasileira. O texto da conferência de 1942 procura, em retrospectiva, conceituar o modernismo – “uma convulsão profundíssima da realidade brasileira” – e avaliar suas contribuições para o campo intelectual. Em síntese, Mário de Andrade avalia as conquistas do movimento modernista em três aspectos centrais: “O que caracteriza esta realidade que o movimento impôs é a fusão de três princípios fundamentais: o direito permanente à pesquisa estética; a atualização da inteligência artística brasileira; e a estabilização de uma consciência crítica nacional”.<sup>54</sup> Um dos aspectos fundamentais da temática modernista, o trato do passado nacional, é lembrado por Mário de Andrade como marco de ruptura: “[...] foi um abandono de princípios e de técnicas consequentes, foi uma revolta contra o que era a inteligência nacional”.<sup>55</sup> O autor de *Paulicéia Desvairada* (1922), cujo *Prefácio Interessantíssimo* lança ideias-chave do movimento, refere-se, sobretudo, ao período que ele designa como “a verdadeira fase do modernismo”, entre 1922 e 1930, quando se viveu “a maior orgia intelectual da história artística do país”.<sup>56</sup> Sérgio Buarque assistiu *in loco* a conferência. Em carta ao amigo Mário, no mesmo ano de 1942, ele demonstra ter percebido esse caráter “oficial” da conferência, ao comentá-la: “v. tratou quase

---

<sup>53</sup> É este o sentido, por exemplo, do prefácio à segunda edição de *Visão do Paraíso*, de 1969: “não pertence [ao ofício de historiador] o querer erigir altares para o culto do Passado, desse passado posto no singular, que é palavra santa, mas oca. [...] uma das missões do historiador, desde que se interesse pelas coisas de seu tempo – mas em caso contrário ainda se pode chamar historiador? –, consiste em afugentar do presente os demônios da história”. HOLANDA, S. B. “Prefácio à segunda edição”. In: *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 21-2.

<sup>54</sup> ANDRADE, M. O movimento modernista. In: *Aspectos da literatura brasileira*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1974, p. 242.

<sup>55</sup> *Idem*, p. 235.

<sup>56</sup> *Idem*, p. 238.

só dos “salões” modernistas, fazendo uma espécie de concessão ao ambiente itamaratiano”. Dado o recado, logo desvia do assunto e atenua, para depois entrar no mérito de assuntos práticos, sobre publicações futuras: “sua conferência representa *de qualquer modo* uma contribuição *muitas vezes* oportuna e importante para a história do movimento [grifo nosso]”.<sup>57</sup>

A crítica recente, não obstante, procura reavaliar alguns dos “marcos” referenciais do modernismo e empreende críticas mais ou menos severas à “memória oficial” do movimento, da qual este texto de Mário de Andrade é o mais legítimo representante. Um dos balanços críticos mais significativos do modernismo, dada a multiplicidade de abordagens, foi produzido nos anos 1970, durante o IV Festival de Inverno de Ouro Preto, promovido pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). As comunicações apresentadas no encontro – por ocasião do cinquentenário da Semana de Arte Moderna (1972) – foram reunidas por Affonso Ávila (organizador) e editadas pela Editora Perspectiva, sob o título “O modernismo”. O texto de abertura da coletânea, de autoria do historiador mineiro Francisco Iglésias, ligado à “história das ideias”, procura historicizar o movimento e propor marcos temporais para as distintas etapas de desenvolvimento. A historicidade do modernismo é ela mesma um movimento de historicização: ao analisar o legado do modernismo para a cultura brasileira, Iglésias aponta a “redescoberta do Brasil” entre 1922 e 1930 – o momento da “sacudida” modernista, que irrompeu um surto renovador – no sentido de apontar-lhes os caminhos a seguir:

O Brasil entra no ritmo da aceleração histórica que se verifica nos grandes centros, dos quais era simples reflexo, quando agora, ainda seja em parte reflexo, já produz bem mais o que é seu, dando-lhe a nota essencial de seu estilo.<sup>58</sup>

O texto de Iglésias chama a atenção para o aspecto (ou a corrente ou, ainda, o “lado oposto”, como diria Sérgio Buarque, em 1926) conservador e ambíguo do modernismo; os jovens modernistas encontram receptividade e proteção nos círculos dominantes de São Paulo, “misturando-se a *intelligentsia* à plutocracia”. Paulo Prado (autor do *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*, de 1928), figura representativa da alta burguesia

<sup>57</sup> MONTEIRO, P. M. (Org.) Mário de Andrade e Sérgio Buarque de Holanda: correspondência. São Paulo: Companhia das Letras, Instituto de Estudos Brasileiros, Edusp, 2012, p. 132.

<sup>58</sup> IGLÉSIAS, F. Modernismo: uma reverificação da inteligência nacional. In: ÁVILA, A. (Org.) *O modernismo*. São Paulo: Perspectiva, 1975, p. 25.

paulistana, encabeçaria a organização da Semana de Arte Moderna, ao lado de nomes da mais tradicional elite de São Paulo. A explicação para essa ambiguidade – a reunião do elitismo tradicional à expressão renovadora da sensibilidade moderna –, segundo o historiador mineiro, está no gosto de domínio em que se afirmou a superioridade dos elementos organizadores da Semana: “[eles] a aceitaram pelo fato de que é dirigida por eles [...], como protetores de jovens que fazem sua festa, exibem talento e *não afetam em nada a ordem estabelecida* [grifo nosso]”.<sup>59</sup> A reunião de pessoas de tendências tão díspares, no diagnóstico apresentado, é sintoma de que “não se percebia bem o que se passava”.<sup>60</sup> É curioso notar, nessa ótica, que boa parte do esforço de crítica de Sérgio Buarque entre os anos 1920-1926 pode ser avaliado segundo a forte tendência do autor em compreender “o que se estava acontecendo”, discernir grupos divergentes e tendências díspares, intenções conservadoras ou verdadeiramente modernas, como demonstra – o exemplo é recorrente – “O lado oposto e outros lados” (1926), entre outros artigos. “Só à noite enxergamos claro”,<sup>61</sup> diria Sérgio Buarque, no quase enigmático ensaio *Perspectivas*, de 1925. À época, o autor flertando com o surrealismo e a psicanálise, este artigo reivindica para a arte poética o papel de “declaração de direitos do Sonho”, onde se buscaria a realidade, no paraíso das regiões inexploradas.

A despeito do balanço crítico de Iglésias, ainda assim sua abordagem está centrada no heroísmo e heresia da geração de 1922, “exemplo de grupo eliminatório e de combate”, responsável por, cem anos após a independência política do país, questioná-lo quanto às dependências a que estava submetido no âmbito cultural e à não realização de uma sociedade aberta e democrática. Em síntese, a visão do modernismo apresentada por Iglésias coincide – e até mesmo corrobora, sem nomeá-lo – a de Mário de Andrade: “não era o gosto de destruir por destruir, mas a necessidade de limpar o terreno para nascer o autêntico e novo é que animou os artistas verdadeiramente criadores e modernos de 22”.<sup>62</sup> Estudos ainda mais recentes têm apontado, contudo, uma aguda crítica ao “paradigma de 22”. É o caso da pesquisadora Monica Pimenta Velloso, autora de diversos trabalhos sobre o período do

---

<sup>59</sup> *Idem*, p. 14-5.

<sup>60</sup> *Idem*, p. 15.

<sup>61</sup> HOLANDA, S. B. *Perspectivas*. In: *O Espírito e a Letra: Estudos de crítica literária I: 1920-1947*. Org. Antonio Arnoni Prado. São Paulo: Companhia das Letras, p. 215.

<sup>62</sup> IGLÉSIAS, F., p. 16.

modernismo brasileiro.<sup>63</sup> Em pequeno livro dado ao público em 2010, “História & Modernismo”, a autora investe em uma deslegitimação de 1922 como acontecimento fundador do novo na história literária brasileira.<sup>64</sup> Durante muito tempo foi utilizada a expressão *pré-modernismo* ou “antecedentes”, de modo a definir o panorama cultural brasileiro anterior à SAM/22, na virada do século XIX para o século XX, como um momento de “vazio cultural”.<sup>65</sup>

Este trabalho de questionamento se faz necessário ainda hoje, e mais que nunca, porque a visão hegemônica do modernismo brasileiro, segundo a historiadora, ainda repousa em um consenso, circunscrito à ambiência paulista e a um grupo canônico de intelectuais. Na apreciação de Velloso, com isso a historiografia do modernismo acaba por reforçar antigas elaborações (os marcos cronológicos pautados pelos grandes acontecimentos) do fazer historiográfico. É importante, então, considerar que a narrativa hegemônica do modernismo foi uma construção social fabricada pelas vanguardas paulistas, que a atualizaram entre as décadas de 1930 e 1950, passando a construção dos acontecimentos à dimensão da memória historiográfica. O grande problema, na ótica da autora, é que a versão hegemônica “não cogitava o caráter compósito e ambíguo do modernismo, nem abarcava pluralidades espaço-temporais”. Daí um momento importante, como o chamado *pré-modernismo*, pelo resgate das tradições regionais, por exemplo, ser abarcado a partir do e em função do “paradigma de 22”:

tais ideias acabaram comprometendo a própria historicidade e conceituação do movimento; deixaram de ser considerados aspectos fundamentais, como a heterogeneidade dos grupos intelectuais e [...] as fortes tensões entre tradição e modernidade, que geraram dinâmicas específicas.<sup>66</sup>

Assim, a polissemia e ambiguidade que deveriam revestir o termo (Velloso sugere que se fale em modernismos) se anulam. Nessa discussão, o tema da temporalidade histórica

---

<sup>63</sup> Cf. OLIVEIRA, C.; LINS, V.; VELLOSO, M. P. *O moderno em revistas: representações do Rio de Janeiro de 1890 a 1930*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

<sup>64</sup> VELLOSO, M. P. *História & Modernismo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010 (Coleção História &... Reflexões, 14).

<sup>65</sup> Tal crítica foi apontada também, por exemplo, por Francisco Foot Hardman: “[...] boa parte da crítica e das histórias culturais e literárias produzidas, desde então, construíram modelos de interpretação, periodizaram, releam o passado cultural do país, enfim, com as lentes do movimento de 1922”. In: HARDMAN, F. F. Antigos modernistas. In: NOVAES, Adauto (org.) *Tempo e História*. São Paulo: Companhia das Letras; Sec. Municipal de Cultura, 1992, p. 289-305.

<sup>66</sup> VELLOSO, M. P. *Idem*, p. 23.

ganha dimensão central; trata-se de considerar a espessura da temporalidade, que confere sentido aos acontecimentos, e pensar o acontecimento para além do seu momento de origem. No processo de releitura do modernismo brasileiro, foi fundamental a geração de literatos dos anos 1970 (Luís Costa Lima, Alfredo Bosi, Silviano Santiago), que – críticos do paradigma de 1922 – deu ênfase à diversidade da cultura brasileira e “contribuiu para o entendimento da “temporalidade múltipla” da brasilidade”.<sup>67</sup> O entendimento da “brasilidade modernista” (a busca pela identidade nacional legítima por meio de uma literatura original) extrapolaria em muito, segundo a autora, o ambiente paulista e a Semana de Arte Moderna. A temática da brasilidade teria uma trajetória longa, passando pelos mais diversos grupos intelectuais, desde a “geração de 1870” e a “Escola do Recife”, o regionalismo de Cícero Dias, Gilberto Freyre, José Lins do Rego no Recife dos anos 1930, até o modernismo mineiro, também regionalista, produtor de diversos debates com o modernismo paulista. O próprio Sérgio Buarque de Holanda, embora bastante próximo dos paulistas, principalmente Mário e Oswald, vivia no Rio de Janeiro e não tomou lugar efetivo na Semana de Arte Moderna, tendo servido, contudo, de divulgador do modernismo paulista na capital fluminense, representante de vendas da revista *Klaxon*: mensário de arte moderna, que circulou entre 1922 e 1923. Monica Pimenta Velloso confere a Sérgio Buarque um lugar de destaque no modernismo – principalmente se considerada a atualidade dos estudos e interpretações do modernismo – por seu papel de *autocrítica* do movimento. Após o encerramento das atividades da revista *Klaxon*, Sérgio Buarque mais seu amigo Prudente de Moraes Neto dirigiram, entre 1923 e 1924, a revista *Estética*, que tinha por função central promover o debate entre os próprios modernistas. Pautada pela demanda de “abertura intelectual”, crítica da cultura e “nova visão do passado brasileiro”, *Estética* apresentaria uma noção de “brasilidade como obra inacabada, marcada pela mais profunda liberdade”.<sup>68</sup> Esse sentido da brasilidade – por fazer-se, de acordo com o “ritmo espontâneo” e historicidade própria da nação – encontrará reverberação nas páginas finais de *Raízes do Brasil*.<sup>69</sup> Um dos objetivos deste capítulo da dissertação é escrutinar algumas conexões mais ou menos ocultas da produção de crítico literário de Sérgio Buarque de Holanda no ensaio histórico *Raízes do Brasil*.

---

<sup>67</sup> *Idem*, p. 26.

<sup>68</sup> *Idem*, p. 86.

<sup>69</sup> HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1936, p. 161.



Outro trabalho recente que discute o cânon modernista é o do professor do departamento de Letras da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Luís Bueno. *Uma história do romance de 30* foi publicada em 2006, é o resultado de sua tese de doutoramento, homônima, defendida na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), em 2001. Uma das partes do livro de mais de setecentas páginas (“O lugar do romance de 30: 22 e 30”) é dedicada ao questionamento da validade do movimento modernista, “um dos grandes temas da história literária brasileira, hoje”.<sup>70</sup> Este questionamento, na ótica de Bueno, é parte bastante visível de uma reação à sedimentada postura de dimensionar a literatura brasileira do século XX a partir do movimento modernista. Ele faz a denúncia, também, do estabelecimento de um conceito de *pré-modernismo* como revelador dessa postura, pois assim se coloca o modernismo no centro de nossa tradição literária, a ponto de determinar o que é válido e o que é secundário na literatura do início do século. No seu bojo, “a ideia bastante questionável de que as obras de um Lima Barreto ou Euclides da Cunha ganham sentido por suas antecipações de certos aspectos modernistas”.<sup>71</sup> Não por acaso, a maior parte dos questionamentos ao modernismo partem de estudos sobre o chamado pré-modernismo.

De outro lado, Luís Bueno procura desmontar todo um sistema de leituras do modernismo que ganharam corpo a partir da tese de João Luiz Lafetá (1973),<sup>72</sup> segundo a qual o romance de 30 é alargamento do modernismo de 22, sua continuidade, “visão que atribui ao modernismo de 22 posição definidora”.<sup>73</sup> Essa tese parte da ideia segundo a qual todo movimento estético tem um projeto estético tanto quanto um projeto político/ideológico. No caso do modernismo brasileiro, segundo Lafetá, teria ocorrido uma ênfase maior no projeto estético durante a década de 1920 e, nos anos 1930, uma maior ênfase no projeto ideológico. Ora, esta disposição se apoia naquele arranjo determinante do modernismo de 22, “espécie de ortodoxia [...] e olhar inquisitorial sobre os que dela se afastam”.<sup>74</sup> Na esteira do pensamento de Antonio Candido,<sup>75</sup> um dos ativos líderes dessa ortodoxia, Lafetá busca a “identificação

---

<sup>70</sup> BUENO, L. *Uma história do romance de 30*. São Paulo: Edusp; Campinas: Ed. Unicamp, 2006, p. 43.

<sup>71</sup> *Idem*, p. 44.

<sup>72</sup> LAFETÁ, J. L. *1930, a crítica e o modernismo*. São Paulo: Ed. 34, 2000.

<sup>73</sup> BUENO, L. *Idem*, *ibidem*.

<sup>74</sup> *Idem*, p. 45.

<sup>75</sup> O próprio Antonio Candido, além de inspirá-la, concordaria com a tese de João Luiz Lafetá: “[...] no decênio de 1930 o inconformismo e o anticonvencionalismo se tornaram um direito, não uma transgressão, fato notório mesmo nos que ignoravam, repeliavam ou passavam longe do modernismo. Na verdade, quase todos os escritores de qualidade acabaram escrevendo como beneficiários da libertação operada pelos modernistas, que acarretava a

imediate do modernismo com um espírito revolucionário” e, conseqüentemente, repressão e apagamento do modernismo relacionado também a posturas políticas reacionárias.<sup>76</sup> Considera-se, conquanto, que a tese de Lafetá fora escrita nos piores momentos da ditadura militar e que, por esse motivo, merece hoje uma revisão. A proposta de Bueno, na sua história do romance de 1930, é deslocar o olhar para perceber um certo afastamento dos projetos de cada geração, e não uma aproximação ou simples continuidade. Para a geração de 1922, a utopia era clara e palpável; em 30, pelo menos para o romance, manchava-lhe o rumo conservador e autoritário tomado pela modernização:

Nem mesmo para o mais otimista dos romancistas de 30 o tempo da utopia poderia ser visível como fora para os modernistas, que o vislumbraram a partir de um presente no qual conseguiam identificar os prenúncios desse futuro ao mesmo tempo utópico e palpável. Com os pés fincados num presente que só pode prever o pior – inclusive a Guerra, da qual se falava desde a primeira metade da década – parece que até mesmo o militante tem que se conformar em adiar seu sonho para um futuro indeterminado.<sup>77</sup>

Sérgio Buarque, de certa forma, como dizíamos na introdução, vira-se obrigado a adiar suas projeções, frustrado que fora pelo golpe de Vargas e implantação da ditadura do Estado Novo. Talvez daí o desfecho enigmático da primeira edição de *Raízes do Brasil*, de 1936. Também, ele seria protagonista de certa ruptura com os modernistas ou, pelo menos, com um dos lados do modernismo, identificado por ele em 1926 como composto de “acadêmicos modernizantes”, que idealizavam uma “elite de homens, inteligentes e sábios, embora sem muito contato com a terra e o povo”.<sup>78</sup> Quem orientou a tese de doutoramento de Luís Bueno na Unicamp foi o professor Antonio Arnoni Prado, do departamento de Teoria Literária. Em seu trabalho, Prado analisou as correntes reacionárias que participaram do movimento modernista. Ele destaca a singularidade de Sérgio Buarque de Holanda no interior do modernismo como alguém capaz de elucidar, no calor do momento, “o verdadeiro sentido

---

depuração antioratória da linguagem, com a busca de uma simplificação crescente e dos torneios coloquiais que rompem com o tipo anterior de artificialismo”. In: CANDIDO, A. A Revolução de 1930 e a Cultura. In: *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1987, p. 186 *apud* BUENO, L. *Idem*, p. 65.

<sup>76</sup> BUENO, L. *Idem*, p. 46.

<sup>77</sup> *Idem*, p. 74.

<sup>78</sup> HOLANDA, S. B. O lado oposto e outros lados. In: *O Espírito e a Letra: Estudos de crítica literária I: 1920-1947*. Org. Antonio Arnoni Prado. São Paulo: Companhia das Letras, p. 226.

reformista da revolução dissidente”.<sup>79</sup> Essa revolução dissidente, que Prado denomina – já no título – uma “falsa vanguarda”, é a “brasilidade integral”, considerada um desvio ideológico, nacionalismo exacerbado levado ao terreno político-partidário. A esses representantes da “falsa vanguarda”, Sérgio Buarque despacharia para o “lado oposto” do modernismo. Sua singularidade, que o torna ao mesmo tempo um modernista *avant la lettre* e um crítico do próprio modernismo, estaria nesse esforço de discriminação, a fim de elucidar posições e comprometimentos. Arnoni Prado, observando a transposição dos argumentos presentes na crítica para *Raízes do Brasil*, diz que a crítica buarquiana à participação intelectual de minorias ilustradas comprometidas com os segmentos oligárquicos “desmarcara, no projeto da brasilidade integral, o traço agravante de uma remodelagem conservadora [...] inscrita na velha tradição brasileira de bloqueio ostensivo a qualquer tipo de organização oponente”.<sup>80</sup>

Também organizador de *O Espírito e a Letra* (1996), que reúne a crítica literária de Sérgio Buarque em dois volumes, Arnoni Prado considera que *Raízes do Brasil*, em relação ao modernismo, representa “o olhar maduro do intelectual que encarna, ele próprio, a superação crítica do sistema em que se formou”.<sup>81</sup> Nos escritos de Sérgio Buarque – um jovem modernista, na década de 1920 – percebe-se não apenas uma relação particular do autor com os moços da Semana de Arte Moderna, mas principalmente a gestação das ideias que definiriam o perfil do clássico ensaio da década de 1930. O projeto de “interpretação do Brasil” de Sérgio Buarque atravessaria, portanto, o movimento e culminaria na publicação de *Raízes*, em 1936, como um deslocamento crítico do projeto modernista.

Considerados estes aspectos, Maria Odila Dias, que fora orientanda de Sérgio Buarque na Universidade de São Paulo (USP) nos anos 1970, além de representar hoje uma das principais chaves de leitura da obra do historiador, afirma que *Raízes do Brasil*, inserido no contexto intelectual do modernismo, é uma espécie de “acerto de contas” com os modernistas. Trata-se da “interpretação de um processo temporal”, em que a vida urbana era a grande força revolucionária, que finalmente ameaçava o predomínio da cultura e dos costumes ibéricos.<sup>82</sup> Sua chave de leitura interpretativa de *Raízes do Brasil* considera a partilha de Sérgio Buarque

<sup>79</sup> PRADO, A. A. *Itinerário de uma falsa vanguarda: os dissidentes, a Semana de 22, e o Integralismo*. São Paulo: Ed. 34, 2010, p. 249.

<sup>80</sup> *Idem.*, p. 251.

<sup>81</sup> PRADO, A. A. *Raízes do Brasil e o modernismo*. In: CANDIDO, A. (Org.) *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 72.

<sup>82</sup> DIAS, M. O. *Sérgio Buarque de Holanda, historiador*. In: DIAS, M. O. (Org.) *Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo: Ática, 1985 (Coleção Grandes Cientistas Sociais, n.51), p. 37.

de valores caros ao pensamento histórico do historicismo clássico e sua ênfase no processo de *mudança temporal*. A partir do convívio intelectual – durante a estada na Alemanha, entre 1929-1930 – com Friederich Meinecke, professor na Universidade de Berlim, Sérgio Buarque aderira a “um modo de ser historista”, que consistia basicamente em ver na vida dos homens em sociedade configurações de momento, conceitos temporários de vida, valores culturais relativos, em processo de mudança.<sup>83</sup>

Podemos encontrar, nos textos de crítica literária e em *Raízes do Brasil*, como recorrente, a questão da tensão permanente entre arcaico e moderno ou a persistência das tradições e a mudança histórica. A questão da temporalidade é elemento primordial não somente para Sérgio Buarque de Holanda, mas para o próprio modernismo, que procura desvencilhar-se da situação de “atraso” do contexto nacional em relação ao concerto internacional e se define, justamente, pela atualização do contexto da nacionalidade em face das transformações mundiais em termos econômicos, artísticos e culturais.<sup>84</sup> No caso de Sérgio Buarque, no universo de sua crítica literária, tanto quanto anos mais tarde, no ensaísmo histórico, o sentido é o de uma temporalidade “aberta”. Isso fica evidente, por exemplo, quando afirma o papel da obra de arte a partir da experiência de seu tempo: “não exprime nunca uma solução, mas somente uma atitude”.<sup>85</sup> Daí, talvez, sua obstinada resistência a se deixar engendrar por qualquer sistema, movimento organizado, credo político. Se nas páginas finais de *Raízes do Brasil* Sérgio Buarque evita a todo o custo encampar soluções ou projetos políticos de Brasil e, antes disso, fazer a crítica de todas as soluções que à época se apresentavam – na contramão de seu tempo, em que a sociologia se tornara “a arte de salvar rapidamente o Brasil”<sup>86</sup> –, ele daria sinais disso desde a juventude modernista: “o pensamento que realmente quiser importar para a nossa época há de se afirmar sem nenhum receio pelos seus reflexos sociais [...]. Há de ser essencialmente *apolítico*”.<sup>87</sup> O seu amigo Manuel Bandeira, que na boemia costumava lhe chamar carinhosamente de “gambá”, assinalou este aspecto quando escreveu comentário n’*O Jornal*, do Rio de Janeiro, em 1931, por ocasião do

---

<sup>83</sup> *Idem.*, p. 17.

<sup>84</sup> MORAES, E. J. *A brasilidade modernista: sua dimensão filosófica*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

<sup>85</sup> HOLANDA, S. B. “Modernismo não é escola: é um estado de espírito”: entrevista com Prudente de Moraes, neto e Sérgio Buarque de Holanda [1925]. In: *Raízes de Sérgio Buarque de Holanda*. Organização de Francisco Assis Barbosa. Rio de Janeiro: Rocco, 1988, p. 72.

<sup>86</sup> ANDRADE, M. *O empalhador de passarinhos*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1955, p. 41.

<sup>87</sup> HOLANDA, S. B. Tristão de Athayde [1928]. In: *op. cit.*, p. 114.

retorno de Sérgio da Alemanha: nele predominava uma “ausência de qualquer fé bem definida, de adesão a qualquer sistema”.<sup>88</sup>

Crítica e história convergem no pensamento histórico de Sérgio Buarque de Holanda. Um exemplo bem claro disso, além dos que já dispusemos, é a crítica que nosso autor faz a Graça Aranha, um dos próceres do modernismo a quem combateu incansavelmente, durante e depois de passada a intensidade do movimento. Para Sérgio Buarque, faltava a Graça Aranha “imaginação histórica”, ele a negava, pois considerava-a um estorvo à “imaginação estética”.<sup>89</sup> Procuraremos demonstrar isso – a convergência entre crítica literária e consciência histórica – neste capítulo, ao propor, primeiro, uma interpretação da crítica literária de Sérgio Buarque imersa na dimensão da consciência da historicidade (1.2. “Romantismo dentro do romantismo”: consciência histórica na crítica literária), depois, ao apontar algumas conexões entre os ensaios críticos e *Raízes do Brasil* (1.3. O modernismo e *Raízes do Brasil*), para, por fim, apontar que as diferenças de Sérgio Buarque para com os “o lado oposto” e os “outros lados” do modernismo, a partir da visão retrospectiva de Sérgio Buarque sobre o movimento, antecipam alguns aspectos das releituras críticas que se fazem hoje ao “paradigma de 22” (1.4. O modernismo na visão retrospectiva de Sérgio Buarque de Holanda). Esse movimento do capítulo visa à compreensão do prelúdio de *Raízes do Brasil*, sempre com vistas à questão da historicidade do clássico ensaio histórico, motivo de nossa pesquisa.

Pelo menos dois trabalhos acadêmicos recentes exploraram minuciosa e sistematicamente a produção crítica de Sérgio Buarque de Holanda, ligando-a a *Raízes do Brasil* e sua reflexão identitária. Trata-se da dissertação de mestrado de João Kennedy Eugênio, “*O outro Ocidente: Sérgio Buarque de Holanda e a Interpretação do Brasil*”,<sup>90</sup> defendida na Universidade Federal Fluminense (UFF) em 1999; e da tese de doutorado de Marcus Vinícius Correa Carvalho, “*Outros lados: Sérgio Buarque de Holanda, crítica literária, história e política (1920-1940)*”, defendida em 2003 na Unicamp.<sup>91</sup> Ambos situam o horizonte de Sérgio Buarque de Holanda – na crítica e na história – no romantismo. J. K.

---

<sup>88</sup> BANDEIRA, M. Sérgio Buarque de Holanda acaba de regressar da Alemanha, onde passou dois anos preparando uma invasão da Rússia, que fracassou [1931]. In: *op. cit.*, 1989, p. 293.

<sup>89</sup> HOLANDA, S. B. Um homem essencial [1924]. In: *op. cit.*, p. 226.

<sup>90</sup> EUGÊNIO, J. K. *O outro Ocidente: Sérgio Buarque de Holanda e a Interpretação do Brasil*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Niterói, RJ: 1999.

<sup>91</sup> CARVALHO, M. V. *Outros lados: Sérgio Buarque de Holanda, crítica literária, história e política (1920-1940)*. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP: 2003.

Eugênio fala em “historicismo romântico”, pautado o autor por um agudo senso de história, que se desdobra na valorização do espontâneo e crítica de todo sistema ordenatório; M. V. Carvalho fala em “ambiente romântico de reflexão”, de um Sérgio Buarque ligado à hermenêutica romântica de Schleiermacher e Dilthey. Concordamos com eles e de certa forma neles nos apoiamos. Mas, de nossa parte, consideramos, além disso, a relação com o passado e a consciência dessa relação como determinantes para a caracterização da crítica literária de Sérgio Buarque de Holanda e sua visão de modernismo como uma hiperafetação do romantismo, que teria despertado a imaginação do século XIX para a historicidade do sujeito e a temporalidade das verdades tidas como clássicas. Daí reforçarmos sua inserção em uma corrente historicista e hermenêutica. Isso permite compreender o sentido de uma de suas principais declarações no ambiente do modernismo, quando disse, hermenêuticamente, que o movimento não era semelhante a uma escola, mas um estado de espírito: “diante de cada questão que propõe um momento novo é sempre possível a nós tomar um ponto de vista novo”.<sup>92</sup>

## 1.2 “Romantismo dentro do romantismo”: consciência histórica na crítica literária

Em 1920, o primeiro artigo de Sérgio Buarque de Holanda, “Originalidade Literária”, já demonstra algumas marcas constantes do pensamento do autor. Ainda muito jovem, contando então 18 anos de idade, o crítico incipiente demonstra algumas preocupações que se desdobrariam, depois, em sua obra madura. O nível reflexivo de sua abordagem, entre crítica da cultura e história da literatura, salta aos olhos nesse texto sobre a necessidade de feição autenticamente nacional da literatura brasileira. O tema central desse período de sua trajetória é a literatura nacional, sempre vinculada à história. A história, desde o início de sua atividade de crítico, aparece como fundamento, sobre o eixo temporal movimentam-se suas preocupações recorrentes. Vamos percorrer desde já praticamente de forma exclusiva a questão da historicidade, desde os primeiros artigos, mesmo deixando de lado outras possibilidades de análise de sua crítica literária do período (americanismo, pensamento político, elogio do Império, boemia e sociabilidades) para não perder de vista o argumento central.

---

<sup>92</sup> HOLANDA, S. B. Modernismo não é escola, é estado de espírito: conversa com Prudente de Moraes Neto e Sérgio Buarque de Holanda [1925]. In: HOLANDA, S. B. *Sérgio Buarque de Holanda: Entrevistas*. Organização de Renato Martins. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2009, p. 72.

Em diversas passagens – “respeito à tradições”, “não esquecer a obra do romantismo indianista no Brasil”, “Silvio Romero, o maior historiador de nossa literatura” – o autor faz referência à história, mas principalmente quando cita o historiador Varnhagen (1816-1878) como “o primeiro a confessar a inverossimilhança” da viagem de Caramuru à França, sugerida no poema épico do frei Santa Rita de Durão. Os poemas épicos do Brasil – o *Caramuru*, o *Uruguai*, de Basílio da Gama, e *A Confederação dos Tamoios*, de Domingos Magalhães – “pecam [...] pela adulteração com que são pintados os fatos históricos”.<sup>93</sup> De início, Sérgio Buarque chama a atenção para uma situação de atraso entre a emancipação política e a emancipação intelectual do país, ocorrendo à necessidade de “apressar a consumação espiritual de uma nacionalidade”. Em acordo com Silvio Romero (1951-1914), ele afirma que nacionalidade não é formalidade exterior, mas um fato psicológico, interior e íntimo, “formação demorada e gradual dos sentimentos”. Por isso, “a nacionalidade de uma literatura [...] não é coisa para ser feita com as regrinhas de um programa”.<sup>94</sup> O eco dessa formulação de 1920 está presente em *Raízes do Brasil*, quando afirma que na organização de nossa desordem “há de restar um mundo de essências mais íntimas”, e também, entre ambos, no ensaio de 1926, “O lado oposto e outros lados”, em que afirma que uma arte de expressão nacional “não surgirá, é mais que evidente, de nossa vontade, nascerá muito mais provavelmente de nossa indiferença”.<sup>95</sup> O próprio tema da “originalidade nacional” como sintonia com o ser profundo da alma nacional é já de partida um indício do historicismo do jovem Sérgio Buarque. Se a originalidade não segue “as regrinhas de um programa”, ela manifesta determinada cultura segundo suas tradições, principalmente se adequadas a novas circunstâncias – ou seja, vivas e atuantes no presente. Desse modo, um dia, o Brasil haveria de realizar sua “consumação espiritual”. Havia uma *expectativa* da parte do autor em prol da “aceleração” desse resultado final – “O Brasil há de ter uma literatura nacional, há de atingir, *mais cedo ou mais tarde*, a originalidade literária [grifo nosso]”. A essa expectativa da originalidade soma-se o caminho para tanto: o respeito das tradições, ou seja, a releitura da experiência brasileira segundo ela mesma. No ensaio *Estudos Brasileiros*, de 1925, vamos observar uma chamada mais enfática para a releitura (crítica) da história do Brasil.

---

<sup>93</sup> HOLANDA, S. B. Originalidade literária [1920]. In: *op. cit.*, 1996b, p. 39.

<sup>94</sup> HOLANDA, S. B. Originalidade literária [1920]. In: *op. cit.*, 1996b, p. 41.

<sup>95</sup> HOLANDA, S. B. O lado oposto e outros lados [1926]. In: *op. cit.*, 1996b, p. 225-226.

A temática seria retomada no artigo seguinte, “Ariel”, publicado na *Revista do Brasil*, à época dirigida por Monteiro Lobato. O artigo é, na verdade uma resenha do livro (“Ariel”) do ensaísta uruguaio José Enrique Rodó (1871-1917), mas, a propósito de resenhar a obra, o autor reforça suas ideias de originalidade e espontaneidade interior ao traçar uma comparação entre nações e culturas distintas, a brasileira e a norte-americana, representativas da tradição ibérica e anglo-saxã, respectivamente. Contra o americanismo, ou seja, a importação de cultura norte-americana (“o utilitarismo *yankee* não se coaduna absolutamente com a índole do povo brasileiro”), Sérgio já demonstraria uma afeição às ideias modernistas – em princípio de eclosão – ao dizer que no Brasil o único traço característico era “o hábito de macaquear tudo quanto é estrangeiro”.<sup>96</sup> Na esteira da crítica ao mimetismo cultural está a defesa de Sérgio Buarque da espontaneidade e dos valores espirituais (Ariel) originais de cada cultura, por oposição ao utilitarismo (Calibã):

O nosso *desideratum* é o caminho que nos traçou a natureza, só ele nos fará prósperos e felizes, só ele nos dará um caráter nacional de que tanto carecemos. E o caminho que nos traçou a natureza é o que nos conduzirá a *Ariel*, sempre mais nobre e mais digno que *Calibã*.<sup>97</sup>

Ao final daquele mesmo ano de 1920, outro artigo importante sairia pelo *Correio Paulistano*. Trata-se de resenha à tradução do *Fausto*, de Goethe, por Gustavo Barroso (1888-1959), em que Sérgio Buarque dialoga com seus outros artigos, anteriores, reafirmando ideias. A referência a Goethe – fundamental para Sérgio nesse período e depois – já havia ocorrido no primeiro artigo, “Originalidade Literária”, ao ter afirmado que “razões de sobra tinha Goethe para afirmar que o homem é sempre o assunto mais interessante para o homem”.<sup>98</sup> Escritor notável, de rara erudição, na opinião do jovem crítico, Gustavo Barroso teria prestado um verdadeiro “serviço às nossas letras” ao traduzir Goethe, sobretudo, por tê-lo feito em prosa, pois era patente que era difícil “até mesmo para os alemães compreenderem certos trechos”.<sup>99</sup> A preocupação de Sérgio era, mais uma vez, com a originalidade. Compreendia que a obra de Goethe não fosse original, mas fruto de lenda popular conhecida. Fica evidente que a originalidade de um autor se associa à capacidade de expressão sincera e espontânea,

<sup>96</sup> HOLANDA, S. B. Ariel [1920]. In: *op. cit.*, 1996b, p. 42.

<sup>97</sup> *Idem*, p. 45.

<sup>98</sup> HOLANDA, S. B. Originalidade literária [1920]. In: *op. cit.*, 1996b, p. 41.

<sup>99</sup> HOLANDA, S. B. O Fausto (a propósito de uma tradução) [1920]. In: *op. cit.*, 1996b, p. 77.



não necessariamente pela abordagem absolutamente inédita de determinado assunto.<sup>100</sup> Sérgio Buarque destacava, ainda, o gosto pelo obscuro em Goethe, que se manifestaria na segunda parte da obra, a “mais apreciada pelos alemães”. Nela é que Goethe associaria o peso do passado no presente e isso chama particularmente a atenção do jovem crítico, principalmente porque quem brada contra o passado é o próprio demônio: “O passado! Por que o passado? Palavra imbecil! O passado é o nada. No entanto, algo ainda fica daquilo que nunca parece ter existido”.<sup>101</sup> Mais uma vez, para Sérgio Buarque a reflexão (crítica, desta vez) do passado assume significado primordial. Nesse ponto, muito valorizado, residiriam nada menos que os motivos para “a glória máxima de seu autor [Goethe]”.<sup>102</sup>

Nesse breve apanhado de alguns dos primeiros artigos, do ano de 1920, percebe-se que, além da recorrente questão da originalidade literária, entendida como expressão autêntica – irrefletida e natural – do espírito de um povo, ele procura afirmar a necessidade de um caminho próprio para a arte brasileira, sintonizada com a experiência concreta (histórica, política e social), por oposição às “regrinhas de um programa”. Por isso mesmo, é precocemente afim à problemática modernista que se encrespava a partir de 1922 e se tornaria mais clara em 1924 e 1928, com os manifestos pela poesia *Pau-Brasil* (1924) e pela *Antropofagia* (1928). Estes são também os primeiros contornos de suas ideias de história, entendidas anteriormente como “historicismo romântico”: uma espécie de nacionalismo cultural diz respeito ao processo de individuação da cultura brasileira em face da modernização, racionalização e aceleração da vida social. Essa preocupação com a

---

<sup>100</sup> Esse argumento sobre originalidade seria retomado posteriormente, no ensaio “Plágios e Plagiários”, da *Revista do Brasil* de 1921. Ele ainda aproveita para fincar sua opinião sobre o papel seletivo, antes de acusatório, do crítico: “É todavia muito comum o plágio inconsciente, ainda em escritores de boa nota. É muito fácil mesmo a um homem de talento apoderar-se de ideias alheias e repeti-las inconsciente, como próprias. Muito comum, muito fácil e muito natural. Naturais o são igualmente as ideias simpáticas que aparecem expressas de maneira idêntica em mais de um escritor. Isso de modo algum constitui plágio.[...] O que diferencia um zoilo comum de um crítico justo é essencialmente o poder de distinguir bem. Portanto, o dever do crítico é, antes de acusar a um autor de plágio, examinar cuidadosamente todas as possibilidades contrárias”. In: HOLANDA, S. B. Plágios e plagiários [1921]. In: *op. cit.*, 1996b, p. 116-126. Mais tarde, em 1922, no artigo “Enéas Ferraz – A história de João Crispim” [1922], diria que “o único critério possível [...] era não se possuir critério algum, quer dizer, um critério único, fixo”. *Op. cit.*, 1996b, p. 145.

<sup>101</sup> HOLANDA, S. B. O Fausto (a propósito de uma tradução) [1920]. In: *op. cit.*, 1996b, p. 85.

<sup>102</sup> Meinecke argumentava que o historicismo de Goethe era muito mais um princípio de vida, uma visão de mundo. Escrever a história seria um ato de liberação do passado contido no próprio ser, de modo a projetar um sentido positivo e libertador para o futuro. A crítica de Goethe ao peso do passado validaria sua posição na gênese do historicismo, uma vez que nele já estariam presentes os elementos que caracterizariam a cultura alemã durante mais de século: “En Goethe culminó la gran revolución espiritual em Alemania, que había de proceder para hacer posible a um Ranke. Puers ahora se muestra, de nuevo, el gran misterio fundamental de la historia de que uno y el mismo fenómeno, plenamente individual e inimitable, está, sin embargo, fundido em uma conexión general”. MEINECKE, F. *El historicismo y su génesis*. México D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1943, p. 510.

indivíduo (original) cultural brasileira manifesta uma visão de mundo historicista, mesmo antes da temporada alemã (1929-30). Por exemplo, J. G. Herder (1744-1803), amigo e interlocutor de Goethe, a um só tempo formulador das bases das matrizes romântica e historicista, trabalharia abundantemente a ideia de nacionalismo cultural. Neles, o conteúdo cultural da ideia nacional desenvolvida na Alemanha distingue as nações que emergem de uma herança cultural comum daquelas que aparecem como resultado de uma história política e Constituição vigente.<sup>103</sup> O “espírito nacional” assumiria uma conotação mística, fonte de valores e gerenciador de condutas. Na intenção de defender a singularidade de cada cultura, para ele a imitação seria uma terrível ameaça à particularidade de cada uma delas. Daí que cada povo deve se orientar por suas próprias tradições, a fim de que o desenvolvimento interno de sua cultura se dê de acordo com suas formas características de pensar e agir. Para Herder, as culturas são comparáveis. Sua ideia de “caráter”, de “espírito do povo” (*Volk*), opõe-se à noção de um código universal válido para todos os homens.<sup>104</sup> Assim se afasta, de certa forma, de Kant. Herder fala da razão viva, por oposição à abstrata: “A razão viva é concreta, mergulhada no elemento da existência, do inconsciente, irracional, espontâneo”.<sup>105</sup> Mas, para Safranski, a grande novidade em Herder, sobre a qual agirão os românticos posteriormente, é a historicização: “É um pensamento novo [...] a transformação do homem através de si próprio e a construção da cultura como atmosfera de vida. [...] Herder presenteou ao século XIX o conceito de uma história dinâmica, aberta”.<sup>106</sup>

No ano de 1921, Sérgio Buarque muda-se para o Rio de Janeiro e lá se matricula na Faculdade de Direito, onde, apesar de pouco assíduo, faria amizades importantes, principalmente com Prudente de Moraes Neto.<sup>107</sup> Ele daria maior atenção à vida social, sobretudo notívaga, e à leitura intensa, inclusive de revistas modernas de literatura europeia, como ressalta o amigo Manuel Bandeira:

Nunca me esqueci de sua figura certo dia em pleno Largo da Carioca, com um livro debaixo do braço e no olho direito o monóculo que o obrigava a um ar de seriedade.

<sup>103</sup> MEINECKE, F. *Cosmopolitanism & the Nacional State*. Princeton: Princeton University Press, 1970, p. 10.

<sup>104</sup> BERLIN, I. *Vico e Herder*. Brasília: UnB, 1982, p. 162.

<sup>105</sup> SAFRANSKI, R. *Romantismo: uma questão alemã*. São Paulo: Estação Liberdade, 2010, p. 24.

<sup>106</sup> *Idem*, p. 27.

<sup>107</sup> HOLANDA, M. A. B. Apontamentos para a cronologia de Sérgio Buarque de Holanda [1979]. In: HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil* – edição comemorativa 70 anos. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

Naquele tempo não fazia senão ler. Estava sempre com o nariz metido num livro ou revista – nos bondes, nos cafés, nas livrarias.<sup>108</sup>

O próprio Sérgio confessaria a pouca dedicação ao curso, desdobrando-se entre as atividades jornalísticas e literárias: “Eu entrei para a escola de Direito, mas pouco estudei. Levei uma vida boêmia, cheia de conversas animadas nas calçadas dos cafés, bares, livrarias e redações de jornal”.<sup>109</sup> Logo começariam a aparecer em seus textos de crítica temas mais relativos às vanguardas literárias. O artigo “O gênio do século”, de 1921, elogia a pluralidade literária do fim do novecentos como antecipação da literatura revolucionária do século XX. As vanguardas modernas são aqui elogiadas por seus aspectos de libertação. De início, debate a literatura de *fin-de-siècle*, “o mais esquisito na sua originalidade e o mais interessante na sua esquisitice”, que goza a “glória de ter produzido” Verlaine, Rimbaud, Mallarmé e outros, cada um deles “em sua individualidade própria, sua maneira, seu modo de dizer, seus *tics*, sua excentricidade”. O decurso dos acontecimentos no curto período entre o fim do XIX e as primeiras décadas do século XX “decifrou o enigma”: não se tratava de um período de decadência, nem de glória efêmera sem maiores resultados, e sim “um prelúdio à literatura revolucionária do século XX”.<sup>110</sup> As escolas vanguardistas, na visão de Sérgio, contra os críticos do modernismo, representam “atestado sério da independência de espírito e embora o gênio nunca acompanhe escolas, estas são sempre agentes das grandes ideias”. A vanguarda privilegiada é, então, o futurismo. De todo modo, não se entregaria aberta e completamente ao futurismo. Elogiava a originalidade da aspiração futurista de liberação de concepções tradicionais: “[...] encoraja todas as tentativas, todas as pesquisas, ele incita a todas as afoutezas, a todas as liberdades”.<sup>111</sup> Sob esse ponto de vista a aspiração futurista é “legítima e louvável”. Mas ele parece resguardar, com razão, tendo em vista a opção futura de Marinetti pelo fascismo, certa reserva ou distância crítica ao asseverar que “todos sabem que o futurismo exalta principalmente o perigo, a força, a luta e a guerra, *sola igiene del mondo*, como disse o primeiro manifesto”.<sup>112</sup> A distância crítica que Sérgio Buarque guardava desse

<sup>108</sup> BANDEIRA, M. Sérgio, anticafajeste. *Revista do Brasil*. Rio de Janeiro, ano 3, n. 6/87, p.90, jul. 1987.

<sup>109</sup> HOLANDA, S. B. Todo historiador precisa ser bom escritor – Entrevista a Richard Graham [1982]. In: *Sérgio Buarque de Holanda: Entrevistas*. Organização de Renato Martins. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2009, p. 195.

<sup>110</sup> HOLANDA, S. B. O gênio do século [1921]. In: *op. cit.*, 1996b, p. 110.

<sup>111</sup> *Idem*, p. 112.

<sup>112</sup> *Idem*, p. 110.

movimento pode ser explicada pela crítica do utilitarismo já mencionada de artigos anteriores, como em “Ariel” e outros.<sup>113</sup>

Em “O futurismo paulista”, Sérgio Buarque chama a atenção para a forte influência das vanguardas sobre “certos beletristas paulistanos”. Ele abre o artigo com uma sugestiva epígrafe tomada de Goethe: “Se eu fosse assaz jovem e assaz ousado, violaria todas as leis da fantasia; usaria de aliterações, de assonâncias e de tudo que me parecesse cômodo”. Ela sugere, não por acaso, uma ressonância entre o ímpeto da geração do *Sturm und Drang* e as vanguardas do início do século XX.<sup>114</sup> Antes de falar dos futuristas de São Paulo, convém a Holanda “atentar no que sejam essas ideias modernistas”. O essencial, ele diz, embora os seus erros, “como em todas as grandes reações”, é “a vantagem imensa e inapreciável de trazer algo de novo, vantagem que por si só já o justifica e o torna louvável”. Essa tendência para o novo ele a reconhece como base e fundo do movimento. Por isso, não era de se censurar o erro daquele que enxergavam como futurista qualquer proposta que apresentasse qualquer tendência mais ou menos inovadora.<sup>115</sup> Passando aos modernistas de São Paulo, “que, como se vê, podem ser chamados assim”, estes teriam dado início a um “movimento de libertação dos velhos preconceitos e das convenções sem valor”. Eles apresentariam a virtude de não se prenderem ao futurismo de Marinetti, mas, antes, apresentavam mais pontos de contato com “os moderníssimos da França”, como Apollinaire e Proust. Sérgio cita, comentando

---

<sup>113</sup> Cf. “Homem-máquina” e “Homeopatias”, textos em que lamenta o processo de modernização e “desencanto” do mundo. No primeiro, a certa altura diz: “O homem-máquina não chora porque não existe aspiração interior”; no segundo, “A tendência da humanidade é para afastar-se da natureza. Reconhece-se o grau de civilização e até o senso artístico de um povo segundo ele se aproxima ou não dessa tendência”. “Homeopatias”, também de 1921, é um texto muito interessante. Sérgio Buarque desfere oito aforismos sobre a arte moderna. Mais uma vez, ele defende a originalidade como condição indispensável da obra de arte e o vitalismo da mudança temporal: “A mudança de opiniões é num pensador o sinal mais evidente de sua vitalidade. Só os imbecis têm opiniões eternamente fixas”. HOLANDA, S. B. Homeopatias [1921]. In: EUGÊNIO, J. K.; MONTEIRO, P. M. *Sérgio Buarque de Holanda: Perspectivas*. Campinas, SP; Rio de Janeiro: Editora Unicamp, Eduerj, 2008, p. 563-564; HOLANDA, S. B. O homem-máquina [1921]. In: *Idem*, p. 559-562.

<sup>114</sup> *Sturm und Drang* é a expressão utilizada para se referir ao pré-romantismo alemão. Literalmente, quer dizer “Tempestade e Ímpeto”, e foi tomada do título de uma peça dramática do pré-romântico Klinger. Herder, Goethe e Schiller, jovens ainda nas décadas de 1770-1780, quando publicam, respectivamente, *Ideias sobre a filosofia da história da humanidade* (1774), *Os sofrimentos do jovem Werther* (1774), *Intriga e Amor* (1784) seriam seus protagonistas. Herder, nas décadas finais do século XVIII, criaria bases para uma crítica do racionalismo progressista da Era das Luzes, que caracterizaria o pré-romantismo do *Sturm und Drang* como “uma revolta do sentimento contra a razão”. Apóstolo de um novo humanismo, como também herdeiro das Luzes que foi, Herder refletirá, no auge de seu historicismo, sobre as definições diferenciais das diversas culturas da humanidade. Para o crítico literário e historiador da literatura Otto Maria Carpeaux, sua ideia de “espírito do povo” ou “caráter nacional” seria uma nova roupagem dada às ideias de Vico, seu precursor na fundação das bases do historicismo. Herder, então, seria assim “o espírito criador das ideias dos séculos XIX e XX”. CARPEAUX, O. M. *A literatura alemã*. São Paulo: Editora Cultrix, 1964, p. 60.

<sup>115</sup> HOLANDA, S. B. O futurismo paulista [1921]. In: *op. cit.*, 1996b, p. 132.

brevemente os respectivos trabalhos, os nomes do escultor Victor Brecheret, Menotti Del Picchia, o “não menos ilustre” Oswald de Andrade e “ainda outros, como Mário de Andrade”. Sua característica comum e sua novidade seria a de representarem não uma “reação medrosa, como tantas que têm surgido entre nós”.<sup>116</sup>

O interesse de Sérgio Buarque pelo futurismo parece se esclarecer na leitura do artigo “Guilherme de Almeida”, sobre o poeta de Campinas, autor de “Nós” (1917) e “A dança das horas” (1919). Novamente, em Sérgio, a demanda pela originalidade: “é um dos nossos poetas mais originais”.<sup>117</sup> O elogio do crítico recai sobre a busca incessante do autor pela personalidade própria de poeta. Poderia até tê-lo chamado de futurista, caso se considerasse o futurismo não uma “escolazinha com regras fixas e invioláveis”, mas como “uma exaltação da originalidade”. Não afirma positivamente que o poeta campineiro seja um futurista, pelo menos não como os outros: “É apenas um original, um raro, aqui está”. Outro aspecto levantado por Sérgio Buarque sobre Guilherme de Almeida, relacionado também à originalidade de sua poesia, é a “sua espontaneidade”, que se deixa entrever na “quase ausência de grandes arremessos políticos [...], dessa certa eloquência infalível nas poesias”.<sup>118</sup> O antitradicionalismo manifesto pelo futurismo poderia ser um atalho para a autenticidade, por prometer a libertação de tradições passadistas. Em diversos momentos, desde “Originalidade Literária”, Sérgio Buarque contemplaria a visão de modernismo como antitradicionalismo capaz de desimpedir os caminhos em direção da criação artística irrefletida e sintonizada com a essência particular da brasilidade.

Outro poeta que merece menção especial por sua originalidade é Manuel Bandeira. Autor de poesia de tal modo original, “seria inútil procurar suas influências”. Ele teria um quê daquela “melancolia muito brasileira, que existe, por exemplo naquele verso, o último de seu livro: ‘O meu Carnaval sem nenhuma alegria!...’”.<sup>119</sup> A Bandeira cabia, dada sua originalidade, “a bela posição na literatura brasileira [...] de iniciador do movimento modernista”, pois que teria desferido “o primeiro golpe na poesia idiota da época em que ainda se usava o guarda-chuva que é positivamente uma prova evidente do mau gosto estético

---

<sup>116</sup> *Idem*, p. 133.

<sup>117</sup> HOLANDA, S. B. Guilherme de Almeida [1921]. In: *op. cit.*, p. 113.

<sup>118</sup> *Idem*, p. 114.

<sup>119</sup> HOLANDA, S. B. Manuel Bandeira [1922]. In: *op. cit.*, 1996b, p. 142.

de nossos avós”.<sup>120</sup> Esse artigo saiu nas páginas da revista *Fon-Fon!*, do Rio de Janeiro, a 18 de fevereiro de 1922, um dia depois de encerradas as atividades da Semana de Arte Moderna, na qual Manuel Bandeira (embora sua ausência física, assim como Holanda) havia sido figura de proa (Ronald de Carvalho leu sob vaias, no segundo dia da Semana, o poema *Os Sapos*, de Bandeira, que ironizava a poesia parnasiana).

Sérgio Buarque logo seria designado, no frenesi do primeiro modernismo, como representante da revista *Klaxon* no Rio de Janeiro. O primeiro número sairia em maio daquele mesmo ano de 1922, pouco menos de três meses após a Semana de Arte Moderna. Por ocasião dos trabalhos envolvendo a revista, Sérgio Buarque estreitaria uma amizade com Mario de Andrade.<sup>121</sup> Em correspondência, Mario de Andrade “lembrava” Sérgio Buarque de que ele também fazia parte da revista – “trabalha pela nossa Ideia, que é uma causa universal e bela, muito alta” – e cobrava sua presença também como autor: “desejo conhecer-te na ficção”.<sup>122</sup> Embora a participação de Sérgio Buarque em *Klaxon* tenha se limitado à responsabilidade pelas assinaturas da revista no Rio de Janeiro, diversas compatibilidades entre a orientação da revista e a visão crítica de Sérgio Buarque podem ser reconhecidas. No texto de abertura do mensário, assinado coletivamente pela redação, encontram-se as diretrizes estéticas de base da revista.<sup>123</sup> De início, ressalte-se o caráter de batalha intelectual a que se propunha a revista: era preciso “esclarecer”, “construir”, “refletir”. *Klaxon* não temeria ser incompreendida, ao contrário, “o Brasil é que deverá se esforçar por compreender *Klaxon*”.<sup>124</sup> Em seguida, a seção “Estética” apresenta algumas diretrizes e referências da percepção de arte e visão de mundo que a movimentava: “*Klaxon* sabe que a vida existe [...] e visa o presente”. A preocupação de *Klaxon* não era exatamente com o novo, mas significativamente, “sem negar o passado”, com o atual (daí a intervenção no presente). Preservando-se de rótulos ou de associações homogeneizadoras, e também de vinculação com a destruição proposta pelo futurismo, *Klaxon* avisa: “*Klaxon* não é futurista. *Klaxon* é

---

<sup>120</sup> *Idem*, p. 144.

<sup>121</sup> “*Klaxon* deixou de ser apenas mais uma revista centrada em discussões sobre arte e literatura para se tornar o ícone do movimento de vanguarda, contestador das estruturas artístico-culturais do Brasil”. Cf. MATOS, J. M. Cartas trocadas: Sérgio Buarque de Holanda e os bastidores da revista *Klaxon*. *Fênix*: revista de história e estudos culturais. v. 7, ano VII, n. 2, p. 1-15, ago. 2010.

<sup>122</sup> MONTEIRO, P. M. *op. cit.*, 2012, p. 19.

<sup>123</sup> *Klaxon*: mensário de arte moderna, n. 1, São Paulo, mai., 1922. Acervo Digital Brasileira/USP. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01005510>. Acesso: ago. 2012.

<sup>124</sup> *Idem*, p. 1.

klaxista”.<sup>125</sup> Disso depreende-se que seu objetivo era menos livrar-se do passado mas sim atualizá-lo em sua relevância no presente – é, de certa forma, o mesmo tema da pertença do passado no presente, incluindo-se a crítica da tradição (ou da falsa tradição), sobre o que havia refletido com frequência Sérgio Buarque.

Um adendo, ainda, sobre o envolvimento de Sérgio Buarque com a revista *Klaxon*. João Kennedy Eugenio (1999) afirma que ele atuou também como uma espécie de propagandista da revista no Rio de Janeiro, “escrevendo sempre com entusiasmo sobre o movimento renovador” para o público carioca. Exemplo disso seriam os artigos “Os novos de São Paulo” e “A literatura nova de São Paulo”, ambos de 1922, em periódicos do Rio.<sup>126</sup>

Ele mesmo, Sérgio Buarque de Holanda, fundaria, em parceria com o amigo da Faculdade de Direito, Prudente de Moraes Neto, no ano de 1924, sua própria revista, a *Estética*. A ideia inicial era que a revista preenchesse o vazio causado pelo expiro de *Klaxon*, que circulou somente durante nove meses, entre 1922 e 1923.

No primeiro número da revista apareceu um texto de fundamental importância para a compreensão da visão de modernismo e sua relação com a história em Sérgio Buarque.<sup>127</sup> O texto, a rigor, comenta a polêmica ocorrida entre T. S. Eliot e J. Middleton Murry nas revistas *The Adelphi* e *The Criterion*. Mas, ao mesmo tempo, torna explícito o valor do horizonte romântico-historicista que ambienta seu pensamento estético e, cada vez mais, também histórico. Valia a pena a resenha da querela entre os dois autores por possuírem os dois espíritos “valor inegável”. A revista *Estética*, apesar de direcionada por um “impulso

---

<sup>125</sup> *Idem*, p. 2.

<sup>126</sup> Em “Os novos de São Paulo”, Sérgio Buarque trataria de, em apresentando os klaxistas ao Rio de Janeiro, introduzir a rusga dos modernos com os parnasianos. Guiados por Oswald, eles teriam lido “os modernos de todos os países”, que representariam acima de tudo “modelos de rebeldia literária”. Depois da consagração na *Semana*, aparecia no cenário literário a revista *Klaxon*, “destinada a um grande sucesso”. HOLANDA, S. B. Os novos de São Paulo [1922]. In: *op. cit.*, 1996b, p. 148-149. Em “A literatura nova de São Paulo”, além de nova “apresentação” dos modernistas, apareceria uma primeira distinção (que se tornaria mais madura no ensaio de 1926, “O lado oposto e outros lados”) interna ao grupo modernista, segundo um critério hermenêutico, de que tratamos anteriormente (subjetividade/objetividade). Essa divisão seria tributária das “duas tendências universais da arte” e a literatura nova de São Paulo “segue naturalmente dois planos diversos, mas legítimos – um vertical e outro horizontal”. O eixo horizontal refere-se à postura sincrônica ou reflexiva/subjetiva, e o horizontal à diacronia ou à objetividade. A tendência mais ampla, horizontal, “que Goethe considerava o melhor do homem” é nos escritores novos de São Paulo “o característico mais evidente”. In: HOLANDA, S. B. A literatura nova de São Paulo [1922]. In: *op. cit.*, 1996b, p. 152-154.

<sup>127</sup> Sobre as revistas modernistas ver análises as análises rigorosas de, por exemplo, LUCCA, T. R. *Leituras, projetos e (re)vistas(s) do Brasil* (1916-1944). São Paulo: Editora Unesp, 2011; VELLOSO, M. P.; LINS, V.; OLIVEIRA, C. *O Moderno em revistas*. Rio de Janeiro: Garamond/Faperj, 2010; LEONEL, Maria Célia de Moraes. *Estética e modernismo: revista trimensal*. São Paulo: Hucitec; Brasília: INL; Fundação Nacional Pró-Memória, 1984, p. 179.

nitidamente nacional, e talvez por isso mesmo”, cria importante dar ao público leitor uma “resenha de todas as tendências modernas do pensamento”.<sup>128</sup> O artigo é aberto com um comentário crítico sobre a obra de 1907 (“Le romantisme français: essay sur la révolution dans les sentiments e dans les idées au XIX siècle”) do crítico literário francês Pierre Lasserre (1867-1930), que “constituiu durante muito tempo o manancial mais autorizado de todo um grupo de críticos e pensadores, para os quais uma revisão de valores do último século parecia da maior urgência”. A tese do autor, indispensável, sustentava sobretudo um retorno à tradição clássica. Contudo, “ninguém se entendia sobre o significado real da palavra *classicismo*”. A tese de Lasserre, afinal, não era clara, “não continha tudo o que se poderia dizer sobre o assunto” da revisão de valores do século anterior (XIX). Mais que isso, sua tese anti-romântica comportava um “positivismo mal disfarçado, [...] doutrinário excessivo [...] e a estreiteza do dogma não convinham a certos espíritos ansiosos por encontrar um ponto de vista mais amplo onde pudessem se mover com maior liberdade”. De outro lado, a reação ao anti-romantismo, “ainda bem recente”, é convicta de que “o romantismo não é somente um dos seus momentos”, ao contrário, “tem subsistido através ao lado ou como intermitente de uma tradição clássica, uma tradição romântica não é menos respeitável”. Desse ponto de vista, o século anterior representaria apenas a continuidade de uma tradição. A polêmica entre os críticos ingleses, Eliot e Murry, seria uma das mais representativas da vitória desse ponto de vista.

Em seguida, lamenta-se a impossibilidade de transcrição na íntegra do artigo de Murry e a limitação a dar dele um ligeiro resumo. A tese central deste crítico – autor de “The problem of style” (1922) – é a de que “a tradição do romantismo é tão elevada e tão sublime quanto a do classicismo e que *na presente condição da consciência europeia* é de uma importância mais imediata para nós [grifo nosso]”. A questão mais importante de tal consciência naquele momento era a da “relação entre literatura e religião”. A relação entre ambas seria de desequilíbrio: “é possível que a decadência da religião dogmática, devido à impossibilidade de satisfazer os impulsos religiosos do espírito, seja uma condição indispensável para que a literatura venha a florescer”.<sup>129</sup> O Romantismo, para Murry, seria algo como uma sucessão, na alma europeia, depois do Renascimento, “e o fato essencial do

---

<sup>128</sup> HOLANDA, S. B. Romantismo e tradição [1924]. In: *op. cit.*, 1996b, p. 194-200. Este texto aparece na *Estética* sem assinatura, o que faz crer ter sido escrito em co-autoria pelos diretores da revista, Prudente e Sérgio Buarque.

<sup>129</sup> *Idem*, p. 196.



Renascimento é que o homem afirmou sua completa independência de uma autoridade espiritual externa”.

A consciência moderna começaria assim, uma consciência de rebelião, que tem início historicamente com o repúdio do cristianismo organizado. Seu grande paradoxo é a difícil relação entre o mundo exterior e o mundo interior, regidos por leis diferentes, que produzem espécies diferentes de conhecimentos. O conhecimento do mundo exterior é um conhecimento racional de um mundo de necessidades; o conhecimento do “eu” irracional, imediato, de um mundo de liberdade “onde as condições totais de um *momento* nunca são totalmente determinadas pelas condições totais no *momento* anterior [grifo nosso].”<sup>130</sup> Este paradoxo da consciência moderna seria até mesmo muito mais antigo que o Renascimento, seria “universal e eterno no espírito humano”. Naquele momento, Murry, segundo a leitura de Sérgio Buarque e Prudente, suspeitava de que tal paradoxo estaria chegando a um desfecho. Constituindo um “problema essencialmente religioso”, os autores afirmam que “o homem é inevitavelmente levado a procurar uma *compreensão não racional do mundo* [grifo nosso]”, pois “não pode viver em rebelião”, precisa de se “reintegrar na vida”.<sup>131</sup> Essa seria a solução mística do paradoxo, justamente o que afiança “a característica realmente distintiva do movimento romântico”. Nele, o mundo exterior seria entendido como organismo vivo passível de ser conhecido tal como a vida latente nele.

No desfecho dessa resenha de Murry, em que constitui o artigo “Romantismo e Tradição”, Sérgio Buarque e Prudente de Moraes Neto afirmam categoricamente que “Toda a época em que domina a chamada consciência moderna é, pode-se dizer, uma época romântica”.<sup>132</sup> Ora, correlativo à “consciência moderna”, acrescentamos, é a “consciência histórica”.<sup>133</sup> Este seria o momento em que a história passou a acenar o seu sentido em relação

---

<sup>130</sup> *Idem*, p. 198.

<sup>131</sup> *Idem*, p. 199.

<sup>132</sup> *Idem*, p. 200.

<sup>133</sup> De acordo com o teórico contemporâneo da história Jörn Rüsen, preocupado com a questão da “consciência histórica”, ele afirma que ela se insere, antropológicamente, em uma “teoria da historicidade da orientação da existência humana”. A consciência histórica, nesse sentido antropológico, não seria algo que os homens decidem ou não possuí-la, mas algo “universalmente humano”, em sintonia com a intencionalidade de sua vida prática. Desse modo, “a consciência histórica enraíza-se na *historicidade intrínseca à vida humana prática*”. Historicidade consiste, portanto, no fato de que os homens, em permanente diálogo com a natureza, com outros homens e consigo próprios, acerca do que seja seu mundo, têm metas que vão além do momento particular: “que os homens tenham consciência da história baseia-se, afinal, no fato de que seu próprio agir é histórico”. RÜSEN, J. *Razão Histórica*. Teoria da História: os fundamentos da ciência histórica. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001, p. 78-9.

a ela mesma, num processo inexorável de historicização, assinalando a própria compreensão de si do homem como ser histórico. O Romantismo pode ser definido como “a época que assinala, na história da consciência humana, a relevância da consciência histórica ou uma forma de pensar que pensou historicamente”.<sup>134</sup> Segundo Koselleck, desde a segunda metade do século XVIII, o tempo ele mesmo adquire uma qualidade histórica, o tempo se dinamiza como uma força da própria história e “o homem passou a viver na modernidade, estando ao mesmo tempo consciente de estar vivendo nela”. É o surgimento do “tempo moderno”, que formaria justamente o paradigma da mudança histórica na temporalidade historicista.<sup>135</sup>

A relação entre romantismo, modernismo e consciência histórica fica mais clara na sequência encetada por Sérgio Buarque, corolária de sua visão de modernismo como prolongamento romântico: “O curto período a que geralmente damos esse nome [moderno]”, continua Sérgio Buarque, “não é mais que um pequeno segmento de uma grande curva: romantismo dentro do romantismo”.<sup>136</sup> Dessa forma, o jovem crítico estabelece uma evidente conexão de continuidade entre as aspirações românticas e as aspirações da vanguarda de seu tempo. O próprio Prudente de Moraes Neto, em resenha de *A escrava que não é Isaura* (1924), de Mario de Andrade, afirmaria sem rodeios que o modernismo era uma superfetação do romantismo:

Em todas as épocas houve uma reaçãozinha moderna, generalizada pela primeira vez no romantismo, que começou a tentar uma arte mais verdadeira e mais humana. O modernismo atual pertence a essa corrente e se distingue do romantismo-escola porque este substituíu o absoluto do objeto pelo absoluto do sujeito, no qual eram mantidas as mesmas abstrações dos clássicos, ao passo que o modernismo reconhece a relatividade de ambos e transpõe o absoluto pro campo da relação entre eles.<sup>137</sup>

A entrevista de 1925, concedida quando *Estética* já não existia, “Modernismo não é escola, é estado de espírito”, acaba por reiterar suas posições em favor de tal visão sobre modernismo. Sérgio e Prudente falam, primeiramente, que o problema do modernismo é essencialmente de fundo religioso, interior e íntimo e que “nossas preocupações e nossas

<sup>134</sup> GUINSBURG, J. Romantismo, historicismo e história. In: GUINSBURG, J. (Org.) *O Romantismo*. São Paulo: Perspectiva, 1978, p. 14.

<sup>135</sup> KOSELLECK, R. O futuro passado dos tempos modernos. In: *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Ed.PUC-RJ/Contraponto, 2006, p. 31.

<sup>136</sup> HOLANDA, S. B. Romantismo e tradição [1924]. In: *op. cit.*, 1996b, p. 200.

<sup>137</sup> MORAES NETO, P. A escrava que não é Isaura. *Estética*, n. 3, abr.-jun., 1925, p. 316.

ideias são próprias de nossa época.<sup>138</sup> Em face desse perspectivismo, a obra de arte encetaria jamais uma “solução” (fechada, autoritária), mas sempre uma “atitude” (ação, movimento, dinâmica). Dessa feita, a atitude romântica dos autores se apresenta fundada sob base histórica (na mudança temporal): “Diante de cada questão que propõe um determinado momento é sempre possível a nós tomar um ponto de vista novo”.<sup>139</sup> Por isso, a definição do modernismo como antes de mais nada um “estado de espírito” muito mais que uma “escola” com regras pré-fixadas.

As perspectivas, nesse momento, encontravam-se em aberto, muito em razão dos esforços da revista *Estética* e de Sérgio Buarque, irredutível às classificações e afiliações acríticas. Eram necessárias tomadas de posição mais ou menos drásticas e decisão entre alguns “lados” do modernismo que se insinuavam com contornos mais nítidos, passada a fase primeira, de congregação em torno da necessidade de ruptura com “certa tradição”. As rusgas entre grupos modernistas estavam deflagradas<sup>140</sup> e também em resposta a elas apareceria o ensaio *Perspectivas*, de Sérgio Buarque, no terceiro e último número de *Estética*. O tom do ensaio é justamente o de escolha ou de manifesto: “Eu, Sérgio Buarque de Holanda, acho que...”. As “perspectivas” remetem, obviamente, a uma questão de ponto de vista. Como tal, estavam em aberto, e assim permaneceriam, uma vez que sua opção é pela “reintegração na vida”. Ele sugere uma retomada da “solução do paradoxo da consciência moderna” encetada pelo artigo analisado antes, “Romantismo e Tradição”.

A ciência compraz-se em estabelecer um nivelamento, uma uniformidade tal em todas as cousas, que acaba por excluir de seu universo qualquer objeto que não se resigne a ser simples termo para suas equações, um instrumento dócil às suas construções arbitrárias. [...] Não existe ciência do particular que estude cada coisa em relação a sua particularidade. Todos os nossos conhecimentos procedem, ao contrário, subordinando o singular ao universal e utilizando-se para esse efeito de um sistema de seleção em que só se tem por essencial o que há de constante em uma dada série de objetos.<sup>141</sup>

<sup>138</sup> HOLANDA, S. B. Modernismo não é escola, é estado de espírito: conversa com Prudente de Moraes Neto e Sérgio Buarque de Holanda [1926]. In: HOLANDA, S. B. *Sérgio Buarque de Holanda: Entrevistas*. Organização de Renato Martins. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2009, p. 18.

<sup>139</sup> *Idem*, p. 19.

<sup>140</sup> Conforme tentaremos mapear na seção seguinte, a partir principalmente da exposição dos artigos “Um homem essencial”, “Ronald de Carvalho: Estudos brasileiros” e “O lado oposto e outros lados”.

<sup>141</sup> HOLANDA, S. B. *Perspectivas* [1925]. In: *op. cit.*, p. 216.

Esse tipo de saber predominante na civilização ocidental representa “a subsistência, em cada um de nossos atos, de uma aspiração à morte”. Ele seria, então, totalmente incompatível com as necessidades artísticas daquele tempo, que segundo Sérgio Buarque, urgia “ser principalmente uma declaração dos direitos do Sonho”. Em nome mesmo da realidade, é que se deveria “procurar o paraíso nas regiões inexploradas”. A um só tempo romântico (vitalista) e surrealista (o sonho, inconsciente), aponta para uma busca inquietante, sempre insatisfeita, de autenticidade. O “milagre” está no particular, no “elemento irredutível de cada coisa”. Os próprios homens muitas vezes são indecifráveis para outros homens, “cada indivíduo representa um mundo isolado”. Principalmente, os homens não podem aceitar verdades, “é necessário que cada qual a descubra por si”. Mas de que vale o milagre “se não ousamos transpor aquele *impossível* e aquele *proibido* colocados ali por prudência ou por covardia?”.<sup>142</sup> Sem dúvida, Sérgio Buarque ousou transpor as clivagens internas ao movimento modernista, a fim de se situar conforme o que defendia: em uma posição particular. Daí também a compreensão da singularidade da cultura brasileira sublinhada pelo seu historicismo de fundo romântico que se manifestaria vigorosamente em *Raízes do Brasil*.<sup>143</sup>

---

<sup>142</sup> *Idem*, *ibidem*.

<sup>143</sup> Neste ponto, cumpre esclarecer o que entendemos por “historicismo romântico”. Já dissemos que a categoria foi instrumentalizada por outros pesquisadores da obra de Sérgio Buarque, a quem seguimos, mas procuramos acrescentar algo, em função de nosso argumento a respeito da historicidade em *Raízes do Brasil*. Segundo Rüsen, o historicismo clássico, do século XIX, pode ser caracterizado como o período do dinamismo da consciência histórica. Isso significa, em outros termos, “temporalização da relação humana com o passado”. É o que Koselleck havia brilhantemente descrito como a superação da *historia magistra vitae* pela história moderna em movimento. De outro lado, o viés romântico do historicismo, por oposição às noções abstratas do iluminismo, individualiza categorias universais, como a de “humanidade”. Como lembra Rüsen, o iluminismo generalizava a particularidade das diferenças na universalidade do “homem”, enquanto o historicismo individualizou a humanidade na particularidade de cada grupo de referência da identidade histórica. Lembramos, nesse sentido, da contribuição de um Herder – um romântico nas origens do historicismo, segundo Meinecke – sobre a diversidade de culturas e “espírito do povo” (*Volksgeist*). Em meio ao protesto apaixonado e contraditório do mundo capitalista, o romantismo é crítico do artificioso, do que é “concebido de forma intelectualista”. Tal é o sentido da seguinte passagem do verbete “romantismo político”, do Dicionário de Política, de Bobbio, muito coincidente com o pensamento de Holanda no ensaio de 1936: “Uma das atitudes mentais mais fixas nos românticos de várias épocas e vários matizes é o esforço por substituir uma relação social mecânica, isto é, inspirada em critérios meramente funcionais, por uma relação orgânica, em que os indivíduos e grupos manifestem o seu caráter”. Daí o interesse pelo caráter nacional, originalidade e espírito do povo. Adverte Rüsen que a categoria de “nação” foi, no historicismo, uma caracterização de especificidade da natureza humana universal em um processo temporal determinado; foi concebida, então, como “multiplicidade de culturas na unidade do gênero humano”. O historicismo romântico é vitalista e espiritualista, racionalidade histórica, impulso, liberdade e historicidade. Cf. CESA, C. Romantismo político. In: BOBBIO, N.; MATEUCCI, N.; PASQUINO, G. (Orgs.). *Dicionário de Política*. Brasília: Ed. UnB, 1994, p. 1131; LÖWY, M. *Redenção e Utopia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989; RÜSEN, J. Iluminismo e historicismo: premissas históricas. In: *Aprendizagem histórica: fundamentos e paradigmas*. Curitiba: W.A. Editores, 2012; REIS, J. C. Wilhelm Dilthey e a autonomia das ciências sócio-históricas. Londrina: Eduel, 2003, p. 15.

### 1.3 O modernismo e *Raízes do Brasil*

É relativamente conhecida a militância de Sérgio Buarque no modernismo brasileiro. *Raízes do Brasil* é, de certa forma, tributário das questões postas pelo movimento artístico na década de 1920 e de seus desdobramentos na década de 1930, sobretudo relativamente à “brasilidade” – aquilo que se acostumou a entender como os traços definidores do caráter e modo de ser brasileiro. Sérgio Buarque, em particular, desde os primeiros artigos como crítico de rodapé preocupa-se com a “originalidade nacional” e com uma arte de expressão tipicamente brasileira. Sua participação no movimento evidencia um caminho mais ou menos particular ou singular, se consideradas algumas das querelas que travou e tomadas de posição que nem sempre agradaram aos grupos e indivíduos que estiveram à frente do modernismo. Há diversas conexões mais ou menos ocultas entre a militância modernista e *Raízes do Brasil*. Uma das mais significativas, como procuramos demonstrar, é a ambientação teórica no historicismo. A esse argumento daremos continuidade no segundo e terceiro capítulo dessa dissertação, sobre a viagem à Alemanha e sobre a historicidade em *Raízes do Brasil*, respectivamente, quando aludiremos ao processo de *mudanças históricas* que dá o sentido geral à obra, mesmo que nela apareçam também outras notificações discursivas, como a análise sociológica. Aqui, nesse ponto do argumento, por ora acenaremos a dois aspectos centrais dessa conexão: a aversão do autor, desde o tempo da crítica literária modernista até *Raízes do Brasil*, a qualquer forma de construtivismo, mecanicismo e importação de ideias e sistemas doutrinários desvinculados da realidade brasileira; e a consequente importância conferida à *experiência* histórica brasileira concreta como determinante no processo de (re)pensar o Brasil e a “brasilidade”. Ou seja, a historicidade própria do espaço cultural brasileiro seria melhor avaliada e meditada sem se seguir modelos ou tradições importadas, considerando-se a espontaneidade de seu modo de ser. *Raízes do Brasil* seria um ensaio prenhe de uma noção de historicidade aberta para o futuro; nele, as dobras do tempo dialogam sempre em avanços, retrocessos, crítica e atualização das tradições; não se alinha aos pregoeiros do progresso. A “filosofia da vida” (*Lebensphilosophie*) que subjaz o ensaio também não se afiniza com o mundo das fórmulas justas e conceitos abstratos. Toda representação formal seria uma espécie de “negação da vida”.

*Estética*, diferente de *Klaxon*, não se propunha uma revista iconoclasta, mas, sim, de crítica e debate intramodernista. Já o dissemos. No primeiro número, em 1923, *Um homem*

*essencial*, artigo sobre Graça Aranha, aguilhoa o autor de *Canaã* ao mencionar sua despreocupação em relação ao pensamento histórico: para ele, a imaginação histórica pouco tem valor para a imaginação estética, configurando-se antes um estorvo, na medida em que “deprime o artista”.<sup>144</sup> Mas é no ensaio de 1926, *O lado oposto e outros lados*, que Sérgio Buarque marca bem sua posição autêntica e percebe a movimentação mais intensa de grupos mais ou menos rivais no interior do modernismo. O alvo é, desta vez explicitamente e com toda força, Graça Aranha e a autoimposição de sua *persona* como patrono e liderança natural do movimento. Sérgio afirma neste artigo que “até mesmo dentro do movimento que suscitou esses milagres têm surgido germes de atrofia que os mais fortes têm combatido sem trégua”.<sup>145</sup> A acusação é, sobretudo, ao fato de estes autores (Guilherme de Almeida, Ronald de Carvalho e Graça Aranha, todos do chamado “grupo da mesa”) arrogarem para si a liderança do movimento e tentarem impor a *construção* de uma arte genuinamente brasileira.<sup>146</sup> Para Sérgio, o caminho para uma arte brasileira original “não surgirá, é mais que evidente, de nossa vontade, nascerá muito mais provavelmente de nossa indiferença”.<sup>147</sup> O chamado “grupo da mesa” representa, portanto, o “lado oposto”. Mas há, ainda, os “outros lados”. Estes “outros lados” representam o pendor reacionário do modernismo, que se manifestaria nos anos subsequentes na facção ideológica do Integralismo ou na reação espiritualista católica liderada por um Tristão de Athayde. Nem mesmo o amigo Mário de Andrade seria poupado da crítica. Considerava-o “admirável, apesar de tudo”. “Apesar de tudo” significava que havia “pontos fracos” na sua obra, justamente onde coincidiam com as ideias de Athayde. O que incomodava o jovem crítico na obra de ambos, Mário e Tristão, era

---

<sup>144</sup> HOLANDA, S. B. Um homem essencial [1924]. In: *op. cit.*, 1996b, p. 179-185.

<sup>145</sup> HOLANDA, S. B. O lado oposto e outros lados [1926]. In: *op. cit.*, 1996b, p. 225-226.

<sup>146</sup> Uma entrevista concedida pelo autor nos anos 1980 pode ajudar a elucidar suas opiniões sobre os respectivos grupos: “O grupo do Verdeamarelismo é outra coisa. O Menotti começou com o Futurismo italiano e o Oswald ligou-se a ele no começo. Depois juntaram-se o Cândido Mota Filho, o Plínio Salgado. O Prudente escreveu um artigo sobre *O estrangeiro*, dizendo que era imitação do Oswald de Andrade e o Plínio ficou uma fúria e escreveu um artigo: —O homem que plagiou o nome do avô. Eu mesmo cheguei a escrever que o Plínio imitava o estilo do Oswald, mas não sem antes extrair as partes pudendas [*sic*]. Houve um grupo que inicialmente combatia o Modernismo e depois passou a dizer-se modernista da ala espiritualista. Alceu Amoroso Lima aceitou essa explicação. Nestor Vitor, que pertencia a essa ala, dividia todo mundo em bilaquianos e cruzistas. Achava que o pessoal da *Klaxon* era bilaquiano, porque não seguia a linha do Cruz e Souza. Creio que até o Tristão de Athayde passou certa vez por bilaquiano”. In: LEONEL, M. C. *Estética e modernismo*: revista trimensal. São Paulo: Hucitec; Brasília: INL; Fundação Nacional Pró-Memória, 1984, p. 171-180.

<sup>147</sup> HOLANDA, S. B. O lado oposto e outros lados [1926]. In: *op. cit.*, 1996b, p. 226.

uma “atitude intelectualista”, crente da edificação de uma “arte nacional”. Nesse ponto, separam-se Sérgio Buarque, de um lado, e Mário de Andrade, do lado dos “outros lados”.<sup>148</sup>

Estes grupos portadores de uma “atitude intelectualista” representavam, na ótica de Sérgio Buarque,

[...] uma elite de homens, inteligentes e sábios, embora sem grande contato com a terra e com o povo [...] gente bem-intencionada e que esteja de qualquer modo à altura de nos impor uma hierarquia, uma ordem, uma experiência que estrangulem de vez esse nosso maldito estouvamento de povo moço e sem juízo. Carecemos de uma arte, de uma literatura, de um pensamento enfim, que traduzam um anseio qualquer de construção, dizem. E insistem sobretudo nessa panaceia abominável da construção.<sup>149</sup>

Tais querelas modernistas em que Sérgio Buarque se envolveu tiveram como ponto de partida – também já o dissemos – a crítica deitada pelos editores de *Estética* sobre o livro de Ronald de Carvalho, *Estudos brasileiros*. A obra vertia simples compilação de conferências proferidas por Ronald de Carvalho no México, o que levou os jovens críticos a questionarem a sua publicação no Brasil:

Daí o resumir-se seu livro em *simples esboços históricos* da nossa vida social e artística, sem maior vantagem para quem, como nós, tem tantos historiadores e *tão pouca história*. O que nos falta um pouco de espírito crítico falta também ao livro, que não consegue sequer colocar homens e fatos à vontade nos seus lugares. Sobre nossa nacionalidade, sobre nossas letras, sobre nossas artes, nada que já não tenha sido dito. E todos esses assuntos estão exigindo revisão urgente. Seria necessário estudá-los com espírito novo, ousado, irreverente, sem a menor preocupação com o que escreveram Rocha Pombo ou Sílvia Romero [grifos nossos].<sup>150</sup>

Percebe-se, além da visão crítica reclamada pelos jovens autores, a rezinga em favor da releitura crítica do passado nacional, como dizíamos de “Originalidade Literária” (1920). Naquela oportunidade, a missão do modernismo seria, também, a reescrita crítica da história do Brasil e da literatura brasileira, afinada com os novos pressupostos que se vinham impondo pelo modernismo, a saber, principalmente o parâmetro basilar da questão da identidade própria do Brasil. Com isso, Sérgio Buarque deixa entrever uma inquietação com relação à função do passado enquanto referência para compreensão da cultura brasileira. Some-se a isso

<sup>148</sup> MONTEIRO, P. M. *op. cit.*, 2012, p. 214-5.

<sup>149</sup> HOLANDA, S. B. O lado oposto e outros lados [1926]. In: *op. cit.*, 1996b, p. 226.

<sup>150</sup> HOLANDA, S. B. Ronald de Carvalho – Estudos brasileiros [1925]. In: *op. cit.*, 1996b, p. 204-205.

o caráter reflexivo da revista *Estética* e a reivindicação de uma ponderação em prol da *experiência* brasileira como ponto de partida para uma arte genuinamente representativa da brasilidade. Tem-se a hipótese de que, desde então, Sérgio Buarque preocupa-se com a *historicidade*, entendida como orientação no tempo com base na experiência histórica, e que esta questão está nos pressupostos de seu horizonte crítico, tanto quanto, posteriormente, histórico – conforme procuramos demonstrar no item anterior.<sup>151</sup> A relação do autor com a consciência da historicidade o afasta, inclusive, do grupo dos modernistas *avant la lettre* (Mário e Oswald de Andrade, Alcântara Machado, Manuel Bandeira), que, solenemente, proclamavam uma ruptura com o passado.

Duas das possíveis conexões sub-reptícias entre a crítica literária modernista produzida pelo autor entre 1920-1928 e o clássico ensaio de 1936, dizem respeito, portanto, ao repúdio do construtivismo e das doutrinas estéticas e políticas importadas, bem como à valorização da experiência histórica original brasileira, que permanecem em *Raízes do Brasil*. Arrolando as críticas ao positivismo, Sérgio Buarque evoca a questão da distância entre sociedade e Estado no Brasil e, neste caso, mais especificamente, a distância entre os homens de letras e a realidade dos seus temas e estudos. Provoca, ao perguntar: “não existiria, à base dessa desconfiança no poder milagroso das ideias, um secreto horror à nossa realidade nacional?”.<sup>152</sup> Essa crítica é uma clara continuidade do argumento de 1926, quando identificava um dos “lados” do modernismo como “uma elite de homens, inteligentes e sábios, embora sem grande contato com a terra e com o povo”.<sup>153</sup>

À defesa da necessidade de conhecimento da experiência histórica concreta do Brasil, deduzida do ensaio crítico de 1925, sobre os “estudos brasileiros” de Ronald de Carvalho, vem-se a somar, em 1936, a necessidade, para melhor compreensão e visada dos horizontes que se apresentavam ao Brasil dos anos 1930, de que se atentasse ao “fluxo e refluxo” da história. Negá-lo seria a negação da experiência concreta e a ignorância do movimento dinâmico da temporalidade histórica: “querer ignorar esse mundo será renunciar ao nosso próprio ritmo espontâneo, à lei do fluxo e refluxo, por um passo mecânico e uma harmonia falsa”. Essa crítica possibilita, também, perceber uma correlação entre o famoso ensaio de

---

<sup>151</sup> KOSELLECK, R. *The practice of conceptual history: timing history, spacing concepts*. California: Stanford University Press, 2002, p. 2-3; RÜSEN, J. *Razão histórica: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Trad. de Estevão de Rezende Martins. Brasília: UnB, 2001, p. 78.

<sup>152</sup> HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1936, p. 120.

<sup>153</sup> HOLANDA, S. B. O lado oposto e outros lados [1926]. In: *op. cit.*, 1996b, p. 225-226.



1926 – no qual nosso crítico diz que o erro dos “acadêmicos modernizantes” está em “querer escamotear nossa liberdade, que é por enquanto, pelo menos, o que temos de mais considerável, em detrimento de uma detestável abstração”<sup>154</sup> – e um dos argumentos finais e mais característicos do desfecho “enigmático” de *Raízes do Brasil*, quando mais uma vez desdenha das fórmulas prontas e valoriza a experiência singular brasileira: “As formas exteriores da sociedade [...] emergem continuamente de suas necessidades específicas e jamais de escolhas caprichosas”.<sup>155</sup>

Não apenas aos positivistas ele direcionava sua crítica, mas a todos os sistemas de pensamento importados durante o século XIX e sem raízes na vida brasileira, como os liberais, evolucionistas, progressistas, enfim, aos letrados em geral e seu apego excessivo às formas a-históricas e amor ao passado enquanto tal:

o grande pecado do século passado foi justamente ter feito preceder o mundo das formas vivas do mundo das fórmulas e conceitos [...] Essa opinião enganosa tomou vulto depois de incentivada a crença no mito do progresso, com o êxito do contismo, do spencerismo, do marxismo e de tantas ideologias semelhantes.<sup>156</sup>

Positivistas, evolucionistas e marxistas, segundo o ponto de vista de Sérgio Buarque, desconsideravam a historicidade e espontaneidade da história que, ao se movimentar do singular para unidades mais amplas de sentido, não se poderia submeter a modelos e conceitos ou sistemas filosóficos inflexíveis. A história *viva* era, portanto, o centro de interesse de Sérgio Buarque. Um exemplo mais ou menos radical (mas não sem propósito, afinal, Sérgio Buarque também criticava o passadismo tradicionalista de intelectuais católicos, representados por um Tristão de Athayde, que reagiam ao modernismo) pode ser útil para tornar mais claro este argumento: “as épocas realmente vivas nunca foram tradicionalistas por deliberação. A escolástica na Idade Média era *viva* porque era *atual*”.<sup>157</sup>

Aí está uma poderosa crítica ao domínio das fórmulas acabadas, teorias miraculosas e modelos políticos e sociais fechados, sem raízes na vida brasileira. Essa crítica fora ensaiada mais de década antes, no denso artigo *Perspectivas*, de 1925, já explorado anteriormente, quando afirma que “nada do que *vive* se exprime impunemente em vocábulos”. Neste mesmo

---

<sup>154</sup> *Idem*, *ibidem*.

<sup>155</sup> HOLANDA, S. B. *op. cit.*, 1936, p. 161.

<sup>156</sup> *Idem*, p. 147.

<sup>157</sup> *Idem*, p. 7.

artigo, Sérgio cogitou a possibilidade de um tratado de história em que se considerasse os graus de “esplendor e decadência de um povo” segundo o maior ou menor apreço que guardem pela palavra escrita ou falada. Imerso no pensamento histórico alemão, desde antes da temporada na República de Weimar, a “filosofia da vida” estava presente em seus pressupostos de jovem crítico e seriam, mais que nunca, um dos temas de *Raízes do Brasil*. A oposição entre Espírito (abstração) e Vida (essências íntimas) no pensamento do autor se manifestaria desde bastante jovem: em 1925, diria que ainda que a ciência se comprazia em estabelecer uma uniformidade às coisas e reduzi-las a dócil objeto de suas fórmulas abstratas, “para certos homens o essencial continua sendo o que há de particular, o que há de milagroso, o elemento irredutível em cada coisa”.<sup>158</sup> Essa percepção apareceria novamente em *Raízes do Brasil*, de forma ainda mais vigorosa. No bojo do argumento final – que se desenhava em espiral desde o início, talvez, desde os “verdes anos” do modernismo – em favor da historicidade aberta para o futuro, diria que mesmo que se pretenda ensaiar a organização de nossa desordem segundo esquemas sábios, “há de restar um mundo de essências mais íntimas”, este irredutível às invenções humanas.<sup>159</sup>

*Raízes do Brasil* integra, em sua composição, uma avaliação crítica de toda a geração modernista; no modernismo estão a origem das preocupações de Sérgio Buarque e a matriz das ideias por ele defendidas: tributário da geração de 1922, prosseguiria, a partir de 1924, em um caminho singular e mais ou menos radical, rompendo com alguns lados do modernismo, observando sua tendência conservadora e priorizando a questão da temporalidade (da experiência histórica) que se apresentava mister à década de 1930. O ensaio de 1936, tributário igualmente de sua estada na Alemanha e do convívio com o historicismo e as ciências do espírito, buscou compreender os obstáculos historicamente antepostos à modernidade brasileira (em sua temporalidade específica), especialmente as questões da democracia e da cidadania. Cordialidade e personalismo, ambos constituíam os entraves que caracterizavam a tensão entre tradição e modernidade. Pela noção de *mudança histórica*, Sérgio Buarque compreende um processo de atualização e ultrapassagem da tradição, o que dá, ao gosto do historicismo, o sentido da evolução do argumento do hoje clássico ensaio de interpretação histórica.

---

<sup>158</sup> HOLANDA, S. B. Perspectivas [1925]. In: *op. cit.*, 1996b, p. 216.

<sup>159</sup> HOLANDA, S. B. *op. cit.*, 1936, p. 161.

#### 1.4 O modernismo na visão retrospectiva de Sérgio Buarque de Holanda

Um primeiro esforço de síntese histórica do modernismo, passada a efusividade dos primeiros tempos, de iconoclastia, Sérgio Buarque publicara na Alemanha, em 1930. Intitulado “A moderna literatura brasileira”, o artigo na revista *Duco*, em abril daquele ano, tinha por objetivo apresentar ao público alemão uma síntese da literatura brasileira moderna.<sup>160</sup> Sobre as relações Brasil-Alemanha, um artigo, publicado na mesma revista, mas em 1929, diria que “*nada é mais constante que a mudança*, e esse dito se aplica em grande medida ao Brasil”.<sup>161</sup> Seu intento é apresentar aos alemães (“tal país é ainda muito pouco conhecido nos grandes círculos da Alemanha”) as mudanças decorrentes do incipiente processo de modernização no país por oposição ao que “em geral se pensa estar ligado ao onírico conceito de Brasil”.

Sobre a moderna literatura brasileira, nosso autor insiste em fazer ver as oposições e contradições internas ao movimento modernista, de tendências estéticas e políticas díspares, tal como no artigo de 1926. A discordância intramodernista parece ser, ainda em 1930, o principal aspecto a ser reforçado na síntese modernista operada pelo autor. Ele menciona sobretudo a revista *Estética*, de autocrítica e afirmação de caminhos do modernismo, como um marco decisivo nas clivagens do movimento: “A fundação da *Estética* coincidiu com a crescente divisão no âmbito da moderna literatura brasileira”.<sup>162</sup> Sérgio demarca mais uma vez com precisão, citando autores e obras, a “linha de separação”, que “se tornava cada vez mais nítida”. De um lado, Graça Aranha e seus seguidores, como Ronald de Carvalho e Guilherme de Almeida – chamados “acadêmicos modernizantes” em 1926 –, que combatiam o grupo dos “primitivistas”, o qual lutava pela criação de uma espécie de “autoctonismo literário”. A este grupo, a principal característica atribuída por Sérgio Buarque era a mistura das tradições e costumes de nativos, do elemento negro e das inovações das vanguardas europeias. A obra principal, em sua ótica, o *Macunaíma* (1928), de Mario de Andrade, “um livro sem igual na literatura brasileira”. Ainda mais à esquerda, estaria o grupo do chamado “movimento pau-brasil” (1924), que, encabeçado por Oswald de Andrade, “não queria mais

<sup>160</sup> HOLANDA, S. B. A moderna literatura brasileira [1930]. In: COSTA, M (Org). *Sérgio Buarque de Holanda: Escritos coligidos: livro I, 1920-1949*. São Paulo: Unesp: Fundação Perseu Abramo, 2011, p. 43-49.

<sup>161</sup> HOLANDA, S. B. Em lugar de qualquer prefácio [1930]. In: COSTA, M (Org). *op. cit.*, 2011, p. 27.

<sup>162</sup> HOLANDA, S. B. A moderna literatura brasileira [1930]. In: COSTA, M. *op. cit.*, p. 46.

se limitar ao âmbito da literatura, mas também abranger os costumes, a política, a história e a religião”.<sup>163</sup>

Outro dado interessante que está presente nesse panorama da literatura brasileira sintetizado pelo nosso crítico faz menção ao regionalismo ou à expressão regional de distintos modernismos, não apenas concentrados em São Paulo, nem ligados inexoravelmente ao “paradigma de 22” (diga-se, de passagem, Sérgio Buarque não o utiliza, diz que o início da literatura moderna brasileira teria se dado em 1921, embora, nesse momento, não fuja do marco canônico: “naquela época reuniu-se em São Paulo um grupo de jovens que rompera com as fórmulas acadêmicas”).<sup>164</sup> Entre os grupos regionais, na opinião do crítico, “merecem reconhecimento, especialmente, os de Pernambuco, de Minas e do Rio Grande do Sul”. O nome a ser destacado é o de Gilberto Freyre. Ele, “que tem os pés fincados na tradição”,<sup>165</sup> exerce “notável influência sobre sua geração”.

De todo modo, a ênfase conferida por Sérgio Buarque à história do modernismo, na impossibilidade de “caracterizações detalhadas da nova literatura brasileira”, recai sobre sua “incessante resistência a toda forma de sistematização e disciplina”.<sup>166</sup> Essa visão das coisas, irredutíveis a esquemas e simplificações, bem como a ordenações arbitrárias, marca seriamente a história do modernismo sintetizada por Sérgio Buarque em 1930, do mesmo modo como em 1926 serviria para demarcar sua posição singular, que rompia com praticamente todos os lados do modernismo. A consciência histórica, fincada na historicidade, bem como a importância da experiência histórica brasileira, que entendemos como aspectos determinantes para o jovem Sérgio Buarque nos anos 1920, ele afirmaria novamente neste ensaio de 1930: “seus empreendimentos [dos jovens renovadores] se baseavam na ideia, *certamente um tanto simplista*, de que num país como o Brasil qualquer tradição é um peso morto [grifos nossos]”.

---

<sup>163</sup> *Idem*, p. 48.

<sup>164</sup> *Idem*, p. 43.

<sup>165</sup> Nesse momento, nem na primeira edição de *Raízes do Brasil*, que, sob o impacto de *Casa-Grande & Senzala* (1933), dialoga com a obra do pernambucano, isso não parece ser exatamente um problema, como seria muito mais tarde, quando Sérgio Buarque tentaria se afastar de Freyre e de sua guinada do tradicionalismo à direita e ao conservadorismo. As edições subsequentes (1948, 1956) de *Raízes do Brasil* suprimiram as citações das ideias de Freyre. Algum tempo depois, no artigo “A sociedade patriarcal”, Sérgio Buarque questiona a validade da abordagem da “sociedade patriarcal”, valendo-se da diferença regional no país. Mesmo que qualifique a obra de Freyre como “monumental”, acena para o problema de que outras regiões na colônia não apresentavam organizações sociais sobre o latifúndio, a monocultura, o trabalho escravo e a família patriarcal. In: HOLANDA, S. B. A sociedade patriarcal. In: *Tentativas de Mitologia*. São Paulo: Perspectiva, 1979, p. 98-102.

<sup>166</sup> HOLANDA, S. B. A moderna literatura brasileira [1930]. In: COSTA, M. *op. cit.*, p. 49.

Duas décadas depois, por ocasião do trigésimo aniversário da Semana de Arte Moderna (1952), Sérgio Buarque voltaria a reconstruir – e tentar corrigir – a história do modernismo e seus “teimosos equívocos”. O principal dos equívocos: a formação de uma imagem bastante convencional e certamente falsa do movimento, “onde desaparecem todas as complexidades em favor de uma simplificação mentirosa”.<sup>167</sup> Os responsáveis pelas simplificações: a “Semana” e o apostolado de Graça Aranha. Os equívocos: considerar o modernismo antitradicionalista, internacionalista e antinacional, indisciplinado e carente de seriedade. Para qualquer um que busque pesquisar os motivos centrais do modernismo, ao contrário, aparecer-lhe-á, diz Sérgio Buarque, “a pesquisa do tradicional, do nacional, do regional, das artes e dos gostos populares, das manifestações localistas e folclóricas [...] inseparável do esforço de renovação”.<sup>168</sup>

Na verdade, a história do modernismo seria nada menos que “a história da resistência dos modernistas a esse esforço de Graça para unificá-los, sob a égide de doutrinas que ele próprio forjara e professara”.<sup>169</sup> Nem os seguidores mais fiéis, contudo, teriam sinceramente abraçado as ideias de Graça Aranha sobre o modernismo. Sérgio Buarque resistiu-lhe tenazmente, aos esforços de unificação, reforçando sempre suas posições ímpares no debate intramodernista. Somente a contragosto usa a expressão “modernistas” (“já que é forçoso recorrer a essa designação coletiva”), que dá impressão de unidade e apaga as diferenças. Elas é que definem a história do modernismo posterior à semana de 22. Sérgio sugere, assim, um caminho profícuo: discutir alguns episódios dessas divergências significa “contribuir para esclarecer um pouco dessa história”. Foi o que, em termos, tentamos fazer neste capítulo, que investigou a particularidade de Sérgio Buarque como crítico literário e militante modernista, especialmente investigando a noção de historicidade que se encontrava em gestação desde a crítica literária da juventude do autor.

Essas reflexões do autor *a posteriori* apontam duas perspectivas: uma, a resistência à sistematização e ordenação artificiosa da realidade brasileira, presente também em *Raízes do Brasil* e em outros trabalhos da carreira mais avançada do autor, sugere uma continuidade do

---

<sup>167</sup> HOLANDA, S. B. Depois da Semana [1952]. In: COSTA, M. (Org.) *Por uma nova história: textos de Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004, p. 95.

<sup>168</sup> *Idem*, p. 96.

<sup>169</sup> *Idem*, p. 97.

mote modernista em seu trabalho.<sup>170</sup> Mais do que determinar “lados”, seu compromisso era e continuaria a ser para com a mudança na dinâmica social brasileira.<sup>171</sup> Outra, de certa forma, antecipa alguns elementos da crítica contemporânea à história literária do modernismo, como a ênfase no debate intramodernista e, com menor intensidade, a crítica ao “paradigma de 22”. Não por acaso, seria taxativo ao afirmar que a história do modernismo estava por ser escrita. A geração de 1922, nessa história, não poderia ser glorificada como descobridora do Brasil, dadas as facilidades e improvisações na (in)determinação de seus rumos, como se fora levado de arrastão para a nova descoberta, como que arrebatada de encantamento, e tão somente, pelo que havia de único e exótico na brasilidade: “observar que a geração de 22 se encontrou e se descobriu, encontrando e descobrindo o Brasil, não significa tentar, a qualquer preço, um panegírico dessa geração [...]”. O “erro” da geração de 22, segundo a avaliação posterior de Sérgio Buarque estaria nisso de se pensar de forma descolada da experiência e, por isso mesmo, carente de consciência (crítica) do passado: “Mais uma vez o Brasil fora ‘descoberto’, e descoberto, mais uma vez, por acaso”.<sup>172</sup>

---

<sup>170</sup> Segundo o recente trabalho de Thiago Nicodemo, a militância de Sérgio Buarque em favor da profissionalização do ofício de historiador era uma demanda modernista, que revelava, também, a compreensão do autor, de senso histórico afinado, da modernidade como processo. NICODEMO, T. *Alegoria moderna: consciência histórica e figuração do passado na crítica literária de Sérgio Buarque de Holanda*. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, FFLCH. São Paulo, 2010.

<sup>171</sup> HOLANDA, S. B. Missão e profissão [1948]. In: *O Espírito e a Letra*, estudos de crítica literária II: 1948-1959. Org. Antônio Arnoni Prado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996c, p. 40.

<sup>172</sup> HOLANDA, S. B. Fluxo e refluxo III [1948]. In: *O Espírito e a Letra*, estudos de crítica literária II: 1948-1959. Org. Antônio Arnoni Prado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996c, p. 343.

## CAPÍTULO II

### Sérgio Buarque de Holanda e o pensamento histórico alemão: mudança histórica em perspectiva

“A consciência histórica possibilita ao ser humano moderno ter todo o passado da humanidade presente em si. [...] Ele se apropria da sua força e se delicia com a sua magia: um grande aumento de felicidade lhe surge disto”.<sup>173</sup>

Wilhelm Dilthey, *O surgimento da hermenêutica*.

Após o ensaio de 1926, quando rompeu com alguns “lados” do modernismo (“eles não significam mais nada para nós”), Sérgio Buarque de Holanda resolveu abandonar suas atividades no Rio de Janeiro e – aos vinte e quatro anos de idade, formado em Direito – partiu para Cachoeiro do Itapemirim, no Espírito Santo, a convite de um amigo, Vieira da Cunha. Segundo depoimento posterior de sua esposa, Maria Amélia Buarque de Holanda, “deu a louca em Sérgio”, ele distribuiu os livros entre os amigos, aceitou a proposta do amigo para dirigir o jornal “O Progresso” e debandou, em 1927, para o interior do Espírito Santo.<sup>174</sup> O rompimento com a ordem das coisas no Rio de Janeiro, aliada ao encerramento das atividades de *Estética*, parecia demonstrar, como já ensaiara em “Perspectivas” (1925) e explicitara em “O lado oposto e outros lados” (1926), uma insatisfação com os rumos tomados pelo modernismo, sobretudo por sua aparência de homogeneidade e mal disfarçados traços de conservadorismo político (que não demorariam a se manifestar mais abertamente nos anos seguintes). Era a culminância de sua demanda por originalidade. Autêntico, Sérgio Buarque pagaria com uma boa dose de solidão o preço de suas duras críticas:

O artigo de Sérgio Buarque de Holanda [O lado oposto e outros lados], publicado na *Revista do Brasil*, suscitara uma onda de intolerância que o deixaria perplexo e desiludido. Saturado, só encontrou uma saída: aceitar o convite de seu amigo Vieira da Cunha para dirigir um jornal, *O Progresso*, em Cachoeiro do Itapemirim, no Espírito Santo, onde se deixaria ficar esquecido, como jornalista da roça.<sup>175</sup>

---

<sup>173</sup> DILTHEY, W. O surgimento da hermenêutica. *Numen*: revista de estudos e pesquisas da religião, Juiz de Fora, v.2, n.1, p. 11-32.

<sup>174</sup> HOLANDA, M. A., op. cit., 2006.

<sup>175</sup> BARBOSA, F. A., op. cit., 1989, p. 42.

A temporada capixaba, embora curta, foi importante para Sérgio Buarque e, não por acaso, coincide com um novo momento de seu pensamento, voltado mais nitidamente para elementos políticos e sociais. Parece ocorrer uma virada mais decisiva ao pensamento histórico, que amadureceria plenamente nos anos seguintes, durante a estada alemã. Foi uma fase curta. Logo, em 1928, ele voltaria para o Rio de Janeiro, onde trabalharia na agência de notícias “United Press” e seria colaborador em nova fase da “Revista do Brasil”, título comprado de Monteiro Lobato por Assis Chateaubriand, agora dirigida pelos amigos Rodrigo M. F. de Andrade e Prudente de Moraes Neto. Desse período, pelo menos dois artigos do autor merecem atenção especial para os argumentos que vimos desenvolvendo até aqui. De 1927, as “Notas do Espírito Santo”. De 1928, “Tristão de Athayde”.

Nas “Notas do Espírito Santo”, publicadas no retorno ao Rio de Janeiro, nas páginas de “O Jornal”, a reflexão identitária aparece com contornos de preocupações mais históricas; o deslocamento do olhar do crítico para o interior do Brasil e a paisagem em transformação do estado do Espírito Santo provocam em nosso autor alguns questionamentos relacionados ao “caráter” brasileiro. Antes disso, avalia a mudança para o Espírito Santo como um ato de coragem, uma “desobediência” ao estado de repouso, que o fez “acreditar que quem varia de terra, varia para melhor”.<sup>176</sup> Um ato de coragem seria favorecedor da boa sorte, que “costuma se encontrar muito mais frequente mente com os irrequietos do que com os sossegados e prefere ser cortejada a ser esperada”. A preocupação com os caracteres da gente ligada à terra do Espírito Santo, e nisso já se esboça parte de sua preocupação recente, seria para ele algo de avaliação difícil, pois “a população autenticamente capixaba é escassíssima com relação aos elementos estranhos que hoje povoam esse território”.

A esse território, novo para o olhar do autor, ele chamaria “terra da promessa”, concordando com a expressão que já lhe tinha conferido anteriormente o autor do romance *Canaã* (1902), Graça Aranha: “um escritor de talento já ligou ao Estado do Espírito Santo o prestígio de terra da promessa”. As terras brasileiras seriam, elas mesmas, terras de promessa, uma vez que o autor afirma sentir-se plenamente “brasileiro” no estado capixaba, embora a modernização e progresso material que começa a se impor ali:

não creio que exista outro lugar em que nossa paisagem afirme com maior segurança, com maior poder de convicção, que estamos em terra brasileira e, mais,

---

<sup>176</sup> HOLANDA, S. B. Notas do Espírito Santo [1927]. In: *Raízes de Sérgio Buarque de Holanda*. Francisco Assis Barbosa (org.). Rio de Janeiro: Rocco, 1989, p. 90.



que devemos nos conformar com as promessas e até com as imposições que essa sugestão nos apresenta.<sup>177</sup>

Essa “conformação com as promessas” oferecidas pelo cenário natural contrastariam com o esforço realizado pelo trabalho de desenvolvimento da região levado a cabo pelos imigrantes e mesmo brasileiros provenientes de outros estados. Não é sem resistência ou de forma muito elogiosa que Sérgio Buarque se deixa seduzir pelas atividades modernizadoras que se realizavam por ali: “essa impressão tem para mim uma significação mais positiva do que eu desejaria acentuar”. Contudo, “as construções contínuas, os melhoramentos, os aterros, as demolições atestam bem que no Espírito Santo a febre de progresso não fica apenas nas palavras e promessas das plataformas de governo”. A modernização – como processo, em andamento – vista a olhos nus impressiona o autor: “o progresso [...] se manifesta de maneira assombrosa, não somente na capital”. Mas, de certa forma, ela contrasta com a paisagem e a tradição. Sérgio Buarque esboça um início de reflexão de um dos eixos centrais da reflexão amadurecida que trará em *Raízes do Brasil*, nove anos adiante, que se trata da tensão entre tradição e modernização. A percepção do “contraste formidável” entre a “rudeza do ambiente” e o esforço do trabalho humano para adequá-lo “na sua ordem e nos seus sistemas” aguçou o senso histórico em Sérgio Buarque e a sensibilidade para o tratamento das questões em aberto do passado nacional e do presente em transformação: “de um lado, a herança da cultura europeia ainda tão acentuada e, de outro, esse “espírito da terra” que os mais aptos *ainda não principiaram a compreender*”. Uma vez mais o autor demonstra preocupação com a consciência do passado e a necessidade de superação do déficit historiográfico. Outro sinal da originalidade de Sérgio Buarque se manifesta neste trecho. Ela se liga à crítica que fazia no ensaio “Estudos brasileiros” (1924), quando dizia que nossa terra tinha “tantos historiadores e tão pouca história”. Ou seja, novamente a crítica sobre a ausência de reflexão aprimorada sobre a experiência histórica. Também não é desprezível a tendência, aqui já manifesta, à compreensão histórica. Certamente, portanto, essas ideias estavam no horizonte de Sérgio Buarque às vésperas da viagem à Alemanha. Não é outro o sentido do depoimento do amigo Manuel Bandeira sobre o curto período de Sérgio Buarque em Cachoeiro do Itapemirim:

Benditos porres de Cachoeiro do Itapemirim! Eles nos valeram a devolução, em perfeito estado, de Sérgio, enfim, descerebralizado, pronto para a aventura na

---

<sup>177</sup> *Idem*, *ibidem*.

Alemanha [...]. Sérgio já não lia nos cafés, desinteressara-se bastante da poesia e da ficção, apaixonara-se pelos estudos de história e sociologia.<sup>178</sup>

O outro artigo a que nos referíamos, “Tristão de Athayde”, saído no “Jornal do Brasil”, Rio de Janeiro, 1928, explora questões presentes anteriormente em outros ensaios do autor, como a oposição entre construção da ordem e espontaneidade, espírito e vida, além do debate de sentimentos de foro mais íntimo, por oposição ao católico e tradicionalista Tristão de Athayde, pseudônimo de Alceu Amoroso Lima (1893-1983). O ataque frontal de Sérgio Buarque é contra o tradicionalismo e imposição da ordem ideal por parte de Tristão de Athayde. No bojo dessa crítica, está implícita uma aguda ciência dos problemas sociais de seu tempo, traduzida na percepção de que fatores extraliterários – tais como escolhas ideológicas – atuavam sobremaneira na valoração de critérios estéticos:

A obra do Sr. Tristão de Athayde exprime de maneira admirável um dos paradoxos mais sutis e mais consideráveis deste momento. [...] Estamos, pois, diante de fenômeno bem característico de nosso tempo: um tradicionalismo que intimamente descrê das tradições [...]. Não se pode mais hoje, como no tempo de Santo Agostinho ser ao mesmo tempo e simultaneamente um cidadão do céu e da terra. E o pensamento que realmente quiser importar para a nossa época há de se afirmar sem nenhum receio pelos seus reflexos sociais.<sup>179</sup>

Ao chamar a atenção para a importância de se pensar em consonância com a própria época, naturalmente, nosso autor está afirmando que a solução religiosa-dogmática proposta por Tristão de Athayde já não seria digerível pela época; até mesmo porque, no medievo, quando se construíram as *Summas*, estas se baseavam em uma fé sincera, enquanto que a proposta construtiva de Tristão seria, para Sérgio, “um tradicionalismo que descrê das tradições” ou um “dogmatismo que, no fundo, é um ceticismo”. Os seus princípios são, então, menosprezados por Sérgio Buarque como “antinaturais” e “ilusórios”, pois que escondem um refúgio da efemeridade moderna em um absoluto já não mais aceitável – pela própria época. Novamente, portanto, vibra em Sérgio Buarque o contingente, o histórico. A consciência moderna exige a apreensão das questões em sua historicidade, se se quiser compreendê-las e à própria época. Daí que a sensibilidade às questões sociais demanda uma imersão no leito da

<sup>178</sup> BRAGA, R. O Dr. Progresso acendeu cigarro na Lua. *Recado da Primavera*. São Paulo: Círculo do Livro, s/d., p. 151 *apud* KENNEDY, J. K. *op. cit.*, 1999, p. 117.

<sup>179</sup> HOLANDA, S. B. Tristão de Athayde [1928]. In: *op. cit.*, 1989, p. 114.

história. *Raízes do Brasil* se abre com a discussão, já no primeiro capítulo, sobre historicidade e pertinência do que é atual, por oposição aos “tradicionalistas por deliberação”.

## 2.1 A viagem à Alemanha (1929-1930)

Começaremos a falar da temporada alemã de Sérgio Buarque pelo fim. No retorno, em janeiro de 1931, o poeta Manuel Bandeira publicou um artigo em “O Jornal” dando notícia da chegada do amigo e tentando reproduzir uma conversa que tiveram pela madrugada. Não é de somenos importância dar os ouvidos mais de perto ao depoimento, pois ele guarda informações consideráveis sobre o amadurecimento do pensamento histórico do autor durante a viagem, bem como a afinidade com a “filosofia da vida” alemã (*Lebensphilosophie*).

Entrevista com Sérgio num bonde da Gávea à 1h30 da madrugada:

– ? ...

– O poeta de Mia influência sobre a geração nova é Hölderlin, toda a poesia atual deriva dele, é na Alemanha o que é Rimbaud na França, mais profundo que Rimbaud.

– ? ...

– Dos velhos? Goethe.

– ? ...

– Heine não, se lê muito menos. Schiller também caiu muito. Schiller é o representante da poesia do idealismo kantiano. O idealismo perde terreno cada vez mais na Alemanha. A mocidade está voltada para Klages, um nome quase inteiramente desconhecido fora da Alemanha e que dentro dela no entanto goza de enorme prestígio.

– ? ...

– A filosofia de Klages é a da liberação dos instintos.

– Quando eu saí daqui eu tinha uma tendência para o comunismo. Hoje estou achando nele o mesmo excesso racionalista do catolicismo. Comunismo e catolicismo são soluções extremamente racionalistas.

[...]

A mesma ausência de qualquer fé bem definida de sua parte, de adesão a qualquer sistema, era uma garantia de isenção com que ele nos informaria. A leve tendência que ele manifestava para a doutrina comunista, tendência que se dissipou ao contato da Alemanha nova, influenciada pela filosofia de Klages, era apenas o necessário e bastante para que ele tudo olhasse com a simpatia desapassionada de que não são capazes nem os comunistas militantes nem os seus adversários. E agora acabou-se! Sérgio é da... libertação dos instintos...<sup>180</sup>

Considerada a relativa escassez de materiais sobre esse período da trajetória do autor, outros dados importantes aparecem em entrevista do próprio Sérgio Buarque bem posterior.

<sup>180</sup> BANDEIRA, M. Sérgio Buarque de Holanda acaba de regressar da Alemanha, onde passou dois anos preparando uma invasão da Rússia, que fracassou [1931]. In: *op. cit.*, 1989, p. 292-3.

Nos anos 1980, na relevante e anteriormente citada entrevista a Richard Graham, o já consagrado historiador falava sobre a temporada alemã:

Foi quando Chateaubriand propôs que eu fosse para a Alemanha para *O Jornal*. O plano era que eu fosse à Polônia e à Rússia, mas achei o frio na Polônia muito ruim e decidi ficar em Berlim. Aí fui mais tarde contratado para trabalhar numa revista bilíngue, teuto-brasileira, sobre relações comerciais. Também traduzi *scripts* de filmes, inclusive *Anjo Azul*, de Marlene Dietrich. [...] Em Berlim, assisti muito assistematicamente a conferências de Friedrich Meinecke. Ele sugeriu novos caminhos. Li Ernst Kantorowicz, sobre Frederico III, e então Sombart e, através de Sombart, cheguei a Weber. Ainda tenho, aqui nas minhas estantes, obras de Weber que comprei naquela época. [...] Escrevi artigos para uma revista bilíngue, tentando explicar o Brasil para os alemães. E só quando você está longe é que começa a ver sua própria terra integralmente. Você tem uma perspectiva diferente. E o Brasil não é fácil de entender; é difícil. Quando pararam de publicar a revista, eu voltei para o Brasil, no fim de 1930, trouxe comigo um velho caderno de notas de umas 400 páginas para um livro que tencionava fosse chamar *Teoria da América*. Nunca o publiquei, mas os dois capítulos do que finalmente veio a ser em 1936 *Raízes do Brasil* foram extraídos, quase intactos, daquelas páginas desordenadas.<sup>181</sup>

Não resta dúvidas, portanto, que o período passado na Alemanha amadureceria em Sérgio Buarque o primado da história, que se vinha ensaiando desde a crítica literária no ambiente modernista – o ensaio histórico *Raízes do Brasil* fora gestado, afinal, na terra do historicismo. Podemos continuar observando a “virada histórica” dos interesses de Sérgio Buarque nos artigos remetidos da Alemanha ou por lá mesmo publicados (alguns, como “A moderna literatura brasileira”, antes citado, foram traduzidos recentemente).<sup>182</sup> Uma série de três artigos – “Através da Alemanha” – enviados para *O Jornal* torna mais evidente a afirmação do centro de interesses do jovem autor, voltado então para assuntos de política econômica e cultura ou modo de ser (“a vida alemã”). A própria viagem e permanência naquele “mundo quase inédito”, num confronto com uma realidade nacional estrangeira, pode ser entendida como parte dessas novas percepções. O cosmopolitismo do autor favoreceria, sem dúvida, um deslocamento no olhar sobre as coisas brasileiras. Segue uma breve leitura de suas primeiras impressões, publicadas no Brasil entre julho e setembro de 1929.

No primeiro dos artigos, escrito em Berlim a 27 de julho de 1929, podemos perceber a aclimação de Sérgio Buarque ao novo ambiente e o choque do contato com uma realidade estranha, capaz de produzir, de um lado, desvio na forma de olhar e, de outro, avançar

<sup>181</sup> HOLANDA, S. B. Todo historiador precisa ser bom escritor – Entrevista a Richard Graham [1982]. In: *Sérgio Buarque de Holanda: Entrevistas*. Organização de Renato Martins. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2009, p. 197.

<sup>182</sup> COSTA, M (Org). *Sérgio Buarque de Holanda: Escritos coligidos: livro I, 1920-1949*. São Paulo: Unesp: Fundação Perseu Abramo, 2011.

concepções em processo de maturação, em algumas reflexões iniciais sobre a mudança de ponto de vista e a diferença:

Como vencer o prestígio de um modo de ser e de pensar que me são naturais? Como suprimir o enorme legado de uma gente diversa e de um clima longínquo a fim de *compreender um mundo quase inédito para mim?* [...] Seria preciso alcançar a virtude admirável do silêncio, tão difícil entre os povos latinos, amigos de criticar e sorrir [grifo nosso].<sup>183</sup>

A caminho do “país do imperativo categórico”, ainda a bordo do *Cap Arcona*, Sérgio Buarque teria contato com “alguns companheiros escandinavos”, com quem aprendeu um bordão “que usam habitualmente em suas terras”, no momento de saudar da bebida: “cada qual desejava antes de tudo sua própria saúde, depois a do companheiro e em último lugar a de todas as raparigas bonitas”. A esse refrão, que ele preferiu não repetir, entendeu como “a expressão de uma síntese etnológica”, que coincidia bem com a ideia que se acostumara a fazer do “temperamento da gente nórdica”. O que ele imaginava antes sobre daqueles povos “conformava-se perfeitamente com essa síntese” e o primeiro contato com o porto de Hamburgo “contribuiria mesmo para reforçá-la”. A saudação escandinava combinava bem com a primeira impressão que tivera ao desembarcar, sobre “a vontade enérgica, o desejo de ação e de realização traduzido na vida próspera que vai nascendo nas margens do Elba”. Aí, na observação da paisagem, nosso autor percebe uma dessintonia entre passado e futuro. Chamou-lhe a atenção “a quantidade de embarcações de todos os tamanhos e de todas as nacionalidades [...] em terra as chaminés das fábricas em baforadas contínuas [...] dominam o panorama do porto”. Mas,

Diante de tudo isso as antigas construções da velha cidade hanseática insinuam-se com timidez, receosas de exibirem ao estrangeiro uma fisionomia antiquada, que não convém aparecer neste instante de ressurgimento nacional.<sup>184</sup>

Sérgio Buarque se esforça por noticiar o “milagre germânico” do entreguerras na República de Weimar. A “outra Alemanha” impressiona-o pelo “assombroso poder de adaptação às condições sociais”, mesmo que o “povo alemão” fosse cercado de “inimigos impiedosos e despeitados”. Havia, contudo, um aspecto aparentemente contrastante à intensa

<sup>183</sup> HOLANDA, S. B. Através da Alemanha [1929]. In: *op. cit.*, 1989, p. 130.

<sup>184</sup> *Idem*, p. 131.

atividade fabril: “não encontrei aqui, por enquanto, nada que pudesse lembrar aquela disciplina militarista que se tornara, antes da guerra, um elemento indefectível da fisionomia teutônica”. Esse aspecto diz respeito a uma convivência harmoniosa, inclusive com os estrangeiros (ele mesmo, no caso): “tudo se faz sem imposições excessivas e sem normas incoercíveis, antes com certo abandono e liberdade”. Essa liberdade Sérgio Buarque evidencia com o exemplo das conquistas femininas que observara, não sem uma boa dose de beleza poética, mas também com um tom levemente reprovativo do “sangue quente” latino:

A sugestão romântica da estátua de Bismarck não é uma fantasia. Fui surpreender Hamburgo em uma manhã de domingo, encapotada sob o frio retardatário. Nas ruas bordadas de jardins ia encontrando em toda parte casais novos, de braços dados e em passo de parada, que fugiam para os arrabaldes. As casas de todas as cores, os canais de água barrenta como na Veneza de Thomas Mann, os grupos de homens vestidos à tirolesa, contavam histórias maravilhosas. [...] Mesmo fora dos cafés dissolutos de St. Pauli é muito difícil a um homem andar impunemente sem o seu “par” em um domingo hamburguês. A mulher já conquistou aqui, em todos os sentidos, os mesmos direitos, as mesmas regalias, as mesmas tentações e até as mesmas condescendências que os homens. Esses “crimes que só se lavam com o sangue” dos países latinos são aceitos aqui como males perdoáveis e tudo corre no melhor dos mundos possíveis.<sup>185</sup>

O texto de agosto, publicado no Rio de Janeiro em setembro, dá continuidade à reflexão sobre a “jovem Alemanha” e sua “agitação modernizadora”. No anterior, ele dizia que justamente o contraste entre a virtude admirável do silêncio e atividade fabril é que proporcionava o “milagre incomparável” do ressurgimento da Alemanha no pós-guerra. Nesse texto, Sérgio Buarque dá notícia de uma “influência americana” no processo de modernização alemã: “pode-se dizer que na Alemanha, como de resto, em todo o mundo, a agitação modernizadora se realizou segundo os moldes anglo-saxões e, em particular, segundo os norte-americanos”.<sup>186</sup> O edifício de escritórios Chilehaus, em Hamburgo, “maravilha arquitetônica”, seria o exemplo típico das atividades modernas na Alemanha, “manifestação de um estado de alma idêntico ao que na América se exprime pelos arranha-céus [...] com uma vitória trabalhosa sobre a complicação teutônica”. Novamente, então, Sérgio Buarque acentua o que observa como uma capacidade de adaptação inesperada no povo alemão: “parece incrível a naturalidade com que este povo, lento e especulativo, encontra meios de se adaptar e de se sentir à vontade dentro dos novos moldes”. Estes novos moldes, o

<sup>185</sup> HOLANDA, S. B. *Através da Alemanha II* [1929], *op. cit.*, 1989, p. 132.

<sup>186</sup> *Idem*, p. 134.

correspondente assinala com uma percepção temporal: “o gosto da técnica, da *aceleração*, da eficiência [grifo nosso]”. Não com facilidade, sem adversários ou sem consequências essa aceleração “se impõe a cada dia com mais violência”. O relaxamento de algumas convenções seria um aspecto decorrente, sobretudo relativo à vida sexual, manifestado nas artes, que têm se dedicado a “questões que ainda passam por tabu em outros países ocidentais”. Tanto que as novidades, contudo, “não chocam tanto os alemães que os levem a esquecer as vicissitudes de sua política”.<sup>187</sup>

O terceiro artigo da série “Através da Alemanha”, remetido em setembro do mesmo ano, retoma a mesma temática da modernização, americanização, e também a política internacional. A história da diplomacia alemã dos dez anos anteriores, que sucederam à Grande Guerra, orientava-se pelo “desejo de retomar a posição [...] de uma política internacional independente”, de quando a política externa alemã não tinha graves problemas a resolver. O texto trata, sobretudo, de questões de ordem econômica: “nenhum aspecto da *vida alemã* pode valer tanto, no momento que atravessamos, como essa situação econômica perante os antigos adversários”. O assunto, mais de perto, é o Plano Young, que tenderia a atrair a Alemanha para a órbita do imperialismo norte-americano: “aos mais precavidos e aos mais sábios não escapa a noção de perigo de uma invasão da Alemanha pelo capital norte-americano”. O ideal, aponta, seria que a Alemanha pagasse suas dívidas aos credores estrangeiros não mediante novas obrigações, mas com o fornecimento de artigos para exportação, de modo a contornar a crise que se avizinhava.<sup>188</sup>

As primeiras impressões sobre o país de Goethe deixam entrever aqueles aspectos, senão novos, pelo menos com outra intensidade e coloração no centro de interesses de Sérgio Buarque, como anunciávamos antes. O principal deles, a nosso ver, é a percepção temporal da convivência simultânea de planos distintos, além da mencionada aceleração do tempo experimentada na Europa. Agora também aparecem em caráter de urgência aquelas preocupações que subsistiam desde o primeiro artigo, “Originalidade Literária”, sobre a singularidade cultural e espírito de um povo, conforme atestam algumas expressões destacadas, tais como “vida alemã”, “povo alemão”, “síntese etnológica”, “poder de adaptação”, ou, ainda, de definição do caráter em transformação de um “povo naturalmente lento e especulativo”, submetido, segundo sua sensibilidade histórica, à “aceleração violenta”.

---

<sup>187</sup> *Idem*, p. 137.

<sup>188</sup> HOLANDA, S. B. Através da Alemanha III [1929]. In: *op. cit.*, 1989, p. 142.

Mesmo quando se referiu a um literato, na entrevista com Thomas Mann, que remeteu a “O Jornal” em fevereiro de 1930, o foco de interesses era diverso, não exclusivamente a crítica literária. Ele conversou com o autor de “A Montanha Mágica” (1912), aclamado com o prêmio Nobel de Literatura por “Os Buddenbrooks”, de 1901, em tom meio celebrativo, meio curioso, a rememorar suas impressões dos primeiros livros do grande romancista, bem como a perguntar o que aparentemente poderiam sugerir indiscrições sobre minudências do escritor. Mas, antes disso, estava interessado – reforçando nosso argumento – na “particularidade” do escritor alemão, mais a relação entre seu espírito e a vida ativa de seu país, especialmente no fato de ter uma ascendência latina e brasileira: “a essa mistura de sangue [Mann era filho de uma brasileira] deve Thomas Mann algumas das suas qualidades mais raras de escritor, que o distingue bastante no conjunto da moderna literatura alemã”. Para nós, o mais importante nesse relato de Sérgio Buarque é a breve, mas profunda síntese da importância da obra de Mann, que robustece nossa disposição em visualizar a apreensão da historicidade por Sérgio Buarque. É exatamente este aspecto que ele delineia na síntese de Mann; entre a vida individual e o organismo social, o particular e o geral, a apreensão da vida atual pela compreensão. Nos romances épicos e nos estudos e comentários sobre o tempo vivido, Mann teria demonstrado “um poder singular” de tornar compreensível a “fisionomia de nosso tempo”:

a multiplicidade e a complexidade da vida atual aparecem transfiguradas através do *espírito largamente compreensivo* de seu autor, capaz, ao mesmo tempo, de penetrar os meandros mais insignificantes e os mais importantes da existência e da sociedade dos homens [...] Ele nos oferece o exemplo bastante significativo de uma *individualidade* que soube dominar esse espírito negador e quase anarquista, que fornece o clima próprio dos grandes espíritos e que paira sobre sua obra de ficção, para participar da vida ativa de seu país, lutando contra os germes de dissolução que o atacavam. Desse modo ele conseguiu construir um *humanismo orgânico*, segundo a fórmula de Goethe.<sup>189</sup>

Principalmente devemos perceber nesse excerto o valor conferido pelo jovem Sérgio Buarque às noções de “atual” e de “compreensão”. A categoria do atual aparecerá em *Raízes do Brasil*, em significado semelhante a este dado aqui, como uma espécie de “filtro” de discernimento do passado no presente ou de “compreensão” da pertinência da permanência de elementos do passado. Além disso, destacou da conversa com Thomas Mann o interesse pelo Brasil. Segundo Sérgio, o autor alemão confirmou a suposição de que a ascendência brasileira

<sup>189</sup> HOLANDA, S. B. Thomas Mann e o Brasil [1930]. In: *op. cit.*, 1989, p. 200.



lhe legou certa clareza no estilo e “um temperamento pouco germânico”. Mann lera os clássicos alemães apaixonadamente, os franceses, os russos e, principalmente, os ingleses, mas estava certo de que “a influência mais decisiva sobre minha [de Mann] obra resulta do sangue brasileiro que herdei de minha mãe”. Isso seria um motivo razoável para orgulho e alegria entre os brasileiros, segundo a reportagem enviada por Sérgio da Alemanha.

Em 1930, Sérgio Buarque arranjava uma posição na revista *Duco*, ligada a um órgão de aproximação das relações Brasil-Alemanha. Nesse ínterim, escrevera alguns artigos em que tentava “explicar o Brasil aos alemães”. Um dos mais ricos e interessantes textos da fase da revista *Duco*, nós já observamos mais de perto anteriormente. Trata-se do “A moderna literatura brasileira”. Era a primeira vez, depois de “O lado oposto e outros lados”, que nosso autor revirava as problemáticas do modernismo brasileiro. Neste ensaio, Sérgio Buarque atua, de forma decidida, como verdadeiro historiador (da literatura). Dava sequência à crítica da sistematização e pretensa homogeneidade do movimento no Brasil em uma dimensão temporal que problematizava a historicidade do movimento – sua relação temporal interna e com o tempo social brasileiro. Retomando alguns pontos que comentávamos antes, como o deslocamento do olhar, o perspectivismo de um novo lugar de observação e o consequente desafio interpretativo, sobretudo a sensibilidade histórica que percebia a dinâmica da mudança temporal (convivências arcaicas e modernas e aceleração), podemos afirmar com segurança que o artigo mais que coincidir, afirma com a “virada histórica” do pensamento de Sérgio Buarque. A ênfase conferida por Sérgio Buarque à história do modernismo, como autêntico historiador da literatura o demonstra. Na impossibilidade de “caracterizações detalhadas da nova literatura brasileira”, a pedra angular dessa breve história literária recai sobre sua “incessante resistência a toda forma de sistematização e disciplina”.<sup>190</sup> Aqueles temas da crítica de Sérgio Buarque nos anos 1920, ele afirmaria novamente neste ensaio de 1930, em consonância com suas preocupações relativas às singularidades históricas e culturais: “sua [do movimento] energia vital [...] é acentuada por uma incessante resistência a toda forma de sistematização e disciplina”. Seu impulso, o “*espírito* nacional”, é o fator que engloba “todas as tendências da nossa moderna atividade cultural”.

Sobre as relações Brasil-Alemanha, o artigo “Em lugar de qualquer prefácio”, publicado na mesma revista *Duco*, trata de retratar o Brasil como “a potência em formação, [...] especialmente no âmbito econômico” a fim de incentivar as relações comerciais entre os dois países: “um país [o Brasil] cujos produtos de exportação e matérias-primas a Alemanha

<sup>190</sup> HOLANDA, S. B. A moderna literatura brasileira [1930]. In: COSTA, M. (Org.) *op. cit.*, p. 49.

deve necessariamente importar, e que além disso é também um grande mercado para muitos produtos da indústria alemã”.<sup>191</sup> Essa apresentação do Brasil, sobre quem “em geral se sabe quase sempre estranhamente pouco”, seria necessária considerando-se que de seu “crescimento cultural e econômico nada se sabe”, nem se possui “nenhuma compreensão de seu pronunciado orgulho nacional”. Sérgio Buarque anuncia o desejo de tomar para si o encargo de “mensageiro da boa vontade”, de levar a notícia do Brasil para a Alemanha e no Brasil chamar a atenção para as potencialidades e realizações alemãs, não sem certo alarde: “Poderosos concorrentes estão em primeiro plano. A Alemanha não pode ficar de fora”.

Na argumentação de Holanda sobre os sucessos do Brasil na área econômica, dois aspectos são relevantes. O primeiro diz respeito à observação do autor do processo de mudança pela qual o país estava transitando, processo esse inseparável de certo distanciamento (crítico) do passado. Como se sabe, este é uma das teses centrais de *Raízes do Brasil*. No artigo, lê-se: “Diante do novo Brasil, o antigo recua mais e mais com seus encantos e belezas românticos, mas também com seus entraves, suas dificuldades, seus perigos, quase sempre inventados [...]”. O “novo Brasil” ele define como “uma nação gigantesca tomada por um movimento incessante de progresso”.<sup>192</sup> Ainda assim, percebia a convivência simultânea de dois tempos distintos: “riqueza e luxo convivem em imediata vizinhança com uma riqueza nua e original, envelhecida, muitas vezes do maior primitivismo”. Outro aspecto notável é anotado por Sérgio Buarque como “a encarnação de uma grande diversidade” natural representada pelo Brasil, país de proporções gigantescas temperado por “todos os climas”; economicamente, o país também era multiforme, ainda que “por ora muito desigual”.

Em síntese, sobre o incipiente processo de modernização de ambos os países, Sérgio Buarque diria, e ele mesmo grifaria o texto, que “*Nada é mais constante que a mudança*, e esse dito se aplica em grande medida ao Brasil”.<sup>193</sup> Com isso, atingia o cerne do historicismo alemão no qual mergulhara, a qualidade histórica da mudança. Esta seria mais tarde a perspectiva historiográfica sobre a qual se alinharia, como num fio narrativo condutor, a interpretação das “raízes brasileiras” em seu “estudo compreensivo”.

---

<sup>191</sup> HOLANDA, S. B. Em lugar de qualquer prefácio [1929]. In: COSTA, M (Org). *op. cit.*, p. 26.

<sup>192</sup> *Idem*, p. 28.

<sup>193</sup> *Idem*, p. 27.

## 2.2 Historicismo e hermenêutica: a mudança histórica em perspectiva

Arno Wehling, professor aposentado da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e atual presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), foi por um tempo orientando de Sérgio Buarque no doutorado na USP, mas este logo se aposentaria, antes da conclusão da tese. Wehling ressalta a importância dos procedimentos hermenêuticos na produção historiográfica de Sérgio Buarque de Holanda. Outros estudiosos, como Francisco de Assis Barbosa ou Maria Odila L. S. Dias, se perceberam aspectos relacionados ao historicismo, não consideraram exatamente a questão hermenêutica em sua trajetória intelectual. O próprio Sérgio Buarque, naquele texto sobre Ranke, de 1974, diria que um historiador trata sobretudo de reviver fenômenos particulares e dotá-los de sentido: “para revivê-los em suas pulsações e em sua espessura a fim de que se integrem em quadros mais amplos, onde ganham nova dimensão e significado mais alto”.<sup>194</sup> A “questão hermenêutica”, como no dizer de Arno Wehling, aparece em Sérgio Buarque sobretudo pela capacidade de estabelecer nexos relacionais entre aspectos singulares e elementos estruturais, pelo profundo conhecimento das fontes históricas e da inserção dos dados obtidos heurísticamente em significados mais largos. Arno Wehling sintetiza os quadros da questão na seguinte passagem:

Uma perspectiva com essas características remete-nos, portanto, para a tradição hermenêutica conforme se consolidou ao longo do século XIX e, mais remotamente, para os *maîtres à penser* do anti-racionalismo iluminista, Vico e Herder. O primeiro pela abertura às efetivas criações do homem – a língua, a arte, o direito, numa palavra, à cultura no que esta possui de radicalmente humana, independente da “natureza”. O segundo pelo exercício da *Einfühlung*, a empatia, pedra angular do que mais tarde, no século seguinte, se caracterizaria como a compreensão em Dilthey e, mais longe ainda, na “*verständene soziologie*” [sociologia compreensiva] de Weber.<sup>195</sup>

O filósofo e crítico Benedito Nunes vai um pouco mais a fundo para dizer que não apenas a obra histórica, mas a crítica literária do jovem Sérgio Buarque é exercida sempre “de

<sup>194</sup> HOLANDA, S. B. O atual e o inatual na obra de Leopold von Ranke. In: *op. cit.*, p. 169.

<sup>195</sup> WEHLING, A. Notas sobre a questão hermenêutica em Sérgio Buarque de Holanda. In: EUGÊNIO, J.K.; MONTEIRO, P. M. (Orgs). Sérgio Buarque de Holanda: Perspectivas. Campinas, SP: Ed. Unicamp; RJ: Eduerj, 2008, p. 389.

maneira compreensiva”.<sup>196</sup> Essa sugestão vai ao encontro da crítica literária buarquiana como historicismo romântico. Liga-se, também, a *Raízes do Brasil* e seu importante parágrafo de abertura, quando diz, em poucas palavras, muito sobre suas bases epistemológicas; o ensaio tratava-se de um “estudo compreensivo” da sociedade brasileira desde suas raízes:

Todo estudo compreensivo da sociedade brasileira há de destacar o fato verdadeiramente fundador de constituirmos o único esforço bem sucedido, e em larga escala, de transplantação da cultura europeia para uma zona de clima tropica e sub-tropical.<sup>197</sup>

Mais adiante, Sérgio Buarque reforça a definição de estudo compreensivo: “como explicar essas formas [culturais europeias] sem recorrer a indicações mais ou menos vagas e que jamais nos conduziram a uma estrita objetividade?”.<sup>198</sup> Sérgio Buarque, atento às discussões acerca da objetividade nas ciências humanas, tem um pensamento de feição antipositivista: as ciências humanas (ou do espírito) tratam de fenômenos de *sentido* (fenômenos espirituais), para cujo conhecimento e compreensão as fórmulas justas das ciências naturais são inadequados, pois suas finalidades cognitivas seriam distintas. No horizonte da interpretação histórica, o ensaio de Sérgio Buarque não busca leis ou regularidades da ação humana passada ou futura, mas atribui sentido aos acontecimentos narrados, a partir do interior do próprio mundo histórico valorativo, de onde, imerso, fala.

A ancoragem do pensamento histórico de Sérgio Buarque na hermenêutica e no historicismo alemães, mesmo anterior à estada alemã, passa pela leitura da fundamentação do método histórico na compreensão hermenêutica. As teorias sobre a interpretação de textos e a abordagem compreensiva desenvolvidas na Alemanha no século XIX situam-se na própria gênese da constituição da história como ciência – humana e compreensiva –, que por sua vez se fundamenta na busca de uma metodologia específica.<sup>199</sup> No momento mesmo em que a ciência da história fundamentava-se em termos epistemológicos, a partir, de um lado, da crítica das filosofias da história, em particular o idealismo hegeliano, de outro, dos modelos

---

<sup>196</sup> NUNES, B. Crítica literária no Brasil, ontem e hoje. In: MARTINS, M. H. (Org.) *Rumos da crítica*. São Paulo: Ed. Senac/Itaú Cultural, 2007, p. 60.

<sup>197</sup> HOLANDA, S. B., 1936, p. 3.

<sup>198</sup> *Idem*, *ibidem*.

<sup>199</sup> MARTINS, E. R. Historicismo: tese, legado, fragilidade. *História Revista*, UFG, n. 7: 1-22, jan./dez. 2002.

nomológicos a que era submetido o estudo do passado, a hermenêutica surgiu como a pedra angular na construção do método.<sup>200</sup>

O historicismo pode ser reputado, ainda hoje, como um dos grandes paradigmas da história, inclusive porque, como faz ver Verena Alberti, seus pressupostos – a historicidade sempre alternante das atividades humanas – soam como obviedade para os historiadores contemporâneos. Mas isso seria resultado de embates específicos travados naquela época pela escola histórica para que se possa entender os debates disciplinares, sobretudo a formação da história como ciência – humana e compreensiva, não é demais reforçar.<sup>201</sup> Dizemos “ainda hoje” porque algumas questões que se colocaram contemporaneamente obrigam um retorno a pensar nestas bases. A questão narrativa na teoria e prática historiadora, o sentido do passado, as reduções na escala de observação dos fenômenos histórico-sociais, as múltiplas temporalidades, a centralidade do sujeito e possibilidade do agir histórico, enfim, para todas essas questões as contribuições do historicismo e da hermenêutica se mostraram bastante influentes.

As problemáticas que definirão a história como ciência na Alemanha do século XIX seriam decorrentes de desenvolvimentos anteriores, ligados ao Iluminismo e ao Romantismo. A aplicação histórica das categorias meta-históricas (experiência e expectativa) forneceu uma chave para o reconhecimento do tempo histórico da modernidade como algo diferente dos tempos anteriores e consciente de si. O aspecto “diferente” da modernidade em relação a outros tempos históricos encontra-se na inauguração de um *futuro inédito*, um combinado de política e profecia, vaticinado pelas filosofias da história. Cabe aos filósofos do iluminismo a descoberta do mundo histórico ou da consciência histórica. Forma secularizada da antiga Providência, a história, na modernidade, constitui referência aos historiadores, cientistas sociais e filósofos.<sup>202</sup>

No século XVIII, do Iluminismo e do Romantismo, estaria o despertar da consciência histórica. Vico, Herder e Kant, cada qual a seu modo, exercem papel de fundamentação em termos teóricos. Vico defendia uma separação entre o mundo das coisas criadas por Deus e o mundo das coisas criadas pelo homem. Este último, passível de ser compreendido pelo

---

<sup>200</sup> BENTIVOGLIO, J. História e hermenêutica: a compreensão como um fundamento do método histórico. *OPIS*, vol. 7, n. 9, jul-dez., 2007.

<sup>201</sup> ALBERTI, V. A existência na história: revelações e riscos da hermenêutica. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, 17, p. 31-57, 1996.

<sup>202</sup> KOSELLECK, R., 2006, p. 31.

próprio homem. A consequência é uma definição de história imanente e racional que se desenvolve no tempo. O ponto máximo é Kant, que na “Ideia de uma História Universal do ponto de vista cosmopolita”, e em diálogo com Herder, delimita as condições de possibilidade do conhecimento histórico ao colocá-lo no horizonte do agir livre humano.<sup>203</sup>

No final do século XVIII, o Romantismo, na esteira das transformações encetadas pela Revolução Francesa, clama atenção pela dinâmica real do processo histórico. Segundo Falcon, os homens de letras e filósofos europeus, em especial os alemães, vivenciam já uma outra forma de consciência histórica, calcada na percepção de uma história em si, temporalizada, contrária ao racionalismo universalista das Luzes. Ocorre uma historicização geral do modo do homem conceber-se no universo e “a história passa a referir o seu sentido à própria história”.<sup>204</sup> A própria razão passa a ser relativizada como histórica. Uma consequência crucial é que a história representa a sequência temporal da busca de si mesmo de um espírito absoluto, que se manifesta de forma concreta em diferentes momentos e lugares particulares (especificamente, nas nações).

No início do século XIX, contrário à crítica iluminista da tradição e por oposição à filosofia da história, o historicismo marca mais uma transformação da consciência histórica, decisiva, em direção à história como ciência. Por historicismo entende-se aqui, de maneira positiva, a “época da historiografia alemã ao longo de todo o século XIX, de metodização e formatação científica do conhecimento histórico”.<sup>205</sup> Essa época seria de tamanha repercussão na cultura alemã que Meinecke dela diria se tratar da “grande revolução intelectual alemã”, em detrimento da crítica kantiana ou do idealismo hegeliano. Para Koselleck, a definição do campo da história, entre os séculos XVIII e XIX, ocorre quando o termo *Historie* (histórias, no plural) foi sendo lentamente substituído por *Geschichte*, uma (grande) narrativa ou a História, no singular. A História passa a ser, a partir de então, unidade coerente, um complexo de acontecimentos aos quais se conferia sentido, ao invés de relatos exemplares (*historia magistra vitae*). Torna-se, então, o conhecimento de si mesma, como na expressão de Droysen, “compreender mediante pesquisa”.<sup>206</sup> Ele mesmo responsável por uma densa

---

<sup>203</sup> FALCON, F.J.C. Historicismo: antigas e novas questões. *História Revista*, 7 (1/2): 24-54, jan./dez. 2002, p. 32.

<sup>204</sup> GUINSBURG, J. *op. cit.*, p. 30.

<sup>205</sup> MARTINS, E. R. Historicismo: o útil e o desagradável. In: ARAUJO, V.L.; MATA, S. R.; MOLLO, H. M.; VARELLA, F.F. *A Dinâmica do historicismo: revisitando a historiografia moderna*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008, p. 15-48.

<sup>206</sup> DROYSSEN, J. G. *Manual de Teoria da História*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010, p. 38.

reflexão sobre os procedimentos metódicos da pesquisa do passado e a conquista e consolidação da história como ciência autônoma a partir da metodização. A *Historik* (1887) – o termo “histórica” passa a designar teoria da história – de Droysen é o primeiro tratado de normativismo histórico a detalhar as fases da operação historiográfica. Ao lado de seu rival Ranke e outros historiadores da Escola Histórica Alemã, como Mommsen, Droysen é responsável à elevação da história à categoria de ciência. Além do trabalho de crítica histórica, Droysen concedeu valor à hermenêutica, de maneira a enxergar na história um papel de formação de sujeitos históricos: “ela deve fazer com que a humanidade tome consciência de si mesma”.<sup>207</sup>

Estes aspectos ligados à interpretação histórica e ao historicismo são o que mais de perto nos interessam. Não é da alçada deste trabalho a discussão pormenorizada de cada um dos autores ligados ao historicismo instrumentalizados por Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil*, o que exigiria pesquisas à parte. Em verdade, textos minuciosos e competentes foram dedicados recentemente a explorar a presença de Weber, o próprio Dilthey, Klages, Nietzsche, Simmel, Ortega y Gasset, entre outros, no ensaio de 1936.<sup>208</sup> O que importa para nós por enquanto é a relação de afinidade entre a historicidade em *Raízes do Brasil* e a noção de tempo histórico como mudança engendrada pelo historicismo.<sup>209</sup> No primeiro capítulo, sublinhamos que este traço vem desde os tempos de modernismo na obra buarquiana, sobretudo como demonstra o ensaio “Romantismo e Tradição”, em que o autor apela à “consciência moderna” e define o modernismo como “romantismo dentro do romantismo”. Quer dizer, Sérgio Buarque pelo menos sondava, desde aquela época, aquilo que passaria por um processo de amadurecimento durante a estada alemã, até atingir plena

---

<sup>207</sup> *Idem*, *ibidem*.

<sup>208</sup> Pedro Meira Monteiro analisou exaustivamente a presença de Weber em *Raízes do Brasil*, no livro “A queda do Aventureiro”. Marcus Vinicius Carvalho, a presença (mais ou menos direta) de Dilthey e Ortega y Gasset no clássico de 1936. João Kennedy Eugênio tratou, embora não fosse o mote de seu trabalho, da apropriação da “filosofia da vida” de Klages por Sérgio Buarque. Leopold Waizbort e André Goldfeder fizeram um balanço das categorias da sociologia compreensiva de George Simmel no ensaio buarquiano. Cf. MONTEIRO, P. M. *A queda do aventureiro: aventura cordialidade e novos tempos em Raízes do Brasil*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1999; GOLDFEDER, A.; WAIZBORT, L. Sobre os tipos em *Raízes do Brasil*. *Rev. Inst. Estud. Bras.*, n.49, São Paulo, set. 2009.

<sup>209</sup> Título de obra de Goethe, “Afinidades eletivas” é um termo aparentemente vago e impreciso, que no romance designa, principalmente, as escolhas espontâneas ou “irracionais” das personagens. Nesse ponto seguimos a conceituação proposta por Michael Löwy – que estudou a noção na obra de Goethe e Weber – como o resultado de uma transação entre aproximação e aversão ou de convergências e atração mútua. Löwy define “afinidade eletiva” como uma “relação dialética que se estabelece entre duas configurações sociais ou culturais, não redutível à determinação causal direta ou “influência” no sentido tradicional”. In: LÖWY, M. *Redenção e utopia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 13.

maturidade no ensaio de 1936: a noção de “tempo moderno” como essencialmente um tempo em processo de devir autoconsciente. Esse tempo da modernidade estava fundado no pressuposto de uma assimetria entre o passado como “espaço de experiências” e o futuro como “horizonte de expectativas” aberto. Implicava supor que a mudança no tempo era irresistível, de modo a deixar sempre o passado para trás, a liberá-lo. Entre eles, passado e futuro, o presente parecia um ponto de transição, mas que deixava em aberto o campo de possibilidades, decisão e ação.<sup>210</sup>

O historicismo era heterogêneo e sustentava posições distintas. Ainda assim, apesar das divergências internas, o elemento comum entre o grupo encontrava-se na aceitação de alguns princípios, como aquele que o diferencia das ciências naturais, a especificidade de sua operação cognitiva, a compreensão empática. Mesmo a compreensão era definida de formas diferentes, como demonstra o debate em torno da questão entre Dilthey e Weber, dois autores que estão à base da “teoria da história” de *Raízes do Brasil*. Para Dilthey, o que faz o historiador é compreender as manifestações da vida dos homens do passado. Tendo por objeto a “vida”, o conhecimento histórico seria o resultado do diálogo entre o historiador em sua vivência (experimentação presente) e os homens de outro tempo vivido (experiência passada). Weber a seu turno recusa a solução da compreensão empática baseada na “revivência”. Em um mundo desencantado e especializado, Weber desloca a atenção da vivência para as ações, situando o indivíduo no interior da cultura, mundo onde se mobilizam os valores.<sup>211</sup> Já no momento da “crise do historicismo”, o método weberiano, com sua atenção à ação individual, buscava afastar do cenário da reflexão científica a mística romântica e as indeterminações da consideração da unidade do momento histórico, fundamentais para o historicismo.<sup>212</sup> Sobre a singularidade de cada um desses autores, Gabriel Cohn faz uma síntese:

Para Weber, o que cumpre compreender é o sentido da ação social para o agente. [...] Para Dilthey, o termo compreensão designa o procedimento pelo qual conhecemos algo interno a partir de sinais dados externamente através dos sentidos. Não se afirma, portanto, que se trata de uma captação imediata, intuitiva de

<sup>210</sup> GUMBRECHT, H. U. *Produção de presença: o que o sentido não consegue transmitir*. Rio de Janeiro: Ed. Puc-RJ; Contraponto, 2010.

<sup>211</sup> REIS, J. C. Sobre a “compreensão” em História: Dilthey (1833-1911) versus (e vice-versa) Weber (1864-1920). In: ARAUJO, V. L... [et. al.] *A dinâmica do historicismo: revisitando a historiografia moderna*. Belo Horizonte: Argumentvm, 2008, p. 63-5.

<sup>212</sup> MONTEIRO, P. M. *op. cit.*, 1999, p. 56-9.



significados. O próprio da compreensão é a apreensão de uma totalidade significativa, para além dos fatos particulares.<sup>213</sup>

Nesse ínterim, a relatividade e a singularidade dos fenômenos históricos estavam no horizonte das reflexões de Dilthey, que via no historicismo uma revolução cultural em que as coisas, em sua particularidade, se observavam relativas, incertas: contrário às concepções universalistas e abstratas, trans-históricas, interessava-lhe o processo de mudanças no tempo, não leis ou regularidades, a unidade na diversidade.<sup>214</sup> Nas intensas disputas epistemológicas e teóricas no “século da história” ela não poderia ser dissociada da ideia de movimento, de mudança. O constante estado de transformação – o mundo ele mesmo era histórico – rejeitava a possibilidade de a história possuir *a priori* algum sentido oculto ou universal. Era na sua “filosofia da vida” que residia o fundamento central das ciências do espírito.<sup>215</sup> Como filosofia da *experiência*, a “filosofia da vida” diltheyana focaliza o sujeito-indivíduo e a compreensão da vida como ela se apresenta aos sentidos. Na visão de Paul Ricoeur, Wilhelm Dilthey foi o maior responsável pelo “pacto entre historicismo e hermenêutica”.<sup>216</sup>

Mas o caminho que liga Sérgio Buarque e seu “estudo compreensivo” a Dilthey não é direto, e sim, tortuoso. Este caminho foi original e pormenorizadamente explorado por Marcus Vinicius Carvalho. Ele analisa a complexidade envolvida na instrumentalização da compreensão em *Raízes do Brasil* a partir do modo como Sérgio Buarque entra em contato com o embate entre ciências do espírito e ciências da natureza ocorrido no pensamento alemão da segunda metade do século XIX.<sup>217</sup> Mas gostaríamos de enfatizar que a apropriação

<sup>213</sup> COHN, G. *Crítica e resignação: fundamentos da sociologia de Max Weber*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979, p. 26 *apud* MONTEIRO, P. M., *ibidem*.

<sup>214</sup> REIS, J. C. *Wilhelm Dilthey e a autonomia das ciências histórico-sociais*. Londrina: Eduel, 2003, p. 4-8.

<sup>215</sup> GOMEZ-HERAS, J. La hermenéutica de la vida en Dilthey. *Thémata*, n. 1, 1984, pp. 57-73.

<sup>216</sup> RICOEUR, P. *Hermenêutica e Ideologias*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 23.

<sup>217</sup> O pesquisador nota a ausência de qualquer referência ao nome de Dilthey nos trabalhos de Sérgio Buarque nos anos 1920 e 1930. Elas apareceriam pela primeira vez apenas nos anos 1950, quando discute “tendências filosóficas brasileiras” durante o primeiro Congresso de Filosofia. O caráter fragmentário da obra de Dilthey, mais o ódio que os nazistas lhe contraíram e, ainda, a publicação de *Ser e Tempo*, em 1927, obliteram-lhe a recepção e divulgação. Mas, durante a temporada alemã, seria inevitável que Sérgio Buarque, nos círculos que frequentou – as aulas de Meinecke ou o círculo de Stefan George – não tivesse tido informação ou leituras de Dilthey. Carvalho aventa a hipótese de que sobretudo por intermédio de Ortega y Gasset, que esteve na Alemanha nos anos 1920, Sérgio Buarque teria lido Dilthey. Carvalho localizou na Biblioteca de Sérgio Buarque, na Unicamp, exemplares de Ortega y Gasset, adquiridos no período, em que grifara substancialmente passagens acerca da filosofia diltheyana. O objetivo do pesquisador não era o de emoldurar Sérgio Buarque em um quadro de referências – o que seria uma traição a sua prática historiadora baseada no movimento fluido –,

do historicismo e da hermenêutica por Sérgio Buarque vai além da instrumentalização da categoria da compreensão, mas, também, aproveita-se da noção de temporalidade subjacente à do historicismo, a da “mudança histórica”. Para Ricoeur, Dilthey é o autor que representa de forma mais sensível o “pacto entre historicismo e hermenêutica”.<sup>218</sup> A historicidade das ações humanas e do próprio mundo histórico abrem uma via para refletir sobre temporalidade no pensamento de Dilthey. A afirmativa a seguir permite supor que o tempo histórico não é visto por Dilthey como um tempo fechado, predeterminado, unilateral, mas carregado de uma multiplicidade e conexões que exprimem o tempo vivido e permitem entrever o porvir. A orientação da ação humana é fundada na continuidade do passado no presente e inspirada em antecipações do futuro.

É só por meio da ideia de objetivação da vida que conquistamos uma intelecção da essência do elemento histórico. Tudo surgiu por meio de uma ação espiritual e carrega, com isso, o caráter da *historicidade*. Tudo está entrelaçado no próprio mundo sensorial como produto da história. [...] Aquilo que o espírito transpõe hoje de seu caráter para o interior de sua manifestação de vida torna-se amanhã história, quando esse algo se torna presente. Assim como o tempo avança, somos envolvidos por ruínas romanas, catedrais, castelos de verão do autossenhório. A história não é nada cindida da vida, nada separada do presente por uma distância temporal”.<sup>219</sup>

Também para Dilthey o tempo presente aparece como a dimensão determinante da temporalidade do mundo histórico. O tempo, ele mesmo, já seria a primeira determinação da vida, fato impresso na expressão “transcurso da vida”. Há também a relação entre tempo e consciência. O tempo é por nós reconhecível graças à “unidade sintética da nossa consciência”. Já entre vida e consciência, a interposição dos objetos externos é determinada por relações de “coetaneidade, *sequencialidade*, intervalo temporal, duração e *transformação* [grifos nossos]”. Mas o “conceito de tempo” Dilthey diz que só encontra significado e preenchimento na *vivência* do tempo. Nela,

[...] o tempo é experimentado como *avanço incansável do presente*, um avanço no qual o presente se torna incessantemente passado e o futuro, presente. O presente é o preenchimento de um momento temporal com realidade, ele é realidade em oposição

---

mas compreender alguns elementos de seu pensamento histórico antes não avaliados. CARVALHO, M. V. op. cit., p. 156-165.

<sup>218</sup> RICOEUR, P., 2008, p. 23.

<sup>219</sup> DILTHEY, W. *A construção do mundo histórico nas ciências humanas*. São Paulo: Editora Unesp, 2010, p. 111.

à lembrança ou às representações do porvir que surgem no desejo, na expectativa, na esperança, no temor e no querer. As representações, nas quais possuímos passado e futuro, só existem para aquele que vive no presente. O presente existe sempre e nada existe senão aquilo que nele desponta.<sup>220</sup>

A vivência é ela mesma infindável fluxo temporal, constante mudança, segundo os seus critérios internos. Não por acaso Dilthey lembra-se de Heráclito e o rio da vida. Esse rio, por mais que se tente fortalecer sua imagem na consciência, é uma lembrança momentânea do rio, não mais o próprio rio, pois: “o rio é fixado pela atenção que retém, então, o que flui em si”. Assim, não se pode apreender a essência da própria vida: “o vivenciar é um transcurso no tempo, um transcurso no qual cada circunstância, logo que se torna um objeto claro, se transforma, uma vez que o instante seguinte sempre se constrói sobre o anterior, e no qual cada momento – ainda não apreendido – se torna passado”.<sup>221</sup> Em sendo o presente o preenchimento de um momento temporal com realidade, ainda que não *seja* nunca, o olhar para cada parte do fluxo do tempo, a partir dele, se voltado para trás (passado) ou para a frente (futuro), o olhar possui caráter diverso.

Se olharmos para trás, para o passado, comportamo-nos passivamente; o passado é o inalterável; é em vão que o homem determinado pelo passado se revolte junto a ele em sonhos sobre como tudo poderia ter sido diferente. Se nos comportarmos em relação ao futuro, então nos mostramos ativos, livres. [...] Nós nos sentimos de posse de possibilidades infinitas.<sup>222</sup>

A partir dessas considerações sobre a dinâmica do tempo histórico Dilthey refuta quaisquer outras formas temporais sem base no fluxo da vida, quaisquer determinações *a priori*, abstrações ou metafísica. Não aceitava a ideia de progresso, a teleologia, não mais também a história exemplar, mas a noção que evidencia a mudança histórica no fluxo temporal, “a ação contínua do passado como força no presente”. Por tais motivos, o filósofo demarca sua posição deitando uma crítica severa sobre sistemas a-históricos:

A doutrina da mera idealidade do tempo não possui absolutamente nenhum sentido nas ciências humanas. Pois tal doutrina não poderia significar outra coisa senão que, por detrás da própria vida, com sua visão do passado, dependente do transcurso temporal e da temporalidade, com sua propensão ativa e livre que exige para si o

---

<sup>220</sup> *Idem*, p. 170.

<sup>221</sup> *Idem*, p. 172.

<sup>222</sup> *Idem*, p. 171.

futuro, com todo o desespero quanto às necessidades daí oriundas, com os esforços, o trabalho, as finalidades que se estendem até o futuro, a configuração e o desenvolvimento que são abrangidos pelo transcurso temporal da vida, residiria como a sua condição o reino sombrio da atemporalidade, algo que não é vivido.<sup>223</sup>

Por sua vez, o ensaio histórico, já demos a entender, não apregoa também o distanciamento entre sujeito e objeto, mas implica uma relação viva entre eles, uma compreensão de si do autor e do mundo histórico em que está imerso. Amálgama de distintas temporalidades, em que sintetiza heterogeneidades, o ensaio buarquiano é uma narrativa histórica, interpretativa, que constitui *sentido* ao conjunto de fatos e transformações históricas narradas;<sup>224</sup> apresenta uma sequência contínua e coerente (começo, meio e fim), em que o fio condutor diz respeito ao lento (mas contínuo), doloroso (mas necessário) e recalcitrante (mas triunfante) processo de modernização. Desde a colônia (capítulos I a V, “Fronteiras da Europa”, “Trabalho e Aventura”, “O Passado Agrário I e II” e “O Homem Cordial”) aos anos 1930 (capítulos VI e VII, “Novos Tempos” e “Nossa Revolução”), o sentido do processo de modernização brasileira tem como marco de ruptura temporal a data que Sérgio Buarque de Holanda escolhe, de forma bem fundamentada, como o início da modernidade no Brasil: o ano de 1888, data da Abolição da escravatura, que “marca o fim do período agrário”.<sup>225</sup> Ainda assim, nem a ruptura nem tão somente a continuidade: o fio condutor da temporalidade no ensaio é, portanto, a *mudança histórica*. Além da opção pelo “fluxo e refluxo da história” e de uma historicidade aberta ao futuro, como veremos adiante, a mudança vislumbrada por Sérgio Buarque como a grande “revolução brasileira” é processual, é a *lenta passagem* do domínio rural para os centros urbanos:

A grande revolução brasileira não foi um fato que se pudesse assinalar em um instante preciso; foi antes um *processo demorado* e que durou pelo menos três quartos de século. Se em capítulo anterior se tentou fixar a data de 1888 como o momento talvez mais decisivo de todo o nosso *desenvolvimento* nacional, é que a

<sup>223</sup> *Idem*, *ibidem*.

<sup>224</sup> Jörn Rüsen fala, por exemplo, na importância da historicidade (e historicização) do passado por meio de uma narrativa como maneira de “fazer sentido”: “história é uma relação inter-temporal de eventos. Dotada de sentido e significado, que combina a situação da vida atual com a experiência do passado de modo tal que uma perspectiva futura das atividades humanas pode ser delineada” (RÜSEN, J. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. *História da Historiografia*, 2009, p. 135). Um acontecimento traumático do passado individual, assim, historicizado (narrado historicamente), tem lugar em uma cadeia temporal (contínua) de eventos e isso pode um passo importante para sua compreensão. Guiada pela intenção de “dominar o tempo” (experimentado pelo homem como ameaça de se perder decorrente das transformações), a consciência histórica se realiza na narrativa histórica das transformações (RÜSEN, J. *Razão Histórica*. Brasília: Ed. UnB, 2001, p. 59).

<sup>225</sup> HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. São Paulo: José Olympio, 1936, p. 135.

partir dessa data, tinham cessado de funcionar os freios tradicionais contra o advento de um *novo estado de coisas*, que só então se faz inevitável. [...] Daí por diante estava preparado o terreno para o novo sistema, com sua sede já não mais nos domínios rurais, mas nos centros urbanos [grifos nossos].<sup>226</sup>

Essa noção de temporalidade como *mudança histórica* será observada mais de perto, a partir do próprio texto buarquiano, no terceiro capítulo de nossa dissertação. Por ora, vamos nos concentrar neste e em outros aspectos da hermenêutica diltheyana, considerando o que disse Paul Ricoeur sobre Dilthey como o autor de maior expressão desse pacto entre historicismo e hermenêutica. Esses aspectos, de origem romântica, foram compartilhados por Sérgio Buarque desde muito jovem.

Dilthey chegaria ao círculo hermenêutico que redescobriria lendo o teólogo romântico Frederico Schleiermacher.<sup>227</sup> Alfredo Bosi comenta brevemente essa relação

[...] A atenção às partes leva à percepção do todo, mas, como se trata de um conhecimento induzido por olhares parciais, deverá ser confirmado (ou infirmado, salvo engano) pelo exame de outros aspectos e assim sucessivamente até que a inteligência da totalidade venha a iluminar de modo justo cada um dos particulares. [...] O círculo hermenêutico, reproposto por Dilthey para a leitura compreensiva de textos históricos pressupõe que vigore uma coerência interna entre as imagens que constituem uma obra poética. Para Schleiermacher toda representação dispõe de leis formais imanentes, motivo pelo qual não é um esforço arbitrário do intérprete rastrear as relações que os momentos de um texto ou de uma composição musical entretêm entre si ou com o todo. Essa procura de relações significativas é a alma da compreensão.<sup>228</sup>

<sup>226</sup> *Idem*, p. 136.

<sup>227</sup> Nascido em Breslau, na Alemanha, em 1768, e falecido em Berlim, em 1834, Friedrich D. E. Schleiermacher fora teólogo e filólogo. Membro de uma família de pastores protestantes, sua formação se concentrou nas áreas de teologia, filologia e filosofia. Seus estudos de hermenêutica são derivados, de um lado, da tradição exegética protestante, de outro, do renascimento dos estudos filológicos no século XVIII. O seu projeto, derivado também da matriz crítica kantiana, procura analisar as razões gerais da compreensão e fundamentar o processo de compreensão, de modo que, por isso, estaria associado ao problema epistemológico de fundamentação metodológica das ciências humanas. As ciências do espírito, compreensivas, visam a apreensão das intencionalidades das ações humanas históricas concretas; questionando a validade da objetividade das ciências naturais transposta para as humanidades, esse modelo compreensivo, inspirado na interpretação de textos, estabelece a apreensão de sentido como fundamento do método nas ciências do espírito. As reflexões de Schleiermacher serão, então, referenciais para a problemática das ciências humanas no século XIX (com Dilthey e Droysen, por exemplo) e da consciência histórica. De todo modo, a preocupação central de Schleiermacher estaria mesmo na religião. Ele não acompanharia até o fim o desenvolvimento do grupo romântico, tornando-se com o tempo um “caso isolado”, pois ao invés de uma religião formal, ele é o pregador de uma atitude religiosa, capaz de comungar o particular no todo, verdadeira obsessão romântica, traduzida em religião por Schleiermacher, que dizia: “ser religioso é apreender intuitivamente o universo”. Cf. BRAIDA, C. “Apresentação”. In: SCHLEIERMACHER, F. *Hermenêutica: arte e técnica da interpretação*. Bragança Paulista, SP: Ed. Universitária São Francisco, 2006, p. 7-22; BORNHEIM, G. A filosofia do Romantismo. In: GINSBURG, J. *O Romantismo*. São Paulo: Perspectiva, 1978, p. 94-96.

<sup>228</sup> BOSI, A (Org.) *Leitura de poesia*. São Paulo: Ática, 2003, p. 14-15.

A obra de Dilthey, segundo a maior pesquisadora brasileira versada em sua filosofia, embora a grandiosidade das suas intenções anunciadas, apresenta um caráter de incompletude e fragmentação. Talvez por esse motivo não tenha atraído maiores adeptos após a morte do autor, em 1911, que não um restrito círculo de alunos mais próximos. Some-se a isso o aparecimento de *Ser e Tempo*, de Heidegger (1889-1976), no ano de 1927, que, apesar de bastante tributário da modernização da hermenêutica operada por Dilthey, ofuscou o brilho próprio de seu predecessor. Somente a partir de 1960, com a publicação de *Verdade e Método*, de H-G.Gadamer (1900-2002), cresceria uma onda de interesse pela filosofia da vida diltheyana. Nos anos 1960 há continuidade da publicação de suas *Obras Completas*, interrompidas no volume XII em 1936, pouco antes do início da Segunda Grande Guerra. Duas de suas maiores obras haviam ficado inconclusas: *Vida de Schleiermacher* (1870) e *Introdução às ciências humanas* (1883). De ambas anunciou-se a publicação de um segundo volume que só foi organizado a partir de 1960.<sup>229</sup> Não é diferente a recente tradução de *A construção do mundo histórico nas ciências humanas* (2010), inédito até então no Brasil (a publicação original é de um século antes, 1910). Segundo estudiosos da obra do hermeneuta, esta obra de maturidade seria sua melhor elaboração, mais lógica, escrita para refutar as objeções a seu “psicologismo” e “subjetivismo”.<sup>230</sup>

Dilthey dedica-se a uma extensa “orientação histórica” do desenvolvimento das ciências naturais e humanas entre os séculos XVII e XIX. Sobre as ciências naturais diz fundamentalmente o autor que a possibilidade de uma análise da natureza funda-se nas regularidades de sequências ou ligações entre fenômenos sensíveis particulares e simultâneos: “na medida em que são atribuídos a essas regularidades suportes inalteráveis, próprios ao acontecimento, elas são remetidas a uma ordem segundo leis no interior da multiplicidade pensada das coisas”.<sup>231</sup> Sobre as ciências humanas, à qual ele se dedica com maior amplitude e intensidade, sua intenção em arrolar-lhe o desenvolvimento histórico é dizer que “se realizou em todo esse transcurso o *despontar da consciência histórica*, a qual abarca todos os fenômenos do mundo espiritual como produtos do desenvolvimento histórico [grifos

<sup>229</sup> AMARAL, Maria Nazaré C. Pacheco. *Dilthey: um conceito de vida e uma pedagogia*. São Paulo: Perspectiva; Edusp, p. xxiii-xxiv, 1987.

<sup>230</sup> REIS, J. C. Sobre a “compreensão” em História: Dilthey (1833-1911) versus (e vice-versa) Weber (1864-1920). In: ARAUJO, V. L... [et. al.] *A dinâmica do historicismo: revisitando a historiografia moderna*. Belo Horizonte: Argumentvm, 2008, p. 63-80.

<sup>231</sup> *Idem*, p. 34.

nossos]”.<sup>232</sup> O referido transcurso inicia-se nas Luzes, passa pelo romantismo até a escola histórica, de Voltaire a Kant, de Schleiermacher a Humboldt, de Droysen a Ranke. Das ciências naturais teriam surgido as ideias diretoras do Esclarecimento, movimento que – representado por Voltaire, Hume e Gibbon – segundo Dilthey, pela primeira vez observou no devir histórico uma conexão fundamentada cientificamente na solidariedade entre as nações europeias e em seu progresso comum, ampliando a validade universal das verdades científicas. O século XVIII iluminista, que situou toda pesquisa histórica particular sob o ponto de vista universal, prepara a autonomia das ciências humanas que seria conquistada plenamente no século XIX, “a grande época”. Herder (1744-1803) tem papel destacado nesse processo ao desviar a ideia de progresso e finalidade racionalmente determinável, como a comunidade da paz de Kant, para o “reconhecimento do valor autônomo que toda nação e toda época dessa nação concretizam”.<sup>233</sup> A etapa seguinte, representada pela escola histórica, de onde fala Dilthey (“nós ainda nos encontramos em meio à solução dessa tarefa”), caracteriza a nova teoria da história. A partir de 1920, do desenvolvimento metódico da pesquisa histórica aliado ao idealismo filosófico, surgiram os primeiros escritos de teoria da história, com Humboldt (e o conceito de ideias na história, em 1820), Gervinus (e a manifestação da providência na história, em 1837) e Droysen (e a primeira aplicação da hermenêutica – de Schleiermacher – à metodologia da história, em 1868). Dilthey atribui à teoria da história nascente a seguinte qualidade:

Na medida em que reconhece sem restrição a relatividade de tudo aquilo que é dado humana e historicamente, ela tem a tarefa de conquistar, a partir da matéria daquilo que é dado, um saber objetivo sobre a realidade espiritual e sobre o nexo de suas partes.<sup>234</sup>

O mundo histórico não é, portanto, algo alheio ou distante de nós. Como diz a pesquisadora da obra de Dilthey, Maria Nazaré C. P. Amaral: “atribuir valor e estabelecer fins para algo são atitudes vitais interdependentes que configuram as vivências e, assim sendo, nos ajudam a construir a própria realidade em que vivemos”.<sup>235</sup> Não muito distante disso é o que quer dizer Droysen quando, antes de Dilthey, afirma que o mundo ético é o mundo da

---

<sup>232</sup> *Idem*, p. 54.

<sup>233</sup> *Idem*, p. 40.

<sup>234</sup> *Idem*, p. 68.

<sup>235</sup> *Idem*, p. 43.

história: “os acontecimentos históricos têm a sua verdade nos poderes éticos (tal como as coisas da natureza o têm nas suas leis)”.<sup>236</sup>

Mais ou menos recentemente tem-se verificado um interesse pelos teóricos da história e historiadores do século XIX. Por exemplo, coletâneas e traduções inéditas vieram a público recentemente no mercado editorial brasileiro.<sup>237</sup> Uma resposta possível é que diante da crise no horizonte de expectativas do final do século passado, parece sintomático que os historiadores estejam voltados para o passado da disciplina na busca de referências para orientar o seu desenvolvimento. Há, nessa busca, uma renovada atenção à historicidade, problema levantado por Dilthey no século XIX (é o que justifica essa nossa breve incursão pelo seu pensamento, de modo a sugerir a afinidade com nosso propósito).<sup>238</sup> O historicismo não é (ou não deveria ser) mais perseguido como “pecado”. François Dosse, por exemplo, afirma que atualmente os estudiosos sentem “a tentação de voltar a vestir as velhas roupas da tradição”.<sup>239</sup> Ele mesmo, François Dosse, autor de biografias de personagens intelectuais, inspira-se em Dilthey, que considerava a biografia um meio de acesso privilegiado ao universal.<sup>240</sup> As referências em Dilthey à empatia e à alteridade surpreendem àqueles que se acostumaram a ver no século XIX os gradis de um positivismo factualista. A temporalidade historicista não se manifesta em uma trajetória retilínea, mas como diria Sérgio Buarque, no “fluxo e refluxo” da espontaneidade, ligada à vida em suas múltiplas e concretas manifestações. Na compreensão da realidade histórica em sua singularidade encontra-se o

<sup>236</sup> DROYSEN, J. G. *Manual de teoria da história*. Tradução de Sara Baldus e Julio Bentivoglio. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 42.

<sup>237</sup> Por exemplo, cf. MARTINS, E.R. (Org.) *A História pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX*. São Paulo: Contexto, 2010; GERVINUS, G. G. *Fundamentos de teoria da história*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010; DROYSEN, J. G. *Manual de teoria da história*. Petrópolis: Vozes, 2009.

<sup>238</sup> Evidentemente, há um fosso que separa o contexto de Dilthey de nossa época atual. Convém lembrar que Heidegger e Gadamer teceram críticas ao trabalho de Dilthey e a hermenêutica avançou em outras direções depois de Dilthey. Boa parte de suas ideias causa estranhamento e respiram em atmosfera de total inatualidade. Exemplo disso, as ideias de teleologia ou nação. Mas, como em Droysen e o seu mundo ético, Dilthey também propõe um critério de humanidade. Isso não é tão impertinente em tempos de globalização e história global. É como se os tempos atuais ouvissem um eco longínquo, vindo do “século da história”: “é com base em uma história objetiva que resulta, então, o problema sobre se e em que medida a predição do futuro e a organização da nossa vida segundo metas comuns da humanidade são possíveis”. DILTHEY, W. op. cit., p. 121.

<sup>239</sup> DOSSE, F. *História do Estruturalismo: O canto do cisne: de 1967 até nossos dias*. São Paulo: Ensaio; Campinas: Unicamp, 1993, p.418.

<sup>240</sup> DOSSE, F. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. São Paulo: Edusp, 2009, p. 430. Além do livro aqui explorado mais de perto, também recentemente outros trabalhos de Dilthey ou sobre ele vieram a público no Brasil: *Introdução às ciências humanas* (Forense Universitária, 2010) e *Filosofia e Educação* (Edusp, 2011). Destacamos também a tradução de *O surgimento da Hermenêutica*, texto de 1900, que aparece em *Numem*: revista de estudos e pesquisas da religião (Juiz de Fora, v.I. n. 1, p. 11-32, 1999).



desígnio basilar das ciências humanas e do historicismo. Para tanto, é necessário alhear-se de tudo aquilo que é fixo, abstrato, conceitual. Já ouvimos palavras semelhantes na crítica literária buarquiana dos anos 1920: “o essencial continua sendo o que há de particular, o que há de milagroso, o elemento irredutível em cada coisa”.<sup>241</sup>

### 2.3 Ensaio histórico e “estudo compreensivo”

Antes da leitura em *Raízes do Brasil* e sua dinâmica das categorias temporais propriamente ditas, cumpre refletir minimamente sobre dois aspectos gerais da obra que a inserem em uma tradição interpretativa da história do Brasil, que tomou lugar na *intelligentsia* brasileira entre o final do século XIX e primeiras décadas do século XX: a noção de “estudo compreensivo”, conforme Sérgio Buarque define seu trabalho, e o ensaísmo histórico, forma de escrita mais livre e pessoal característica da cultura histórica de seu tempo.

No texto “Um ensaio entre o passado e o futuro”, publicado na edição comemorativa dos 70 anos de *Raízes do Brasil*, Robert Wegner enfatiza o aspecto narrativo do texto de Sérgio Buarque de Holanda. Valendo-se das reflexões de Theodor Adorno (*O ensaio como forma*) e George Luckács (*A alma e as formas*) procura demonstrar como Sérgio Buarque de Holanda se aproveita dos recursos que o gênero ensaístico proporciona, a fim de captar o movimento incessante dos fenômenos que analisa como observador-partícipe. Ele contrariaria, assim, muitos dos estudos dados ao público no âmbito do pensamento histórico brasileiro de então, os quais imprimiam eventos e conceitos de forma estática – para ficar em apenas um dos exemplos, o autor refere-se a um ensaísta contemporâneo de Sérgio Buarque, o mecenas do modernismo, Paulo Prado, que, com seu ensaio sobre a “tristeza brasileira”, diagnosticaria a colonização lusa como determinante das mazelas da formação social brasileira.<sup>242</sup>

De acordo com Wegner, Sérgio Buarque operava em sua narrativa com “ângulos de visão” variados e múltiplas perspectivas, de modo a suplantar o aspecto fragmentário da reconstrução do passado. Não é descabido lembrar, mais uma vez, do artigo *Perspectivas* (1925), quando falava justamente em múltiplas perspectivas suscitadas pelas mudanças

---

<sup>241</sup> HOLANDA, S. B. *Perspectivas* [1925]. In: *op. cit.*, 1996b.

<sup>242</sup> WEGNER, R. Um ensaio entre o passado e o futuro. In: HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. Edição comemorativa 70 anos. Orgs. Ricardo Benzaquen de Araújo e Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 337.

temporais (em cada “determinado momento é sempre possível tomar um ponto de vista novo”). Sobre a relação entre a forma narrativa e as mudanças temporais em *Raízes do Brasil*, diz Wegner:

Sérgio Buarque construiu uma narrativa na qual alterna a descrição de eventos particulares com generalizações interpretativas [...] o autor analisa suas generalizações a partir de diferentes perspectivas, ora lhes atribuindo sinal positivo, ora negativo, lembrando uma variação no ângulo de visão [...] comparando com o que seria um olhar para trás com um olhar adiante, o livro chama a atenção para mudanças avassaladoras na sociedade brasileira e, ao mesmo tempo, recupera elementos da tradição.<sup>243</sup>

Sérgio Buarque é um dos sustentáculos do que se acostumou a designar o período dos “grandes intérpretes do Brasil” nos anos 1930. O gênero, que à essa época assumiu sua feição marcadamente historiográfica, operaria como efeito de uma situação em que estão ainda mal definidas as fronteiras institucionais entre os vários campos de estudo – como a psicologia, a sociologia, a própria história ou ainda a literatura e a história literária – ocupados em investigar e interpretar a realidade brasileira. Antonio Candido, sobre este período, vai ao ponto de considerá-lo “o traço mais original e característico do pensamento brasileiro”. Para ele, o ensaio, conjugador de observação e imaginação, funcionaria como um elo entre a pesquisa científica e a escritura artística, uma vez que concede à literatura “o fenômeno central da vida do espírito” na cultura brasileira. As ciências humanas apareceriam, do final do novecentos à década de 1930, ou de Euclides da Cunha a Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, mais como um “ponto de vista”, de tendência literária, do que como pesquisa objetiva da realidade nacional. Assim, o gênero misto do ensaio, confluência de diversas áreas do conhecimento ainda distantes da delimitação acadêmica ou institucional, seria “uma forma bem brasileira de investigação e descoberta do Brasil”, à qual se deve a aparição de obras como a *História da literatura brasileira* (1888), de Silvio Romero, *A ilusão americana* (1893), de Eduardo Prado, *Os sertões* (1902), de Euclides da Cunha, *Populações meridionais do Brasil* (1920), de Oliveira Viana, *Casa Grande & Senzala* (1933), de Gilberto Freyre e *Raízes do Brasil* (1936), de Sérgio Buarque de Holanda, entre outros.<sup>244</sup> O ensaio permitia o exercício de uma reflexão pessoal ou “interior”, mas sem prescindir da pesquisa e fixações

---

<sup>243</sup> *Idem*, *ibidem*.

<sup>244</sup> CANDIDO, A. *Literatura e sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2010, p. 138.

conceituais, em proveito da abrangência temática e temporal e, ademais, da perspectiva hermenêutica da interpretação e narrativa literária como forma de apresentação privilegiada.

Segundo Fernando Nicolazzi, que vem pesquisando o gênero ensaístico no Brasil,<sup>245</sup> o ensaio como forma comum de escrita da história nesse momento afirmava sua relevância e particularidade na medida em que possibilitava um amálgama de distintas temporalidades que caracterizavam aquele período. Um sentimento de contemporaneidade de ordens temporais diversas caracterizava a convivência, no presente, de estruturas políticas e institucionais arcaicas e a possibilidade de ruptura com estas. Tal coexistência requeria uma forma de escrita que possibilitasse uma vazante a tal simultaneidade temporal que representa a própria cultura histórica brasileira desde fins do século XIX até as primeiras décadas do XX.<sup>246</sup> O ensaio configuraria, então, no campo epistemológico, aquilo que Paul Ricoeur chamaria “síntese do heterogêneo”,<sup>247</sup> uma vez que, abrindo uma perspectiva reflexiva para as questões instituídas

---

<sup>245</sup> NICOLAZZI, F. *Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio. Sobre Casa-Grande & Senzala e a representação do passado*. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011; NICOLAZZI, F. *Ordem do tempo e escrita da história: considerações sobre o ensaio histórico no Brasil*. Mimeo, 2008.

<sup>246</sup> Uma boa demonstração da historicidade do ensaio no Brasil, indicada por Nicolazzi, pode ser encontrada na conferência “O ensaio”, proferida por Eduardo Portella na ABL, no ano 2000. Ele procura, primeiramente, dar um contorno a um gênero principalmente indefinível: “O ensaio é um gênero múltiplo, dispõe de múltiplas facetas, mas está predominantemente localizado entre a literatura e a filosofia. [...] Há com ele um compromisso de pensar. E há um compromisso com o texto, com a qualidade do texto, sem o que não é ensaio. [...] Logo, o ensaio é uma forma, uma forma não formal, que se identifica pelo vigor crítico e pela qualidade textual”. Em seguida, ao historicizar o gênero, identifica fases distintas de desenvolvimento: do romantismo à crítica literária do século XX, passando pelo que ele chama de “publicismo”, quando o gênero, no final do século XIX, ocupa posição no espaço público; adiante, adota uma característica narrativa, com Euclides da Cunha; e, por fim, o momento dos “grandes intérpretes do Brasil”, nos anos de 1930. A indefinição característica do ensaio permitiria, de acordo com o contexto, que ele se apresentasse com variadas colorações (disponível em: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=4268&sid=531>. Acesso em: 20/12/2012). Outros autores, como Roberto Ventura e Carlos Guilherme Mota, também se propuseram a pensar o gênero ensaístico produzido no Brasil das primeiras décadas do século XX. Para o primeiro, desde a chamada “geração de 1870” aspirava-se a uma “unidade do saber”. A essa unidade concorria um modo de escrita capaz de articular “teorias e conhecimentos díspares, apresentados como saber ‘universal’”. Para o segundo, sua perspectiva é de que o ensaísmo emerge como produto ideológico de grupos regionais detentores do poder, como forma de ludibriar, pela erudição e escrita plástica, as práticas históricas de dominação, indumentária básica do “ensaísmo social característico dos filhos das oligarquias regionais”. VENTURA, R. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil. 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991; MOTA, C. G. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. São Paulo: Ática, 1977.

<sup>247</sup> Para Paul Ricoeur, a experiência temporal humana é narrável sob a forma de história. A narrativa é uma intriga compõe uma história complexa, integradora de eventos múltiplos e dispersos, ou seja, cria uma *síntese do heterogêneo*. A intriga, espécie de *concordância discordante*, refigura a experiência temporal a fim de que os homens, imersos no tempo, estabeleçam uma direção, um sentido. RICOEUR, P. *Tempo e Narrativa*. Volume 1: A intriga e a narrativa histórica. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

como “nacionais”, funcionaria como ponto de convergência, desde o século XIX, das relações entre a literatura, as ciências naturais, a história e a sociologia.<sup>248</sup>

No caso de Sérgio Buarque de Holanda, a percepção da coexistência de tal simultaneidade é a inspiração motivadora da interpretação da brasilidade. A análise de Robert Wegner sobre o ensaísmo de Sérgio Buarque vem ao encontro das premissas de nossa leitura de *Raízes do Brasil*.

Ao contrário de constituir uma narração do suplantar da tradição e do alvorecer e consolidar do moderno no país – ou da substituição da cordialidade pela civilidade – o ensaio é constituído por uma constante oscilação entre o olhar para trás, enxergando a tradição viva, e o olhar para a frente, apontando as virtualidades da modernização.<sup>249</sup>

A historicidade – vista aqui como meta-história ou condição de possibilidade de historicização – em *Raízes do Brasil* parte de uma reflexão sobre o tempo presente, como experiência comum de uma geração, e a coexistência de linhas temporais heterogêneas. Para nós, cumpre compreender no ensaio a dinâmica temporal, a tensão entre os polos da experiência passada e da expectativa futura, mediadas pela aresta do presente. Na expressão de Ricoeur (baseado em Koselleck), o tempo presente é ao mesmo tempo “o termo último de uma história realizada” e “a força inaugural de uma história por se fazer”.<sup>250</sup> Nesse sentido, a temporalidade em *Raízes do Brasil* carrega o fardo da vivacidade ou (ainda) presença das raízes do passado arcaico, tanto quanto a miragem libertadora de um horizonte prenhe de possibilidades. A condição inicial da compreensão da temporalidade singular brasileira seria a compreensão da presença viva de tais categorias no presente histórico *em transformação*. Tal é o sentido, nessa ótica, da assertiva que fecha o primeiro capítulo do livro (“Fronteiras da Europa”):

No caso brasileiro, a verdade, por menos sedutora que possa parecer alguns dos nossos patriotas, é que *ainda* nos associa à Península Ibérica, e a Portugal

<sup>248</sup> Nicolazzi defende que o ensaio histórico no Brasil, além do que diz Antonio Candido sobre a relação entre as culturas literária, sociológica ou histórica e das ciências naturais, representa “o esforço de sistematização de uma realidade histórica ou, nos termos antes colocados, de (re)ordenamento da experiência do tempo (não se resumindo à simples concatenação dos fatos em períodos), mesmo que sem uma atenção detida em relação ao método crítico historiográfico”. NICOLAZZI, F., 2008, p. 27.

<sup>249</sup> WEGNER, R., 2006, p. 350.

<sup>250</sup> RICOEUR, P. *Tempo e Narrativa*. Volume 3: O tempo narrado. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010, p. 407.

especialmente, uma *tradição longa e viva*, bastante viva para nutrir até hoje uma *alma comum*, a despeito de tudo que nos separa [ênfase nossa].<sup>251</sup>

A própria motivação do estudo de Sérgio Buarque sobre as raízes da brasilidade estaria na compreensão do “estado de coisas”<sup>252</sup> de seu tempo. De *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque, na primeira linha da primeira edição diz tratar-se de um “estudo compreensivo da sociedade brasileira”. O célebre primeiro parágrafo do ensaio é o portador da expressão “somos ainda uns desterrados em nossa terra”, a despeito de constituirmos “o único esforço bem sucedido, e em larga escala, de transplantação da cultura europeia para uma zona de clima tropical e sub-tropical”, do que decorre que “vivemos uma experiência sem símile”.<sup>253</sup> Essa expressão famosa sinaliza já de início um certo desconforto do autor quanto à colonização portuguesa do trópico, como uma espécie de vício de origem, ainda que reconheça nela algo precioso para a análise: a sua plasticidade e capacidade de adaptação (diferente da colonização espanhola na América e do empreendimento holandês, temas do segundo capítulo, “Trabalho & Aventura”).<sup>254</sup> Este desconforto não significa, contudo, uma radical negação das raízes ibéricas. Antes, Sérgio Buarque parece empenhado em *ajustar*, adequar, acomodar, atualizar a *tradição*, de acordo com o novo compasso imposto pela modernização e o processo de formação da nacionalidade em busca de sua “originalidade” (temática perseguida desde os tempos de modernismo). Aí, a “atualidade” e “vida” ganham especial relevância e conferem às problemáticas do presente, tencionado entre a tradição do “iberismo” em vias de superação e o horizonte virtualmente “americanista”, o ponto de partida do interesse buarquiano pela interpretação da nacionalidade brasileira vista no tempo, ou em sua historicidade específica (desde as raízes até o processo de sua ultrapassagem). Observaremos mais de perto essas noções, a partir do texto, no próximo capítulo.

<sup>251</sup> HOLANDA, S. B. *op.cit.*, 1936, p. 15.

<sup>252</sup> *Idem*, p. 136.

<sup>253</sup> *Idem*, *ibidem*.

<sup>254</sup> O parágrafo inicial é modificado substancialmente na edição seguinte do livro (1948). Por exemplo, as expressões: “estudo compreensivo”, “esforço bem sucedido” e “vivemos uma experiência sem símile” são suprimidas. Um estudo sistemático das alterações entre as diferentes edições do ensaio pode ser encontrado em ROCHA, J. C. C. O exílio como eixo. In: MONTEIRO, P.M.; EUGÊNIO, J. K. (Orgs.) *Sérgio Buarque de Holanda: Perspectivas*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2008, p.245-275.

Por ora, basta um olhar sobre a expressão “estudo compreensivo”. Embora nem sempre tenha sido percebida pela maior parte dos estudiosos,<sup>255</sup> ela é importante porque permite aproximar o autor de uma corrente hermenêutica ou, mais propriamente, no imenso debate em torno das ciências humanas que teve lugar a partir da Alemanha no século XIX. O enfoque compreensivo do estudo de Sérgio Buarque seria, no dizer de Antonio Candido, uma “forma quase misteriosa de penetrar o objeto”.<sup>256</sup> O crítico destaca a imersão de Sérgio Buarque em “poderosa corrente hermenêutica”, que valoriza a intuição e os saltos qualitativos da minúcia à generalização, e a identificação simpática com o objeto de estudo. Disse de *Raízes do Brasil* que ele é “o único [de todos os livros de Sérgio] do qual se pode dizer que é meio “alemão””. Maria Odila Dias, associando Sérgio Buarque ao historicismo e à hermenêutica, comenta que pelo exercício da compreensão, Sérgio Buarque, como Dilthey e outros, tornava-se observador participante de valores peculiares de outras épocas históricas: “era uma forma de conhecimento temporário e provisório, que se renovava, que a seu ver possibilitava certo [...] exorcismo crítico, capaz de libertar os indivíduos do peso de suas tradições e valores imutáveis”.<sup>257</sup>

Dizíamos que Sérgio Buarque definira seu ensaio, portanto, como um “estudo compreensivo da sociedade brasileira”. Mais adiante, ele dera continuidade à reflexão ao questionar a objetividade possível nas ciências humanas: “como explicar essas formas [formas de vida e cultura trazidas de países distantes] sem recorrer a indicações mais ou menos vagas e que jamais nos conduziram a uma estrita objetividade?”. Difere, assim, do ensaio de Paulo Prado sobre a “tristeza brasileira”, que se dizia “impressionista”; discorda do prefácio de Gilberto Freyre para a Coleção Documentos Brasileiros – que se inaugurava justamente com *Raízes do Brasil* –, que dizia ser o grande mérito da coleção a objetividade no tratamento da realidade brasileira.<sup>258</sup> O ensaio – por si só forma “mais ou menos vaga” – abraçava a ciência

<sup>255</sup> À exceção da já referida dissertação de mestrado de Marcus Vinicius C. Carvalho, que esmiuçou uma possível relação mais próxima entre Sérgio Buarque e Wilhelm Dilthey e, por isso mesmo, não poderia abdicar de uma atenção especial à menção ao “estudo compreensivo”.

<sup>256</sup> CANDIDO, A. Sérgio em Berlim e depois – introdução. In: HOLANDA, S. B. *Raízes de Sérgio Buarque de Holanda*. Francisco Assis Barbosa (org.). Rio de Janeiro: Rocco, 1989, pp. 119-129.

<sup>257</sup> DIAS, M.O.L.S. Estilo e método na obra de Sérgio Buarque de Holanda. In: *Sérgio Buarque de Holanda: vida e obra*. São Paulo: Edusp/IEB, 1988, pp. 73-9.

<sup>258</sup> No *Post-scriptum* ao ensaio de 1928, Paulo Prado declarou que seu ensaio foi “feito como um quadro impressionista”, que representava a história como “meras impressões, procurando [...] as influências que dominaram a coletividade”. Ainda que ambos se declarem distintos – Paulo Prado, impressionismo, e Sérgio Buarque, compreensão – há alguns pontos observáveis em que se assemelham o *Retrato do Brasil* e *Raízes do Brasil*. Paulo Prado inauguraria o gênero ensaístico marcadamente historiográfico e dizia que, com isso, procurava, “num esforço nunca atingido, chegar à essência das coisas”. Sérgio Buarque, por sua vez, de modo

histórica compreensiva, segundo a formulação alemã. Uma “estrita objetividade” fora descartada pelo autor; ele demonstrava interesse por um tipo específico de objetividade, compreensiva. Seu universo era, portanto, o da interpretação, não necessariamente sobre a realidade “tal como ela é”.<sup>259</sup> A compreensão ambicionada era a das raízes do modo de ser no tempo. Sérgio Buarque perscrutava a intimidade da alma brasileira, sua interioridade e particularidade; em suas próprias palavras, “um mundo de essências íntimas”. Dessa forma, pensamos que haja uma relação umbilical entre a forma ensaística, mais livre e pessoal, e o estudo compreensivo do *ethos* brasileiro, impresso nas vivências experimentadas pelo autor e alçadas à objetivação pela volta no mundo histórico.

Na Alemanha, Johan Gustav Droysen daria impulso inicial ao método hermenêutico da compreensão (*Verstehen*) como um fundamento da teoria da história (enquanto Dilthey trabalhava uma hermenêutica filosófica). O procedimento metódico específico da ciência da história foi definido por ele como “compreensão mediante pesquisa”.<sup>260</sup> Sua teoria da história (*Historik*), que veio a público em 1858, ele a supunha “um *organon* do pensamento e da pesquisa histórica”. Sobre a dimensão temporal do mundo histórico, a formulação de Droysen é das mais interessantes, até mesmo pelo seu pioneirismo ao postular a categoria do presente como determinante do interesse histórico e das coordenadas de pesquisa:

---

semelhante, negava a “estrita objetividade” ao mesmo tempo em que afirmava as raízes como “um mundo de essências íntimas” (PRADO, P. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 127). Gilberto Freyre, no prefácio da Coleção Documentos Brasileiros, dizia: “O característico mais saliente dos trabalhos a ser publicados nesta coleção será a objetividade. Animando-a, o editor José Olympio mais uma vez se revela bem da sua geração e de seu tempo. Ao interesse pela divulgação do novo romance brasileiro ele junta agora o interesse pelo documento virgem e do estudo documentado que fixe, interprete ou esclareça aspectos significativos de nossa atualidade”. Note-se que o ponto de interesse surge exatamente da “atualidade” da iniciativa, que define o editor como um homem “de seu tempo”. Cf. FREYRE, G. Documentos Brasileiros. In: HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1936, p. V.

<sup>259</sup> Max Weber apresenta uma concepção mais racionalista de compreensão que aquela proposta por Dilthey, por exemplo. A compreensão não se restringiria à compreensão empática, operação psicológica de difícil precisão e controle. Estava em jogo, para ele, a inteligibilidade da ação social, levada a cabo por sujeitos racionais que realizam uma intenção e produzem valorações. Weber discute a “objetividade do conhecimento” em texto de grande relevância sobre os debates das ciências humanas do início do século XX, dando continuidade à questão da autonomização das ciências histórico-sociais e sua especificidade, em íntima relação ciência-vida: “Não existe qualquer análise puramente objetiva da vida cultural [...] ou dos fenômenos sociais que seja independente de determinadas perspectivas [...]. Deve-se isso ao caráter particular do alvo do conhecimento de qualquer trabalho das ciências sociais”. Na medida em que tudo era referido ao homem, e ao homem situado na sociedade envolvida na mudança histórica, a referencialidade às ações humanas é determinante para o método compreensivo. A objetividade, então, estaria mediada pela valoração: “[...] está condicionado pela orientação de nosso interesse de conhecimento, e essa orientação se define conforme o significado cultural que atribuímos ao evento em questão em cada caso particular”. WEBER, M. A “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais. In: COHN, G. (Org.) *Weber*. São Paulo: Ática, 2003 (Col. Grandes Cientistas Sociais).

<sup>260</sup> DROYSSEN, J. G. *Manual de Teoria da História*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009, p. 38.

Toda pesquisa empírica se rege sob coordenadas por nós orientadas. [...] Os dados da pesquisa histórica não são as coisas passadas (porque essas coisas são do passado), mas o que está ainda preservado no aqui-e-agora, sejam lembranças do que era e aconteceu, sejam os vestígios do que foi e chegou agora.<sup>261</sup>

No presente – em sentido existencial e como potencialidade de ação – é que se relacionam os tempos históricos, como uma espécie de amálgama entre passado e futuro:

O espírito findável só tem o aqui e o agora. Mas esse espaço estreito e deficiente de sua existência ele amplia, avançando com sua vontade e suas esperanças, e retornando com a abundância de suas memórias. Reunindo em si, de forma ideal, o futuro e o passado, ele constrói um análogo da eternidade.<sup>262</sup>

A consideração pelo tempo presente como verdadeiro manancial de sentido da história permite a compreensão de que cada acontecimento apreendido, narrado e historicizado de acordo com pontos de vista diversos, privilegiam a pluralidade interpretativa: “O resultado da crítica [crítica histórica ou crítica das fontes] não é o fato propriamente dito”.<sup>263</sup> A objetividade histórica nunca é absoluta, pondera Droysen (Sérgio Buarque, por sua vez, fala em uma “certa objetividade”). Há de se encontrar métodos, para que haja parâmetros e controles objetivos da relação com o passado justamente pela natureza lacunar desta relação: “especialmente porque, do passado, apenas dispomos de concepções registradas por outros autores ou fragmentos daquilo que um dia existiu”. Trata-se de uma visão crítica, segundo a qual o passado nunca nos é imediato, senão mediado, portanto, não se pode conhecê-lo objetivamente. Pode-se, por meio da crítica das fontes “produzir dele apenas uma concepção, uma visão”.<sup>264</sup> Droysen demonstrava aguda desconfiança e uma certa rivalidade para com Ranke. O trecho a seguir, ainda que não nomeie o desafeto, bem o demonstra:

Enquanto se acreditar que “a História” é essencialmente história política, e que a tarefa do historiador seria, a partir do legado pelas revoluções, guerras, atos de Estado etc., narrar tendo como fundamento uma nova concepção e uma nova compilação bastará pegar das fontes o melhor material que há, talvez mesmo o material que tenha sido mais bem elaborado pela crítica, e compilá-lo em um livro, uma conferência ou algo semelhante.<sup>265</sup>

---

<sup>261</sup> *Idem*, p. 47.

<sup>262</sup> *Idem*, *ibidem*.

<sup>263</sup> *Idem*, p. 53.

<sup>264</sup> DROYSEN, J. G. Arte e método (1868). In: MARTINS, E.R. (Org). *A história pensada*. São Paulo: Contexto, 2010, p. 42.

<sup>265</sup> *Idem*, p. 44.



A diferença que Droysen persegue tem a ver com a entrada em cena no campo da história do “círculo hermenêutico”.<sup>266</sup> Assim, tem origem a compreensão da própria historicidade, ou seja, operação pela qual a consciência histórica capta o passado no presente e entrevê o futuro. Ela nunca está inteiramente de acordo com seu tempo, procura dar conta das mudanças contidas em estado potencial nas circunstancialidades presentes. Aí o nosso objeto de pesquisa se relaciona com a “hermenêutica da consciência histórica” de que fala Ricoeur em sua obra monumental. Trata-se também, pois, de um “estudo compreensivo” da historicidade no (e do) ensaio buarquiano.

Outro aspecto relevante – além do ensaísmo e da vinculação à corrente hermenêutica – é a questão do estilo narrativo buarquiano, comentado pela primeira vez por Maria Odila L. S. Dias. O esforço de empreender uma abordagem tanto “externa” como “interna” da obra do historiador, imprime ao prefácio dedicado a essa coletânea um fator diferencial em relação aos muitos trabalhos que virão a lume anos depois. A compreensão hermenêutica sob o ponto de vista da historicidade impelia o autor para, “[...] enquanto homem de seu tempo, [tornar-se] observador participante dos valores de outras épocas”.<sup>267</sup> Tal postura existencial e metodológica, anunciada já antes mesmo de *Raízes do Brasil*, requeria, a partir insinuativa circularidade entre o particular e o geral, uma forma narrativa fluida – tal como na “natureza” do ensaio – que acompanhasse o ritmo das múltiplas temporalidades impressas lá. Dentre os vários procedimentos adotados pelo historiador, a partir de sua “busca de um equilíbrio difícil entre a palavra e os conceitos”,<sup>268</sup> Dias chama atenção para o efeito provocado pelo emprego de certas expressões e vocabulários caídos em desuso, encontrados na documentação do período colonial, com o fito de aventurar-se no “discurso indireto livre”, em que a visão do ensaísta se justapõe às “vozes” e “visões” dos sujeitos do passado, ao mesmo tempo em que os insere em movimentos mais amplos. A narrativa de Sérgio Buarque se definiria da seguinte maneira: “movimento, ritmos do tempo, palavras: um estilo que devassa o processo histórico”. O estilo seria então o principal instrumento interpretativo de Sérgio Buarque. O

---

<sup>266</sup> Droysen afirma, com todas as letras, o pressuposto fundamental da hermenêutica e do método compreensivo: “O particular é compreendido no todo e o todo no particular”. DROYSEN, J. G. *Manual de Teoria da História*. op. cit., p. 39.

<sup>267</sup> DIAS, M.O.L.S. Estilo e método na obra de Sérgio Buarque de Holanda. In: *Sérgio Buarque de Holanda: vida e obra*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, USP, 1988, p. 73-9.

<sup>268</sup> *Idem*, p. 73.

movimento do tempo e a espontaneidade, enfatizados pelo historiador, são uma espécie de contraponto da ciência positivista baseada em leis e causalidades.<sup>269</sup>

O texto de Maria Odila é, sem dúvida, um dos pioneiros e capitais ensaios que compõem a fortuna crítica de *Raízes do Brasil*, assim como o prefácio de Antonio Candido à quinta edição do livro (1969).<sup>270</sup> “O significado de *Raízes do Brasil*”, título do prefácio de

<sup>269</sup> É incontornável a necessidade de se pensar a “narrativa” quando se fala em temporalidade histórica, sobretudo após as obras de Koselleck e Ricoeur. Para o filósofo francês há uma circularidade entre tempo e narrativa, considerado o caráter temporal da experiência humana: “o tempo se torna humano na medida em que está articulado de maneira narrativa”. Tivemos a oportunidade de refletir acerca da narrativa do autor no ensaio “Hermenêutica e narrativa genética de Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil* (1936)”, publicado na *Revista de Teoria da História* da Universidade Federal de Goiás (UFG), em 2012. Procuramos investigar a narrativa (os padrões narrativos que sustentam a constituição de sentido sobre a representação das raízes brasileiras), com base na tipologia da narrativa histórica proposta por Jörn Rüsen. Partindo da historicidade da obra, identificamos os traços de escrita da história que o vinculam, primeiro, ao historicismo (com sua ênfase na noção de mudança temporal e abordagem hermenêutica), segundo, a um tipo genético (que privilegia a apreensão da mudança temporal) e crítico (que nega parte da tradição de estudos históricos brasileiros) de narrativa histórica. A narrativa media passado e presente e realiza a consciência histórica. Possibilita a orientação prática no tempo, sem a qual é impossível que os seres humanos encontrem seu caminho. Ela é vista na teoria da história de Rüsen como prática cultural de interpretação do tempo, antropológicamente universal e, no âmbito da versão científica do pensamento histórico, é o lugar do argumento, do convencimento, “um tipo de explicação que corresponde a um modo próprio de argumentação racional”. Rüsen distingue quatro tipos fundamentais de constituição de sentido por meio de narrativas históricas: tradicional, exemplar, crítica e genética. Sérgio Buarque de Holanda seria um historiador afeito a um modo narrativo genético, que enfatiza a transformação histórica. Ou seja, confere importância fundamental à presença da experiência histórica (atuante) no presente, necessária no direcionamento/orientação das expectativas futuras. Ainda segundo a tipologia de Rüsen, a narrativa crítica é, simplificada, aquela que contradiz as diretrizes vigentes do pensamento histórico (Sérgio Buarque de Holanda, ao negar a tradição, também se mostra afeito a esse tipo); a narrativa exemplar oferece modelos de exemplos abstratos com intenção de direcionar o agir; e a narrativa tradicional constitui sentido pela eternização de um determinado sujeito histórico, fazendo recair o acento sobre as permanências e eclipsando as transformações. O ensaio de interpretação histórica de Sérgio Buarque de Holanda constitui um *sentido para a mudança temporal*. Cf. CARVALHO, R.G. Hermenêutica e narrativa genética de Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil* (1936). *Revista de Teoria da História*. Ano 3, n. 7, jun/2012.

<sup>270</sup> João Kennedy Eugênio em sua tese de doutorado teve um *insight* muito fértil: aponta estes dois textos – de Antonio Candido e Maria Odila Dias – como inauguradores de “matrizes rivais” (sociológica e identitária, respectivamente) na fortuna crítica de Sérgio Buarque de Holanda. In: *Ritmo espontâneo: o organicismo em Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2010. Diversos estudos têm sido dedicados à obra de Sérgio Buarque de Holanda, caracterizando uma verdadeira fortuna crítica. Tentamos organizá-los dividindo-as em a) ensaios críticos, b) coletâneas de textos do próprio Sérgio Buarque, c) teses e dissertações acadêmicas. São elas: a) a edição especial da *Revista do Brasil*, 1987, por seu amigo Francisco Assis Barbosa; *Sérgio Buarque de Holanda: vida e obra*, por Arlinda Nogueira, 1988; Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil, 1988, por Antonio Candido; os anais do 3º. Colóquio UERJ, 1992, dedicado a Sérgio Buarque; e, mais recentemente, uma grande obra coletiva, *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*, 2008, organizada por P. M. Monteiro e J. K. Eugênio; b) *Sérgio Buarque de Holanda*, 1985, coletânea sob responsabilidade de Maria Odila Leite da Silva Dias; *Raízes de Sérgio Buarque de Holanda*, 1988, preparada por Francisco Assis Barbosa; *Capítulos de Literatura Colonial*, 1990, por Antonio Candido; em 1996, *o Livro dos Prefácios e O Espírito e a Letra* (2 vols.), por Antonio Arnoni Prado; mais recentemente, os *Escritos Coligidos* (2 vols.), organizados por Marcos Costa; c) entre outros, Marcus Vinicius Correa Carvalho defendeu a dissertação *Raízes do Brasil, 1936: tradição, cultura e vida* na Unicamp em 1997 e em 2003 a tese de doutorado *Outros lados: Sérgio Buarque de Holanda: crítica literária, história e política (1920-1940)*; Pedro Meira Monteiro defendeu a tese “A Queda do Aventureiro” na Unicamp em 1999; Robert Wegner publicou *A conquista do oeste: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda*, em 2000, como resultante de sua tese de doutoramento; João Kennedy Eugênio defendeu o doutorado na UFF em 2010 com a tese *Um ritmo espontâneo: o organicismo em Raízes do Brasil e Caminhos e Fronteiras*; Thiago Nicodemo, na USP, produziu a dissertação *Urdidura do Vivido: Sérgio Buarque de Holanda e Visão do Paraíso nos anos 1950* em 2008 e em

Candido, integra-se ao livro, a ponto de ver-se instituir uma simbiose entre prefácio e obra concomitante ao lento processo de canonização.<sup>271</sup> Candido qualificaria o ensaio buarquiano como “um clássico de nascença”,<sup>272</sup> o que provavelmente não seja de todo verdadeiro, se consideradas principalmente as mudanças efetuadas pelo autor para a segunda edição, já em 1948 (a versão do texto que se tornou clássica é substancialmente distinta da concepção original). Pode-se dizer que este prefácio, no limite, estabelece o cânone da historiografia brasileira da primeira metade do século XX, o que vem sendo questionado contemporaneamente. Além de *Raízes do Brasil*, as obras *Casa grande e senzala* (1933), de Gilberto Freyre, e *Formação do Brasil contemporâneo* (1942), de Caio Prado Jr, compõem o panteão dos “intérpretes do Brasil”.<sup>273</sup>

Contudo – Dalton Sanches nota bem –, um dos méritos do prefácio foi ter contribuído para uma interpretação pioneira, talvez, da obra. Por exemplo, foi fundamental para a reabilitação de *Raízes do Brasil* três décadas depois da publicação de sua primeira edição. A partir da década de 1980, após o falecimento do historiador, começaram a surgir publicações de coletâneas e ensaios críticos sobre sua obra, de forma a aprofundar os estudos acerca da produção e da trajetória intelectual do autor, até alcançar, na atualidade, o nível da especialização acadêmica e interesse fora dos muros da academia.<sup>274</sup>

---

2011 a tese de doutorado *Alegoria Moderna: consciência histórica e figuração do passado na crítica literária de Sérgio Buarque de Holanda*.

<sup>271</sup> SANCHES, D. As escritas de (e sobre) *Raízes do Brasil*: possibilidades e desafios à história da historiografia. *História da Historiografia*. Ouro Preto (UFOP), n. 9, p. 201-221.

<sup>272</sup> CANDIDO, A. O significado de *Raízes do Brasil*. In: HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1995, p. 10.

<sup>273</sup> O recente trabalho de Maria Stella Bresciani problematiza com afincos o cânone da historiografia brasileira, marcada por um poderoso lugar-comum: a imagem do país desconstruído consigo mesmo forma um “emaranhado de opiniões” que se autodeclararam pioneiras, mas falam “a mesma coisa de modo diverso”. Diversas obras, entre Freyre, Holanda, Prado, Vianna, tinha de comum um “fundo mitológico constitutivo de toda e qualquer construção de identidade nacional”. Ela aponta diretamente contra o prefácio de Antonio Candido a *Raízes do Brasil* e dispara: “considerar tais textos interpretações canônicas constitui, a meu ver, uma traição a eles”. Cf. BRESCIANI, M. S. *O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil*. São Paulo: Unesp, 2005, p. 16. Fábio Franzini, por sua vez, discorda da expressão de Antonio Candido sobre o “clássico de nascença”, que carece de ser problematizada em sua opinião: “[as obras do panteão historiográfico brasileiro] não “nasceram clássicos”, mas sim “se tornaram clássicos” [...]. Não é sensato imaginar que esses nossos clássicos modernos tenham aparecido e se afirmado por obra e graça da genialidade de seus autores, apenas”. Cf. FRANZINI, F. A década de 1930 entre a memória e a história da historiografia brasileira. In: GONTIJO, R. et. al. (Orgs.). *Estudos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2011, p. 265.

<sup>274</sup> A tese de doutorado de João K. Eugênio, transformada em livro pela Editora da Universidade Federal do Piauí, recebeu o prêmio Jabuti de literatura, na categoria ciências humanas, no final de 2012. Disponível em: <http://www.premiojabuti.com.br/resultado-fase-vencedores-2012>. Acesso em: 28.12.2012. Outra realização notável foi a publicação da coletânea *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*, organizada por Pedro Meira

## CAPÍTULO III

### Historicidade em *Raízes do Brasil*: ultrapassagem das raízes e abertura ao futuro

“A tradição é em si uma excelente instituição da natureza, indispensável ao gênero humano; logo, porém, que ela cerceia a faculdade de pensar, quer nas instituições políticas práticas, quer na educação, impedindo todo o progresso da razão humana e todo melhoramento adequado a novas circunstâncias e a novos tempos, então ela é o verdadeiro ópio do espírito, tanto para os estados como para os indivíduos”.<sup>275</sup>

J. G. Herder, *Ideias para a Filosofia da História da Humanidade*.

#### 3.1 Sobre a noção de historicidade

Benedetto Croce avaliza que uma obra histórica deve ser analisada em função de sua historicidade. Isso significa: uma obra de história é produto de um conjunto de necessidades da vida prática de seu autor, portanto, do tempo presente em que está imerso. Na sua visão, o que qualifica a relevância de um livro de história seria justamente o seu enraizamento em problemas do seu presente e a capacidade de extrapolar sua condição particular e fixar uma relação de vivacidade entre a dimensão passada e o presente.<sup>276</sup> Na esteira desse pensamento é que Croce expressa sua conhecida fórmula (inclusive, claro, por Sérgio Buarque), segundo a qual “toda história é história contemporânea”.<sup>277</sup>

---

Monteiro e o próprio João Kennedy Eugênio. A obra reúne artigos sobre diversas fases do trabalho de Holanda, análises de seus livros nos mais variados aspectos, textos considerados canônicos e textos mais recentes de pesquisadores ativos, bem como material fotográfico, disponibilização de fontes, compilação da obra e fortuna crítica do autor. Também é digno de nota o documentário produzido por Nelson Pereira dos Santos, que se quis uma “cinebiografia” de Sérgio Buarque de Holanda. Sobre o documentário e algumas questões envolvendo a biografia do autor tivemos oportunidade de discutir em CARVALHO, R. G. *Rememoração e monumentalização de Sérgio Buarque de Holanda*. In: OLIVEIRA, D. (Org) *História & Audiovisual no Brasil do século XXI*. Curitiba: Juruá Editora, 2011, p. 76-87; CARVALHO, R. G. A biografia entre o cinema e a história: modos tradicionais de narrar na biografia de Sérgio Buarque de Holanda. *Revista Ágora* (UFES). Vitória, n. 13, 2011, p. 1-20.

<sup>275</sup> HERDER, J. G., *Ideias para a Filosofia da História da Humanidade*. In: GARDINER, P. (Org.) *Teorias da História*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1969, p. 46-7.

<sup>276</sup> CROCE, B. *História como história da liberdade*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006, p. 26-27.

<sup>277</sup> *Idem*, p. 29.

No capítulo III do livro (“O passado agrário”), por exemplo, Sérgio Buarque deixa clara essa preocupação ao afirmar que o tema em si do capítulo – “o predomínio esmagador do ruralismo” como fenômeno de primeira ordem do esforço colonizador português – não tem tanto interesse senão “pelo que esclarece sobre as origens de uma situação cuja influência se fez sentir vigorosamente no *desenvolvimento ulterior* da sociedade brasileira” [grifo nosso].<sup>278</sup> A sondagem das raízes históricas da sociedade brasileira ganha sentido, portanto, quando confrontada com a experiência temporal presente. Em última análise, poder-se-ia dizer que à luz dos dilemas e vivências do seu tempo, em acelerada e profunda situação de mudança, é que a interpretação do processo histórico brasileiro ganha sentido, em processo de reelaboração ativa.

A sociedade colonial fora estruturada fora das cidades. Esse fato, diz Sérgio Buarque, é fundamental para quem quiser “compreender um estado de coisas que em seus aspectos essenciais prevaleceu até o final da monarquia”.<sup>279</sup> Mas é ao presente em transformação que o autor concede um lugar de destaque pela ruptura que opera na ordem temporal. Sérgio Buarque elege uma “data fixa” (expressão sua) para determinar a ruptura de um padrão que se deve situar no passado: “1888 é o marco divisório entre duas épocas – o instante talvez mais decisivo em toda a nossa evolução de povo”.<sup>280</sup> A partir desta data começa a operar o que ele chama de “sentido modernizador”,<sup>281</sup> quando “a vida brasileira desloca-se nitidamente de um polo a outro, com a transição para a “urbanocracia”, que só de então em diante se impõe completamente”.

A “compreensão do estado de coisas” do passado agrário brasileiro seria fundamental para a compreensão do tempo presente. No capítulo seguinte, o de número V, “O homem cordial”, Sérgio Buarque retoma a argumentação do capítulo anterior para demonstrar que as sequelas do passado agrário, em contraste com o desenvolvimento da urbanização, acarretariam um “tremendo desequilíbrio social, cujos *efeitos permanecem vivos até hoje* [grifo nosso]”.<sup>282</sup> Em última análise, o pivô do desequilíbrio seria o personalismo, de matriz lusa, que dificulta a compreensão da “distinção fundamental entre os domínios do “privado” e

---

<sup>278</sup> HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1936, p. 56.

<sup>279</sup> *Idem*, p. 43.

<sup>280</sup> *Idem*, ibidem.

<sup>281</sup> *Idem*, p. 44.

<sup>282</sup> *Idem*, p. 100.

do “oficial” e, conseqüentemente, impossibilita a “ordenação impessoal que caracteriza o Estado burocrático”.<sup>283</sup>

Em mais de uma oportunidade, o autor deixa claro o sentido da “Nossa Revolução” (título do capítulo de número VII, derradeiro) como o “aniquilamento das raízes ibéricas”<sup>284</sup> e “ruína dos velhos hábitos patriarcais”.<sup>285</sup> O sentido da transformação em andamento desde 1888, na ótica de Sérgio Buarque, é claro: “A urbanização contínua, progressiva, avassaladora”.<sup>286</sup> Seria necessária, portanto, uma liberação da carga do passado colonial, representada pelo amplo domínio rural até então, a fim de que se pudesse realizar o futuro contido em promessa do presente, a despersonalização democrática. Essa abertura ao futuro é uma das principais características implícitas no desfecho da obra. O autor não encampa nenhuma das soluções políticas autoritárias que se ofereciam para o futuro próximo da nação. Ao invocar a permanência de um “mundo de essências mais íntimas [...] desdenhoso das invenções humanas” para encontrar a realidade brasileira, bem como a sensibilidade ao “ritmo espontâneo”, invoca ao mesmo tempo a história e a vida como, se não a solução para os problemas específicos da brasilidade e da sociedade brasileira, ao menos o caminho para o esforço de compreensão, via por onde a história se encontra com a vida.

A historicidade, como foi articulada em *Raízes do Brasil*, mostra-se como uma cadeia concreta de um conjunto histórico em processo de mudanças determinadas. É a interpretação mesma de um processo de mudança temporal em curso. O ensaio apreende e interpreta tal processo de mudanças, confere-lhe sentido e desnuda-lhe as perspectivas.<sup>287</sup> Está profundamente relacionado, portanto, à “cultura social do tempo” ou à “consciência de si da sociedade”. Reinhart Koselleck é a referência principal, neste trabalho, para se pensar a historicidade em *Raízes do Brasil*. Sobre a noção de historicidade (*geschichtlichkeit*) propriamente dita, o teórico alemão assevera que o termo cunhado é uma mediação entre a

---

<sup>283</sup> *Idem*, p. 100.

<sup>284</sup> *Idem*, p. 137.

<sup>285</sup> *Idem*, p. 140.

<sup>286</sup> *Idem*, p. 141.

<sup>287</sup> Sobre a noção de sentido histórico, Jörn Rüsen afirma que “sentido articula percepção, interpretação, orientação e motivação, de maneira que a relação do homem consigo e com o mundo possa ser pensada e realizada na perspectiva do tempo. Sentido histórico na relação com o tempo significa uma *representação da evolução temporal* do mundo humano tanto baseada na experiência quanto orientadora e motivadora do agir. Também na relação do homem com si mesmo, o tempo é interpretado em consecução, de modo que seja alcançado um mínimo de consistência do “eu”: a *identidade histórica*. RÜSEN, J. *Razão Histórica*. Teoria da História I: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: Ed. UnB, 2001, p. 156.

filosofia da história nascida no século XVIII e a história ela mesma (a experiência passada); refere-se, em sua formulação recente, ao permanente processo de relativização pelo qual o historicismo foi reprovado. “Historicidade absolutiza a relatividade”, na expressão de Koselleck.<sup>288</sup> Como definição, afirma que a teoria da história, hoje, tem entendido a historicidade como “delineamento das condições de possibilidade para a história em geral e para a disciplina histórica mais especificamente”.<sup>289</sup>

Em todo o trabalho do historiador estaria em movimento uma relação entre “espaço de experiências” e “horizonte de expectativas”. A própria narrativa histórica, como maneira de capturar o tempo, seria a mediadora desse jogo de relações. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”, conceitos seminais na obra teórica de Koselleck, são categorias formais, meta-históricas, de elevado grau de generalidade, que têm a função de estabelecer e delinear histórias possíveis. Formam um par de conceitos complementares/indissociáveis, concernentes à própria condição humana universal (como um dado antropológico prévio, sem o qual a história seria impossível).<sup>290</sup>

A primeira categoria diz respeito à tradição e experiências que informam o presente. A segunda se refere ao elemento de projeção futura, de transformação. Estas categorias “remetem à temporalidade do homem e, com isto, de certa forma, meta-historicamente, à temporalidade da história”.<sup>291</sup> Para Koselleck, o que constitui o tempo histórico são as concepções construídas por uma sociedade sobre sua temporalidade e, particularmente, sobre seu futuro ou o “futuro passado” (as promessas contidas no passado). O tempo histórico é uma realidade plural, mutável, assim como a diversidade das experiências humanas. Entende-se por “espaço de experiência” o passado tornado atual, na perspectiva de que no espaço do presente convivem simultaneamente diversos tempos anteriores preservados na memória e incorporados ao cotidiano. Já o “horizonte de expectativa” é o que, no presente, volta-se para o futuro. São esperanças ou angústias apontadas para o que ainda não foi vivido, para experiências que ainda não podem ser observadas. O tempo histórico seria então, fruto da

---

<sup>288</sup> KOSELLECK, R. *The practice of conceptual history: timing history, space concepts*. Califórnia: Stanford University Press, p. 2.

<sup>289</sup> *Idem*, p. 3.

<sup>290</sup> KOSELLECK, R. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Ed.PUC-RJ/Contraponto, 2006, p. 308.

<sup>291</sup> *Idem*, p. 309-12.

tensão entre experiências e expectativas; tensão essa que pode ser analisada através da relação histórica entre passado e futuro.<sup>292</sup>

A obra de Koselleck foi profícua em termos de continuadores. Dois deles de grande importância para a teoria/epistemologia da história na contemporaneidade. Na Alemanha, Jörn Rüsen é seu continuador direto, ocupa a cátedra que fora de Koselleck em Bielefeld. Na França, Paul Ricoeur praticamente resgatou a leitura de Koselleck entre filósofos da fenomenologia e da hermenêutica e historiadores e a “história dos conceitos” tem o privilégio de uma vocação internacional, praticada por uma rede mundial de pesquisadores.<sup>293</sup> Ricoeur (ele mesmo devedor das ideias de temporalidade históricas propostas por Koselleck) ressalta a universalidade das categorias meta-históricas de Koselleck, afirmando que podem ser aplicadas a qualquer período, pois que meta-históricas, no sentido de uma “antropologia filosófica”.<sup>294</sup>

### 3.2 O presente de (em) *Raízes do Brasil*: diálogos com seu tempo e historiografia

A historicidade de um acontecimento, de um complexo de acontecimentos, de uma obra ou conjunto de obras inscritas em determinado contexto é dependente de sua contemporaneidade. O pensamento histórico está ligado às forças político-sociais em curso e à posição concreta da vida do historiador. Todo o acontecimento ou elemento significativo – capaz de produzir valor – na história está ligado à situação (espaço-temporal) do intérprete. O historiador da historiografia brasileira (um dos pioneiros da área) José Honório Rodrigues assinala que historicidade é “a cadeia concreta de um conjunto histórico no seio de mudanças determinadas”. Ela contém, em sua visão, alguns elementos significativos em conjunto:

[...] Capacidade produtiva de satisfazer necessidades da vida velhas e novas, singularidade, unicidade. Irreversibilidade, impersonalidade, caráter dialético-processual, isto é [a aptidão de] relacionar-se com todos os demais, no centro das conexões causais, criar relações sociais, políticas e econômicas, ser breve na ação e durável nos efeitos.<sup>295</sup>

---

<sup>292</sup> *Idem*, *ibidem*.

<sup>293</sup> DOSSE, F. *La marche des idées: histoire des intellectuelles, histoire intellectuel*. Paris: Éditions La Découverte, 2003, p. 330.

<sup>294</sup> RICOEUR, P. *Tempo e Narrativa*. Volume 3: O tempo narrado. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010, p. 364.

<sup>295</sup> RODRIGUES, J. H. *Filosofia e história*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981, p. 15.



A propósito disso, Paulo Prado, em 1928, chamava a atenção do leitor de seu *Retrato do Brasil*, bem à maneira modernista: “fixemos o olhar por um instante na realidade visível, palpável e viva desse Hoje que surge, se transforma e desaparece num relance, como na corrida de um automóvel a paisagem que passa”.<sup>296</sup> O presente, na modernidade, é uma impressão fugidia, momentânea, que se apresenta como uma justaposição desordenada das experiências vividas, assentadas de maneira caótica e até de certa forma sem sentido determinado *a priori*.<sup>297</sup>

O próprio contexto cultural do modernismo apresenta sintomas disso. Segundo Eduardo Jardim de Moraes, a segunda fase modernista, após os arroubos iconoclastas da “geração de 1922” colocou como questão fundamental de suas formulações o próprio tempo da nação:

a constituição de uma teoria da temporalidade da vida nacional vai possibilitar a reavaliação da situação de ‘atraso’ do contexto nacional. Ela vai também fornecer as bases da definição de um tempo da modernização próprio da brasilidade.<sup>298</sup>

Os anos 1930 ocupam um lugar especial nas reflexões sobre o Brasil às portas da modernidade. Tais reflexões giram em torno do eixo da chamada Revolução de 1930 e seus desdobramentos, principalmente a temática da “modernização” do país e, em seu bojo, a necessidade de se conhecer a “realidade brasileira”. O país experimentou uma fase de transição até as rupturas mais radicais, que se concretizariam a partir do movimento de 1930. Concomitante a mudanças no aspecto econômico, estava a ampliação dos setores urbanos com o crescimento das camadas médias e da classe trabalhadora. Naquele momento, o ritmo temporal parecia fluir de maneira simultânea, passado e futuro coexistindo de forma interpenetrada no presente.<sup>299</sup>

<sup>296</sup> PRADO, P. *op. cit.*, 2012, p. 136.

<sup>297</sup> GUMBRECHT, H. U. Cascatas da modernidade. In: *Modernização dos sentidos*. São Paulo: Editora 34, 1998, p. 9-32.

<sup>298</sup> MORAES, E. J. Modernismo revisitado. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1988, p. 238.

<sup>299</sup> A referência aqui é a expressão de Koselleck sobre a “simultaneidade do não-simultâneo”, ou seja, a percepção da convivência de uma multiplicidade de fenômenos históricos em movimento. Cf. KOSELLECK, R., *op. cit.*, 2006, p. 286.

Uma das interpretações mais consagradas sobre este período foi a de Antonio Candido, para quem o movimento que levou Vargas ao poder e escanteou as oligarquias paulista e mineira do epicentro do poder teria sido “um eixo catalisador, em torno do qual girou de certo modo a cultura brasileira, catalisando elementos dispersos para dispô-los numa configuração nova”. Seu aspecto mais visível teria sido um seu duplo, a busca por uma “atitude crítica em face do que se chamava incansavelmente a “realidade brasileira” (um dos conceitos-chave do momento)”.<sup>300</sup> Nesse sentido, 1930 é mais conhecido por um marco de ruptura importante que propriamente pelas propostas do movimento em si.<sup>301</sup>

Os acontecimentos políticos ocorridos entre 1930 e 1937, de golpe em golpe, do Governo Provisório ao Estado Novo, transformaram a década de 1930 em um tempo de incertezas e disputas imprevisíveis entre projetos políticos distintos (como o recrudescimento do comunismo e do integralismo, além das tentativas tenentistas), ou entre os estados e o governo central (é o caso da Revolução Constitucionalista de 1932, que opôs São Paulo ao Estado nacional), conflitos oligárquicos, levantes militares, oscilação entre projetos autoritários e liberais, que impedem de observar o golpe do Estado Novo (1937) como simples evolução natural da Revolução de 1930. O ambiente de indefinições que compreende

---

<sup>300</sup> CANDIDO, A. A Revolução de 1930 e a cultura. *Novos Estudos*, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 27-36, abr. 1984.

<sup>301</sup> Ao longo do século XX, a historiografia tem tratado do tema da Revolução de 1930 a partir de diversas vertentes explicativas. Uma síntese da contribuição de cada uma delas pode ser encontrada no texto “A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930”, de Marieta M. Ferreira e Surama C. Pinto. Segundo as autoras, pelo menos quatro grandes teses explicativas têm disputado a interpretação de 1930. A primeira delas, levada a cabo por autores como Helio Jaguaribe e Guerreiro Ramos, vê o movimento como uma revolução de classes médias, decorrente de um antagonismo entre uma pequena burguesia de setores médios urbanos e uma burguesia nacional de industriais e fazendeiros de café. Outra linha interpretativa, que foi aceita sobretudo na década de 1960 pela esquerda brasileira, sustenta que a Revolução de 1930 representa a ascensão da burguesia industrial à dominação política (Nelson Werneck Sodré é um dos fiadores dessa tese). Nos anos 1970 ocorreu uma revisão dessas duas matrizes explicativas. Boris Fausto, no livro *Revolução de 1930: história e historiografia* propõe uma interpretação alternativa, em que o evento deve ser entendido como resultado de conflitos intra-oligárquicos fortalecidos por movimentos militares dissidentes, com o objetivo de golpear a burguesia cafeeira. Abriu-se, então, um vazio de poder, dada a incapacidade das demais frações de classe de assumir o poder de forma exclusiva, que possibilitou a emergência de um *Estado de compromisso*. Seria um Estado aberto a escutar as insatisfações de cada fração sem se comprometer exclusivamente com uma delas, centralizador ao subordinar as oligarquias ao poder central, intervencionista e racionalizador do uso de fontes de riquezas fundamentais pelo capital internacional, bem como – a despeito da Constituição de 1934 –, mais próximo de matrizes autoritárias de pensamento político, como o fascismo. Nos anos 1980, produziu-se um contraponto a essa contribuição consagrada de Boris Fausto, por autores como Edgard De Decca, que se recusavam qualificar 1930 como um marco revolucionário, pois seria antes de tudo um golpe preventivo da burguesia contra o operariado, quando em 1928 começava a se desenhar a luta de classes no país, com a criação, de um lado, do Bloco Operário Camponês pelo Partido Comunista, de outro, a fundação do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo. Ainda que haja críticas contundentes a essa tese – como a falta de comprovação empírica –, alguns autores chamaram atenção para as vantagens e desvantagens de se situar a Revolução de 1930 como um evento matriz. Cf. FERREIRA, M. M.; PINTO, S.C. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. (orgs.) *O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excludente: Da Proclamação da República à revolução de 1930: Livro I*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 388-415.

este período favoreceu o surgimento de projetos radicais – críticos dos preceitos liberais da República Velha e, igualmente, dos descaminhos da Revolução de 1930 – que tentaram convencer a sociedade da ideia de mudança. Mesmo entre os vitoriosos de 1930 formavam um grupo bastante heterogêneo, as expectativas dos diferentes atores envolvidos no movimento eram conflituosas, ainda que o combate às oligarquias tradicionais possa ser visto como objetivo comum. Logo começariam os embates entre os diversos grupos que tinham participado da Aliança Liberal. Por exemplo, sobre a duração do governo provisório ou em torno do modelo de Estado a ser implantado no país. Venceu a proposta de um estado forte e centralizado, intervencionista, de orientação nacionalista (inspirada no pensamento de autores como Oliveira Vianna e Alberto Torres). As medidas centralizadoras e intervencionistas foram aplicadas nos campos político, social e econômico, com o Sistema de Interventorias nos estados (instrumento de controle do poder central sobre a política local); a criação do Ministério do Trabalho (e a regulamentação da proteção ao trabalhador, subordinando os sindicatos à tutela do Estado); e a criação, por exemplo, do Conselho Nacional do Café (retirando de São Paulo o controle sobre a política cafeeira e controlando melhor a produção e comércio dos principais produtos agrícolas brasileiros); entre outras medidas que levariam a “era Vargas”, por meio do controle paternalista do Estado, a ser considerada um marco importante em direção ao processo de industrialização do país.<sup>302</sup>

Sérgio Buarque, de volta ao Brasil em 1931, encontraria uma situação sensivelmente diversa da que conhecia antes da partida para o exterior. O projeto estético do modernismo havia se redefinido em função dos acontecimentos e da emergência do regionalismo da chamada segunda geração modernista. Soluções radicais, como o comunismo e o integralismo, ganhavam força. Intensificada pela crise oligárquica, a contradição entre moderno e arcaico ascende ao status de agenda das transformações levadas a cabo pelo Estado centralizador. A Revolução Constitucionalista, de 1932, contra o deslocamento da elite paulista da composição central do novo poder de Estado, embora derrotada militarmente, garantiria maior participação paulista no novo pacto e garantiria o estado de São Paulo como maior centro industrial e figura de proa no âmbito econômico modernizador da nação. Sérgio Buarque, paulista, fora preso em 1932 no Rio de Janeiro, após uma algazarra, quando bradava

---

<sup>302</sup> *Idem.*

a favor de São Paulo e por uma nova Constituição (episódio sem maiores consequências, Sérgio Buarque fora solto no dia seguinte).<sup>303</sup>

A resposta de Sérgio Buarque ao movimento de profundas transformações e à radicalização geral do ambiente da década combate teses autoritárias e conservadoras, como as de Oliveira Vianna, e o caudilhismo modernizante da era de Vargas. Desde a década de 1920 a *intelligentsia* moderna começou a perguntar o que o Brasil realmente era, assim como a buscar as raízes históricas do país para melhor avaliar seu futuro.

Em síntese, os intelectuais modernistas procuraram perceber o Brasil como retentor de uma identidade própria a ser explorada em função de suas potencialidades para que se definisse como nação “moderna”. A valorização de traços culturais originais do Brasil levou a uma espécie de “redescoberta” do país e à tentativa de encontrar-se com sua essência. Reescrever a história da nação e redirecionar seu sentido era também uma forma reordenar sua temporalidade, permitindo, com isso, a orientação da ação, de modo a superar a mera cronologia e justaposição de fatos e personagens históricos. Para tanto, o passado e o processo de formação da sociedade (o elo entre passado e presente) se colocavam como questões-chave para a resolução dos impasses. A história servia, portanto, como resposta para a resolução de uma questão viva, qual seja, o “problema nacional brasileiro”.<sup>304</sup>

#### *Entre passado e futuro: Sérgio Buarque de Holanda e a historiografia*

Nesse sentido, os autores da época reconstroem narrativamente o passado brasileiro em diferentes perspectivas, a seu modo, de acordo com a agenda do presente, seus posicionamentos políticos e/ou institucionais, suas escolas de formação intelectual, campos conceituais, enfim. O intuito é conferir direcionamento à modernização latente, a ponto de se dizer dos anos 1930 o início da “moderna historiografia do Brasil”, pois que não mais restrita aos fatos políticos e sim à interpretação de processos históricos amplos, inscritos em um reordenamento da temporalidade histórica que acompanha os acontecimentos e projetos políticos concorrentes.<sup>305</sup> O próprio Caio Prado Jr. (1907-1990), em *Evolução Política do Brasil* (1933), trabalho de síntese histórica, afirmou não ter por objetivo “a narrativa

<sup>303</sup> GUIMARÃES, E.H.L. A modernidade brasileira reconta as tradições paulistas. In: EUGÊNIO, J. K.; MONTEIRO, P. M. (Orgs.) op. cit., p. 45.

<sup>304</sup> NICOLAZZI, F. op. cit., 2008.

<sup>305</sup> BRESCIANI, M. S. op. cit., p. 31.

sequencial dos acontecimentos” como a maioria dos “nossos historiadores, preocupados unicamente com a superfície dos acontecimentos”, mas compreender “a linha mestra em torno do que se agrupam estes fatos” ou, ainda, “o íntimo de nossa história, de que estes acontecimentos são apenas reflexo exterior”.<sup>306</sup>

Oliveira Vianna (1883-1951), por sua vez, em defesa da neutralidade científica, no artigo *Estudos Sociológicos no Brasil*, de 1931, – de acordo com a perspectiva segundo a qual se deve buscar nas leis das ciências sociais a diretriz para formulação de projetos políticos – desejava que os cientistas sociais se ativessem aos “problemas objetivos”, ao “concreto”, orientados por “um apelo mais frequente aos métodos científicos de pesquisa”.<sup>307</sup> Considerado praticamente sem reservas um mestre do pensamento conservador,<sup>308</sup> foi um dos intelectuais a trabalhar com o maior afinco em torno da legitimação do Estado Novo, no bojo da crise do liberalismo e avanço das soluções autoritárias. Sua proposta de “democracia autoritária”, fundada sob uma estratégia de Estado corporativista, foi trabalhada ativamente na qualidade de assessor jurídico do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, entre 1932 e 1940, quando se tornou um dos principais nomes ligados à elaboração da legislação sindical. O Estado autoritário deveria ser uma espécie de demiurgo da Nação, forjador de uma “mística nacional”, capaz de integrar a população em torno de um ideário de forte apelo emocional e projeto único, nacional, que tornasse “desnecessárias” as liberdades políticas, conforme aparece em *Populações Meridionais do Brasil*, de 1920:

[...] o poder central, o grande opressor das liberdades locais e individuais nos povos europeus, exerce aqui uma função inteiramente oposta. Em vez de atacá-las, é ele quem defende essas mesmas liberdades contra os caudilhos territoriais, que as agriDEM. [...] O poder central sempre intervém para garantir os cidadãos na integridade dos seus direitos, no gozo das suas liberdades, na inviolabilidade do seu domicílio ou da sua pessoa.<sup>309</sup>

<sup>306</sup> PRADO JR., C. *Evolução política do Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1999, p. 7.

<sup>307</sup> VIANNA, O. Estudos sociológicos no Brasil. In: *Ensaaios Inéditos*. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 1991, p. 93.

<sup>308</sup> Um dos responsáveis pelas principais críticas a Oliveira Vianna, capaz de alçá-lo a uma condição de esquecimento entre os “Intérpretes do Brasil” foi exatamente Sérgio Buarque de Holanda, que no final da década de 1940 resenhou o livro *Instituições políticas brasileiras*, comparando-o a uma “doutrinação dos fascismos”. In: HOLANDA, S.B. Cultura e política. In: *Tentativas de Mitologia*. São Paulo: Perspectiva, 1979, p.37-60.

<sup>309</sup> VIANNA, O. *Populações Meridionais do Brasil*. Niterói, RJ: ed. UFF, 1987, p. 253.

Há, ainda, outro elemento que para o autor está intrinsecamente ligado às mazelas da democracia liberal no país: a forte presença de uma população “racialmente inferior”, oriunda da miscigenação, incapaz de ascender à condição de cidadania: “é lei antropológica que os mestiços herdem com mais frequência os vícios que as qualidades de seus ancestrais”.<sup>310</sup> Havia, portanto, em sua visão da “evolução do povo brasileiro” (título de outra de suas obras seminais, de 1933), uma ruptura, em que se forma um homem distinto de seu antepassado (“é difícil ainda determinar o tipo antropológico do povo brasileiro”), o que seria reafirmado por Gilberto Freyre (ainda que este visse a miscigenação como um aspecto positivo na cultura do Brasil) e negado por Sérgio Buarque de Holanda, que via nas raízes do Brasil a mazela da continuidade de caracteres de nossos ancestrais ibéricos.<sup>311</sup> Desse modo, em relação ao binômio moderno *versus* arcaico e à (des)ordem temporal, o conservadorismo de Vianna – diferente de Sérgio Buarque, que olhava para a modernização em estado incipiente no país – estava registrado no valor conferido ao passado agrário, que guardava, na expressão do autor “o melhor de nosso caráter”. No “regime dos latifúndios” as características do homem rural eram morais, como a fidelidade à palavra empenhada e o personalismo, de modo que assim denunciava uma inaptidão para o Brasil de instituições democráticas, bem como propunha a legitimação da exclusão sociopolítica, oferecendo coordenadas aplicáveis à vida prática de então.<sup>312</sup>

Gilberto Freyre (1900-1987) também seria identificado com o pensamento conservador.<sup>313</sup> Conforme Carlos G. Mota, em *Casa-Grande & Senzala* a característica central é a visão de mundo compatível com a oligarquia açucareira do Nordeste, ou seja, Freyre elabora a sua interpretação do Brasil a partir do ponto de vista, reelaborado pelo modernismo regionalista, de um grupo social específico, que tem na figura social do senhor de engenho o seu tipo mais característico. De outro lado, se na questão política Gilberto Freyre sofreu as mais duras acusações, em relação às questões de estilo e método foi

---

<sup>310</sup> *Idem*, p. 110.

<sup>311</sup> Sérgio Buarque faz referência explícita a este aspecto do pensamento de Oliveira Vianna, em uma única vez que o nome deste autor, a quem Holanda se opunha, aparece no livro de 1936: “No Brasil, e não só no Brasil, iberismo e agrarismo se confundem, apesar do que têm dito em contrário alguns estudiosos eminentes, entre outros o sr. Oliveira Vianna”. In: HOLANDA, S. B., 1936, p. 137.

<sup>312</sup> BRESCIANI, M. S. op. cit., p. 244.

<sup>313</sup> COSTA, E. V. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979; LEITE, D. M. *O caráter nacional brasileiro*. São Paulo: Pioneira, 1969; MOTA, C. G. *Ideologia da cultura brasileira* (1933-1974). São Paulo: Ática, 1978; BRESCIANI, M.; S. op. cit., 2005; REIS, J.C. *As identidades do Brasil: de Varbhagen a Fernando Henrique Cardoso*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

considerado um inovador ao abdicar da história factual ou cronológica e enveredar por uma escrita bastante introspectiva e de forte apelo emocional para a caracterização da formação do caráter nacional brasileiro.<sup>314</sup> Buscou as bases psicológicas e culturais deste caráter na vida cotidiana do passado colonial, um campo de pesquisa então original e absolutamente inovador. Enfatizando o conceito de cultura, apreendido da sua formação muito próxima a Franz Boas, superou o evolucionismo biológico, afinal, a raça não seria determinante sobre o meio cultural. Tal abordagem se concentra num aspecto específico, a investigação da formação étnica brasileira, sob o prisma da vida sexual do patriarcalismo, com uma ênfase especial na questão da miscigenação. Se a miscigenação, que ganha forma na expressão “democracia racial”, positiva na ótica de Freyre, é considerada um avanço em relação às teses racistas de um Oliveira Vianna, de outro lado, seria vista a partir da segunda metade do século XX como um ponto de vista igualmente reacionário, por escamotear conflitos e preconceitos em torno do tema ao apresentar um histórico conciliador e não conflituoso da escravidão e das relações entre senhores proprietários e escravos.<sup>315</sup> Sérgio Buarque de Holanda, a seu turno, parece contradizer Freyre, que via na miscigenação a condição especial da originalidade do caráter brasileiro, quando afirma que a mestiçagem não era privilégio dos brasileiros: “Também nesse caso o Brasil não foi cenário de nenhuma novidade. A mestiçagem teve início na própria metrópole”.<sup>316</sup> Holanda, preocupado em identificar as lesões da matriz colonizadora, negava que fôssemos “tão diferentes dos nossos avós”, enquanto Freyre se mostrava saudosista em relação ao passado colonial: “os senhores da casa-grande representaram na formação brasileira a tendência mais caracteristicamente portuguesa. [...] o senhor de engenho dominou a colônia quase sozinho. O verdadeiro dono do Brasil”.<sup>317</sup> O caráter plástico e adaptativo da colonização ficaria latente pela capacidade portuguesa de se recriar nas terras tropicais em uma forma já especificamente brasileira, como a presença da casa-grande, espaço onde: “[...] melhor se exprimiu o caráter brasileiro, nossa *continuidade* social [grifo nosso]”.<sup>318</sup> Aí, então, uma ponderação positiva das virtudes do colonizador.

---

<sup>314</sup> NICOLAZZI, F. *Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio. Sobre Casa grande e senzala e a representação do passado*. São Paulo: Unesp, 2011

<sup>315</sup> FERNANDES, F. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. São Paulo: Dominus, 1965.

<sup>316</sup> HOLLANDA, S. B., *op. cit.*, 1936, p. 28.

<sup>317</sup> FREYRE, G. *Casa-grande & Senzala*: edição crítica. Coordenadores: Guillermo Giucci, Enrique Rodriguez Larreta e Edson Nery da Fonseca. Madri; Barcelona; La Habana; Lisboa; Paris; México; Buenos Aires; São Paulo; Lima; Guatemala; San José: ALLCA, XX, 2002, p. 12.

<sup>318</sup> *Idem*, p. 22.

Bresciani sugere que há um ressentimento em Freyre em relação à decadência da sociedade patriarcal: “O agente eficaz que solapara os bons tempos coloniais ficava com a re-europeização do Brasil no início do século XIX, acentuada, com a imigração, a industrialização e os valores norte-americanos”.<sup>319</sup> Seu olhar sobre o futuro do Brasil é pessimista na medida em que comprometia a continuidade do passado patriarcal. Tendo experimentado pessoalmente o tempo desacelerado da vida senhorial, Freyre “preferia a continuidade à mudança”.<sup>320</sup>

Em Paulo Prado (1869-1943) pode-se afirmar que a relação com a historicidade, a articulação temporal, é feita em ordem inversa, simetricamente oposta. Em função de seu tempo, em que identifica a continuidade da “tristeza brasileira” como traço definidor do caráter brasileiro, há um amargo pessimismo que está voltado ao passado, lugar de origem da “tristeza brasileira”, que deveria ser depurada com a finalidade de “romper os laços que nos amarram desde o nascimento à velha Europa, decadente e esgotada”.<sup>321</sup> A confiança no futuro, que ele afirma explicitamente nas páginas finais de seu sombrio *Retrato do Brasil* (1928), tem – ainda que igualmente triste – uma simples razão de ser: “não pode ser pior que o passado”.<sup>322</sup> A sensibilidade modernista é latente na apreensão da contemporaneidade de Paulo Prado, quando afirma, inspirado no *Profond aujourd’hui* (1917), de Blaise Cendrars, que o tempo presente se assemelha a um instante fugidio, como da perspectiva de quem observa uma corrida de automóveis: “esse Hoje que surge, se transforma e desaparece num relance”. O diagnóstico do hoje para o ensaísta reafirma a situação do “atraso nacional”, inclusive em relação a nações de “mediana importância”, decorrente da ligação com as raízes lusitanas. Para ele, o lento cataclismo em preparo (ele fala do pós-guerra e das opções políticas radicais que se defrontam, como o fordismo, o leninismo e os fascismos) não afetaria o Brasil, ignorante da situação mundial, pois que ainda embalado em seu “sono colonial”.<sup>323</sup> Em relação à situação interna, o autor demonstra o desencanto da sua geração modernista com os rumos tomados pela República liberal, responsável pelo “atoleiro em que hoje

---

<sup>319</sup> BRESCIANI, M. S. op.cit., p. 114.

<sup>320</sup> REIS, J. C., 2006, p. 81.

<sup>321</sup> CALIL, C. A. Um retrato implacável. In: PRADO, P. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 9.

<sup>322</sup> PRADO, P. op. cit., p. 144.

<sup>323</sup> *Idem*, p. 143.



chafurdamos”.<sup>324</sup> Sua disposição sobre o presente, portanto, é pouco fecunda, não produz uma possibilidade concreta de orientação do agir. A grande força de seu *Retrato* reside exatamente na forte coloração, de alta carga emocional, com que traça o seu “quadro impressionista”. O brasileiro, do passado ao presente, seria alguém doentio, que sofria de uma espécie de raquitismo do espírito, dominado pelas más paixões. Somente a tábula rasa do passado brasileiro, para que aliviasse o peso de seus ombros sobre o futuro da nação poderia redirecionar a alma brasileira para a pujança. A história do Brasil seria, em sua visão, o desenvolvimento desordenado de duas obsessões do colonizador: os sentimentos tirânicos do sensualismo e cobiça do ouro.

Na luta entre esses apetites – sem outro ideal, nem religioso, nem estético, sem nenhuma preocupação política, intelectual ou artística – criava-se pelo decurso dos séculos uma raça triste. A melancolia dos abusos venéreos e a melancolia dos que vivem na ideia fixa do enriquecimento – no absorto sem finalidade dessas paixões insaciáveis são vincos fundos da nossa psique racial, paixões que não conhecem exceções no limitado viver instintivo do homem, mas aqui se desenvolveram de uma origem patogênica provocada sem dúvida pela ausência de sentimentos afetivos de ordem superior.<sup>325</sup>

Um pessimismo tão radical quanto ao nosso passado colonial não poderia resultar algo diverso de reações as mais enfáticas. Mario de Andrade demonstra bem o impacto que se sucedeu ao livro, não sem certa dose de ironia crítica, em resenha publicada em 1929:

Tenho aliás achado muita graça na reação patrioteira que o livro de Paulo Prado causou. O *Retrato do Brasil* está sendo lido e relido por todos. E comentado. Comentado para atacar. Inda não topei com ninguém que concordasse com o livro. Isso me diverte porque toda a gente que ataca a letra desse trabalho tão sutil e acaba concordando, com o espírito dele. [...] Paulo Prado é uma inteligência fazendeira prática. Fazendeiro sai na porta de casa, olha o céu, pensa: vai chover. [...] Franqueza: está ridícula a reação contra o *Retrato do Brasil*. Toda a gente vai reagindo contra a credence prática dos chovedouros populares, reconhece que vai chover mas sai sem capa por causa das teorias.<sup>326</sup>

Uma das mais relevantes reações ao trabalho de Paulo Prado foi a de Tristão de Athayde, publicada em 1928. É interessante a percepção do resenhista de que o Brasil passava, naquele tempo, por um processo de afinação de sua consciência histórica manifesta

---

<sup>324</sup> *Idem*, p. 141.

<sup>325</sup> *Idem*, p. 97.

<sup>326</sup> ANDRADE, M. *Inteligência fazendeira* [1929]. In: PRADO, P. op. cit., p. 172-3.

nas representações do passado em obras de reflexivas: “[...] a propósito dos livros de autocrítica, de nossos problemas, como o Brasil é um país que vem caindo em si, tanto politicamente quanto literariamente. O mesmo se dá no estudo de nosso passado”. Para Tristão de Athayde, a história no Brasil passara de sua fase de idealizações românticas definitivamente com Paulo Prado, formado na escola realista de Capistrano de Abreu. De fato, Paulo Prado pronuncia elogios rasgados ao “nosso historiador”, Capistrano de Abreu, com quem se correspondeu com frequência entre 1918 e 1927, sobretudo pela criação no Brasil de uma escola Histórica inovadora em termos de metodologia e pesquisa da “realidade histórica”. O problema do *Retrato* para Athayde estava menos no quadro sombrio que pintou dos vícios de origem da sociedade brasileira que na proposta de esquecimento do passado e consequentemente “renúncia a toda a nossa alma, a todo o nosso espírito, a tudo o que temos de nosso, de bem nosso, e que é *a única esperança* de nossa salvação”.<sup>327</sup> O católico conservador Tristão de Athayde aponta que para “a nossa salvação” seria necessário exatamente o oposto, a “volta às raízes” ou, em uma palavra, a “recristianização total do Brasil” para a organização de nossa desordem.

*Raízes do Brasil*, considerados estes trabalhos da época brevemente observados, estaria muito mais próximo do *Retrato do Brasil* e seu olhar otimista para o futuro (ainda que por vieses razoavelmente diferenciados) e ganharia distância de trabalhos como o de Vianna e Freyre, que olhavam positivamente para o passado colonial e agrário e a tradição (personalista, paternalista e, no limite, autoritária). O seu projeto era o de livrar-se do peso das tradições, diluídas na categoria de atualidade. Por exemplo, Sérgio Buarque de Holanda faria oposição frontal a essa proposta tradicionalista de Athayde, conforme vimos no ensaio de 1928. Relembremos o que dizia Sérgio Buarque àquele tempo: “Não se pode mais hoje, como no tempo de Santo Agostinho, ser ao mesmo tempo e simultaneamente um cidadão do céu e da terra”.<sup>328</sup> Ele qualifica, portanto, como anacrônico o catolicismo de Tristão, fora das condições específicas de seu tempo. Além disso, sugere que a “salvação” aconteça na Terra mesmo. Nessa crítica de Sérgio Buarque está implícita sua sensibilidade à historicidade e consciência dela. Essa aguda consciência da historicidade remete à “autoconsciência” do ensaio *Raízes do Brasil*. A “salvação” naqueles anos 1930 era, por assim dizer, uma salvação histórica, comprometida com a história da salvação do homem no mundo presente, início de sua salvação futura. Pensar, como pensou Sérgio Buarque, na impossibilidade de ser ao

<sup>327</sup> ATHAYDE, T. *Retrato ou caricatura?* [1928]. In: PRADO, P. op. cit., p. 154.

<sup>328</sup> HOLANDA, S.B. Tristão de Athayde [1928]. In: op. cit., 1989, p. 114.

mesmo tempo cidadão do céu e da terra significava o oposto da sugestão de Tristão, de olhar com amor para o reino dos céus. Era o olhar de Sérgio voltado para o temporal, para a historicidade do homem na Terra, demonstrando certa ligação escatológica entre história e futuro. Com isso, ele insinuava que a temporalidade anterior à modernidade fora superada e na modernidade, com a emergência de um “futuro aberto”, indeterminado pelas experiências passadas, o passado deixava de se prestar ao papel instrucional. Tal era o sentido do *topos* ciceroniano *historia magistra vitae*, predominante até a modernidade, a história como uma coleção de exemplos que servem à prudência, depois à salvação dos homens. Tal concepção magistral de história assentava-se sobre uma estrutura temporal estática.<sup>329</sup> A secularização da história era, portanto, irreversível; daí Athayde estar “fora de seu tempo” ao propor a “recristianização total do Brasil”.

A crítica se refere, portanto, à desconsideração da historicidade, o ignorar da vivacidade e singularidade da história que acontece sem seguir modelos determinados *a priori*. Tal esboço de definição de historicidade se assenta sobre as noções de vida (tomadas da “filosofia da vida” apreendida na temporada alemã) e atualidade. Quaisquer projetos de construção ou restauração da ordem soam artificiais, pois criam modelos para o fluxo da vida, nem sempre de acordo com a realidade. Em 1936, alguns anos depois, o autor de *Raízes do Brasil* retomaria este ponto e reforçaria a crítica à solução católica tradicional. O alvo é claro: os tradicionalistas em geral e, em particular, o movimento católico de Tristão de Athayde. Já no capítulo inicial, após uma apreciação do problema da persistência do legado ibérico personalista e da falta de coesão social entre nós (que “não representa, assim, um fenômeno moderno”, isto é, dá continuidade à tradição do legado português), Sérgio Buarque adverte que “erram profundamente aqueles que imaginam na volta à tradição, a *certa tradição*, a única defesa possível contra a nossa desordem [grifo nosso]”.<sup>330</sup>

<sup>329</sup> Uma vez mais a referência aqui é Koselleck. Segundo sua tese, a consciência europeia lidou com a passagem, no final século XVIII, do *topos* ciceroniano da *historia magistra vitae* para a ordenação do tempo em um movimento linear e universal, o progresso. O próprio conceito de história na modernidade tornou-se um singular coletivo, um metaconceito transcendental, que sintetiza relato e acontecimento e engloba as várias histórias individuais em um mesmo direcionamento. Dialogando com a tese de Karl Löwith, segundo a qual a ideia de progresso é uma versão secularizada da escatologia judaico-cristã, e com Kant, “que criou a expressão progresso”, Koselleck faz suas ressalvas: “o que nos importa aqui, antes de tudo, é lembrar que o progresso estava voltado para uma transformação ativa deste mundo, e não do além, por mais numerosas que possam ser, do ponto de vista intelectual, as conexões entre o progresso e uma expectativa cristã do futuro”. In: KOSELLECK, R., 2006, p. 318.

<sup>330</sup> HOLANDA, S. B., 1936, p. 6.

### 3.3 A experiência passada: atualização e superação das raízes

Os quatro primeiros capítulos de *Raízes do Brasil* (“Fronteiras da Europa”, “Trabalho & Aventura”, “O Passado Agrário” e “O Passado Agrário (cont.)”) são dedicados ao estudo da tradição ibérica, do passado colonial e das “formas de vida” e cultura do Brasil até pelo menos o ano de 1888, em que Sérgio Buarque localiza a grande ruptura da história do Brasil, uma passagem lenta e progressiva do domínio rural para os núcleos urbanos. Já exploramos anteriormente essa passagem, central para a compreensão do fio narrativo do autor e sua observação da evolução histórica nacional. O quinto capítulo (“O homem cordial”) explora sobretudo o amálgama entre passado e presente, a confusão entre as esferas pública e privada ou, ainda, entre cordialidade e civilidade a partir do que seria, naquele presente, o traço original do caráter brasileiro, a cordialidade. Por fim, os dois últimos capítulos (“Nossa Revolução” e “Novos Tempos”) tratam principalmente da situação presente e direcionamento das expectativas futuras, quando Sérgio Buarque dirige duras críticas aos intelectuais brasileiros e aos projetos políticos que se apresentavam como soluções possíveis para o andamento do país. Não é possível dizer que haja uma nítida separação temporal, do passado ao futuro, entre os capítulos, mas no total essa divisão que observamos é razoável, porque o delineamento geral da obra segue essa temporalidade. Além disso, nem sempre o autor refere-se a acontecimentos concretos dispostos em ordem cronológica, mas está mais preocupado em determinar o que do passado sobreviveu em “nossas formas de vida, nossas instituições e nossa visão de mundo”.<sup>331</sup> Há teses espalhadas por todo o ensaio, que se movimenta ele todo, sobre o eixo do tempo presente, do início ao fim, nas categorias “vida” e “atualidade”. Uma das principais teses, sobre a desordem temporal e confusão entre passado e futuro no presente, permeia toda a obra. O desafio, agora, é compreender o valor conferido pelo autor à experiência histórica brasileira. Em que consiste a advertência sobre o fato de que “vivemos uma experiência sem símile”?<sup>332</sup>

#### *Ajuste da tradição aos “quadros de vida” presentes*

A historicidade ou a relação entre as distintas temporalidades daquele binômio arcaísmo *versus* modernidade assenta-se sobre as noções de vida e atualidade na obra de

---

<sup>331</sup> *Idem*, p. 3.

<sup>332</sup> *Idem*, *ibidem*.

Sérgio Buarque, captadas em meio a um processo de mudança histórica profunda, fio condutor do argumento e da narrativa do ensaio. A mudança histórica pode ser considerada o *cronotopo* historicista por excelência, conforme vimos no capítulo II deste trabalho de dissertação, quando buscamos aproximar Sérgio Buarque da forma de consciência historiográfica do historicismo clássico. Na expressão de H. U. Gumbrecht, esta forma de articulação temporal – o *cronotopo* moderno – é um lugar de autorreferência humana que afirma ser o homem um ser histórico, que caminha do passado em direção ao porvir, de modo que o tempo, ele mesmo, é portador da mudança, enquanto o sujeito moderno, capaz de apreender os processos de mudança temporal no presente, é capaz também de agir e direcionar o encaminhamento do futuro, transformando o hoje em um instante fugidio ou retardado, de acordo com suas inclinações momentâneas. (Hoje, no início do século XXI, estaríamos na opinião do autor deixando de lado o paradigma historicista de compreensão e representação do tempo, e com ele, a crença na possibilidade de orientação pelo viés da compreensão do processo histórico, dada a obsedante permanência de um presente elástico resultante do fechamento dos horizontes de expectativa após 1989.)<sup>333</sup>

A noção de *vida*, tomada de empréstimo da *Lebensphilosophie* de um Dilthey ou de um Ludwig Klages, é central em Sérgio Buarque, sobretudo se se quiser compreender a importância da categoria do tempo presente, que se confunde, no ensaio, com os termos “vida” e “atual”. No século XIX, Dilthey vinculou a “hermenêutica” à sua filosofia da “compreensão vital”, ou seja, as formas da cultura apreendidas através da experiência interior (vivência) do sujeito e a produção espiritual como reflexo de uma “visão de mundo” (*Weltanschauung*), donde resulta a “filosofia da vida”.<sup>334</sup> A filosofia da vida é reflexão sobre o mundo e a vida em uma circularidade envolvendo sujeito e objeto; Dilthey articulava pensamento e visão de mundo a vida e historicidade, distantes da pura abstração racional.<sup>335</sup> Klages, por sua vez, elaborou uma doutrina que prosseguia a forte tradição anti-intelectual na Alemanha – de reserva ao saber puramente racional –, retomando a oposição romântica ao racionalismo e ao mecanicismo, do *Sturm und Drang* ao “Círculo de Stefan George”. O núcleo de sua filosofia é a irremediável oposição entre *vida* e *espírito*. A novidade de Klages estaria em afirmar que o espírito é uma potência estranha e *hostil* à vida, uma força privada de

<sup>333</sup> GUMBRECHT, H. U. *Modernização dos sentidos*. São Paulo: Ed. 34, 1988, p. 11.

<sup>334</sup> GOMEZ-HERAS, J. La hermenéutica de la vida en Dilthey. *Thémata*, nº 1, 1984, p. 65-9.

<sup>335</sup> DILTHEY, W. *Concepciones del mundo*. Barcelona: Altaya, 1997, p. 42.

espaço e de tempo. Por isso ele é considerado o mais radical expoente alemão da *Lebensphilosophie*.<sup>336</sup>

O registro mais concreto da imersão na “filosofia da vida” por Sérgio Buarque encontra-se na reportagem publicada pelo amigo Manuel Bandeira por ocasião de seu retorno do país de Goethe. Em resposta às curiosidades de Bandeira, Sérgio, entre outras informações, dizia que: “a mocidade está voltada para Klages, um nome quase inteiramente desconhecido fora da Alemanha e que dentro dela no entanto goza de enorme prestígio”. Sobre a doutrina deste filósofo, Sérgio esclarece: “A filosofia de Klages é da libertação dos instintos”. Antes de ir para a Alemanha, informa, tinha uma tendência para o comunismo; durante a viagem, mudou de opinião: “Hoje estou achando nele o mesmo excesso racionalista do catolicismo”, uma vez que “comunismo e catolicismo são soluções extremamente racionalistas”. Manuel Bandeira, que ansiava por informações sobre o comunismo, teve de se conformar com a novidade apresentada por Sérgio: “E agora acabou-se! Sérgio é da... libertação dos instintos...”.<sup>337</sup> Em 1979, o próprio Sérgio reconheceu isto, ao evocar sua temporada alemã: “Recomecei a ler, e recomecei mal, enfronhando-me agora em filosofias místicas e irracionais (Klages etc.), que iam pululando naqueles últimos anos da República de Weimar e já às vésperas da ascensão de Hitler”.<sup>338</sup>

É provável que a oposição *espírito/vida*, que está no núcleo da doutrina de Klages e configura importante aspecto da hermenêutica diltheyana, tenha despertado a atenção de Sérgio Buarque na passagem pela Alemanha. A oposição espírito/vida se mostrava importante para ele mesmo antes da temporada alemã. Em *Raízes do Brasil*, apesar de nenhuma citação explícita, diferente do que acontece com Weber, há diversas passagens que remetem ao centro das discussões em torno da “filosofia da vida”, como fez notar João K. Eugênio. Duas delas são importantes para o nosso argumento a respeito da historicidade no ensaio: a oposição espírito/vida e o ritmo da temporalidade no curso da vida, por oposição, respectivamente, ao abstracionismo dos sistemas importados de ideias e à imposição de projetos fechados de nacionalidade.

<sup>336</sup> EUGÊNIO, J. K. *Ritmo espontâneo: o organicismo em Raízes do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda*. Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2010, p. 111-157.

<sup>337</sup> BANDEIRA, M. Sérgio Buarque de Holanda acaba de regressar da Alemanha... [1930] In: HOLANDA, S.B., 1988, p. 293.

<sup>338</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Tentativas de mitologia*. São Paulo: Perspectivas, 1979, pp. 29-30.

No capítulo I de *Raízes do Brasil*, “Fronteiras da Europa” aparece a máxima “somos ainda uns desterrados em nossa terra”.<sup>339</sup> Esta famosa expressão buarquiana que abre o ensaio atravessou o tempo carregando uma mensagem importante até nossa contemporaneidade. Parece razoavelmente equivalente a sentir-se temporalmente deslocado entre seus contemporâneos. À medida que critica os tradicionalistas, como vínhamos dizendo anteriormente, o autor afirma que “os mandamentos e as ordenações que elaboraram esses eruditos são, em verdade, criações engenhosas do *espírito*, destacadas do *mundo* e contrárias a ele”. Tais criações engenhosas do espírito são os projetos abstratos ligados ao anseio por uma sociedade ideal, alheios ao mundo, ao ritmo da *vida*.

Em seguida, ele argumenta que buscar inspiração no passado, à procura de um modelo para a sociedade, como também vínhamos dizendo, nem sempre é um recurso legítimo; afinal, o tempo da “história mestra da vida” havia se esgotado, segundo a percepção da temporalidade moderna: “E será legítimo, em todo caso, esse recurso ao passado em busca de um estímulo para melhor organização da sociedade? Não significa, ao contrário, apenas um índice de nossa incapacidade de criar espontaneamente?”.<sup>340</sup> Há, portanto, uma polarização entre ordenar o tempo segundo esquemas artificiais – aqui, percebe-se uma continuidade do argumento de 1926, no ensaio “O lado oposto e outros lados”, quando se volta contra os “construcionistas” do modernismo – e criar espontaneamente, a partir da *experiência*. Em seguida, ao tratar da sociedade medieval, no fito de apontar que, entre os tradicionalistas deliberados, o projeto de “retorno ao catolicismo” seria inviável porque fora de seu tempo, Sérgio argumenta que “por um paradoxo singular, o princípio formador da sociedade era, em sua expressão mais nítida, uma força inimiga do mundo e da vida”. O trabalho dos teólogos medievais, na visão de Sérgio seria o esforço por “disfarçar, quanto possível, esse *antagonismo entre o Espírito e a vida*” (entre abstrações teológicas e mundo).<sup>341</sup> Contudo, na Idade Média, ainda que se procurasse disfarçar o incômodo, a escolástica tinha a sua razão de ser: “era *viva* porque era *atual*”.<sup>342</sup> Fora de suas condições específicas, de sua historicidade singular, seria estéril (“paixão de professores”), como todos os projetos “tradicionalistas por deliberação”.

---

<sup>339</sup> *Idem*, *ibidem*.

<sup>340</sup> HOLANDA, S. B., 1936, p. 7.

<sup>341</sup> *Idem*, p. 9.

<sup>342</sup> *Idem*, p. 7.

Daí que o olhar de Sérgio Buarque é crítico da tradição encontrada no passado ou, pelo menos, de “certa tradição”. Se o olhar para o passado em si nem sempre é legítimo, o presente então seria o mapa de referências mais importante, porque nele se encontram vestígios da presença do passado na categoria do “atual”. Ele rejeita o simples retorno como abstracionismo. Seria em vão, como adverte o parágrafo final do primeiro capítulo, “importar dos sistemas de outros povos modernos” ideias, sistemas, teorias capazes de “superar os efeitos de nosso natural inquieto e desordenado”. O esforço seria vão porque a experiência ensina que deva haver uma espécie de ajuste entre sistemas importados de outras culturas ou, ainda, de outros tempos: “a experiência e a tradição ensinam que toda cultura só absorve, assimila e elabora verdadeiramente os traços de outras culturas, quando estes encontram uma *possibilidade de ajuste aos seus quadros de vida* [grifo nosso]”.<sup>343</sup>

Ainda no parágrafo final de “Fronteiras da Europa”, Sérgio Buarque define o nosso vínculo com a tradição lusitana herdada pelo passado colonial como uma “tradição longa e viva”. Se ele desqualificava a tradição “morta” da escolástica medieval como “paixão de professores”, sem vínculo com a realidade brasileira contemporânea sua, quer dizer que a tradição ibérica legada pelo colonialismo era vista como positiva, porque viva, e, então, deveria ser continuada? Vejamos mais de perto este trecho:

No caso brasileiro, a verdade, por menos sedutora que possa parecer a alguns de nossos patriotas, é que ainda nos associa à Península Ibérica, e a Portugal especialmente, uma tradição longa e viva, bastante viva para nutrir até hoje uma alma comum, a despeito de tudo quanto nos separa. Podemos dizer que de lá veio a *forma* atual de nossa cultura; o resto foi matéria plástica, que se sujeitou mal ou bem a essa forma.

Se o autor recusa anteriormente o retorno às raízes, esta rejeição aponta contra o abstracionismo desencarnado dos quadros de vida. É nesse sentido que ele recusa a saída ao passado, corroborando-o apenas mediante a percepção da presença do passado, em seus aspectos positivos ou negativos – atualizados na circunstancialidade presente. Então se estabelece uma “ponte”, no presente, para o processo de ultrapassagem das referências do passado no futuro.<sup>344</sup> A tradição, neste caso, passa pelo filtro da atualidade, entendida como a

---

<sup>343</sup> *Idem*, p. 15.

<sup>344</sup> Jörn Rüsen, refletindo sobre a temporalidade histórica, a partir das bases das quais é herdeiro (referimo-nos ao “futuro passado” de Koselleck), afirma que a formação histórica não se satisfaz em reproduzir sentidos já disponíveis. Isso custaria o descarte, o que seria limitador, da experiência atual do tempo, de onde nascem as



compreensão do passado mediada pelas circunstâncias presentes, que aparecem sob a forma de “quadros de vida”, como espécie de ajuste da tradição a outras épocas ou ambientes. Essas noções, de vida e atualização das raízes orientam o olhar do autor quando se movimenta em direção ao passado e rechaçam a possibilidade de se observar em Sérgio Buarque a busca pelas raízes da brasilidade como um mero retorno às raízes, o que seria mais problemático e colocaria o autor como indiscutivelmente vinculado ao conservadorismo.

A especificidade do caráter brasileiro, que reside no “homem cordial”, é uma persistência de uma forma cultural legada da tradição ibérica – o personalismo – mediada pela atualização em referência dos quadros de vida brasileira. Por exemplo, no Brasil o “homem cordial”, superfetação do personalismo de matriz lusitana, representa a *vivacidade* de aspectos da cultura portuguesa atualizados em diversas expressões da cultura brasileira. O homem cordial a todo custo quer estabelecer intimidade com seus semelhantes. Seus desdobramentos aparecem, por exemplo, “no domínio da linguística”, na utilização da terminação diminutiva “inho”, que chegava mesmo a ser ridicularizada pelos portugueses; ou na “religiosidade de superfície” brasileira, antirritual e incapaz de estabelecer uma moral poderosa: “nosso catolicismo tão característico, que permite tratar os santos com intimidade quase desrespeitosa [...] que só falta tornarem-se carne e descerem dos altares, nos dias de festa, para se divertirem com o povo”.<sup>345</sup> No homem cordial se condensam distintas temporalidades: a presença no presente de formas legadas do passado ibérico – a visão de mundo personalista, a forma de vida ruralista – e o entrever das possibilidades de superação dessa tradição nos quadros de vida nacional em transformação – a ultrapassagem das raízes pela via da modernização em curso e constituição de uma esfera pública impessoal (tema dos capítulos finais do livro). Aí se instala o impasse entre tradição e modernidade, que requer uma ultrapassagem do personalismo no sentido de se esboçar uma esfera pública moderna e democrática no Brasil e promover o processo de depuração e ultrapassagem do peso do passado.

---

problematizações das circunstâncias e ordens dadas da vida. A constituição de sentido não refere-se somente à memória histórica. Do presente, “dão-se saltos *utópicos* para o futuro, que superam sempre o conteúdo factual do passado”. Esses saltos são fatores de orientação da existência – “é nessa *ultrapassagem* que reside seu sentido próprio: esses saltos vivificam a esperança e a nostalgia como impulsos importantes da autocompreensão humana e do agir humano transformador do mundo”. Por utopia o autor entende não o gênero literário do início do período moderno, mas a “negação das circunstâncias da realidade dada da vida”, que articula carências “na expectativa de circunstâncias de vida nas quais desaparecessem as restrições à satisfação dessas carências”. Para nós, em nosso trabalho, essa noção de “ultrapassagem” é importante para a argumentação acerca da superação das raízes ibéricas da tradição brasileira em Sérgio Buarque de Holanda, como veremos adiante. Significa, portanto, de acordo com Rüsen, um “ato de transcendência de tudo que é dado”, ato em que habita a “possibilidade do outro”. Cf. RÜSEN, J. *História Viva*. Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília Editora UnB, 2010, p. 135-6.

<sup>345</sup> *Idem*, p. 105.

Desse modo, mesmo que o nó da questão se dramatize no capítulo V, dedicado ao homem cordial, quando se apresentada uma virada do passado ao futuro na linha argumentativa da obra, do início ao fim do ensaio as noções de “vida” e “atualidade” estão operantes nos voos temporais realizados pelo autor, de modo que a persistência das tradições herdadas seja reinterpretada segundo os referenciais da sua contemporaneidade, como a busca comum da historiografia do período pelo caráter especificamente brasileiro. Somente assim, rejeitando os “esquemas sábios” dos “doutrinadores do tempo” e atentando para o “ritmo espontâneo” e próprio da experiência histórica brasileira, diz Sérgio Buarque na conclusão do ensaio, “nos encontraremos um dia com a nossa realidade”.<sup>346</sup> O tempo presente, tempo vivido e experimentado interiormente pelo autor, como diria Dilthey, é o quadro de referência principal da historicidade, onde se dá o curso da mudança histórica, e onde estão os empecilhos e ao mesmo tempo a virtualidade da e superação das raízes; funciona como um *médium* entre a experiência passada e a expectativa futura.

*“Vivemos uma experiência sem símile”*

Três são os aspectos principais do passado histórico nacional vinculados à tradição ibérica. O primeiro, o personalismo; o segundo, a herança rural; por fim, o patriarcalismo, como consequência das anteriores. O personalismo é o tema fundamental de “Fronteiras da Europa”, primeiro capítulo. A herança rural e o patriarcalismo são trabalhados nos capítulos “Passado Agrário” (sobre a herança especificamente portuguesa) e “Passado Agrário (continuação)” (sobre as diferenças entre a colonização por Portugal e Espanha). Já em “Trabalho & Aventura”, segundo capítulo, o autor explora uma comparação entre as empresas coloniais holandesa e portuguesa. Seguindo o plano sequencial proposto por Sérgio Buarque, antes de pensar a especificidade brasileira, cumpre percorrer suas raízes:

Antes de investigar até que ponto podemos alimentar em nosso ambiente um tipo próprio de cultura, cumpriria averiguar até onde representamos nele as formas de vida, as instituições e a visão de mundo de que somos herdeiros e de que nos orgulhamos.<sup>347</sup>

Esses três tópicos parecem formar o guia de leitura do passado pelo autor. Até chegar à situação da vida presente, ele informa que percorrerá a análise das formas de vida,

---

<sup>346</sup> *Idem*, p. 161.

<sup>347</sup> *Idem*, p. 3.

instituições e visão de mundo que representam objetivamente o passado nacional, de modo a compreender a “experiência sem símile” da brasilidade. Para Sérgio Buarque é muito significativo que tenhamos “em primeiro lugar” a circunstância de haver recebido “a herança através de uma nação ibérica”. Espanha e Portugal foram sociedades formadas à margem de suas congêneres europeias, às quais se juntaram apenas em decorrência da época dos descobrimentos. Esse ingresso tardio ao coro europeu confere à região um aspecto de zona de transição. “Fronteiras da Europa” trata da especificidade cultural ibérica em relação às suas zonas fronteiriças, entre a África e Europa, dos Pirineus a Gibraltar. Essa especificidade, o personalismo, “que ela está longe de partilhar com seus vizinhos de continente”, seria o pilar de nossa identidade em formação. Trata-se da particular concepção de natureza humana que espanhóis e portugueses compartilhavam antes e durante o processo de colonização da América. Dominava a visão de mundo ibérica a “cultura da personalidade” – por oposição às concepções distintas na Europa de além-pirineus –, uma valorização da pessoa, de sua autonomia em relação aos demais. Para Sérgio, este seria o “traço mais decisivo da evolução da gente hispânica”, característico de sua “originalidade nacional”, em que “cada qual é filho de si mesmo, de seu esforço próprio, de suas virtudes”. Essa forma de vida surgiu na Ibéria ligada a condições particulares da vida social. Nascida da ética de fidalgos, ao invés de se opor, a burguesia ascendente a incorporou e reproduziu. Assim, a burguesia em Portugal, dada a relativa facilidade de ascensão social, optou por seguir a tradição ao invés de se guiar pela razão dos negócios. Em síntese, no mundo ibérico, a cultura da personalidade se associava a “certa frouxidão da estrutura social” e “falta de hierarquia organizada”.

É consequência da cultura da personalidade uma fragilidade das formas de associação baseadas em solidariedades livremente firmadas (“em terra onde todos são barões não é possível acordo coletivo durável”), contra a qual concorre também uma fraca moral do trabalho – os laços de solidariedade são mais frequentemente sentimentais, entre parentes ou amigos, em círculos restritos e particularistas; o personalismo, ao diferir do universo de privilégios herdados característicos do feudalismo, difere também do moderno individualismo, que pressupõe a igualdade entre os homens, enquanto o personalismo é um individualismo aristocrático aberto ao talento pessoal; uma consequência funesta do personalismo seria o autoritarismo de que também somos herdeiros: na fraqueza das organizações sociais, o princípio sempre foi sempre mantido pelos governos: “predominou, incessantemente, o tipo de organização política artificialmente mantida por uma força

exterior, que encontrou uma das formas características nas ditaduras militares”.<sup>348</sup> Tão importante quanto essa imersão pelas formas de vida e visão de mundo ibéricas é, já ressaltamos, o parágrafo final do primeiro capítulo, quando Sérgio Buarque adverte que tal tradição é pelos brasileiros partilhada com Portugal, a despeito do que acreditam os patriotas radicais que queriam ver no Brasil uma nação absolutamente original: “de lá veio a *forma* atual de nossa cultura; o resto foi matéria plástica que se sujeitou mal ou bem a essa forma”.<sup>349</sup> Remontar às raízes da cultura brasileira seria, então, retomar a tradição ibérica formadora da nação em momento que ela se via ameaçada pela “americanização” do mundo (contra a americanização, Sérgio Buarque já havia se voltado desde a mocidade, como vimos no capítulo I). Recuperar essa tradição espontânea era salutar no momento em que se propunham expedientes políticos autoritários: o que, para alguns, era sinônimo de anarquia, o autor via como uma desordem espontânea que deveria, de forma romântica, ser preservada. À tradição artificiosa, desligada da realidade, que pretende “corrigir” a cultura e ordenar o presente, ele contrapõe uma tradição viva, atual e espontânea.

O capítulo II, “Trabalho & Aventura” dá prosseguimento ao desenvolvimento da análise da originalidade brasileira, considerando o tipo de colonização empreendido pelos portugueses: “A exploração dos trópicos não se fez, é verdade, por um empreendimento metódico e racionalizado, não emanou de uma vontade construtiva: faz-se antes com desleixo e certo abandono”.<sup>350</sup> Perceber este aspecto da colonização portuguesa não constitui desprezo por ela, também não justifica a “opinião extravagante” dos que, convictos de que ela nos levaria a melhores caminhos, optariam pela colonização holandesa. Antes, porém, de encarar este tema das “determinantes psicológicas do movimento de expansão colonial portuguesa”, o autor apresenta os “tipos ideais” de cunho weberiano para distinguir a racionalidade de duas *éticas* distintas, a do aventureiro e a do trabalhador. As categorias weberianas já tinham se insinuado no primeiro capítulo, quando Sérgio Buarque fala da “fraca moral do trabalho” relativa à cultura da personalidade entre a gente ibérica. Naquela oportunidade o registro segue da seguinte maneira:

É compreensível que jamais se tenha naturalizado entre a gente hispânica a moderna religião do trabalho e o culto à atividade utilitária. Uma digna ociosidade sempre pareceu mais excelente, e até mais nobilitante, a um bom português, ou a um

---

<sup>348</sup> *Idem*, p. 12.

<sup>349</sup> *Idem*, p. 16.

<sup>350</sup> *Idem*, p. 20.

espanhol, de que a luta insana pelo pão de cada dia. O que entre elas [as nações antigas] predomina é a concepção antiga de que o ócio importa mais que o negócio.<sup>351</sup>

O autor percebe dois princípios “que se combatem de morte” e regulam de modo diverso as atividades dos homens: “Esses dois princípios se encarnam no *tipo* do aventureiro e do trabalhador”. O *aventureiro* ignora fronteiras e vive de espaços ilimitados, a ele importa, apenas, o resultado final, ignora o esforço da ação paulatina: “seu ideal seria colher o fruto sem plantar a árvore”. O *trabalhador*, ao contrário, tem um campo de visão mais restrito e, nele, a parte importa mais que o todo, ele vê sobretudo a dificuldade a superar, em “esforço lento, persistente e pouco compensador”. Sérgio Buarque adverte que, entre ambos, não há tanto oposição quanto incompreensão, em claro acento weberiano: “ambos participam em maior ou menor grau de múltiplas combinações e, á claro que, em estado puro, nem o aventureiro nem o trabalhador possuem existência real, fora do mundo das ideias”.<sup>352</sup>

Na obra de conquista e colonização ibérica, dada a ânsia de prosperidade sem custo, distinção social e riqueza fácil, típicas do espírito de aventura, o papel da ética do trabalho exerceu no trópico “um papel limitado, quase nulo”. A aventura, essa sim, teria sido o “elemento orquestrador por excelência” da colonização portuguesa. Esse espírito de aventura que estimulou a colonização foi o que condicionou os portugueses a se adaptarem às circunstâncias que o meio lhes impôs. Aprenderam a comer o “pão da terra” onde lhes faltava o de trigo, e a deitar em redes, como os índios, de quem também adotaram métodos de limpar e cultivar a terra; usaram instrumentos de caça e pesca e embarcações de casca de árvore ou

---

<sup>351</sup> *Idem*, p. 13.

<sup>352</sup> *Idem*, p. 22. Sobre Weber disse Sérgio Buarque em 1979: “Foi só depois de conhecer as obras de críticos ligados ao ‘círculo’ de Stefan George, especialmente de um deles, Ernst Kantorowicz, [...] que, através de Sombart, pude afinal ‘descobrir’ Max Weber, de quem ainda guardo as obras então adquiridas”. Sobre o impacto das obras de Weber, Sérgio esclarece: “Os livros de Weber e as lições de Meinecke, em Berlim, indicando-me novos caminhos, deixarão sua marca na minha *Teoria da América*”. *Teoria da América* era um “calhamaço de 400 páginas” que voltara da Alemanha com Sérgio e que o autor depois acabou perdendo! Uma parte dele foi publicada na revista *Espelho*, em 1935, sob o título “Corpo e alma do Brasil”. Quando saiu *Raízes do Brasil*, em 1936, trazia “quase dois capítulos tomados a esse artigo (todo o restante foi redigido de novo sem nada que lembrasse a antiga “Teoria”)” (HOLANDA, S. B., *Tentativas de mitologia*, 1979, p. 29-30). *Raízes do Brasil* carrega um olhar crítico sobre o legado colonial português sob o prisma weberiano. O ensaio inaugura uma linha forte de apropriação de Weber, chamado a explicar o atraso da sociedade brasileira. Na já citada entrevista a Richard Graham (1982) Sérgio Buarque disse: “Em Berlim eu frequentei, de maneira assistemática, as aulas de Friedrich Meinecke. Elas apresentavam novos caminhos”; e acrescenta: “Li Ernst Kantorowicz, a história de Frederico II, depois Sombart, e através dele cheguei a Weber. Ainda tenho, aqui em minhas prateleiras, livros de Weber que comprei naquela época [...] Eu devo ter sido o primeiro brasileiro a citar Weber numa publicação”. Não é desnecessário reforçar que o diálogo de Sérgio com Weber não é exclusivo, pois *Raízes do Brasil* é um ensaio que traz outras referências, não tão salientes, mas de igual importância. Por exemplo, os tipos aventureiro e trabalhador estão associados à noção de, na linguagem da filosofia da vida, “visão de mundo” (HOLANDA, S. B., 2009, p. 197).

tronco escavado; importaram da Ásia oriental o estilo das casas com varandas voltadas para fora, que substituíram as tradicionais da Península Ibérica com os pátios internos, de origem moura; até mesmo as plantações de cana e a utilização de escravos negros foram ampliação da escala do que já faziam nas ilhas do Atlântico. Assim, o espírito de aventura em sua ação adaptadora fizera dos primeiros colonos “instrumentos passivos”, visto que “aclimatavam-se facilmente, aceitando o que lhes sugeria o ambiente”. Nisso diferiam simetricamente portugueses e espanhóis. Estes “não se identificaram a tal ponto com a terra e a gente da terra”. Sobre a colonização portuguesa:

Entre nós, o domínio europeu foi em geral brando e mole, menos obediente às regras e dispositivos, mais conforme à lei da natureza. A vida foi aqui incomparavelmente mais suave, mais acolhedora das dissonâncias sociais, morais, raciais e até religiosas. Os nossos colonizadores foram antes de tudo homens que sabiam repetir bem o que estava feito ou o que lhes ensinara a rotina. Bem assentes no solo não tinham exigências mentais muito grandes e o Céu parecia-lhes uma realidade excessivamente espiritual, remota, póstuma, para interferir nos seus negócios de todos os dias.<sup>353</sup>

Um corolário da plasticidade social dos portugueses era a “ausência completa, ou praticamente completa, de qualquer orgulho de raça”. Sobre este tema de fundamental importância para as discussões de época, há uma intertextualidade evidente com outros textos que já foram observados mais de perto neste trabalho. O tema da mestiçagem assinala uma continuidade importante entre portugueses e brasileiros: “O Brasil não foi cenário de nenhuma novidade. A mestiçagem teve início e em larga escala na própria metrópole”. Essa continuidade permite entender o domínio “brando e mole” dos senhores sobre os escravos:

[foi] exíguo o sentimento de distância entre os dominadores e a massa trabalhadora constituída de homens de cor. [...] Com frequência as suas relações com os donos oscilavam da situação de dependente para a de protegido e até a de solidário e afim, compartilhando com eles dos trabalhos da roça, da habitação e da mesa. Sua influência penetrava sub-repticiamente no recesso doméstico agindo como dissolvente de qualquer ideia de separação de castas ou raças, de qualquer disciplina fundada em tal separação.<sup>354</sup>

Enquanto sublinha, mesmo que com alguma diferença, as anotações de Freyre (sobre a mestiçagem no Brasil), bem como de Paulo Prado (sobre o cunho aventureiro da colonização

---

<sup>353</sup> *Idem*, p. 27.

<sup>354</sup> *Idem*, p. 29.

portuguesa), critica frontalmente a Oliveira Vianna, que, além de endossar teses francamente racialistas, dizia que a grande lavoura e o mundo rural significavam a originalidade do Brasil. Para Sérgio Buarque, ela veio “pronta e acabada do reino”.<sup>355</sup> A singularidade brasileira não seria fruto do meio; Sérgio Buarque investiu nos argumentos do espírito aventureiro e plasticidade portuguesa, já sublinhados por Prado e Freyre, respectivamente. A esses aspectos ele acrescenta, com acento weberiano, que nosso organismo social – distante das organizações interessadas – era “invertebrado e amorfo”. Em nossa sociedade de base rural e escravista, a experiência das corporações de ofício fora desfavorecida pela preponderância do trabalho escravo e autossuficiência personalista dos senhores rurais (além da própria escassez de trabalhadores manuais livres). Ele avalia de forma razoavelmente positiva a espontaneidade da tradição portuguesa, pelo menos por seu modo de ser desordenado, aventureiro, porque maleável, adaptável às condições do meio e parece reprovar o seu caráter autoritário, consequência da frouxidão social. Assim, lança uma das principais teses, que será desenvolvida mais adiante na reflexão em torno do “homem cordial”, sobre o passado arcaico que permanece:

O peculiar da vida brasileira por essa época parece ter sido uma acentuação singularmente enérgica do afetivo, do passional, do irracional, e uma estagnação ou antes um afrouxamento correspondente das qualidades ordenadoras, [...] racionalizadoras. Quer dizer, exatamente o contrário do que pareceria convir a uma população em vias de se organizar politicamente, de acordo com conceitos modernos.<sup>356</sup>

Em seguida, ao comparar a empresa portuguesa à experiência holandesa no Nordeste, sugere que foi exatamente a falta de “plasticidade social” o motivo da efemeridade e do fracasso dos flamengos no trópico. Adaptados ao ambiente citadino, colocaram aí suas esperanças, acirrando a diferença em relação ao ambiente predominantemente rural brasileiro, para o qual “as cidades continuavam pobres e dependentes dos domínios rurais”. Para superar a falta de capacidade de colonização em ambiente diverso ao seu natural, tentaram trazer da metrópole um contingente maior de colonos lavradores, o que foi em vão, pois “não os seduzia uma aventura que tinham razão em considerar arriscada e duvidosa”.

---

<sup>355</sup> *Idem*, p. 26.

<sup>356</sup> *Idem*, p. 32-3.

O insucesso da experiência holandesa no Brasil é, em verdade, mais uma justificativa para a opinião hoje generalizada entre antropólogos eminentes, de que europeus do Norte são incompatíveis com as regiões tropicais. O indivíduo isolado – observa e, provavelmente, com razão, uma das maiores autoridades no assunto – pode adaptar-se a tais regiões, mas a raça, essa decididamente não. [...] Além dessa vantagem inestimável, tinham os portugueses a ausência já aludida de qualquer orgulho de raça, e, em consequência disso, a mestiçagem, que foi, sem dúvida, um notável elemento de fixação ao solo tropical, não representou, entre eles, um fenômeno esporádico, mas antes um processo normal. Graças a esse processo, em grande parte, puderam, sem esforço sobre-humano, construir uma nova pátria longe da sua.<sup>357</sup>

Com isso, ao mesmo tempo em que demonstra agudo senso de historicidade das culturas ibérica e puritana, cada qual com seu modo de ser específico, Sérgio Buarque naturaliza tanto a colonização portuguesa quanto o fracasso holandês. Ele abre o capítulo falando em uma “missão histórica” de Portugal, mais bem equipado para a empresa colonizadora do trópico – “foram não somente os portadores efetivos, como os portadores naturais dessa missão” – levando em consideração as análises que faz das formas de vida lusas e sua característica notadamente plástica. Por fim, encerra o capítulo afirmando que a força holandesa, no trópico, foi sua fraqueza, e que o empreendimento sucumbiu “ante a inaptidão que mostraram para fundar a prosperidade da terra nas bases que lhe seriam naturais”.<sup>358</sup> Ele praticamente nega outro passado possível no qual a colonização flamenga obtivesse sucesso. Mais adiante, concede que a habitação nas cidades, “manifestação do espírito e da vontade”, é essencialmente anti-natural. Ora, o espírito da colonização portuguesa foi o de aventura: despreocupado de construção. Lembremos, por agora, que nos anos de juventude a sua atividade de crítica voltou-se contra os construtivistas do modernismo que buscaram impor à experiência concreta um modelo: “o erro deles está nisso de quererem escamotear nossa liberdade que é por enquanto pelo menos, o que temos de mais considerável”.<sup>359</sup>

No capítulo III do livro (“O passado agrário”), por exemplo, Sérgio Buarque deixa clara essa preocupação ao afirmar que o tema em si do capítulo – “o predomínio esmagador do ruralismo” como fenômeno de primeira ordem do esforço colonizador português – não tem tanto interesse senão “pelo que esclarece sobre as origens de uma situação cuja influência se

---

<sup>357</sup> *Idem*, p. 38-9.

<sup>358</sup> *Idem*, p. 36.

<sup>359</sup> HOLANDA, S. B. O lado oposto e outros lados [1926]. In: *op. cit.*, p. 226.



fez sentir vigorosamente no *desenvolvimento ulterior* da sociedade brasileira” [grifo nosso].<sup>360</sup> A sondagem das raízes históricas da sociedade brasileira ganha sentido, portanto, quando confrontada com a experiência temporal presente. Em última análise, poder-se-ia dizer que à luz dos dilemas e vivências do seu tempo, em acelerada e profunda situação de mudança, é que a interpretação do processo histórico brasileiro ganha sentido, em processo ativo de reconstrução.

A sociedade colonial fora estruturada fora das cidades. Esse fato, diz Sérgio Buarque, é fundamental para quem quiser “compreender um estado de coisas que em seus aspectos essenciais prevaleceu até o final da monarquia”.<sup>361</sup> Mas é ao presente em transformação que o autor concede um lugar de destaque pela ruptura que opera na ordem temporal. Sérgio Buarque elege uma “data fixa” para determinar a ruptura de um padrão que se deve situar no passado: “1888 é o marco divisório entre duas épocas – o instante talvez mais decisivo em toda a nossa evolução de povo”.<sup>362</sup> A partir desta data começa a operar o que ele chama de “sentido modernizador”,<sup>363</sup> quando “a vida brasileira desloca-se nitidamente de um polo a outro, com a transição para a “urbanocracia”, que só de então em diante se impõe completamente”. Este é o tema de “O Passado Agrário” (capítulos III e IV).

A “compreensão do estado de coisas” do passado agrário brasileiro seria fundamental para a compreensão do tempo presente. No capítulo seguinte, o de número V, “O homem cordial”, Sérgio Buarque retoma a argumentação do capítulo anterior para demonstrar que as sequelas do passado agrário, em contraste com o desenvolvimento da urbanização, acarretariam um “tremendo desequilíbrio social, cujos *efeitos permanecem vivos até hoje* [grifo nosso]”.<sup>364</sup> Em última análise, o pivô do desequilíbrio seria o personalismo, de matriz lusa, que dificulta a compreensão da “distinção fundamental entre os domínios do “privado” e do “oficial”” e, conseqüentemente, impossibilita a “ordenação impessoal que caracteriza o Estado burocrático”.<sup>365</sup>

---

<sup>360</sup> HOLANDA, S. B., 1936, p. 56.

<sup>361</sup> *Idem*, p. 43.

<sup>362</sup> *Idem*, *ibidem*.

<sup>363</sup> *Idem*, p. 44.

<sup>364</sup> *Idem*, p. 100.

<sup>365</sup> *Idem*, p. 100.

Eis, então, que Sérgio Buarque opera uma distinção importante entre a colonização portuguesa e a espanhola, realçando suas singularidades. Após as comparações entre a ética católica e a puritana, Sérgio Buarque empreende a comparação das distinções dentro do iberismo. Várias são as características que permitem contrastá-las, mas o aspecto básico é a primazia conferida à vida rural na América portuguesa face à ênfase na construção de cidades que a América espanhola obrou. O discernimento básico entre essas duas “formas de vida” e “visão do mundo” é, uma vez mais, a historicidade, o que fica claro na seguinte passagem, muito interessante, sobre as cidades da América hispânica: “no plano das cidades hispano-americanas, o que se exprime é a ideia de que o homem pode intervir arbitrariamente e com sucesso no curso das coisas e de que *a história não somente acontece, mas também pode ser dirigida e até fabricada*”.<sup>366</sup>

Se as cidades, manifestações do espírito e da vontade, são opostas à natureza, então, a cidadela portuguesa fugiria à regra, pois, erigidas “sem nenhum método, nenhum rigor, sempre esse abandono característico, que se exprime bem na palavra desleixo” elas chegariam sequer a “contradizer o quadro da natureza”. Esse desleixo não era característica de espanhóis.

Comparada à colonização espanhola, a obra dos portugueses distingue-se pela predominância de seu caráter de exploração comercial [...]. Os espanhóis, ao revés, querem fazer do país conquistado, um prolongamento orgânico do seu. Se não é tão verdadeiro dizer-se que a Espanha prosseguiu até o fim semelhante rota, o indiscutível é que ao menos o impulso inicial foi nesse sentido. O afã de fazer das terras novas mais do que simples feitorias comerciais levou os castelhanos, algumas vezes, a começar pela cúpula a construção do edifício colonial. Para citar só um exemplo, nada de semelhante encontramos no Brasil ao que realizaram eles, em suas terras, nos domínios da instrução superior. A Universidade de São Marcos, em Lima, é fundada em 1551, apenas vinte anos após a chegada de Pizarro ao Peru. No mesmo decênio fundam-se as universidades do México e de São Domingos. EM fins do século XVII já possui o Peru dois estabelecimentos de ensino superior, graças à instituição de uma nova universidade, a de Cuzco.<sup>367</sup>

O traçado regular de suas cidades indicava o esforço de corrigir os caprichos da natureza, o “triunfo da aspiração de ordenar e dominar o mundo conquistado”. Os espanhóis, que organizaram legislação minuciosa, edificaram as primeiras cidades “abstratas” do continente. A dedução desse aspecto é que os portugueses, “mesmo em seus melhores momentos”, em lugar de propriamente colonizar o Brasil, apresentaram um caráter de

---

<sup>366</sup> *Idem*, p. 65.

<sup>367</sup> *Idem*, p. 66-7.

“feitorização”; a sociedade que nascia da colonização portuguesa, marcada pela exploração predatória de quem queria enriquecer sem grandes esforços era, por isso mesmo, “um organismo amorfo e invertebrado”. À Igreja católica, por exemplo, “faleciam forças para organizar a sociedade anárquica da colônia”. Os jesuítas, “únicos portadores de uma organização que se orientava segundo um espírito positivamente construtor”, não passaram de uma “rara e milagrosa exceção” na América portuguesa. O papel da instituição religiosa de modo geral foi pequeno, relevada a “situação particular” em que se encontrava a autoridade religiosa no Brasil ante o poder temporal, o qual a reduzia a uma simples função sua, “um departamento da administração leiga”. Tão somente conseguiu promover “uma religiosidade de superfície”:

Nosso culto sem obrigações e sem rigor, intimista e familiar [...] dispensava no fiel todo esforço, toda diligência, toda tirania sobre si mesmo, [foi] o que corrompeu pela base o nosso sentimento religioso. A uma religiosidade de superfície, menos atenta ao sentido íntimo das cerimônias, do que ao colorido e à pompa exterior, quase carnal, em seu apego ao concreto e em sua rancorosa incompreensão de toda verdadeira espiritualidade; transigente [...] e pronta a acordos, ninguém pediria, certamente, que se elevasse a produzir qualquer moral social poderosa.<sup>368</sup>

Outro aspecto igualmente importante da peculiaridade da “forma de vida” portuguesa confere-se a partir da associação entre o “espírito de aventura” e os “domínios rurais”, de administração autônoma, sob a batuta do regime doméstico patriarcal. A autoridade do senhor de engenho, segundo o autor, “não suportava réplica ou partilha”. Inclusive os padres capelães, nos domínios rurais, submetiam-se aos seus ordenamentos. Ali “tudo se fazia consoante a sua [do proprietário rural] vontade caprichosa e despótica”. O engenho, sob seu comando, “era um organismo completo e que repousava sobre si mesmo”.<sup>369</sup> A família patriarcal, sob o ordenamento pessoal do senhor rural, é resultante dessa associação entre “visão de mundo personalista” e “forma de vida ruralista”. A família patriarcal seria uma instituição privilegiada:

Em nosso domínio rural do tempo da colônia é o tipo de família organizada dentro das normas do velho direito romano-canônico, mantido na península ibérica através das gerações, que prevalece como centro e base de toda essa vasta estrutura. Os escravos das plantações e das casas, e não apenas os escravos, como os agregados, dilatam o círculo familiar e com ele a autoridade imensa do pater-famílias [...]

---

<sup>368</sup> *Idem*, p. 107-8.

<sup>369</sup> *Idem*, p. 85.

Sempre imerso em si mesmo, impermeável a toda influência exterior, não tolerando nenhuma pressão de fora, o núcleo familiar mantém-se imune de qualquer abalo ou restrição. [...] Nesse ambiente não existem peias para a sua tirania.<sup>370</sup>

Essa referência à família patriarcal vem a completar o exame da presença do passado colonial nos tempos da nacionalidade brasileira em formação. Essas noções, em conjunto, permitem a percepção da reminiscência da tradição no presente em processo de transformação. São elas, em síntese: a forma de vida ruralista, a visão de mundo personalista e a família patriarcal. Elas constituem os traços – “indicações mais ou menos vagas que jamais conduziriam a uma estrita objetividade” – de presentificação da tradição. Desse modo se cumpre a proposta de ordenação argumentativa na primeira página do ensaio. Lembremos: antes de “investigar até que ponto poderemos alimentar em nosso ambiente um tipo próprio de cultura” seria aconselhável verificar como “até onde representamos *nele* [em nosso ambiente ou em nosso tempo]” esses aspectos atualizados.<sup>371</sup> Desse ponto em diante, identificadas as raízes da brasilidade, o ensaio envereda, a partir da percepção da tensão entre os elementos arcaicos e a insinuação de modernização, para a crítica do presente e processo de ultrapassagem dessas raízes. A leitura de “nosso tipo próprio de cultura” passa invariavelmente pela maior “contribuição brasileira” à civilização – o homem cordial, onde se misturam passado e presente e se imbrica a potencialidade futura. Depreendemos que Sérgio Buarque não simplesmente rejeita e desqualifica as raízes da nacionalidade. Em primeiro lugar, procura compreendê-las. Lembremos que trata-se de um “estudo compreensivo” do passado. Nesse sentido, a sua anotação ao final do capítulo “O passado agrário” é bastante reveladora do seu centro de interesses. O que o faz voltar os olhos para o passado, além de conhecer a experiência histórica, como vinha reclamando desde os anos do modernismo, é que esse conhecimento só faz sentido quando lançado sobre a circunstancialidade presente. Desse modo, a tradição rejeitada é toda e qualquer tradição descolada da realidade brasileira, que não é possível de se ajustar à sua dimensão histórica – ibérica, desordenada, espontânea. Daí a necessidade de compreensão do passado. A crítica da tradição ibérica, em si, recai principalmente sobre o seu acento autoritário, representado pelas “formas de governo” onde falham as associações por interesse, conforme veremos arriba. Também essa crítica só faz sentido onde foi atualizada a tradição ibérica, nos quadros do presente, quando se lançaram

---

<sup>370</sup> *Idem*, p. 87-8.

<sup>371</sup> *Idem*, p. 3.

projetos radicais, autoritários e centralizadores. Em suma, a leitura do passado só é pertinente “pelo que esclarece sobre as origens de uma situação cuja influência se fez sentir vigorosamente no desenvolvimento ulterior da sociedade brasileira”.<sup>372</sup>

*O “homem cordial” e os impasses temporais*

O poder do quadro familiar, em função da frouxidão das estruturas sociais, seria tão intenso e exigente que acompanha aos indivíduos mesmo fora do recinto doméstico: “A entidade provada precede neles sempre à entidade pública”. A afirmação que segue a essa constatação sobre a família patriarcal é das mais importantes em nossa leitura da obra:

A nostalgia desse quadro compacto, único e intransferível, onde prevalecem sempre e necessariamente as preferências fundadas em laços afetivos, *deixou vestígios patentes em nossa sociedade, em nossa vida política, em todas as nossas atividades*. Representando – como já notamos – o único setor onde o princípio de autoridade é indisputado, a família colonial fornecia a ideia mais normal do poder, da respeitabilidade, da obediência e da submissão [grifo nosso].<sup>373</sup>

Essa relação de submissão e apadrinhamento, características da sociedade patriarcal, refletem-se, então, no mecanismo social e na vida política. Na ótica do autor, “não existe, entre o círculo familiar e o Estado, uma gradação, mas antes uma descontinuidade e até uma oposição”. Ao contrário do que se pressupôs, o Estado não constituiria uma ampliação do círculo familiar. Tais formas pertenceriam a ordens essencialmente distintas: “Só pela superação da ordem familiar é que nasce o Estado e é que o simples indivíduo se faz cidadão, contribuinte, eleitor, elegível, recrutável e responsável ante as leis da Cidade [...]. A ordem familiar em sua força pura é abolida por uma transcendência”. O drama da oposição entre família e Estado “ninguém exprimiu com mais intensidade [...] que Sófocles”, na tragédia *Antígona*. O conflito entre Antígona e Creonte transcende as épocas históricas e “preserva sua veemência ainda em nossos dias”. Creonte encara a “noção abstrata, impessoal da Cidade”, em luta contra Antígona, que representa a “realidade concreta e tangível que é a família”. Creonte coloca-se acima de sua vontade pessoal, em nome da vontade geral “dos cidadãos da

---

<sup>372</sup> *Idem*, p. 56.

<sup>373</sup> *Idem*, p. 89.

pátria”, e em luta contra a vontade íntima de Antígona, que sepulta o irmão Polinice em descumprimento das ordenações do Estado. Esse processo de transcendência se processa, invariavelmente, por meio de “crises sociais”, entre as quais, como exemplo ele cita as novas relações sociais impostas pelo “moderno sistema industrial” capitalista. O exemplo o permite penetrar em outra “camada” temporal, do “velho” para o “novo”. A crise que se formou a partir da transição para o trabalho industrial pode dar ideia das *dificuldades* que se interpõem entre “a abolição da velha ordem familiar por outra”. Nesse conluio temporal entre ordens distintas ele encontra dificuldades de leitura da situação e também nas relações sociais. Trata-se de um impasse entre o velho e o novo ou entre a tradição herdada e a modernidade insinuante que caracteriza o “atraso” nacional:

Ainda hoje persistem, aqui e ali, mesmo nas grandes cidades, algumas dessas famílias “*retardatárias*”, concentradas em si mesmas e obedientes ao *velho ideal* que mandava educarem-se os filhos apenas para o círculo doméstico. Mas essas mesmas tendem a desaparecer ante as exigências imperativas das *novas condições de vida* [grifos nossos].<sup>374</sup>

Mesmo que Sérgio Buarque não endosse por completo o projeto modernizador, levando em consideração, por exemplo, seus ideais românticos e críticos do americanismo que de certa forma permanecem no tempo de composição de *Raízes do Brasil*, ele observa esse lento movimento das novas condições de vida, que desde 1888 está em curso no país, como “exigência imperativa”. Até mesmo na pedagogia moderna ele percebe uma reorientação no sentido de destacar os indivíduos da comunidade doméstica e “libertá-lo das virtudes familiares”. Essa libertação ele qualifica como condição primária e *obrigatória* de qualquer “adaptação à vida prática”. Isso nos permite elucubrar, uma vez mais, sobre o valor conferido ao processo de mudanças de seu tempo, que o obrigam a repensar, a partir de carências práticas de orientação, a historicidade da nação diante de novas condições de vida ou “novos tempos”. Seu olhar retorna para as condições de vida prática no Brasil. Aqui, onde imperou desde os tempos mais iniciais da colonização o tipo primitivo da família patriarcal, o desenvolvimento da urbanização ia acarretar “um tremendo desequilíbrio social, cujos efeitos *permanecem vivos ainda hoje*”.<sup>375</sup> Esses efeitos se encontram, por exemplo, no “funcionário patrimonial”:

---

<sup>374</sup> *Idem*, p. 96.

<sup>375</sup> *Idem*, p. 99.

Em terra onde não existia praticamente trabalho manual livre, em que uma classe média quase nula não tinha como impor sua influência, os indivíduos que iam servir nas funções criadas com a nova ordem de coisas tinham de ser recrutados, por força, entre elementos da mesma massa dos antigos senhores rurais. Toda a estrutura administrativa, a pouco e pouco elaborada durante o Império, e depois já no regime republicano, comportava elementos estreitamente vinculados ao velho sistema doméstico, ainda em pleno viço, não só nas cidades como nas fazendas. Não era fácil aos detentores das posições públicas de responsabilidade, formados por tal ambiente, compreenderem a distinção fundamental entre os domínios do “privado” e do “oficial”.<sup>376</sup>

O que caracteriza o funcionário patrimonial no Brasil é justamente o que o separa do puro burocrata moderno, “conforme a definição de Max Weber”. Diferente do “verdadeiro Estado burocrático”, em que predomina a especialização das funções e o esforço para assegurar garantias jurídicas aos cidadãos, o “funcionário patrimonial” confunde a própria gestão política “como assunto de seu interesse particular”. Não poderíamos ceder à tentação de suspeitar que essa abordagem do autor permaneça válida ainda hoje. As funções, empregos e benefícios “relacionam-se a direitos pessoais do funcionário” e não, como conviria, a interesses objetivos. Assim, a própria escolha dos homens para exercer funções públicas se faz de acordo com a “confiança pessoal” e não com suas “capacidades próprias”. Em suma, consequente do personalismo e predomínio das vontades particulares, “falta a tudo a ordenação impessoal que caracteriza a vida no Estado burocrático”.<sup>377</sup>

Definidos esses aspectos da persistência da visão de mundo personalista e forma de vida ruralista na instituição estatal, cabe agora ao autor determinar qual “a contribuição brasileira para a civilização”, a partir da exposição de seu caráter nacional central, a “cordialidade”. O “homem cordial” – expressão “feliz” do escritor Ribeiro Couto – é síntese bem definida do caráter nacional, na ótica de Sérgio Buarque. É interessante notar a polêmica em torno da expressão suscitada pela primeira edição de *Raízes do Brasil*, uma vez que nos parece claro o discernimento que tem dela o próprio autor e a explicação que oferece aos leitores: “Seria engano supor que, no caso brasileiro, essas virtudes possam significar “boas maneiras”, civilidade. São antes de tudo expressões legítimas de um fundo emocional extremamente rico e transbordante”. Parece clara a explicação do autor, preocupado já de início em deslegitimar qualquer tipo de leitura diferente da sua intenção (“seria engano

---

<sup>376</sup> *Idem*, p. 99-100.

<sup>377</sup> *Idem*, p. 100.

supor...”).<sup>378</sup> O povo brasileiro, apenas, está distante de uma noção ritualista e vida social. Ele representa “justamente o contrário da polidez” (requerida pela civilidade). A polidez, por sua vez, tem um quê de coercitiva, e representa também o contrário da espontaneidade cordial: “é a forma natural e viva que se converteu em fórmula”. O “homem cordial” caracteriza-se, inicialmente, pela “lanheza no trato”, “generosidade” e “hospitalidade”, que “tão bem impressionaram os estrangeiros que por cá andaram”. Não apenas a essas impressões, contudo, liga-se o homem cordial. O que o caracteriza sobremaneira são exatamente aquelas expressões de um “fundo emotivo”. No *ethos* cordial, repele-se toda ordem impessoal interposta ao convívio íntimo ou toda sobreposição da razão às emoções. Ele é avesso à ritualística da vida social, considera a polidez uma forma de resguardo das emoções diante da dureza das imposições sociais. Ligado ainda à rede acolhedora da família, fora dela ele não sente necessidade de afirmação individual. A sociedade brasileira, como amplo prolongamento do domínio doméstico, sempre lhe fornecerá os meios de se manter sob a tutela familiar, relacionando-se preferencialmente com gente de sua estima e confiança. Fora da sombra familiar, ele reproduz, assim que se vê obrigado a se desgarrar para o mundo exterior, da Cidade, a realidade domiciliar, em que as vontades particularistas têm predominância. O “temperamento brasileiro” se vê em sérias dificuldades sempre que necessária “uma prolongada reverência ante um superior”. Essas reverências somente são toleradas de bom grado “enquanto não suprimam de todo a possibilidade de um convívio mais familiar”.<sup>379</sup>

A cordialidade se reproduz em diversas instituições da vida brasileira. Ele se gruda aos aspectos mais concretos dos relacionamentos; na linguística, a terminação “inho” pressupõe

---

<sup>378</sup> Chamado a explicar o “homem cordial” inúmeras vezes, Sérgio Buarque preferiu considerá-lo certa vez “um pobre defunto”. Na já referida entrevista à revista *Veja*, de 1976, Sérgio Buarque dizia que o livro estava “superado e plenamente datado”. Quarenta anos depois o autor seria convidado a esclarecer o que o entrevistador chama de “ideologia do homem cordial”. Em resposta, ele afirma que “poucos entenderam o verdadeiro sentido da expressão homem cordial. Quando falo cordial, não é no sentido de “saudações cordiais”, como Cassiano Ricardo o fez”. Apesar de dizer que a “cordialidade continua valendo” para nossa história, uma vez que as grandes perturbações do país, como a Independência, ocorreram sem grande derramamento de sangue, Sérgio Buarque responde também que não se aventuraria novamente a uma empreitada daquele tipo [de *Raízes do Brasil*]. O motivo? “Simplesmente porque os tempos são outros”. Não apenas no terreno político, mas também, certamente, no campo profissional do historiador, as coisas haviam mudado muito dos anos 1930 até lá, do ensaísmo à profissionalização e especialização do ofício. A mais renhida polêmica em torno do homem cordial teria ocorrido com o poeta Cassiano Ricardo nos anos 1940, a ponto de, a partir da segunda edição do livro, de 1948, o autor se dar o trabalho de inserir uma nota explicativa a fim de esclarecer alguns pontos que haviam sido criticados pelo autor de *Martim Cererê*. Ele esclarece que com a expressão queria apenas salientar o primado dos “sentimentos privados ou íntimos” na história social brasileira. HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. 26ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 205.

<sup>379</sup> HOLANDA, S. B., 1936, p. 103.



vontade de estabelecer intimidade; inclusive em relação à religiosidade, em que a “intimidade” com os santos lhe é de igual importância, como sublinhamos. As cerimônias religiosas se revestem de caráter abertamente mundano, até que os santos se humanizem, tornando-se mais próximos do povo: “Os que assistiram às festas do Senhor Bom Jesus de Pirapora, em São Paulo, sabem da lenda do Cristo que desce do altar para sambar com o povo”. A liturgia, assim, é “mais social que religiosa”. No Brasil, “é precisamente o rigorismo do rito que se afrouxa e se humaniza”.<sup>380</sup>

Uma vez estabelecida a singularidade do “caráter nacional”, assim como suas implicações sociais, cumpre perceber de que maneira o homem cordial sintetiza a presença da tradição ibérica modernizada de acordo com as “novas exigências” do presente. Essas condições, dado o impasse de temporalidades interpenetradas, começam a se transformar em obstáculo da modernização, na medida em que, por exemplo, a ideia de família de tipo patriarcal constitui entrave para a “formação e evolução da sociedade segundo os conceitos modernos [impessoais]”.<sup>381</sup> Essas relações de cordialidade, refletidas na mecânica social, dificultam a formação de um aparelho burocrático e, por conseguinte, a “adaptação ao princípio de Estado democrático”. Ao submeter a influência do caráter brasileiro à permanência de padrões de convívio arcaicos, Sérgio Buarque chamava atenção dos leitores para o peso das raízes ibéricas, que, sem maiores dificuldades, estamos entendendo como a presença ou vivacidade do passado na história brasileira. O horizonte da nacionalidade, mesmo com a expectativa da industrialização, urbanização e modernização, apresentava forte coloração dos tempos anteriores. O homem cordial, síntese do caráter brasileiro, diferentemente do que apontaram alguns estudiosos de perspectiva mais reducionista,<sup>382</sup> não constitui um tipo psicológico, mas antes um tipo ético, derivado de uma análise weberiana; constituiria, então, na opinião de Brasil Pinheiro Machado, uma daquelas “individualidades históricas” de acento weberiano e sua sociologia compreensiva; a individualidade histórica

---

<sup>380</sup> *Idem*, p. 105.

<sup>381</sup> *Idem*, p. 98.

<sup>382</sup> Cf. Dante Moreira Leite, Sérgio Buarque pretendeu estabelecer um traço definido do caráter nacional, de acordo com constantes psicológicas fixadas em um quadro conceitual, o homem cordial. A cordialidade seria privilégio de classes abastadas na opinião de D. M. Leite. A ênfase de Sérgio Buarque no paternalismo, por sua vez, encobria uma realidade de relações de dominação e preconceito racial, que teria escapado, talvez propositadamente, do olhar do autor de *Raízes do Brasil*. LEITE, D. M. Cordialidade e aventura. Sérgio Buarque de Holanda e o homem cordial. In: *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*. São Paulo: Pioneira, 1983, p. 317-25.

está construída em *Raízes do Brasil*, para o historiador paranaense, “com dados da realidade experiencial que formam um todo significativo”.<sup>383</sup>

Dessa forma, o “tipo ideal” encarnado pelo homem cordial não representa um modo de ser fixo ou predeterminado. Ele está inserido bem ao meio de uma dinâmica temporal, de valores e projetos em conflito, por meio da qual pretende-se que os indivíduos (leitores) possam, politicamente, orientar suas ações, pelo conhecimento da historicidade da experiência histórica. Essa historicidade tem um caráter maleável, fluido – nas palavras de Sérgio Buarque, “espontânea” ou, ainda, simplesmente “humana”. O homem cordial, então, enquanto categoria de individualidade histórica era uma categoria também de cognição da realidade passada e, concomitantemente, presente; ele sintetiza as persistências do passado, atualizado, e permite olhar adiante a partir das perspectivas atualizadas da contemporaneidade do autor.<sup>384</sup> Abastecido deste manancial teórico, o autor pôde identificar os obstáculos à sobreposição de uma esfera pública e impessoal à camada arcaica. Sérgio Buarque de Holanda poderia, a partir daí, apontar os dilemas e desafios que se observavam no horizonte, em que parecia esmorecer lentamente o significado da cordialidade.

### 3.4 A expectativa democrática: uma historicidade aberta ao futuro

A reflexão envereda na direção dos “Novos Tempos”, título do sexto capítulo da obra. A tônica do capítulo é a crítica à intelectualidade brasileira e sua incapacidade de adequação a esses novos tempos – aqui o tema ainda é a relação entre a herança rural e a renovação da sociedade em tempos de urbanização acelerada. Ainda no novo contexto as raízes personalistas e a ordem patriarcal continuaram produzindo efeitos sociais de alta relevância, particularmente sobre as ocupações urbanas e a atividade intelectual. Os movimentos intelectuais estavam distantes, assim, de qualquer atividade transformadora da realidade social, ou seja, representavam, isso sim, manifestações de conservadorismo. “O homem cordial”, quinto capítulo da obra, termina com um convite à reflexão sobre o “rastaquerismo”, vício de específico dos sul-americanos. Trata-se de uma indiscriminada assimilação de gestos

---

<sup>383</sup> MACHADO, B.P. *Raízes do Brasil*: uma releitura. In: EUGÊNIO, J. K.; MONTEIRO, P. M. (Orgs.) op. cit., p. 169.

<sup>384</sup> Para uma análise detida das categorias weberianas em *Raízes do Brasil*, ver MONTEIRO, P. M. *A queda do aventureiro: aventura cordialidade e novos tempos em Raízes do Brasil*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1999.

e ideias, geralmente desnecessárias. Por isso mesmo que não são necessárias, “têm caráter puramente mecânico”. Não são necessárias porque em geral não advêm da experiência especificamente brasileira, mas da importação e imitação de ideias estrangeiras. Por esse motivo, essas ideias importadas, como o positivismo, “permitem repouso do espírito”. Os brasileiros seriam, naquele tempo, notavelmente “avessos às atividades morosas e monótonas”, desde a criação estética até as profissões liberais, pois – ainda o personalismo – a “personalidade individual dificilmente suporta ser comandada por um sistema exigente e disciplinador”.<sup>385</sup> Então, Sérgio Buarque desfere crítica impiedosa, dirigida a “quase todos os nossos homens de grande talento”:

É frequente entre os brasileiros que se presumem intelectuais a facilidade com que se alimentam, ao mesmo tempo, de doutrinas dos mais variados matizes e com que sustentam, simultaneamente, as convicções mais díspares. Basta que tais doutrinas e convicções se possam impor à imaginação por uma roupagem vistosa – palavras bonitas ou argumentos sedutores. A contradição que porventura possa existir entre elas parece-lhes tão pouco chocante, que alguns se alarmariam e se revoltariam, sinceramente, quando não achássemos legítima a sua capacidade de aceitá-las com o mesmo entusiasmo.<sup>386</sup>

Também as atividades profissionais são observadas sob o mesmo prisma do personalismo. Busca-se, nelas, nada além da própria satisfação; o trabalho tem finalidade em nós mesmos e não na obra realizada: “As atividades profissionais são, aqui, meros acidentes na vida dos indivíduos, ao oposto do que sucede entre outros povos [protestantes], onde as próprias palavras que designam semelhantes atividades adquirem acento quase religioso”.<sup>387</sup> No Brasil, o profissional liberal raramente se contenta em ser um homem de sua profissão. Ele deseja, antes, ascensão social e distinção de sua personalidade, pulando de cargo em cargos, nem sempre compatível com sua formação, em busca de altos e mais rentáveis postos de trabalho. A ocupação de diversos cargos simultaneamente, mas sem exercer de fato nenhum deles, não seria coisa rara de se ver. Sérgio Buarque entende essa situação como resultante do “vício do bacharelismo”, em que ostenta-se também uma “tendência para exaltar acima de tudo a personalidade individual como um valor próprio e superior a todas as

---

<sup>385</sup> *Idem*, p. 113.

<sup>386</sup> *Idem*, p. 114.

<sup>387</sup> *Idem*, *ibidem*.

contingências”.<sup>388</sup> O bacharelismo, contudo, não seria exclusividade brasileira, pois Sérgio Buarque observa que os Estados Unidos, por exemplo, durante os primeiros tempos que sucederam à guerra de Independência, deram notória importância aos “graduates”. Assim como no Brasil, portanto, os norte-americanos também formam um “país de advogados”, em que apenas cidadãos formados em Direito ascendem às posições mais altas e aos cargos públicos, como atestam os fatos de que poucas foram as exceções entre os presidentes dos Estados Unidos e que mais da metade do Congresso Federal é feito de advogados de formação. “Exatamente como entre nós”, ressalva Sérgio Buarque. A diferença, notável, é que, se em todos os países americanos as condições socioeconômicas contribuíram largamente para o prestígio das profissões liberais, no caso brasileiro convém não esquecer que “o mesmo prestígio já as cercava tradicionalmente na mãe pátria”. A explicação para tanto se encontra no personalismo reminiscente:

A dignidade e a importância que confere o título de doutor permitem ao indivíduo atravessar a existência com discreta compostura e, em alguns casos, libertam-no da necessidade de uma caça incessante aos bens materiais, que subjuga e humilha a personalidade. Se nos *dias atuais* o nosso ambiente social *já não permite que essa situação privilegiada se mantenha* e se o prestígio do bacharel é hoje *sobretudo uma reminiscência de certas condições de vida* que já não se reproduzem plenamente [...], o certo é que a maioria, entre nós, ainda pensa nesse particular pouco diversamente dos nossos avós. O que importa salientar aqui é que a origem da sedução exercida pelas carreiras liberais vincula-se estreitamente ao nosso apego quase exclusivo aos valores da personalidade. [...] Não é outro, aliás, o motivo da ânsia pelos meios de vida definitivos, que dão segurança e estabilidade, exigindo, ao mesmo tempo, um mínimo de esforço pessoal [...] [ênfases nossas].<sup>389</sup>

Em seguida, em um dos trechos da maior importância para a compreensão da historicidade no ensaio, já direcionando o encaminhamento de suas considerações (in)conclusivas, Sérgio Buarque explica os motivos para a recorrente no Brasil “importação de ideias”. O principal deles é, sem dúvida, o amor pelas “formas fixas e leis gerais”, pois elas circunscrevem a realidade ao âmbito dos desejos e constituem, assim, “repouso para o espírito”. Este traço é tão expressivo que o autor o sublinha como um dos “aspectos mais constantes e significativos do caráter brasileiro”.

---

<sup>388</sup> *Idem*, p. 117.

<sup>389</sup> *Idem*, *ibidem*.

O prestígio da palavra escrita, da frase lapidar, do pensamento inflexível, o horror ao vago, ao hesitante, ao fluido, que obrigam à colaboração e ao esforço, assim a certa abdicação da personalidade têm determinado assiduamente nossa formação espiritual. Tudo quanto dispense um trabalho mental contínuo e fatigante, as ideias claras, lúcidas, definitivas, que favorecem uma espécie de atonia da inteligência, parecem-nos constituir a verdadeira essência da sabedoria.<sup>390</sup>

A partir dessas indicações é possível, para o autor, a compreensão do sucesso do positivismo no Brasil e em outros povos americanos, como o chileno e o mexicano: ele deve-se justamente a esse “repouso que permitem ao espírito as definições irresistíveis e imperativas do sistema de Comte”. A importância desse sistema, para seus adeptos, está exatamente em sua capacidade, portanto, de “resistir à *fluidéz e à mobilidade da vida* [ênfase nossa]”. Para os positivistas, que punham uma “certeza edificante no triunfo de suas ideias”, o mundo acabaria por aceitá-las “só porque a sua perfeição não poderia ser posta em dúvida e se impunha obrigatoriamente a todos os homens de boa vontade e de bom senso”. Nada poderia, para eles, deter a *fatalidade* da imposição do ideário positivista legado pelo sistema de Comte. Sobre este aspecto, estabelece-se um vinco entre o pensamento histórico buarquiano e uma crítica severa aos positivistas do Brasil, como Benjamin Constant. Essa crítica relativa à reconstrução do passado distingue-se em duas direções: o estabelecimento de sentido *a priori* para a história; uma desconsideração pela experiência concreta da realidade brasileira. A sensibilidade histórica de Sérgio Buarque ia na direção oposta à certeza de um futuro fatalmente triunfante; daí a crítica à história positivista, que dava tratamento ao passado a partir dos critérios fixados pela doutrina positiva (pior, pela má leitura, reducionista, da doutrina). No Brasil, os positivistas

não eram positivos em nenhum dos sentidos que a essa palavra atribui Auguste Comte em seu “Discurso sobre o Espírito Positivo”. [...] viveram narcotizados por uma crença obstinada na verdade de seus princípios e na certeza de que o futuro os julgaria e aos seus contemporâneos, segundo a conduta que adotassem individual ou coletivamente, com relação a tais princípios.<sup>391</sup>

Seria decorrente dessa obstinação pelos princípios que a “nossa história, nossa tradição eram recriadas de acordo com esses princípios inflexíveis”. É importante perceber como o autor associa praticamente sem discriminação os termos “história” e “tradição”. “Nossa

---

<sup>390</sup> *Idem*, p. 118.

<sup>391</sup> *Idem*, p. 120.

história”, *vírgula*, “nossa tradição”, o que sugere identificação e até certo apego à história, à tradição. Ou, “nossa história” é “nossa tradição”. Isso, porém, não faz de Sérgio Buarque um tradicionalista por deliberação. Lembremos, por ora, que argumentávamos que para ele o passado pelo passado – o tradicionalismo criticado já na abertura do livro – não faz sentido, senão a “história viva”. Ele fala, evidentemente, de *certa tradição*, aquela que permanece viva entre os brasileiros: a herança personalista. O personalismo é o responsável da preferência pelo “repouso do espírito” em noções abstratas e imutáveis, tanto quanto pelo prestígio social da aparência de erudição e, exatamente por isso, proporciona inflação da personalidade. Também não significa um “retorno à tradição”. “Erram profundamente” aqueles que acreditam num “simples retorno” à tradição como solução para a problemática que se fazia mister para a atualidade, recordemos. Sérgio Buarque fala (ainda) de modernização da tradição em “novos tempos”, o que parece denotar o sentido do capítulo. Reconstruir o passado não poderia significar resistência à fluidez do tempo. O princípio diretor para o reordenamento da temporalidade seria exatamente a radicação do pensamento histórico na experiência, na história vivida. Isso quer dizer que a tradição não devesse ser, como na proposta dos “tradicionalistas por deliberação”, *conservada*, mas sim *transformada* diante das novas condições existenciais. Dessa forma, estabelece um vinco entre a atualização da tradição e a possibilidade de ultrapassagem, pela via da mudança.

Este é um ponto de vista histórico profundamente afim às ideias de Dilthey quando este adverte que o conhecimento da relatividade de toda forma de vida histórica – ou “o desenvolvimento da consciência histórica” – foi capaz de um trabalho de questionamento dos grandes sistemas. O ponto de vista histórico, a vida vivida pelos homens; para Dilthey no início do século XX, “compreendê-la é a vontade do homem atual”.<sup>392</sup> Todos os aspectos da cultura, do costume à tradição, são fundados nas “experiências vitais”, de modo que, para o hermenauta, nosso saber da vida “não se pode examinar através de fórmulas fixas”, e sim, considerando-se o permanente relacionamento da mesmidade do eu com o outro ou o mundo externo, pelo encadeamento da experiência vital e da consciência empírica desta.<sup>393</sup> Sérgio Buarque, atento às transformações temporais e ao desenvolvimento do pensamento histórico desde o historicismo e desde a decisiva contribuição da hermenêutica do século XIX, participa desse senso do passado radicado na experiência, no tempo vivido. Como tal, o segundo momento dessa crítica do positivismo entre nós aponta para a desconsideração da

<sup>392</sup> DILTHEY, W. *op. cit.*, 1997, p. 38.

<sup>393</sup> *Idem*, p. 41-2.

historicidade por parte deste grupo que “chegou a formar a aristocracia do pensamento brasileiro, nossa *intelligentsia*”.<sup>394</sup> Desse modo, a sua “confiança no poder milagroso das ideias”, que *fatalmente* triunfariam somente porque razoáveis, na verdade encobre um “secreto horror à nossa realidade nacional”.

Não seria privilégio dos positivistas, contudo, esse desprezo pela realidade concreta da experiência histórica brasileira. Eles foram apenas “os exemplares mais característicos” de diversas formas de “evasão da realidade” que prosperou no país “logo que ele começou a ter *consciência de si* [grifo nosso]”.<sup>395</sup> O que caracteriza exatamente essa forma de evasão da realidade? A indiferença em relação à historicidade própria da nação se confunde com uma indiferença da *intelligentsia* em relação à sociedade: “Todo o pensamento dessa época [Brasil, século XIX] revela a mesma fragilidade, a mesma inconsistência íntima, a mesma indiferença, no fundo, ao corpo social”. Trata-se precisamente, portanto, de uma importação de ideias e sistemas que não encontram *raízes* no passado histórico, que não são compatíveis com a tradição do *ethos* nacional. No tempo de nossa “difícil adolescência política e social” acostumou-se ao convívio fácil (acrítico) e dignificante (ostentatório) das ideias: “Trouxemos de terras estranhas um sistema completo e acabado de preceitos, sem saber até que ponto se ajustam à vida brasileira”.<sup>396</sup> É o caso flagrante da “ideologia impessoal e antinatural” do liberalismo democrático e suas “fórmulas abstratas”. Sobre a importação do liberalismo, avalia o autor:

Uma aristocracia rural e semifeudal importou-a e tratou de acomodar-se como lhe fosse possível às suas leis. Que tinham sido justamente a bandeira de combate da burguesia europeia contra os aristocratas, e isso só porque as leis pareciam as mais acertadas para a época e eram exaltadas nos livros e nos discursos.<sup>397</sup>

Daí decorre aquela expressão que se tornou tão famosa quanto polêmica: “A democracia no Brasil sempre foi um lamentável mal-entendido”. Por essa declaração o autor também foi chamado a explicar-se algumas vezes. Fiquemos com o exemplo, novamente, da entrevista à revista *Veja* em 1976. O historiador praticamente repete o argumento de 1936. A

---

<sup>394</sup> HOLANDA, S. B., 1936, p. 120.

<sup>395</sup> *Idem*, p. 122.

<sup>396</sup> *Idem*, *ibidem*.

<sup>397</sup> *Idem*, *ibidem*.

democracia no Brasil é um mal-entendido, ele responde à entrevista, porque “foi sempre”, no Brasil, “uma camada miúda e muito exígua que decidiu, o povo está sempre fora disso. [...] E é exatamente no conchavo que pode aparecer a figura do homem cordial”.<sup>398</sup> No livro de 1936, a resposta é muito semelhante, mais elaborada e sintonizada com a noção de vida e espontaneidade da história, e nos parece clara:

É curioso notar-se que os movimentos reformadores no Brasil partiram sempre de cima para baixo: foram assim de inspiração intelectual, tanto ou mais que sentimental. A nossa independência, as conquistas liberais que fizemos durante o decurso de nossa evolução política, vieram quase sempre de surpresa; a grande massa do povo recebeu-as sempre com displicência, quando não com hostilidade. Elas não emanavam de uma predisposição espiritual e emotiva particular, de uma *concepção de vida* bem definida e específica, que tivesse chegado à plena maturidade [grifo nosso].<sup>399</sup>

Sérgio Buarque exemplifica a situação citando a “célebre carta” de Aristides Lobo sobre a proclamação da República. Ela representaria um documento do “imprevisto” da realização da ideia republicana, “a despeito de toda a popularidade entre os moços das Academias”. O “povo assistiu àquilo tudo bestializado” porque a obra da fermentação liberalista fora realizada por minorias exaltadas, de repercussão diminuta entre o povo. Os liberais esqueciam, e isso parece ser o cerne da crítica buarquiana, que “as formas de vida não são expressões voluntárias, não se fazem e desfazem impunemente”. Assim, os homens de letras, na visão do autor, não souberam conformar-se com um novo estado de coisas e a imposição de novas exigências, o que levou a um distanciamento entre o “elemento consciente” e a “massa brasileira”, de modo que a transição para “a existência rigorosa e abstrata das cidades” estimulou-lhes uma “crise subterrânea”. Os românticos brasileiros, “copiando Byron” puseram-se a detestar o “cárcere da vida”. Sérgio Buarque afirma que romantismo não nos trouxe nada de novo. Adverte que não nos devem iludir suas aparências – um “indianismo de convenção” – pois que não representou nada além de uma “superfetação na vida brasileira”. Em suma, não produziu uma reação a ela, o que seria “são e fecundo”, mas tão somente um “derivativo cômodo para o horror à realidade, à nossa realidade”. Enquanto a vida brasileira “morria de asfixia” tudo se engendrava na criação de uma realidade

<sup>398</sup> HOLANDA, S. B. A democracia é difícil. In: *Sérgio Buarque de Holanda: Entrevistas*. Organização de Renato Martins. Rio de Janeiro: Beco do Azogue, 2009, p. 86

<sup>399</sup> HOLANDA, S. B., 1936, p. 123.



“artificiosa e livresca”.<sup>400</sup> Sérgio Buarque exemplifica o “amor bizantino pelos livros” a partir de uma figura ímpar, que durante algum tempo foi considerado o “protótipo de nossa intelectualidade oficial”, ninguém menos que D. Pedro II. O imperador teria levado ao extremo o gosto pelos livros, a ponto de em sua época se dizer dele, injustamente, que deu mais atenção a eles que aos negócios de Estado. Ele seria comparável “àqueles positivistas de que antes se tratou”, grandes amigos da leitura, onde se aprendia a “transformar a nossa realidade a seu gosto”. Tencionando apimentar a crítica, Sérgio Buarque cita longo trecho de artigo da Revista do IHGB de 1925, autoria de Max Fleiuss (“Contribuição para a biografia de D. Pedro II”):

“O imperador dizia gostar dos livros com satisfação dos cinco sentidos, isto é:  
*visual*, pela impressão exterior ou aspecto do livro;  
*táctil*, ao manusear-lhe a maciez ou aspereza das páginas;  
*auditivo*, pelo brando crepitar ao folheá-lo;  
*olfativo*, pelo cheiro pronunciado de seu papel impresso ou fino couro da encadernação;  
*gustativo*, isto é o sabor intelectual do livro, ou mesmo físico, ao umedecer-lhe ligeiramente as pontas das folhas para virá-las”.<sup>401</sup>

Também a República liberal não é esquecida da crítica. Sérgio Buarque chega a afirmar que em alguns pontos ela foi além do tempo do Império em termos de “desencanto de nossa realidade”. O novo regime julgou “introduzir um sistema mais acorde com as supostas aspirações da nacionalidade: o país ia finalmente viver por si, sem precisar exhibir, só na América, formas políticas caprichosas e antiquadas”. Mas essa introdução tinha para o autor um incitamento negativo. Nesse ponto se exprime de forma vigorosa o veio modernista de Sérgio Buarque. Se o ensaio representa um “acerto de contas” dos conflitos intramodernistas e uma defesa (des)apaixonada da “nossa desordem” frente aos “doutrinadores do tempo”, aqui isso se apresenta de forma aguda. Ainda mais que o Império a República incitou a ideia de que o país não poderia crescer de suas forças naturais, mas devia “formar-se de fora pra dentro, deve merecer a aprovação dos *outros*”.<sup>402</sup> Ou seja, o Brasil devia seguir novo rumo, com a República, “porque “se envergonhava” de si mesmo, de sua realidade biológica”. Ora,

---

<sup>400</sup> *Idem*, p. 126.

<sup>401</sup> *Idem*, p. 127.

<sup>402</sup> *Idem*, p. 131.

essa perspectiva acerca da “originalidade nacional” – uma das tópicas do modernismo, a redescoberta do Brasil – era premente desde o primeiro artigo do autor, de 1920. Os críticos do Império não perceberam que o mal que criticavam “cresceu com o tempo” e por isso não seria exagero dizer que negativamente “nossa República foi além do Império”. Nesse, por sua vez, o Poder Moderador bem cedo descambou para uma “monarquia tutelar” graças à “inexperiência do povo”.<sup>403</sup> Claro também fica o valor, uma vez ainda, conferido à noção de experiência. Não à experiência, mas ao “prestígio moderno das superstições liberais” é que se deve, diz o autor em seu tempo já de crise do liberalismo, o paradigma para se julgar “o nosso atraso ou o nosso progresso”. Essa análise dos “sistemas de ideias importados” e “milagrosamente destacados de nossas tradições” do século XIX brasileiro continuava atual, portanto, nos tempos republicanos, pois apenas com outras palavras “nossos teóricos e sábios falam, ainda hoje, a mesma linguagem de há cinquenta ou cem anos”.<sup>404</sup>

“Nossa Revolução”, o capítulo VII e derradeiro, apresenta, por fim, as “perspectivas” com que o autor encerra o ensaio. Nenhuma fórmula pronta, solução mirabolante ou endosso a projetos que rivalizavam pela hegemonia na época, ou ainda ideias “destacadas milagrosamente” de nossa realidade. Tão somente aponta a relação de mediação entre o passado rural e personalista e as virtualidades da modernização, que se fazia visível pela industrialização e urbanização acelerada. As expectativas do autor relativas aos desdobramentos de 1930 são ancoradas na experiência histórica brasileira apreendida em um processo de mudança temporal; a “Nossa Revolução” não é uma ruptura, mas um lento processo de mudança histórica, no sentido de uma desordem das raízes, de sobreposição de uma “nova” camada temporal sobre a “tradicional”. Nossa história não poderia mesmo ser “recriada por princípios inflexíveis”. A historicidade fluida, compatível à “nossa realidade complexa”, estava imersa na percepção da mudança histórica, portanto, e no limite, acudia à necessidade – se se quisesse acompanhar os tempos – de ultrapassagem da tradição herdada.

Está claro para nós que o sentido desse lento cataclismo designado por “Nossa Revolução” é o “aniquilamento das raízes ibéricas de nossa cultura”, segundo as palavras do próprio Holanda. Em outros momentos ele aponta igualmente para isso: por exemplo, “um grande passo foi dado no sentido do desaparecimento dessas formas tradicionais” com a substituição da lavoura açucareira pela do café na segunda metade do novecentos, produto

---

<sup>403</sup> *Idem*, *ibidem*.

<sup>404</sup> *Idem*, p. 128.

mais “democrático” em comparação com a cana e o algodão.<sup>405</sup> Mas, desde que Sérgio Buarque não desqualifica em absoluto o passado, e sim propõe uma atualização desta segundo circunstancialidades do atual – este *medium* entre experiência e expectativa –, que estão tensionados naquele momento, cabe-nos verificar até que ponto ela deva servir ao quadro em mutação e onde ela deva ser ultrapassada. Cumpre-nos também examinar em que consiste e como se dá o processo de superação e ultrapassagem da tradição em direção aos novos tempos, que se abrem a outras “perspectivas” (o autor assim denomina, no sumário, a última seção, separada por asteriscos do corpo do capítulo final, indicando uma quebra abrupta na reflexão sobre o passado). É interessante notar como essa abertura para múltiplas expectativas é também recorrente na obra de Holanda, desde muito jovem. Em outro momento de crise, de disputas no interior do movimento modernista, ele já apelara para essa forma ampla de interpretar a realidade. É o caso do artigo “Perspectivas”, de 1925, que tem um vínculo evidente com as passagens finais de *Raízes do Brasil*. Este artigo deixa em suspensão qualquer proposta definitiva ao recorrer à multiplicidade de pontos de vista encetada por cada novo momento. O que fica claro, pelo menos, é o vigor crítico frontalmente contrário ao autoritarismo, bem como à nociva separação entre Estado e sociedade. São elementos políticos que compõem no autor um olhar histórico ou um voo temporal desbloqueado, aberto ao futuro.

A “grande revolução brasileira” não se tratou de um fato reconhecível facilmente no tempo. Foi antes “um processo demorado e que durou pelo menos três quartos de século”, desde o início do novecentos.

Os seus pontos culminantes – a transmissão da família real portuguesa, a independência política, a abolição e a República – associam-se como os acidentes diversos de um mesmo sistema orográfico. Se em capítulo anterior se tentou fixar a data de 1888 como o momento talvez mais decisivo de todo o nosso desenvolvimento nacional, é que a partir dessa data tinha cessado de funcionar os freios tradicionais contra o advento de um novo estado de coisas, que só então se fez inevitável. Apenas nesse sentido é que a Abolição representa, em realidade, o marco visível entre duas épocas.<sup>406</sup>

Com efeito, a partir dessa data o autor localiza as condições necessárias para o estabelecimento de um novo “estado de coisas”. Estava “preparado o terreno para o novo

---

<sup>405</sup> *Idem*, p. 137-8.

<sup>406</sup> *Idem*, p. 136.

sistema, com sua sede não já nos domínios rurais, mas nos centros urbanos”. A revolução, adverte Sérgio, ainda está longe de ter atingido o seu desenlace final, mas parecia-lhe indiscutível que a fase mais aguda, entre a Abolição e a República e a urbanização do início do novo século, já havia sido ultrapassada. Ao seu tempo presente ainda se apresentavam à observação, contudo, as últimas ressonâncias dessa lenta passagem:

Ainda testemunhamos presentemente, e por certo continuaremos a testemunhar durante largo tempo, as ressonâncias últimas do lento cataclisma, *cujo sentido parece ser o do aniquilamento das raízes ibéricas* de nossa cultura para a inauguração de um estilo novo, que crismamos talvez ilusoriamente de americano [...].<sup>407</sup>

Sérgio Buarque identifica iberismo e agrarismo, urbanização e americanismo. Contra Oliveira Vianna, afirma que no dia em que o mundo rural começou a ceder espaço à invasão da urbanidade entrou em declínio o “ciclo de influências ultramarinas” do iberismo. A evolução para o domínio urbano abriu caminho para uma “transformação social de grandes proporções”, no sentido de operar a reina “dos velhos hábitos patriarcais”. Se ainda há tais reminiscências da forma ibérica e lusitana, isso se deve ao caráter de insuficiência do americanismo. Para Sérgio, “o americano é ainda interiormente inexistente”. Isso porque o americanismo se resume a uma série de imposições externas, vindas de fora, “manifestações estranhas, [...] exteriores à terra”.<sup>408</sup> Com isso, ele dá continuidade à crítica do americanismo exposta em “Ariel”, ensaio de 1920, bem como ressoa a crítica do americanismo levada a cabo por Eduardo Prado no início do século (1918), para quem as sociedades devem ser regidas por leis saídas “de sua história, de seu caráter”.<sup>409</sup> Mas a República, que deveria “representar a forma exterior complementar” do novo estilo aberto pelo fenômeno social da “urbanização contínua, progressiva, avassaladora”, destruíra esse “poderoso esteio rural” sem apresentar uma alternativa, “sem substituí-lo por nada de novo”. A tragédia da situação – limite entre passado e futuro – estava em que o Estado brasileiro *ainda guardava* como “reliquias respeitáveis” algumas formas do “sistema tradicional” mesmo depois de “desaparecida a base que os sustentava”. Disso resultava uma “periferia sem um centro”.<sup>410</sup>

---

<sup>407</sup> *Idem*, p. 137.

<sup>408</sup> *Idem*, *ibidem*.

<sup>409</sup> PRADO, E. *A ilusão americana*. São Paulo: IBRASA, 1980, p. 52.

<sup>410</sup> HOLANDA, S.B., 1936, p. 141.

Antes que se pudesse imaginar, por isso, a defesa de um Estado centralizador, Sérgio Buarque faz questão de afastar essas nuvens de forma objetiva. A crítica da República também não conduz necessariamente a um elogio rasgado do Império, pois que o antigo regime, ainda que tivesse adaptado o liberalismo da época por uma aristocracia rural e com isso garantido maior solidez das instituições e maior vínculo entre sociedade e Estado, este antigo regime o fez com a finalidade de *manutenção* da ordem tradicional. Desse modo, Sérgio Buarque assevera, em um rasgo normativo incomum (que sugere então uma ênfase na oposição à autoridade central) que “o Estado, entre nós, não precisa e *não deve* ser despótico [ênfase nossa]”.<sup>411</sup> Essa crítica do Estado centralizador tem um alvo certo e nomeado. Alberto Torres, autor de *O Problema Nacional Brasileiro* (1933), teria o mérito de enxergar que a separação da vida política e da vida social atingira no Brasil o máximo de distância. O que ele não viu, e isso era determinante, foi que a causa dessa separação era exatamente “a pretensão de compassar os acontecimentos pelos sistemas, as leis e os programas”. Então, ingenuamente este autor teria acreditado que a “letra morta pode influir de modo enérgico sobre os destinos de um povo”. Por isso, ele não teria legado outra coisa senão um “minucioso projeto de constituição política” que teria por base o Estado como “eixo de ação consciente”.<sup>412</sup>

Sérgio Buarque não via nenhuma novidade nessa atitude. Muito pelo contrário, desde o XIX, em sua visão, não conhecíamos outro recurso. Escapava à maioria dos homens de letras que “não são as leis escritas e fabricadas pelos juriconsultos, ou o cumprimento fiel dessas leis, as mais legítimas garantias de felicidade para os povos e de estabilidade para as nações”. Essa opinião, enganosa, teria ganhado força depois de “incentivada a crença no mito do progresso, com o êxito do comtismo, do spencerismo, do marxismo, e de tantas ideologias semelhantes, de que foi singularmente fértil o século que antecedeu o nosso”. Sua crítica do racionalismo político exacerbado incluía uma avaliação do século anterior, que teria cometido um “grande pecado” ao “preceder o mundo das formas vivas do mundo das fórmulas e conceitos”. O racionalismo teria excedido seus limites ao erigir conceitos em regras supremas e separá-los da vida, ou seja, quando criou sistemas homogêneos de pensamento, como o comtismo. A crença no poder mágico das ideias presidiu a história comum das nações ibero-americanas após a independência política, levando-as a “enaltecer um sistema de ideias que contrastava em absoluto com seu temperamento”.

---

<sup>411</sup> *Idem*, p. 142.

<sup>412</sup> *Idem*, p. 145.

Assim, o liberalismo seria incompatível com a tradição dos países americanos. Seu reverso, o caudilhismo, muitas vezes pertence ao mesmo círculo de ideias a que pertencem os princípios liberais. É compreensível que seja a antítese liberal na medida em que a história demonstra com frequência, diz Sérgio, que os movimentos sociais contêm em si “os germens de sua negação”. Essa negação do liberalismo Sérgio Buarque vê em seu tempo ser erigida como “corpo de doutrina no fascismo”, entendido este como “nada mais do que uma crítica do liberalismo na sua forma parlamentarista”. Uma superação da doutrina liberal somente seria possível “quando tenha sido vencida a antítese impersonalismo-caudilhismo”. De qualquer maneira, o espírito legístico não tinha ainda legado modificar a “atitude natural” dos povos latino-americanos: “na tão malsinada primazia das conveniências particulares sobre os interesses de ordem coletiva revela-se nitidamente o predomínio do elemento emotivo sobre o racional”.<sup>413</sup>

Essa crítica aponta para o ponto de vista da democracia liberal, que “era e ainda é o das nossas instituições”. O problema é que esse ponto de vista se fixa “só em teoria, porém”. Ela denuncia a incompatibilidade entre dois “estilos de vida radicalmente diversos”, arcaico e moderno. A adesão pronta e acabada a todos os formalismos denuncia a “ausência de forma espontânea” e a “inaptidão a um regime legitimamente democrático”.<sup>414</sup> Por ora, guardemos essas passagens; retomaremos esse ponto logo mais. Em seguida o autor pondera que não seria justo afiançar sem apelo uma incompatibilidade absoluta com a democracia de cunho liberal. Haveria zonas de confluência e de simpatia entre os estilos de vida opostos. Por exemplo, as ideias da Revolução Francesa não soam estranhas ao temperamento nacional. A tese da bondade natural do homem se coaduna com a cordialidade: “É aqui que o nosso “homem cordial” encontraria uma possibilidade de articulação entre seus sentimentos e as construções dogmáticas da liberal-democracia”. As coincidências, contudo, param por aí. A ideia da bondade natural para o liberalismo não passaria de argumento, não repousaria em simpatia especial pelo gênero humano: “trata-se de teoria essencialmente neutra, despida de emocionalismo e enquadrada em fórmulas”. A coincidência seria, então, “mais aparente do que real”.

A democracia liberal estaria na realidade em contraste direto com as formas de convívio de base emocional. A síntese do pensamento liberal se encontraria na frase do utilitarista J. Bentham: “a maior felicidade para o maior número”. Essa frase soaria falsa

---

<sup>413</sup> *Idem*, p. 149.

<sup>414</sup> *Idem*, p. 151.

porque há uma oposição em relação ao ponto de vista neutro e jurídico da base do liberalismo, já que o afeto entre os homens se dá por preferências e não necessariamente é igualitário muito menos quantitativo. Na melhor das hipóteses seu ideal humanitário é “impessoal”. A “bienveillance” do convívio democrático “é comparável à polidez, resulta de um comportamento social bem definido, que pretende orientar-se por um equilíbrio de egoísmos”.<sup>415</sup> De outro lado, “com a cordialidade, a bondade, não se criam bons princípios”. Não poderia servir igualmente de cimento a organizações humanas mais amplas “um amor humano que se asfixia e morre fora de seu círculo restrito” (particular). Felizmente, além da tirania também “existem outros recursos [...] para a consolidação e estabilização de um organismo social e nacional”. Mesmo assim não faltariam exemplos de ditadores que realizam atos arbitrários julgando tratar-se de obra democrática. Essa atitude, elucida o autor, sem surpresa, “não é muito diversa da que por outras razões adotaram os “caudilhos esclarecidos” da Europa moderna”. Esse sistema teria uma roupagem de aparente dignidade de triunfo perante os seus maiores rivais, o liberalismo e as pretensões revolucionárias da esquerda.<sup>416</sup> Por esse motivo não seria de todo impossível que o fascismo à italiana chegasse a obter algum sucesso entre os brasileiros.

No Brasil, porém, a “truculência quase apocalíptica” dos modelos italianos e alemão não se faz perceber. A energia destes reduziu-se aqui a “pobres lamentações de intelectuais neurastênicos” porque passou por uma “teoria meramente conservadora” empenhada em fortalecer as instituições sociais, morais e religiosas e, com isso, tornou-se inofensiva aos poderosos, quando não um útil instrumento seu. Por isso o autor qualifica o integralismo como “doutrina acomodaticia”, que segue nesse ponto “a grande tradição brasileira” de anular os verdadeiros partidos de oposição. O mesmo se passou entre nós com o comunismo: aqui os princípios da Internacional combinam menos com “a disciplina rígida de Moscou” que com uma “mentalidade anarquista” de nossos comunistas.<sup>417</sup>

Que expectativas, então, Sérgio Buarque de Holanda divisa para os impasses temporais da modernidade brasileira, que ele observava? É significativo perceber que o ensaísta separa a seção final do livro com asteriscos. Esse recurso não havia sido utilizado em nenhuma outra parte da obra. É difícil precisar o porquê dessa separação brusca, mas parece-

---

<sup>415</sup> *Idem*, p. 156.

<sup>416</sup> *Idem*, p. 158.

<sup>417</sup> *Idem*, p. 159-60.

nos razoável imaginar que essa separação sugeriria justamente uma ruptura com o passado ainda presente. As seções anteriores, dos capítulos VI e VII, fizeram um balanço crítico do tempo presente e das alternativas que nele se apresentavam para os rumos da nação. A partir daí se pode conferir a abertura ao futuro, justamente pela indeterminação da parte do autor. Principalmente a *intelligentsia* brasileira do XIX – em especial, os positivistas – foi duramente atacada, pois suas ideias, desencantadas da realidade, em geral visariam criar “um quadro social milagrosamente destacado de nossas tradições portuguesas e mestiças”.<sup>418</sup> Também os teóricos e predicadores das ideias liberais, pelo mesmo motivo, a importação de um sistema de preceitos morais e legais sem enraizamento na história brasileira, acentuando, ainda mais, a separação entre a vida política e a vida social. Daí, então, a democracia no Brasil como um “lamentável mal-entendido” – não se estabeleceria em sintonia com as “demandas interiores” do brasileiro, mas, importada, acomodava-se mal às reservas do passado agrário e personalista e, por isso, “apenas em teoria” era o ponto de vista de nossas instituições. A adesão aos formalismos de toda espécie denunciava apenas uma ausência de forma espontânea; preferiu-se “viver pelo espírito e não pelo sangue”.<sup>419</sup>

O grande equívoco, comum aos projetos em concorrência na época, do fascismo ao comunismo, bem como do Estado centralizador ou da reação católica ao modernismo, seria na visão do autor “a pretensão de compassar os acontecimentos pelos sistemas, as leis e os programas”. Essa última crítica, que foi direcionada a Alberto Torres, autor “apropriado”, não por acaso, pelos integralistas, realça bem aquilo que viemos argumentando até aqui sobre o critério fluido e móvel da *historicidade* em *Raízes do Brasil*. A articulação temporal realizada na última seção evidencia ainda mais o caráter da historicidade no ensaio: trata-se de uma historicidade aberta ao futuro. Distinta de outras obras da época que, como vimos no início deste nosso terceiro capítulo, direcionavam o olhar para o passado com saudosismo ou tradicionalismo ou ainda apresentavam propostas concretas e fechadas para o desenvolvimento nacional, a preocupação de *Raízes do Brasil* é que, no futuro, o Brasil encontre-se de fato com sua realidade íntima. Isso se daria por uma perscrutação das raízes, percepção de suas formas de permanências no presente, percepção do potencial de ruptura com a mesma, e uma sintonização do “tempo interior” do brasileiro com a modernização. Essa demanda caracteristicamente modernista representa ainda uma resposta do autor com os de sua geração, consideradas as querelas modernistas das quais foi protagonista.

---

<sup>418</sup> *Idem*, p. 128.

<sup>419</sup> *Idem*, p. 126.



Vimos anteriormente que, estabilizada a singularidade do “caráter nacional” no “homem cordial”, assim como suas implicações sociais, ele representa a continuidade da tradição ibérica atualizada nas “novas exigências” do presente. Essas condições, dado o impasse de temporalidades em interpenetração, começam a se transformar em obstáculo da modernização, na medida em que, por exemplo, a ideia de família de tipo patriarcal constitui entrave para a “formação e evolução da sociedade segundo os conceitos modernos [impessoais]”.<sup>420</sup> Essas relações de cordialidade, refletidas na mecânica social, dificultam a formação de um aparelho burocrático e, por conseguinte, a “adaptação ao princípio de Estado democrático”. As sequelas do passado agrário, em contraste com o desenvolvimento da urbanização, acarretariam um “tremendo desequilíbrio social, cujos *efeitos permanecem vivos até hoje* [grifo nosso]”.<sup>421</sup> Em última análise, o pivô do desequilíbrio seria o personalismo, de matriz lusa, que dificulta a compreensão da “distinção fundamental entre os domínios do “privado” e do “oficial”” e, consequentemente, impossibilita a “ordenação impessoal que caracteriza o Estado burocrático”.<sup>422</sup> Dessa forma, o homem cordial está concebido em meio a uma dinâmica temporal; ele condensa as persistências do passado, atualizado, e permite olhar adiante a partir das perspectivas atualizadas da contemporaneidade do autor; foi inspirado nas carências do presente.

Cumprido, agora, responder a uma questão colocada anteriormente, relativa às raízes, ou à “tradição de que somos herdeiros”. Até que ponto ela deva servir ao quadro em mutação e onde ela deva ser ultrapassada, em função da dinâmica da racionalidade histórica expressa na noção de historicidade?

A despeito da percepção do autor do inexorável processo de modernização em curso, há uma inegável apreciação, no autor, de “preservação” de um “quê” não muito bem definido, misterioso, talvez. A isso nós entendemos como “tempo interior”. A expressão do autor soa um tanto enigmática: “um mundo de essências íntimas”. Uma última vez o autor vai afirmar sua oposição às ideias importadas e assinalar o peso da experiência histórica própria do Brasil: “não será pela *experiência de outras elaborações* engenhosas que nos encontraremos um dia com nossa realidade [grifo nosso]”.<sup>423</sup> Repercutindo de forma viva e intensa um

---

<sup>420</sup> *Idem*, p. 98.

<sup>421</sup> *Idem*, p. 100.

<sup>422</sup> *Idem*, *ibidem*.

<sup>423</sup> *Idem*, p. 160-1.

argumento de 1926, quando investia já contra uma “elite de sábios sem grande contato com a terra e com o povo”, que insistia em uma “abominável panaceia de construção”,<sup>424</sup> o autor diz em 1936 que até “poderemos ensaiar a organização de nossa desordem”, mas há de sobreviver a isso, com certa profissão de fé, “um mundo de essências íntimas” que desdenhe das artificiosas “invenções humanas”.<sup>425</sup> Esse mundo de essências íntimas remete certamente às raízes ou à tradição. Lembremos que nem de todo a tradição é descartada por Holanda, senão naquilo que é inatual ou indesejável. Sobretudo um aspecto da tradição deve ser preservado: a espontaneidade. Essa reserva quanto à “temporalidade íntima” do Brasil, espontânea, à qual o “mundo de essências íntimas” está atrelado, é preciosa e ele a defende desde os anos de juventude até a última passagem do ensaio de 1936. Ignorar este “mundo de essências íntimas” em proveito de “esquemas sábios e de virtude provada” seria o mesmo que “ignorar nosso ritmo espontâneo, a lei do fluxo e refluxo, por um compasso mecânico e uma harmonia falsa”.<sup>426</sup>

O que brilhava de mais precioso na tradição brasileira era – e a espontaneidade é a sua correlata – a liberdade. O “mundo de essências íntimas” muito provavelmente se refere à liberdade. Olhando mais de perto a inquietação de Sérgio Buarque lá no modernismo, em 1926, fica clara essa correlação. Dizia ele: “o erro deles está em querer escamotear a nossa liberdade que é, por enquanto, o que temos de mais considerável”.<sup>427</sup> Mas em que termos o autor coloca essa liberdade, certamente não a liberdade do liberalismo? Essa liberdade se liga à “juventude” do país. Os tradicionalistas e modernistas filiados à “panaceia de construção” (nem mesmo um Mário de Andrade escapa totalmente dessa crítica) se esforçavam por impor à arte brasileira uma hierarquia, uma ordem, uma disciplina, enfim, “uma experiência que estrangule de vez esse maldito estouvamento de *povo moço e sem juízo* [grifo nosso]”. O autor lembra um ensaio do francês Jean R. Bloch em que este lamentava-se por não ter nascido em um país novo, sem tradições, em que as *experiências* tivessem oportunidade e a expressão artística fosse livre de compromissos. No Brasil, muita gente invés parecia “lamentar não sermos precisamente um país velho e cheio de heranças” e então mandavam buscar do Velho Mundo, nas “detestáveis abstrações”, os “espartilhos para que a gente

---

<sup>424</sup> HOLANDA, S. B. O lado oposto e outros lados [1926], *op. cit.*, 1996bb, p. 226.

<sup>425</sup> HOLANDA, S.B., 1936, p. 161.

<sup>426</sup> *Idem*, *ibidem*.

<sup>427</sup> HOLANDA, S. B. O lado oposto e outros lados [1926], *op. cit.*, 1996bb, p. 226.

aprenda a se fazer apresentável à vista dos outros”.<sup>428</sup> Ora, a juventude é o tempo dos sonhos, quiçá das utopias. Sérgio Buarque mesmo o havia declarado, em 1925, *Perspectivas*, que a “hoje mais do que nunca” haveria de ser uma busca principalmente pela “declaração dos direitos do Sonho”. É o privilégio de criar, espontaneamente. Há qualquer coisa de onírico no “mundo das essências íntimas”.

De volta à reflexão final de *Raízes do Brasil*, observamos que o autor, ainda distante de proposições, estabelece uma sugestão. As oposições delineadas durante o ensaio, que giram a nosso ver no eixo das temporalidades em convívio e se manifestam em termos de polaridades como ordem/desordem, vida/abstração, ele afirma que “devem se resolver em um contraponto” para que “o quadro social seja coerente consigo”. Pra tanto, haveria “uma única economia” a fim de “compor um todo de partes tão antagônicas”. Qual seja? A citação a seguir é da mais capital importância: “As formas exteriores da sociedade devem ser como um contorno congênito a ela e dela inseparável: emergem continuamente das suas necessidades específicas e jamais das escolhas caprichosas”.<sup>429</sup> Assim o autor prevê a realização da experiência no futuro, pelo processo de ultrapassagem das raízes. Às “necessidades específicas” associa-se a *experiência histórica*, pois é a partir da reflexão e investigação sobre esta que se lhe conhecem suas particularidades; às escolhas caprichosas se associam, obviamente, as “fórmulas abstratas” e “estranhas à realidade”. Filtradas pelos mapas da atualidade, a interpretação das raízes ganha sentido além: as formas exteriores (os governos ou o Estado) devem emergir da espontaneidade, da liberdade, do elemento humano (dos atores sociais, o povo, talvez).

Vamos recorrer a outros trechos anteriores para uma melhor compreensão. Logo no início do ensaio Sérgio Buarque destaca um aspecto negativo da herança personalista, o autoritarismo: “em terra onde todos são barões não é possível acordo coletivo durável, a não ser por uma *força exterior* temível e respeitada [grifo nosso]”. Dada a “frouxidão social” do caractere personalista, o princípio unificador foi sempre representado pelos governos. Predominou nos países ibéricos o tipo de organização política mantida artificialmente por uma “força exterior, que encontrou uma das formas características nas *ditaduras militares* [grifo nosso]”.<sup>430</sup> A solidariedade entre eles existira, desse modo, somente onde houvesse

---

<sup>428</sup> *Idem*, *ibidem*.

<sup>429</sup> HOLANDA, S.B., 1936, p. 161.

<sup>430</sup> *Idem*, p. 11-12.

vínculo sentimental mais que de interesse, em círculos restritos da família ou da amizade, desfavorecendo agremiações sobre um plano mais extenso, como o nacional. Daí que a obediência cega tenha sido um princípio forte: “Não existe para os povos ibéricos outra sorte de disciplina concebível, além da que se funde na *excessiva centralização* e na obediência [...]”.<sup>431</sup> Um processo de depuração das raízes e liberação do passado pela atualização deste em novas “condições imperativas” passa pela crítica do autoritarismo e elogio de nosso “estouvamento de povo moço e sem juízo”.

Nesse ponto se percebe a ultrapassagem da tradição, pois se as forças exteriores devem ser contornos congêntos do social, e dele inseparáveis, obedientes tão somente à “lei de fluxo e refluxo”, as formas de governo centralizadoras são tão indesejáveis quanto as pregações dos “doutrinadores do tempo”. Assim se fundariam as condições necessárias para superação da “inaptidão a um regime legitimamente democrático”<sup>432</sup>, afinado com as demandas que “emergem continuamente das necessidades específicas” da sociedade. A democracia liberal não seria o modelo adequado, pois que se tratava de “conceito puramente decorativo, sem raízes profundas na realidade”.<sup>433</sup> Um regime legitimamente democrático seria, então, um regime afim às demandas sociais.<sup>434</sup> É difícil para nós estabelecermos com maior precisão a qualquer definição sem recorrer a outros trechos do livro e a textos posteriores do autor em

---

<sup>431</sup> *Idem*, p. 14.

<sup>432</sup> *Idem*, p. 151.

<sup>433</sup> *Idem*, p. 152.

<sup>434</sup> Há quem tenha sublinhado em *Raízes do Brasil* um aspecto conservador, ligado ao conservadorismo europeu às vésperas da Segunda Guerra Mundial. A própria sinuosidade do argumento do ainda jovem Sérgio Buarque permite variadas interpretações, bem como a indeterminação do ensaio e a ausência de firmes propostas políticas também favorecem um desdobramento em direções às vezes até opostas. Leopoldo Waizbort, da sociologia da USP, questiona as interpretações mais aceitas da formulação de Sérgio Buarque quanto à democracia como “mal entendido”. As alterações substanciais realizadas na segunda edição do ensaio em 1948 teriam sido feitas justamente para livrar o autor das evidências das quais a primeira edição era portadora. O mal-entendido da democracia significaria que ela soaria artificial em nosso ambiente cordial, mais afeito à oligarquia e ao Império. Há também quem conteste o artigo de Waizbort, acusando-o de “simplificador” ao considerar o processo histórico como submetido a uma tensão entre psicogênese e sociogênese.<sup>434</sup> Brasílio Sallum Junior, em interpretação com a qual estamos mais afins, entende que o tema central de *Raízes do Brasil* é a dinâmica temporal em que a ordem política mantém-se atrelada ao passado, ou seja, é anacrônica em relação às rápidas transformações de ordem socioeconômica. Sem querer negar o conservadorismo presente na primeira edição, de outro lado, encontra-se em potencial na primeira edição um viés de preocupação com o futuro que permite a Sérgio Buarque, 12 anos depois, reformular sua obra sem comprometimento da tese central da superação do passado colonial. De qualquer maneira, parece desconcertar o leitor contemporâneo a sinuosidade do argumento de *Raízes do Brasil*, e mesmo desde a crítica literária modernista, que mescla a valorização do “caráter nacional” com as ideias de vanguarda estética ou um apego a certas reminiscências da tradição com a superação do passado. Cf. WAIZBORT, L. O mal-entendido da democracia – Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, 1936. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 26, n. 76, jul. 2011, p. 41-62; SALLUM Jr., B. Sobre a noção de democracia em *Raízes do Brasil*. In: MARRAS, S. (Org.) *Atualidade de Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo: Edusp/IEB, 2012, p. 51-61.

que ele se defronta com o problema da democracia. Sérgio Buarque observa, com vigor crítico, que os movimentos reformadores no Brasil, de inspiração intelectual e não sentimental, sempre se processaram de cima para baixo: “elas não demandavam de uma predisposição espiritual e emotiva particular”,<sup>435</sup> ou seja, não eram “contornos congênitos” às demandas sociais, sequer “emergiam de suas necessidades específicas”. Por isso, a “grande massa do povo” recebeu-as displicentemente. Desde então, a distância foi aumentando entre “o elemento “consciente” e a massa brasileira”, por problemas na adaptação imediata a “novas formas de vida”.<sup>436</sup> A avaliação de Sérgio Buarque a respeito dessa distância entre sociedade e política sintetiza-se na seguinte passagem: “Todo nosso pensamento dessa época [século XIX] revela a mesma [...] *indiferença, no fundo, ao corpo social* [grifo nosso]”. Um esclarecimento sobre “a ideia de democracia” se faz necessário, segundo o historiador político René Remond, contra a tentação de se enxergar na democracia um simples prolongamento da ideia liberal.

Os democratas retomam por sua própria conta a herança intelectual e institucional que lhes é legada pelos liberais, mas com uma perspectiva diferente e num contexto que modifica profundamente o seu sentido. [...] Os democratas acabam com algumas restrições e reivindicam a liberdade para todos. Assim, ora por uma necessidade inerente ao exercício efetivo da democracia, ora pelo prolongamento natural de sua inspiração, a democracia [...] tende ainda para a harmonização das instituições políticas e das instituições sociais.<sup>437</sup>

Provavelmente, então, consideradas estas observações, um regime “legitimamente democrático” se fundaria no social. A bem da verdade, não podemos fazer outra coisa senão sondar e conjecturar a respeito. Qualquer afirmação seria uma traição ao *ethos* da obra. Tudo indica, contudo, e a despeito da indefinição do ensaio, que Sérgio Buarque preocupava-se com uma “solução” democrático-popular, verdadeiramente popular. Daí o espaço de manobra para a formulação posterior de um Antonio Candido sobre Sérgio Buarque “democrata radical”.<sup>438</sup> Cabe assinalar, em socorro do argumento, que alguns anos depois, em 1949, Sérgio Buarque participou de um comitê organizado pela Unesco, quando colaborou, mais

---

<sup>435</sup> *Idem*, p. 123.

<sup>436</sup> *Idem*, p. 124.

<sup>437</sup> REMOND, R. *O século XIX*. São Paulo: Cultrix, 1993, p.49-52.

<sup>438</sup> CANDIDO, A. A visão política de Sérgio Buarque de Holanda. In: CANDIDO, A. (Org.) *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 1998, p. 81-8.

outros intelectuais, em um dossiê sobre os vários sentidos – a polissemia – do conceito de “democracia” no pós-guerra. As suas conclusões apontavam para a grande dificuldade em se determinar diferentes tipos de ideias de democracia. Dos estudos e debates de Sérgio Buarque sobre o tema, apareceram três artigos: “Os problemas da democracia mundial”, “A Democracia e a tradição humanista” e “Introdução à democracia”. Os impasses, mais o sentido etimológico truncado do termo “democracia”, é o tema do segundo artigo escrito por Sérgio Buarque de Holanda, ainda em 1949, “A Democracia e a tradição humanista”. Sérgio percebe uma oposição geral, nos argumentos dos demais participantes, entre “democracia liberal” (de origem capitalista e fundada em privilégios de minorias) e “democracia de massas” (de origem socialista, extensiva ao povo). No entanto, existiria um elemento comum, essencialmente antiautoritário, entre as opiniões díspares:

Todas as formas de democracia [...] participam de uma tradição comum de humanismo. Tanto as formas coletivistas como as instituições liberal-democráticas buscam igualmente a justiça, a igualdade, a liberdade, a liberação do homem para o amplo desenvolvimento de suas faculdades, o igual acesso aos benefícios da civilização e a livre participação nas funções públicas. Nenhuma delas professa a doutrina da dignidade superior de uma raça ou a prioridade definitiva do Estado sobre o indivíduo. [...] Seria lícito, talvez, objetivar que, na prática atual, nenhum desses princípios é universalmente respeitado. Contudo, a simples circunstância de existir sobre eles um acordo geral basta para que se considere sem pessimismo a possibilidade de um auspicioso entendimento.<sup>439</sup>

Seja como for, o viés “humano” da democracia estava assinalado já em *Raízes do Brasil*, todas as vezes em que opôs o espírito à vida, as abstrações puramente racionais (que não poderiam servir à vida) ao sentimento e aos laços afetivos. Ele não deixa de assinalar o *ethos* tradicional de fundo emotivo das raízes brasileiras, embora perceba a sua lenta mas forçosa corrosão. A nova ordem era fundada em “princípios abstratos e *inumanos*”.<sup>440</sup> Ainda assim, a libertação da comunidade familiar – podemos estender, no limite, a uma liberação do passado agrário e patriarcal – representava “condição primária e obrigatória de adaptação à vida prática”. Também não é sem reservas que aceita a modernização, cômico de seu aspecto de dubiedade<sup>441</sup> e o potencial destrutivo em seu bojo, como já alertara a Primeira Guerra

---

<sup>439</sup> *Idem*, p. 35.

<sup>440</sup> *Idem*, p. 96.

<sup>441</sup> Rüsén, decidido a reabilitar a categoria de “progresso” na história, afirma que diante da ausência de futuro preconizada pela pós-modernidade, a crítica do progresso contemporânea é ineficaz, deveria ter produzido um novo conceito de progresso que não abrisse mão de suas conquistas categóricas, mas que tornasse manipuláveis as experiências históricas que não permitem mais que o conceito tradicional de progresso pareça plausível. A crítica do progresso produzira uma quebra grave de continuidade nas linhas de progresso históricas que significa

Mundial; apenas na medida em que se ajustasse aos quadros de vida modernos e preservasse algo das “essências íntimas” do modo de ser tradicional.

Uma última palavra acerca da noção de historicidade no ensaio soaria nem de todo desnecessária ou ociosa. Não seria, definitivamente, o nosso autor a quem caberia a tarefa de reordenar o tempo perturbado da nação a partir dos acontecimentos que advieram entre os anos 1920-1930. Ao negar sistematicamente os “princípios abstratos e inumanos” que presidem as formulações político-intelectuais, recusa também qualquer sentido fixo estabelecido *a priori* para a história. Nesse sentido é que a categoria de futuro em *Raízes do Brasil* é aberta a “perspectivas” diversas. Por isso, disse-se da historicidade em *Raízes do Brasil* uma historicidade aberta ao futuro. Essa forma de tratamento da temporalidade na obra do autor era muito afim ao “cronótopo” historicista da *mudança histórica*.

Ainda nos anos 1950, Sérgio Buarque não abdicaria, pelo menos por completo, e mesmo com sua progressiva profissionalização e institucionalização como historiador, de tais noções de tempo, historicidade e hermenêutica do passado. A abertura a perspectivas diversas continuava uma tônica de seu pensamento histórico; a diversidade cultural do historicismo, igualmente; assim como a inserção em “poderosa corrente hermenêutica”, como disse Antonio Candido. O artigo “O senso do passado” oferece uma oportunidade de conhecermos, das palavras do próprio autor, uma autorreflexão de seu trabalho enquanto historiador:

A evocação dos tempos idos reclama, sem dúvida, um sentimento vivo daqueles tempos, bastante vivo para criar entre o observador e o observado, entre o historiador e o objeto da história, essa corrente de simpatia que há de animar toda verdadeira compreensão. Mas o sentimento que comandará a inteligência e boa interpretação do passado é, por si mesmo, sereno e inclusivo. Fixando determinada era, ele não cuida de destacá-la das demais, em particular da era presente, para colocá-la sobre um pedestal perene. Busca, ao contrário, situá-la na corrente móvel dos acontecimentos, inseri-la no curso da História, justamente da História que se alimenta da diversidade do tempo e das coisas.<sup>442</sup>

uma crise da própria orientação temporal, sentida como desvio do processo de desenvolvimento. Essa orientação se resumia, basicamente, na superação do passado pelo futuro, um processo de ultrapassagens, em uma experiência temporal de mudança acelerada no bojo da modernização. A categoria congregava a experiência histórica em uma única História que tem a Humanidade enquanto gênero como seu assunto. A experiência histórica, pelo progresso fora estendida como processo temporal único entre passado e futuro no qual o futuro supera o passado em matéria de oportunidades de ação e de chances de humanização. A reabilitação do progresso, contemporaneamente, seria a criação de uma nova qualidade cognitiva para a categoria, depurada de seu “caráter obsessivo-unilinear”, sem perder a unidade e dinâmica do trabalho de interpretação da consciência histórica. Em suma, seria o reconhecimento da dubiedade da categoria, que engendra tanto possibilidades de ações futuras quanto um potencial de destruição. Deixado de lado o aspecto tecno-científico do progresso e seus efeitos colaterais indesejados, logrando “um progresso do progresso”, a categoria pode ser pensada em termos qualitativos, que não desprezem algumas de suas conquistas, como os direitos humanos e civis. RÜSEN, J. Progresso: reflexões da didática da história sobre o caráter dubio de uma categoria histórica. In: *Aprendizagem histórica: fundamentos e paradigmas*. Curitiba: W.A. Editores, 2012, p. 177-192.

<sup>442</sup> HOLANDA, S. B. O senso do passado [1952]. In: COSTA, M. op. cit., p. 102.

Segundo Gumbrecht, alertando sobre a historicidade das teorias da história e o atual questionamento das categorias temporais tradicionais, acredita(va)-se que é preciso trabalhar o passado para deixá-lo para trás, e tal seria a condição para a liberação da intersubjetividade humana e direcionamento das expectativas do agir; o tempo histórico moderno oferecia a crença da possibilidade de um futuro aberto.<sup>443</sup>

### 3.5 Tensão e sentido histórico no horizonte de *Raízes do Brasil*

Entre os primeiros apreciadores críticos de *Raízes do Brasil*, Múcio Leão, do *Jornal do Brasil* (RJ) aguardava com anseio o lançamento da obra, afinal, “Sérgio já era considerado um autor excelente” e gozava da fama de ser o brasileiro “que mais ama os livros”. A seção “Registro Literário” relembra o autor de *Estética* como “a primeira manifestação do espírito renovador no movimento moderno” e lamenta ter a revista sobrevivido pouco, pelo escândalo que causou à “pequena burguesia literária”. O resenhista parece, de início, mais interessado em exaltar o autor: “homem tranquilo, o mais natural, o mais encantador dos homens [...] vive como um cidadão pacífico [...] E todo aquele seu tumulto de boemia e originalidade é puramente fato da imaginação”. Nisso, deixa escapar uma informação, provavelmente colhida da amizade que tinha com nosso autor, importante para nós: Sérgio Buarque era um “apaixonado pelo espírito da civilização alemã”. Ele esteve em Berlim por um tempo em companhia do irmão de Múcio Leão, Josias, ambos vivendo em condições bastante precárias, pois o pagamento era “coisa rara” nos jornais de Chateaubriand. Eles, então, “distraíam a fome permanente e a saudade lendo versos de Heine, poemas de Goethe, estudos metafísicos e autores contemporâneos”. Ainda assim, o pouco dinheiro que entrava, Sérgio gastava todo em livros: fora buscar o cheque com o pagamento e, na volta, “tivera a má lembrança de uma livraria de Charlottenburg”. Lá, deixaria todo o dinheiro.

Nos sete capítulos do livro, Múcio Leão encontra “uma direção, um sentido de continuidade”, e percebe no quinto capítulo, “o homem cordial”, a “parte mais importante do livro”. No entanto, ataca com veemência o que considera contraditório no pensamento político de Sérgio Buarque: “seu pensamento, em tal campo, parece cheio de contradições [...] parece que o Sr. Sérgio Buarque incorre na sua própria crítica quando diz que o brasileiro tem

---

<sup>443</sup> GUMBRECHT, H. U. *Produção de presença: o que o sentido não consegue transmitir*. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-Rio, 2010, p. 150.



tendência a aceitar as ideias mais díspares”. O último capítulo, que contém a crítica do Integralismo, na opinião do resenhista parece mais um “apêndice” para “combater o Integralismo a propósito do Sr. Otávio de Faria”. Questiona: afinal, “Sérgio Buarque de Holanda é um Republicano, Liberal-democrata ou discípulo de Hitler?”.<sup>444</sup> Percebe-se no resenhista um incômodo com a ausência de um desfecho programático explícito, embora o elogio do sentido interpretativo conferido à historicidade brasileira.

Ainda dentre os primeiros resenhistas de *Raízes do Brasil*, Limeira Tejo (no jornal *O Diário*, de Santos-SP, em 21 de novembro de 1936) saúda o aparecimento de *Raízes do Brasil* como um “trabalho digno da época presente”. O pernambucano, autor do *Retrato Sincero do Brasil*, percebe a motivação subjacente ao ensaio buarquiano, ao afirmar: “a democracia na sociedade brasileira era uma exigência histórica em um país de formação tão heterogênea [...], já não nos envergonhamos de nossas raízes misturadas”. Comenta, com igual efusão, a complexidade da escrita da história buarquiana, que, “por força da própria transformação histórica foi adquirindo complexidade, o que no domínio intelectual traduz-se por esse imenso interesse na investigação de suas causas”. Isso porque a escrita buarquiana (e daquela geração, como um todo), sua forma ensaística de interpretação do passado vem a romper com a pura cronologia de fatos históricos: “Durante muito tempo se acreditou no Brasil que a história fosse um ramo da apologética. O que deveria interessar aos historiadores era o fato em si [...], a pura celebração de grandezas e de heróis”.<sup>445</sup>

A pequena nota do jornal *A Rua*, do Rio de Janeiro, elogiando a capacidade interpretativa e crítica do livro, define-o como “uma grande realização de nossa cultura”.<sup>446</sup> Outra pequena nota, do jornal *Minas Geraes*, elogia a escrita ensaística de Sérgio Buarque, entre a elegância do estilo e o espírito crítico: “aliado às virtudes de pesquisador estão os méritos de prosador claro e elegante [...], tornando-se a leitura um requintado prazer espiritual”.<sup>447</sup> Valdemar Vasconcelos, no *Correio do Povo*, de Porto Alegre-RS, apresenta

<sup>444</sup> LEÃO, M. Registro Literário. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 7 nov., 1936. [Arquivo Central da Unicamp/Siarq – Fundo Sérgio Buarque de Holanda].

<sup>445</sup> TEJO, L. *Raízes do Brasil*. *O Diário*. Santos-SP, 21 nov., 1936, s/p. [Arquivo Central da Unicamp/Siarq – Fundo Sérgio Buarque de Holanda].

<sup>446</sup> A RUA. Rio de Janeiro, 31 out., 1936. [Arquivo Central da Unicamp/Siarq – Fundo Sérgio Buarque de Holanda].

<sup>447</sup> MINAS GERAES. Belo Horizonte, 31 out., 1936. [Arquivo Central da Unicamp/Siarq – Fundo Sérgio Buarque de Holanda].

percepção interessante do livro, para ele um trabalho “sobre a atualidade brasileira”, movido pela “inquietação intelectual de compreender o sentido de nosso destino coletivo”.<sup>448</sup>

Jayme de Barros, no *Diário da Noite* (RJ) de 23 de novembro de 1936 percebe afinidades entre a historiografia de Sérgio Buarque e a de Capistrano de Abreu, bem como com o ensaísmo de Paulo Prado. A crítica do passado é comum entre os autores: “não é outro o ponto de partida da obra pessimista de Capistrano de Abreu e do sombrio Retrato do Brasil de Paulo Prado”. O livro é elogiado por abrir largos horizontes para a “psicologia social” brasileira, convertendo-se em “roteiro intelectual para a verdadeira descoberta do Brasil”. A ressalva é feita ao fato de a matéria não avançar em direção a uma solução.<sup>449</sup>

Tem a mesma sensação Oscar Mendes, da *Folha de Minas* (Belo Horizonte), na seção “A Alma dos Livros”, de 17 de janeiro de 1937. O livro de Sérgio Buarque de Holanda é “um grande provocador de debates”, mas incorre em “grave falha”: “não conclui [...], não resume numa síntese forte e clara o seu julgamento, nem organiza num corpo de doutrina capaz de levar o Brasil a uma renovação de valores”. Por esse motivo, taxa a obra como “trabalho negativista e cético”. Disso resulta que, embora aflore temáticas pertinentes à atenção dos intelectuais aos problemas característicos da realidade brasileira, “não vai, de fato, às raízes do Brasil”.<sup>450</sup>

A *Folha da Manhã* (SP), de 28 de novembro de 1936, na pena de Rubens do Amaral, avalia que Sérgio Buarque “nos deu um estudo interessantíssimo sobre a influência da raça portuguesa na formação de nossa psicologia nacional”. Em seguida, contudo, assume o mesmo tom crítico dos pareceristas anteriores: “pena que o Sr. Sérgio Buarque de Holanda, notável na pesquisa e na exposição, seja tímido nas conclusões”. Sérgio Buarque critica, no capítulo final, o liberalismo no Brasil, o fascismo à brasileira e, igualmente, o comunismo, para o desespero de Rubens do Amaral: “E, então, que é que basta? Ou não há em Raízes do Brasil uma afirmação? Ou é tão sutil que escapou à minha percepção?”.<sup>451</sup>

<sup>448</sup> VASCONCELLOS, V. Raízes do Brasil. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 15 nov., 1936. [Arquivo Central da Unicamp/Siarq – Fundo Sérgio Buarque de Holanda].

<sup>449</sup> BARROS, J. Raízes do Brasil. *Diário da Noite*. Rio de Janeiro, 23 nov., 1936, s/p. [Arquivo Central da Unicamp/Siarq – Fundo Sérgio Buarque de Holanda].

<sup>450</sup> MENDES, O. A alma dos livros. *Folha de Minas*. Belo Horizonte, 17 jan. 1937 [Arquivo Central da Unicamp/Siarq – Fundo Sérgio Buarque de Holanda].

<sup>451</sup> AMARAL, R. Raízes do Brasil. *Folha da Manhã*. São Paulo, 28 nov. 1936. [Arquivo Central da Unicamp/Siarq – Fundo Sérgio Buarque de Holanda].

O crítico Sergio Milliet, amigo de Sérgio Buarque desde os anos 1920, também não lhe poupa da crítica, no *Estado de São Paulo* de 18 de novembro de 1936. Antes, contudo, elogia soberbamente os métodos e a escrita da história por Sérgio Buarque: “aos historiadores não interessa mais a exatidão dos fatos, mas, principalmente a interpretação [...]. Poucos escaparam à força centrífuga da cronologia: Capistrano de Abreu, Paulo Prado, Alcântara Machado, e outros, reservará sem dúvida a posteridade o título de precursores da nova maneira”. O elogio a Sérgio Buarque, neste aspecto, refere-se à vivacidade de seu pensamento histórico, ligado às questões mais substanciais de seu tempo presente: “reviver o passado parece ter sido o seu intuito mais positivo”. Por outro lado, observa que a generalização das teses de “interpretação do Brasil” tem seus defeitos mais ou menos graves, como “a abstração das contradições da realidade” e o descaso para com “a heterogeneidade do país”. Sua crítica, no entanto, concentra-se em outras questões, encontradas no capítulo final de *Raízes do Brasil*, sobre as “diretrizes apontadas”. Milliet aponta que o autor, em atitude modernista, rebela-se contra a volta ao passado e ao amor à tradição e que, ao invés, sugere que o ponto de referência e sentido desloque-se para o futuro. Mas, ao não apresentar respostas ao impasse central do livro, entre tradição e modernidade, “nada apresenta de positivo”:

Dirão que a crítica é extemporânea e que o autor não pretendeu resolver coisa alguma, mas tão somente fazer sua contribuição para o melhor conhecimento do Brasil. Concordamos. Vamos mais longe: admiramos a prudência da análise e o ceticismo sereno das suas considerações. Desejaríamos, porém, encontrar numa obra tão bem pensada e escrita alguns princípios norteadores, úteis para os que se preparam para o governo de amanhã, e no escritor de primeira grandeza, que o livro revela, uma dessas almas de líder que tanto carecemos.<sup>452</sup>

Uma hipótese explicativa oferecida para a não-resolução das tensões de *Raízes do Brasil* estaria em que Sérgio Buarque indica a necessidade de formulação de um caminho próprio às singularidades da formação histórica brasileira *a partir* da experiência histórica brasileira (o que excluiria o que ele chamava de “intelectualismos” e sistemas filosóficos totalizantes, como positivismo e marxismo, bem como encampa a crítica ao liberalismo).<sup>453</sup> É possível considerar como tese central do livro uma réplica ao descompasso entre o Brasil real e o Brasil legal, personalismo e impessoalidade, herança ibérica e modernização, na medida em que se propõe a uma interpretação que engloba as antíteses. A tensão do ensaio resultaria

<sup>452</sup> MILLIET, S. *Raízes do Brasil*. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 18 nov., 1936, s/p. [Arquivo Central da Unicamp/Siarq – Fundo Sérgio Buarque de Holanda].

<sup>453</sup> HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1936, p. 161.

da impossibilidade de cruzamento entre *cordialidade* (legado do iberismo) e *civilidade* (característica do americanismo), impasse que dificultaria, se não inviabilizaria, a constituição de uma esfera pública.<sup>454</sup>

A não-proposta de uma solução viável ou de um programa político palpável seria incondizente com os argumentos centrais do livro, de fundo hermenêutico-romântico, sobre espontaneidade e experiência, crescentes a partir das reservas interiores. Pode-se evocar, em favor do argumento do autor, o artigo de 1928, endereçado a Tristão de Athayde, quando afirma a pertinência das questões sociais, o que requereria um mergulho na história: “O pensamento que realmente quiser importar para nossa época [...] há de ser essencialmente um pensamento *apolítico*”.<sup>455</sup>

Além de servir a certo questionamento da expressão de *Raízes do Brasil* como “clássico de nascença”,<sup>456</sup> este breve olhar sobre as resenhas publicadas em jornais diversos no contexto imediato da obra, interessa-se por um aspecto específico da tensão de *Raízes do Brasil*. Este aspecto se relaciona ao horizonte de espera dos leitores, na medida em que orienta a leitura imediata da obra: inserida em dada historicidade, a novidade dialoga com as experiências que possui o leitor, que pode satisfazer ou romper com este horizonte de espera.

A reconstrução do horizonte de expectativa sob o qual uma obra foi criada e recebida no passado possibilita que se apresentem as questões para as quais o texto constitui uma resposta e que se descortine, assim, a maneira pela qual o leitor de outrora terá encarado e compreendido a obra.<sup>457</sup>

Interessa observar, portanto, a maneira pela qual a obra, no momento de seu aparecimento, atende, supera ou contraria as expectativas de seu público inicial, a fim de compreendê-la em sua historicidade, também relativa ao contexto de orientação do público leitor (assim, acreditamos cumprir uma proposta da história intelectual, que compreende a articulação entre trajetória do autor, texto e contexto). Segundo as resenhas críticas analisadas, há, então, duas tendências observáveis sobre as impressões do público inicial: primeiro, como vimos, *Raízes do Brasil* é saudado pela sua capacidade crítica e *interpretativa*, capaz de

---

<sup>454</sup> WEGNER, R., 2000, p. 51.

<sup>455</sup> HOLANDA, S. B. Tristão de Athayde [1928]. In: HOLANDA, S.B, 1988, p. 114.

<sup>456</sup> CANDIDO, A. O significado de *Raízes do Brasil*. In: HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. 26ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 10.

<sup>457</sup> JAUSS, H-R. *A história da literatura como provocação à teoria literária*. São Paulo: Ática, 1994, p. 35.

romper com a glorificação patriótica dos “heróis” do passado nacional e dotar de *sentido* a experiência histórica; em segundo lugar, e o mais instigante, a tensão inerente ao ensaio é percebida de imediato e criticada, a ausência de um desfecho sistemático em forma de programa político, como era comum nos trabalhos de época, é sentida pelos leitores especializados. De certa forma, portanto, decepciona o horizonte de espera dos leitores. Em particular, no caso dos integralistas, cujo projeto é enfaticamente rejeitado pelo autor, contraria suas expectativas: dois resenhistas partidários do Integralismo, Helio Vianna e Alberto Cotrim Neto, bradaram contra *Raízes do Brasil* e seu autor.<sup>458</sup>

*Raízes do Brasil* contém essa insígnia do tempo presente e uma antevisão do futuro. Sérgio Buarque se posiciona, sobretudo, a despeito do desentendimento da recepção imediata, como um crítico do liberalismo importado pelas oligarquias, tanto quanto dos sistemas do comunismo e do fascismo. Coerente consigo mesmo, Sérgio Buarque não tardaria a tomar novos pontos de vista. Atento aos acontecimentos políticos de seu tempo, “em particular aqueles que se relacionam com a circunstância da implantação, entre nós, de um regime de ditadura pessoal de inspiração totalitária”, já a segunda edição de *Raízes do Brasil*, de 1948, aparece substancialmente modificada. Simplesmente reproduzi-lo em sua forma originária, na opinião do autor, “seria reeditar opiniões e pensamentos que em muitos pontos deixaram de satisfazer”.<sup>459</sup>

---

<sup>458</sup> O jurista e militante do integralismo Alberto B. Cotrim Neto diz que o livro de Sérgio Buarque de Holanda é daqueles maus livros que surgem “estrepitosamente, sob a capa de preciosidade, embandeirado em arcos de prefácios laudatórios e publicidade bem urdida”. Some-se a isso o fato de “a crítica camarada tê-lo recebido em festa”. Causa-lhe espanto a audácia de Sérgio Buarque de contrariar teses “há muito estabelecidas pela chancela de nossos grandes sociólogos, principalmente Oliveira Vianna”. O que não pode ser permitido, segundo Alberto Cotrim, é que ele atente contra a verdade histórica quando diz que o Integralismo é afim à doutrina do Estado Totalitário, tal como teorizado por Carl Schmitt. Outra advertência de Alberto Cotrim a Sérgio é em razão das “alfinetadas que ele, com tanta falta de oportunidade, forçando a orientação do seu estudo, pretende dar no Integralismo”. Cotrim diz que o Integralismo não pode ser associado ao fascismo porque “organizará o país diferente de como a Itália organizou, centralizando, ao passo que nós objetivamos descentralizá-lo até os municípios”. Por fim, aconselha Buarque de Holanda a “estudar um pouquinho mais” (COTRIM NETO, A. *Raízes do Brasil. A Offensiva*, 3 fev., 1937). A saída de Sérgio Buarque aos epítetos ridicularizadores e à diminuição e caricaturização do papel do integralismo no Brasil, muito além de acusar desconhecimento do autor sobre o Integralismo, como quer dar a entender a leitura de Alberto Cotrim, pode ser associado a uma reminiscência de sua atividade modernista, o recurso à ironia derivada da profusa vida boêmia. Marcus Vinicius Corrêa Carvalho, por exemplo, chama atenção para o aspecto do “exagero” quase anedótico do autor na sua obra historiográfica. Diria Sérgio Buarque: “muitas vezes um par de anedotas serve melhor para definir um caráter que vinte páginas de atenta análise” (HOLANDA, S. B. Considerações sobre o americanismo. In: *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 28 set., 1941. *Apud* CARVALHO, M.V.C. O exagero na historiografia de Sérgio Buarque de Holanda. In: EUGÊNIO, J. K.; MONTEIRO, P. M. *op. cit.*, p. 474).

<sup>459</sup> HOLANDA, S. B. Prefácio à segunda edição. In: *Raízes do Brasil*. 26ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 25-6.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

### Sobre a atualidade de *Raízes do Brasil*

“E para nós, leitores da História, o passado aparece-nos como povoado de projetos, muitos dos quais ficaram incumpridos, fazendo assim da História o grande cemitério das promessas, não mantidas, do passado”.<sup>460</sup>

Paul Ricoeur, *O perdão pode curar?*

O primeiro capítulo do livro do escritor italiano Ítalo Calvino, que acabou por tornar-se um “clássico” sobre os clássicos, trata de maneira muito simples de definir o que é um clássico e para que “serve” a leitura dos textos clássicos da literatura ocidental nos tempos atuais. A conclusão, mordaz em sua ironia, verdadeira em sua simplicidade, aponta para uma aparente banalidade ao afirmar que a melhor razão para se ler os clássicos é que é melhor que não se ler os clássicos. Essa conclusão, que não tem nada de superficial, conquanto possa aparentar, esconde uma profunda crítica ao tempo presente – de fundo romântico,<sup>461</sup> talvez, humanista, sem dúvida –, de massacre da ordem tecno-liberal (que estava sendo inaugurada naquele início dos anos 1980, de quando data a coletânea de Ítalo Calvino) sobre a (in)tranquilidade do espírito que procura mergulhar na leitura dos clássicos em busca de conhecimento e autoconhecimento.

Em dois momentos da argumentação o autor sutilmente se refere à “falta de tempo” da atualidade e triunfo do “barulho” dos meios de comunicação e entretenimento, como consequência – acrescentamos – do ultra-liberalismo, agora ainda mais acirrado na aceleração de sua sanha lucrativa e desumana.<sup>462</sup> No primeiro momento, Ítalo Calvino diz que, para a

---

<sup>460</sup> RICOEUR, P. O perdão pode curar? In: HENRIQUES, F. (org.). *Paul Ricoeur e a Simbólica do Mal*. Porto, Edições Afrontamento, 2005, pp. 35-40.

<sup>461</sup> Michel Löwy e Robert Sayre, em *Romantismo e Política*, definem a atitude romântica, mesmo em seus variados matizes, como essencialmente *anticapitalista*: “o que todos os românticos [socialistas utópicos, marxistas, monarquistas, reacionários etc.] tinham em comum era a antipatia pelo capitalismo (alguns encarando-o de um ponto de vista aristocrático, outros em uma perspectiva plebeia)”. In: LÖWY, M.; SAYRE, R. *Romantismo e política*. São Paulo: Paz e Terra, 1993, p. 16. Outro traço fundamental da atitude romântica, consequente do desconforto diante do capitalismo, refere-se a uma certa nostalgia do passado pré-industrial: “a visão romântica toma um momento do passado real em que não havia características negativas do capitalismo, ou estas eram atenuadas, quando características humanas sufocadas pelo capitalismo ainda existiam, e o transforma em utopia, molda-o como encarnação das aspirações e das esperanças românticas”. In: *op. cit.*, p. 23.

<sup>462</sup> Eric Hobsbawm, em seu (também) clássico *A Era dos Extremos*, observa que, após a crise do petróleo de 1973, encerra-se um período dourado da economia capitalista Ocidental. Em seu lugar, “governos da direita ideológica, comprometidos com uma forma extrema de egoísmo comercial e *laissez-faire*, chegaram ao poder

leitura dos clássicos “é suficiente que a maioria perceba a presença dos clássicos como um reboar distante, fora do espaço invadido pelas atualidades, como a televisão a todo volume”.<sup>463</sup> No segundo momento, o autor alerta para o fato de que pode haver uma aparente contradição entre nosso “ritmo de vida” e a leitura dos clássicos: “ler os clássicos parece estar em contradição com o nosso ritmo de vida, que não conhece os tempos longos, o respiro do *otium* humanista”.<sup>464</sup> Subjaz a essas colocações, portanto, uma preocupação temporal: preocupação em relação à distância temporal entre o clássico como obra inscrita no passado mas que reverbera no tempo até a atualidade ou em relação às condições de leitura dos textos clássicos no tempo da chamada aceleração do tempo. É importantíssima, nesse sentido, e para o argumento de nosso trabalho, a décima terceira proposta de definição de “clássico” para Ítalo Calvino: “clássico é aquilo que tende a relegar as atualidades à posição de barulho de fundo, mas que ao mesmo tempo não pode prescindir desse barulho de fundo”.<sup>465</sup>

Pode-se evocar o mexicano, também ensaísta – como o Sérgio Buarque de *Raízes do Brasil* –, Octávio Paz, para ajudar-nos a entender a aceleração do tempo na modernidade e a perturbação dela decorrente, tal como acenada por Calvino. O tempo moderno, na visão de Octávio Paz, é paradoxal, causa uma “dupla e vertiginosa sensação”: o presente constante e imediatamente torna-se passado, enquanto, ao mesmo tempo, a antiguidade parece-nos próxima, presente. Há uma confusão entre passado e presente (ou tradição e modernidade) e suas diferenças evaporam-se. Disso decorre uma nova percepção da passagem do tempo: “a época moderna é a da aceleração do tempo histórico”.<sup>466</sup> A aceleração do tempo, explica o autor, naturalmente não quer dizer que os dias ou os anos passem mais rápido, que a Terra gire mais rápido em torno do Sol e de seu próprio eixo; quer dizer, tão somente, que mais

---

em vários países por volta de 1980. Entre esses, Reagan nos Estados Unidos e a confiante e temível sra. Thatcher na Grã-Bretanha (1979-90) eram os mais destacados”. In: HOBBSAWM, E. *A Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 245. A esse período, entre a crise do petróleo e a queda do socialismo soviético, Hobsbawm chama de “Décadas de Crise”. Seu grande problema ele a define da seguinte maneira: “A tragédia histórica das décadas de crise foi a de que a produção agora dispensava visivelmente seres humanos mais rapidamente do que a economia de mercado gerava novos empregos para eles. Além disso, esse processo foi acelerado pela competição global, pelo aperto financeiro dos governos, que – direta ou indiretamente – eram os maiores empregadores individuais, e não menos, após 1980, pela então predominante teologia de livre mercado que pressionava em favor da transferência de emprego para formas empresariais de maximização de lucros, sobretudo para empresas privadas que, por definição, não pensavam em outro interesse além do seu próprio, pecuniário”. In: *op. cit.*, p. 404.

<sup>463</sup> CALVINO, I. *op. cit.*, p. 15.

<sup>464</sup> *Idem*, *ibidem*.

<sup>465</sup> *Idem*, *ibidem*.

<sup>466</sup> PAZ, O. *Os filhos do barro: do romantismo à vanguarda*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984, p. 22.

coisas têm acontecido, na modernidade, durante os dias e os anos. Em nossa época, a noção de sucessão no tempo é substituída pela de simultaneidade, ou seja, “passam-se mais coisas e todas elas passam quase ao mesmo tempo”.<sup>467</sup>

Também o filósofo da hermenêutica Hans-Georg Gadamer preocupa-se em perscrutar o “clássico” (no bojo de sua apreensão com a atualização da tradição clássica) e a dimensão temporal que o envolve: o conceito do clássico não como um valor supra-histórico.<sup>468</sup> Compreender uma obra clássica em sua historicidade requer a devida atenção àquilo que ele apontava sobre a inevitabilidade da “fusão dos horizontes de expectativa” do presente (atual, de onde fala o intérprete/historiador) e do passado (que se quer reconstruir ou onde está a obra dada à leitura). As questões que se impõem são afetadas pelo horizonte atual, não podendo mais inserir-se em seu contexto original. A fusão de horizontes pode ser explicada recorrendo-se a outra expressão de Gadamer, a “distância temporal”, sintetizada na seguinte passagem:

o tempo já não é mais, primariamente, um abismo a ser transposto porque divide e distância, mas é, na verdade, o fundamento que sustenta o acontecer, onde a atualidade finca suas raízes. A distância no tempo, não é, por conseguinte, algo que deva ser superado. Esta era, antes, a pressuposição ingênua do historicismo, ou seja, que era preciso deslocar-se ao espírito da época, pensar segundo seus conceitos e representações em vez de pensar segundo os próprios, e somente assim se poderia alcançar a objetividade histórica. Na verdade, trata-se de reconhecer a distância no tempo como uma possibilidade positiva e produtiva do compreender [...].<sup>469</sup>

Esses autores, preocupados, a seu modo, com o estatuto e a importância dos clássicos (no eixo da temporalidade) e de sua leitura no contexto contemporâneo, fornecem-nos uma base para se pensar a atualidade (a continuidade da relevância, atualizada) do clássico ensaio de interpretação histórica *Raízes do Brasil*, de 1936. Temos visto que seu movimento, a partir da autoconsciência do seu lugar no tempo, se oferece como um projeto (mesmo assistemático e avesso à sobreposição de qualquer tipo de construção atemporal que se chocasse com a historicidade própria e espontânea da nação), um projeto de intervenção no presente, pela compreensão, pela orientação das expectativas, pelo entrelaçamento do passado com as experiências e expectativas presentes, pela crítica aos obstáculos à modernização e

---

<sup>467</sup> *Idem*, ibidem, p. 23.

<sup>468</sup> GADAMER, H-G. *Verdade e Método*: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997, p. 430.

<sup>469</sup> *Idem*, p. 445-448.



democratização das instituições da sociedade brasileira, obstáculos estes associados à herança colonial portuguesa. Isso na medida em que Sérgio Buarque não exatamente prescreve a modernização, mas contribuiu para a sua inteligibilidade e orienta de algum modo o direcionamento das expectativas.

Segundo o que se estudou nessa dissertação, *Raízes do Brasil* integra, em sua composição, uma avaliação crítica de toda a geração modernista; este foi o núcleo do primeiro capítulo. No modernismo estariam a origem das preocupações de Sérgio Buarque e a matriz das ideias por ele defendidas: tributário da geração de 1922, prosseguiria, a partir de 1924, em um caminho singular e mais ou menos radical, rompendo com alguns lados do modernismo, observando sua tendência conservadora e priorizando a questão da temporalidade (da experiência histórica) que se apresentava mister, posteriormente, à década de 1930. O ensaio de 1936, tributário igualmente de sua estada na Alemanha e do convívio com o historicismo e as ciências do espírito, fundamentou-se na concepção de tempo e na capacidade interpretativa da história elaboradas nesse ambiente, como procuramos demonstrar no segundo capítulo. Seu “estudo compreensivo”, conforme observamos no terceiro capítulo, buscou compreender os obstáculos historicamente antepostos à modernidade brasileira (em sua temporalidade específica), especialmente as questões da democracia e da cidadania. Personalismo e cordialidade, legados da tradição ibérica, ambos constituíam os entraves que caracterizavam a tensão entre tradição e mudança histórica. Principalmente isto: constitui sentido (aberto e fluido) sobre a experiência temporal, de modo a apontar uma perspectiva modernizadora e democrática.

Não podemos deixar de considerar que há muito de inatual no clássico de 1936, a começar pela abrangência tipicamente ensaística de seu tema, a história da transplantação da cultura ibérica para o Novo Mundo. Mas o próprio Sérgio Buarque, no mesmo ano de 1936, daria seus primeiros passos em direção à profissionalização e especialização, como historiador de ofício, ao ser nomeado assistente dos professores franceses Henri Hauser (História Moderna) e Henri Tronchon (Literatura Comparada), ambos integrantes da “missão francesa” que viera fundar a efêmera Universidade do Distrito Federal (UDF), em 1935. A partir daí o autor passa por um novo processo de amadurecimento. Esse novo percurso culminaria em 1959, com a publicação de sua tese de cátedra, *Visão do Paraíso*. Em detrimento de *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque considerava o livro de 1959 seu melhor trabalho, mais bem documentado e melhor amparado nas fontes históricas. De *Raízes do Brasil* ele desistiu. Ao ser convidado para uma tradução francesa, deu o tom do seu desânimo:

Há um tempo, uma editora francesa, a Gallimard, me propôs a tradução de *Raízes do Brasil*. Pediram-me também um ensaio, que seria publicado na edição francesa, atualizando minhas ideias. Tentei, mas acabei desistindo. O livro está superado e plenamente datado”.<sup>470</sup>

Não desistiria, contudo, em antes tê-lo modificá-lo substancialmente para a segunda edição, em 1948.<sup>471</sup> No mesmo ano, em uma carta aberta a Cassiano Ricardo que pretende resolver a querela em torno do “homem cordial”, ele declara que a cordialidade não lhe parece virtude que possa prevalecer independentemente das circunstâncias mutáveis da existência:

Acredito que, ao menos na segunda edição de meu livro, tenha deixado esse ponto bastante claro: [...] o homem cordial acha-se fadado a desaparecer, onde ainda não desapareceu de todo. E às vezes receio sinceramente que já tenha gasto muito cera com esse pobre defunto.<sup>472</sup>

Em palestra proferida na Escola Superior de Guerra (ESG), em 1967, ele voltaria a se ocupar do livro, para defendê-lo de supostas deslocadas interpretações da parte dos militares: “Convidado a falar-vos do ‘homem brasileiro’ não se estranhe que deva eu principiar por esta tentativa de autocrítica, incidindo sobre opiniões que provavelmente sugeriram esse convite”. Sérgio Buarque se apressa em evitá-las:

---

<sup>470</sup> HOLANDA, S. B. A democracia é difícil. In: HOLANDA, S. B. *Sérgio Buarque de Holanda: Entrevistas*. Organização de Renato Martins. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2009, p. 86 [Originalmente publicado na revista *Veja*, 28 jan. 1976].

<sup>471</sup> As substanciais mudanças entre a primeira e a segunda edição foram analisadas em pormenores, por exemplo, entre outros que anteriormente comentamos, por João Kennedy Eugênio na tese “Ritmo espontâneo: o organicismo em *Raízes do Brasil*”. Muito resumidamente, podemos dizer que ele relaciona as alterações aos impactos dos acontecimentos, no plano internacional, da Segunda Guerra Mundial e, no contexto nacional, do Estado Novo varguista: a crítica dos valores orgânicos e irracionaisistas da filosofia da vida de Klages, bem como o caráter de ensaio, que deixa em aberto múltiplas possibilidades de interpretação, “têm sua parte na mudança de ânimo de Sérgio quanto a *Raízes do Brasil*. Ele sofreu o impacto das manifestações públicas de Thomas Mann e outros alemães que admirava e isto afetou sua percepção de *Raízes do Brasil*, que passou a intimamente considerar com severidade [...] Sérgio Buarque se sentia incomodado com algo no argumento organicista em *Raízes do Brasil*. [...] Enquanto colegas modernistas colaboravam com o Estado Novo – Drummond, Mário de Andrade, Villa Lobos, Prudente de Moraes Neto – Sérgio entrou em crise ao perceber que um regime de força tomava para si [no discurso da tradição e modernização] o apreço pelas *Raízes do Brasil*”. EUGÊNIO, J. K. *op. cit.*, p. 322.

<sup>472</sup> HOLANDA, S. B. Carta a Cassiano Ricardo. In: *Raízes do Brasil – Edição comemorativa dos 70 anos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, pp. 393-396 [Publicada originalmente na revista *Colégio*, n.3, São Paulo, setembro de 1948].

Em nenhum momento, é verdade, deixara eu transparecer em suas páginas [de *Raízes do Brasil*] qualquer sedução pelos regimes de força. Publicado o livro em 1936, quando andava em maré alta a pregação do integralismo, oferecia ele, ao contrário, uma denúncia inequívoca do fascismo, tanto em suas manifestações europeias quanto na variante indígena”.<sup>473</sup>

Esse “abandono” de *Raízes do Brasil* da parte de Sérgio Buarque não se tratava de apenas não se deixar satisfazer com as teses anteriormente defendidas no ensaio, já que muitas delas têm continuidade na obra posterior, muito menos por mero capricho do autor. Atentemos à seguinte passagem de uma entrevista, aparentemente muito simples: “Hoje, eu não me aventuraria mais a tentar uma empreitada dessa espécie. Simplesmente porque os tempos são outros”.<sup>474</sup> O que havia mudado nesses tempos outros? Já fizemos menção à profissionalização de Sérgio Buarque como historiador, acompanhando e mesmo contribuindo para as transformações do campo da história ao longo do século XX no Brasil. A profissionalização e especialização do campo teriam minado a pretensão ensaística de mais amplo alcance.

Outra transformação, de importância fundamental, arrolada entre a escrita do ensaio e a declaração acima, dada nos anos 1970, diz respeito a uma mudança de referenciais para a *intelligentsia* que se debruçou sobre os estudos do Brasil, entre a construção da nação e a crise do Estado-nação, conforme procura demonstrar o sociólogo Luciano Martins, de quem seguimos o raciocínio.<sup>475</sup> Essa crise produziu impacto sobre certo padrão de relacionamento tradicional estabelecido entre os intelectuais e a política no Brasil, pautado outrora no que se costumou chamar “projeto nacional de desenvolvimento”. Pelo menos desde a década de 1920 formara-se no Brasil uma intelectualidade moderna que começou a questionar a realidade brasileira e buscar por suas raízes, sua identidade própria e suas potencialidades para se tornar uma nação moderna. Sérgio Buarque, como vimos, apresentou um percurso singular nesse contexto. No decorrer das décadas seguintes, entre 1930 e 1960, a atuação dessa intelectualidade foi ora no sentido de fundamentar as bases do projeto nacional de

<sup>473</sup> HOLANDA, S.B. Elementos básicos da nacionalidade: o homem. In: MONTEIRO, P.M.; EUGÊNIO, J. K. *Sérgio Buarque de Holanda: Perspectivas*. Campinas, SP: Ed. Unicamp; RJ: Eduerj, 2008, p. 619. O texto foi publicado originalmente em folheto que reproduzia palestra proferida na Escola Superior de Guerra (ESG) em 1967.

<sup>474</sup> HOLANDA, S. B.. A democracia é difícil. Entrevista com Sérgio Buarque de Holanda [1976]. In: *op. cit.*, 2009, p. 84-93.

<sup>475</sup> MARTINS, L. A *intelligentsia* em situação de mudança de referentes: da construção da nação à crise do Estado-nação. In: BETHELL, L. (Org.) *Brasil: Fardo do passado, promessa do futuro: dez ensaios sobre política e sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 305-322.

desenvolvimento, ora de defender os direitos humanos e civis em períodos de autoritarismo, com base em um conjunto de convicções em torno de valores sociais convertidos em projetos nacionais. Hoje, duas condições para a viabilidade desses projetos não se encontram mais ativas: o conjunto articulado de proposições e capacidade de intervenção na arena política, a partir dos anos 1970, em consequência de razões internas e externas daquela conjuntura, como a crise mundial do petróleo, a dívida externa e o problema da inflação. O problema, contudo, explica o sociólogo, era mais fundo, estrutural e não conjuntural. Era a própria crise do Estado-nação a razão preponderante para uma perplexidade diante do futuro e ausência de projetos alternativos de desenvolvimento:

Hoje, os processos transnacionais, os interesses particularistas, as novas tendências da chamada sociedade da informação, os processos multinacionalizantes do capital, o mercado financeiro, enfim, implodiram a categoria “nação”, suas fronteiras tradicionais e estrutura cultural.<sup>476</sup>

Assim, pode-se dizer que, uma vez mais, a sensibilidade histórica de Sérgio Buarque se deixa ver nessa entrevista. São esses os “tempos outros” a que ele se refere. Por esses motivos, pela percepção de tais mudanças profundas, *Raízes do Brasil* perdera sentido em sua opinião, simplesmente “porque os tempos são outros”.

Se, por um lado, ele é o primeiro a fazer a autocrítica do livro de estreia (o que contribui em muito para um desvio do marco canônico ou monumental que a obra tenha assumido após o prefácio laudatório de Antonio Candido para a quinta edição, de 1967)<sup>477</sup> e renegá-lo como “um pobre defunto” ou “um livro plenamente superado e datado”, por outro, é inegável a sua atemporalidade (está na 26ª. edição e em 2006 foram comemorados os 70 anos de sua aparição com edição luxuosa) e atualidade, em termos teórico-metodológicos e de resposta a demandas e carências de orientação do Brasil.

Abranger a atualidade de um clássico significa torná-lo compreensível para os tempos atuais. É uma das tarefas da história intelectual, segundo François Dosse, considerar a reconstrução de um pensamento na singularidade de seu momento histórico preciso de

---

<sup>476</sup> *Idem*, *ibidem*.

<sup>477</sup> FRANZINI, F. A década de 1930, entre a memória e a história da historiografia brasileira. In: GONTIJO, R. et al (ORGs.) *Estudos de Historiografia Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 261-276. Maria Stella Bresciani, em seu recente estudo sobre Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil, entende que “considerar seus textos [dos ditos clássicos da historiografia brasileira] interpretações canônicas significa, a meu ver, uma traição a eles”. In: BRESCIANI, M. S. *O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil*. São Paulo: Unesp, 2005, p. 16.

aparição, mas “sem deixar de lado a mensagem que ele carrega tempo afora até nossa atualidade, o modo como nos fala de nossa contemporaneidade”.<sup>478</sup> Revisitar *Raízes do Brasil* em sua historicidade é revisitar promessas não cumpridas do passado brasileiro. Que futuro sondava para o Brasil Sérgio Buarque de Holanda a partir da interpretação crítica de suas raízes? Em que medida ele pode oferecer, ainda, alguma orientação?

Conforme o estudo de Henrique Estrada Rodrigues sobre a democracia na obra de Sérgio Buarque de Holanda, a questão não aparece nitidamente, não se vê na obra do autor uma definição formal conceitual. Há, sobretudo, a descrição dos entraves à democracia, ou seja, uma crítica democrática, em razão da crise da democracia liberal dos anos 1930. Por um lado, a confusão entre público e privado, personalismo e cordialidade, o que se traduz em um Estado patrimonial. De outro, uma forma de Estado tutelar, nas reformas de cima para baixo da sociedade e na sua reorganização rumo ao progresso e à modernização. Sérgio Buarque explica que, historicamente, a construção das instituições republicanas sempre veio de cima para baixo. Esse modelo autoritário de organização, trazido de Portugal, fora intensificado devido à escravidão. A confusão entre o público e o privado contribuiu para a não-separação entre as coisas públicas e os negócios privados, culminando no “homem cordial”, incapaz de separar as coisas do trato pessoal das coisas de feição pública.

O “mal compreendido” da democracia poderia significar, portanto, isto: a projeção, no espaço público, tanto de um velho personalismo luso-colonial como de um discurso de ruptura com essa mesma tradição, deixando vazar um reformismo comprometido nem tanto com o interesse comum, mas com a lógica do seu próprio poder.<sup>479</sup>

O polêmico “homem cordial” aparece como figura central na formação do caráter brasileiro, de uma elite preocupada consigo mais que com os rumos da nação. A tese central, então, dava conta de que, entre nós, o Estado-republicano somente se afirmaria quando se desprendesse efetivamente dos particularismos sociais e do precedente Estado patrimonial e a eles se contrapusesse como uma esfera pública impessoal. Da interpenetração entre arcaico e moderno, insurgia o tema da cidadania no espaço público. Os problemas relativos a essa inclusão configuram o centro da discussão sobre os “novos tempos”. A inquietação com a

<sup>478</sup> DOSSE, F. Da história das ideias à história intelectual. In: *História e Ciências Sociais*. Bauru, SP: Edusc, 2004, p. 294.

<sup>479</sup> RODRIGUES, H. E. *Fronteiras da democracia em Sérgio Buarque de Holanda*. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo, FFLCH, 2003, p. 9.

questão reanima o leitor contemporâneo para a necessária reflexão sobre o caráter excludente da modernidade – questão hoje em dia recolocada em escala global.

O tema da “fachada de democracia” no Brasil, uma das linhas de força da obra de Sérgio Buarque, seria retomado em *Do Império à República*, de 1972, último livro do autor, considerada pela crítica uma obra política que dissimula uma crítica ao regime militar então vigente. A narrativa de Sérgio Buarque de como se deu o fim do Império brasileiro engloba a compreensão de fatores significativos para o mundo de seu contexto de orientação. Sérgio Buarque percebe uma tradição de orientação política, consolidada na segunda metade do século XIX e que ainda se fazia presente entre os seus contemporâneos nos anos 1970. A problemática de *Do Império à República* torna explícita a permanência e atualidade de tal tradição no Brasil dos anos 1970.

Ele nos fala, portanto, em 1936, como em 1972, de certa hostilidade da cultura política brasileira em relação ao regime democrático-representativo. A concepção de democracia que critica é a democracia como um “bem descartável” e não como valor em si.<sup>480</sup> Nesses dois momentos não por acaso o Brasil vivia sob regimes instáveis, em vias de processo de fechamento, como aconteceria em 1937, ou francamente autoritários, como o período da ditadura militar. Suas críticas democráticas, mesmo com um amplo processo de transformações ocorridas entre ambos os períodos e até hoje, ainda são importantes, sobretudo na medida em que alguns quadros destacados pelo autor permanecem operantes na sociedade e na política brasileiras. De acordo com a análise densa de Leslie Bethell, a evolução da democracia brasileira do início ao final do século XX foi de uma “eleição sem democracia” para uma “democracia sem cidadania”.<sup>481</sup> Em primeiro lugar a situação de desigualdade social, pobreza e exclusão têm raízes no passado colonial e na escravidão, raízes que Sérgio Buarque ajudou a elucidar quando identificou na Abolição o início da “Nossa Revolução” como processo de rápida urbanização. O próprio sistema presidencialista, na opinião de Bethell, seria uma continuidade da expressão personalista e de certa forma autoritária de nossas raízes. Ainda assim, o governo democrático hoje goza do *status* de “solidificado”, pois que desde os anos 1980 ainda não se ensaiou nenhum enclave autoritário; mas tem se

---

<sup>480</sup> LAMOUNIER, B. Sérgio Buarque os “grilhões do passado”. In: HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. Edição comemorativa 70 anos. São Paulo: Cia das Letras, 2006, p. 292.

<sup>481</sup> BETHELL, L. Política no Brasil: de eleições sem democracia a democracia sem cidadania. In: BETHEL, L. (Org.) op. cit., p. 9-43.

mostrado insuficiente, por outro lado, ainda que com alguns avanços recentes, na erradicação da pobreza e atenuação das desigualdades.

Portanto, se a democracia avançou, não se pode dizer o mesmo da cidadania. Uma das críticas do Sérgio Buarque dos tempos de juventude à democracia liberal influente no Brasil desde o século XIX era exatamente a insuficiência de uma democracia sem participação popular, sem fundamentação nos quadros sociais, distante da “massa”. O desencanto com a República Velha vinha muito da continuidade dessa “tradição”, em que as eleições pareciam mais demonstrações públicas de lealdade pessoal e controle do Estado patrimonial em função de interesses de minorias privilegiadas. Esse estado Bethell chamou de “eleições sem democracia”. Sobre a Nova República brasileira, após o regime militar ele adverte que ela foi criada sobre as bases autoritárias do período militar, como denuncia a transição pactuada, pacífica e sem maiores rupturas entre um regime e outro. A crítica da permanência das raízes de autoritarismo mesmo em um regime democrático foi um dos fortes argumentos de Sérgio Buarque. Ela deveria, segundo sua sugestão, representar um “contorno congênito” do social, emergir de suas demandas específicas e não de cima para baixo, como de costume nas transformações políticas do país. Essa crítica ainda pode nos servir para pensar, portanto, sobre a precariedade da democracia brasileira. Enquanto ela não se esforçar por equacionar problemas sociais se mostrará menos sólida e menos atraente para a adesão popular. Isso é, no limite, um risco que se corre de queda no autoritarismo.

Em termos teóricos, à área de teoria da história e historiografia, *Raízes do Brasil* também tem ainda algo a dizer. A historicidade aberta ao futuro não é a projeção de um projeto plenamente pensado e fechado em si mesmo; a própria racionalidade da ação sob ritmo espontâneo mantém aberto o campo de possibilidades e dá vazão à noção de utopia, entendida não como suporte de uma lógica insensata, mas como o elixir inspirador de ultrapassagens e transgressões. O pensamento utópico, assim, “abre uma via para a orientação da existência humana, na qual representações de outras circunstâncias de vida aparecem como expressão de carências de mudança do mundo, motivadoras do agir”.<sup>482</sup> A fórmula democrática que Sérgio Buarque evoca ao falar dos “novos tempos” das raízes brasileiras, fundada sobre a experiência singular da brasilidade e derivada da espontaneidade de seu caráter – distante, portanto, das propostas normativas dos “pedagogos da prosperidade – pode servir, ainda, para se alertar contra a utilização da democracia em favor do direito de

---

<sup>482</sup> RÜSEN, J. *História Viva*. Teoria da História III: Formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: UnB, 2007, p. 138.

ingerência e tutela cultural das grandes potências: por uma democracia mais democrática (Todorov), um humanismo mais humano (Said e Rüsen) ou um universalismo mais universal (Wallerstein);<sup>483</sup> de forma intercultural, diria Rüsen, que renega a um só tempo tanto os particularismos fragmentadores quanto o etnocentrismo totalizante, ambos inimigos do passado fluido, carregado das tensões da história.<sup>484</sup> Isso porque, arriscamos dizer, subsiste um “critério de humanidade” sobre a noção de historicidade engendrada em *Raízes do Brasil*. A vivacidade da história, a própria historicidade, a compreensão hermenêutica – fundamento das ciências humanas –, o “ritmo espontâneo”, esses caracteres são essenciais no horizonte epistemológico de *Raízes do Brasil*, particularmente, como procuramos demonstrar, a ancoragem no pensamento histórico alemão e a noção de mudança histórica do tempo moderno. O elemento “humano” nesse ínterim seria uma espécie de ponto de vista ético. O tempo todo o autor opõe esses elementos ao caráter “inumano” dos formalismos e princípios puramente abstratos.<sup>485</sup> Era própria do historicismo, segundo Rüsen, essa crítica das concepções “abstratas”, inclusive de uma concepção abstrata de “Humanidade”, como preconizaram o iluminismo e o progresso. Sua referência à humanidade era material, conclamava pela concretização da “unidade da humanidade na multiplicidade das culturas”.<sup>486</sup> Não seria outra a contribuição de um Herder, na “gênese do historicismo” durante o XVIII,<sup>487</sup> empenhado em fazer crer que a característica mais premente da história é a história da diversidade (das culturas e das nações). Assim, ele abriu uma das questões da mais alta

---

<sup>483</sup> Estes autores, ainda que provenientes de diferentes escolas e tradições de pensamento ou de diferentes contextos espaço-temporais, possuem reflexões em comum sobre “humanidade”, sintonizadas com os ditames da era global e suas profundas contradições. Wallerstein diz que conceitos como democracia e direitos humanos não são autoevidentes e precisam ser “analisados com atenção, despidos de seus parâmetros nocivos e não-essenciais [...] para que sejam postos a serviço de muitos e não de poucos” (WALLERSTEIN, I. *O universalismo europeu: a retórica do poder*. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 28). Todorov, sobre a democracia contemporânea, alerta sobre seus “inimigos íntimos”, como o populismo e o ultraliberalismo; contudo, suas vantagens na era global, como a prática do pluralismo, contribuiriam para formar uma base de valores opostos à desumanização: “a programação dos cérebros ou a toyotização dos comportamentos” (TODOROV, T. *Os inimigos íntimos da democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012). Rüsen, por sua vez, em suas reflexões de ponta sobre teoria da história, propõe um “humanismo intercultural”, capaz de superar o etnocentrismo e o relativismo pós-moderno. Em franco diálogo com aspectos do pensamento de Paul Ricoeur sobre memória, Rüsen propõe uma espécie de terapia para os traumas da consciência histórica: “a identidade histórica pode ser liberada do sofrimento de um fio rompido entre passado e futuro [...]” (RÜSEN, J. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. *História da Historiografia*, Ouro Preto (UFOP), n. 2, mar. 2009).

<sup>484</sup> RÜSEN, J; LAASS, H. (Orgs). *Humanism in intercultural perspective: experiences and expectations*. Piscataway, NJ: Transaction publishers, 2009.

<sup>485</sup> HOLANDA, S.B., 1936, p. 96.

<sup>486</sup> RÜSEN, J. Iluminismo e historicismo: premissas históricas. In: RÜSEN, J. *Aprendizagem histórica: fundamentos e paradigmas*. Curitiba: W.A. Editores, 2012, p. 31.

<sup>487</sup> MEINECKE, F. *Historicismo y su génesis*. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1943.



relevância para as ciências humanas e sociais, hoje, em tempos de “história global”. Nas suas “Ideias para a Filosofia da História da Humanidade” encontra-se uma coincidência notável entre o pensamento histórico de Herder e o desfecho de *Raízes do Brasil*. O autor alemão diz que para a autorrealização humana, “para esta ser o que é e tornar-se o que era capaz de ser”, era necessário “conservar uma natureza espontânea e ter um campo de ação livre”.<sup>488</sup>

Desse modo, pela leitura da “historicidade em *Raízes do Brasil*”, acreditamos ter nos aproximado daquilo que Leo Spitzer chamava o “étimo espiritual” de um autor. O processo de leitura hermenêutica de Spitzer requer uma embriaguez na atmosfera da obra, para, por meio de releituras constantes, entender como a parte explica o todo: “chegar à unidade de um autor, [...] seu “centro vital interior” [...] o centro gerador de vida, o sol do sistema solar”.<sup>489</sup> Em *Raízes do Brasil* esse sol era a liberdade da desordem espontânea do Brasil, que deveria ser preservada se se quisesse, assim, um dia “encontrar com sua realidade” e manter aberto o campo de possibilidade de evasão para outros futuros possíveis. Quando boa parte dos projetos teórico-metodológicos para a história entraram em crise após 1989, um olhar sobre os clássicos da compreensão pode oferecer, nesse início de século XXI, a oportunidade de a teoria da história e a historiografia repensarem-se a si próprias e reencontrarem-se com parte de suas origens.

É no sentido da paciência da leitura e compreensão e atualização de seus aspectos particulares que a leitura de um clássico, como dizíamos antes, pode trazer poderoso efeito terapêutico contra a ansiedade e brutal afã de aceleração e controle do tempo. Seu antídoto não é entorpecente, no sentido de representar uma simples evasão ou fuga do tempo; antes, instiga a preservar a reflexividade diante da velocidade das transformações na era tecnocrata. Suas reservas íntimas criam resistência para evitar que se estrepe na carona de modismos, assim como, de outro lado, a “fusão de horizontes” evita que se medite sobre o inatural. Retomando Ítalo Calvino, a leitura do clássico é tempo de respirar o ócio humanista, lá onde se ouvem os ecos do universo, lá de onde partem as reflexões.

---

<sup>488</sup> HERDER, J. G. Ideias para a Filosofia da História da Humanidade. In: GARDINER, P. (Org.) *Teorias da História*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1969, p. 56.

<sup>489</sup> SPITZER, L. *Linguística e historia literaria*. Madri: Editorial Gredos, 1974, p. 42.

## REFERÊNCIAS

### Fontes e bibliografia

#### 1. FONTES

##### 1.1.2 Livros e capítulos de Sérgio Buarque de Holanda

HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.

\_\_\_\_\_. *Raízes do Brasil*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1948.

\_\_\_\_\_. *Raízes do Brasil*. 26ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

\_\_\_\_\_. *Raízes do Brasil*. Edição comemorativa 70 anos. Orgs. Ricardo Benzaquen de Araújo e Lília Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

\_\_\_\_\_. *O espírito e a Letra: estudos de crítica literária I (1920-1947)*. Antonio Arnoni Prado (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1996b.

\_\_\_\_\_. *O espírito e a Letra: estudos de crítica literária II (1920-1947)*. Antonio Arnoni Prado (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1996c.

\_\_\_\_\_. *Livro dos prefácios*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996a, p. 162-218.

\_\_\_\_\_. O atual e o inatual na obra de Leopold von Ranke [1974]. In: *Livro dos prefácios*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996a, p. 162-218.

\_\_\_\_\_. Corpo e alma do Brasil [1935]. In: MONTEIRO, P.M.; EUGÊNIO, J. K. *Sérgio Buarque de Holanda: Perspectivas*. Campinas, SP: Ed. Unicamp; RJ: Eduerj, 2008.

\_\_\_\_\_. Elementos básicos da nacionalidade: o homem [1967]. In: MONTEIRO, P.M.; EUGÊNIO, J. K. *Sérgio Buarque de Holanda: Perspectivas*. Campinas, SP: Ed. Unicamp; RJ: Eduerj, 2008.

\_\_\_\_\_. “Prefácio à segunda edição”. In: *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

\_\_\_\_\_. *Tentativas de Mitologia*. São Paulo: Perspectivas, 1979.

\_\_\_\_\_. *Do Império à República*. São Paulo: Bertrand Brasil, 2012.

##### 1.1.3 Artigos em periódicos de Sérgio Buarque de Holanda

HOLANDA, S. B. Originalidade literária [1920]. In: *O Espírito e a Letra*: estudos de crítica literária: 1920-1947. Antonio Arnoni Prado (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1996b.

\_\_\_\_\_. Perspectivas [1925]. In: *O Espírito e a Letra*: estudos de crítica literária: 1920-1947. Antonio Arnoni Prado (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1996b.

\_\_\_\_\_. Romantismo e tradição [1924]. In: *O Espírito e a Letra*: estudos de crítica literária: 1920-1947. Antonio Arnoni Prado (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1996b.

\_\_\_\_\_. Um homem essencial [1924]. In: *O Espírito e a Letra*, estudos de crítica literária 1: 1902-1947. Org. Antônio Arnoni Prado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996b.

\_\_\_\_\_. O lado oposto e outros lados [1926]. In: *O Espírito e a Letra*, estudos de crítica literária 1: 1902-1947. Org. Antônio Arnoni Prado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996b.

\_\_\_\_\_. Ronald de Carvalho—Estudos brasileiros [1925]. In: *O Espírito e a Letra*, estudos de crítica literária 1: 1902-1947. Org. Antônio Arnoni Prado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996b.

\_\_\_\_\_. Ariel [1920]. In: *O Espírito e a Letra*: Estudos de crítica literária I: 1920-1947. Org. Antonio Arnoni Prado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996b.

\_\_\_\_\_. O Fausto (a propósito de uma tradução) [1920]. In: *O Espírito e a Letra*: Estudos de crítica literária I: 1920-1947. Org. Antonio Arnoni Prado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996b.

\_\_\_\_\_. Enéas Ferraz – A história de João Crispim [1922]. In: *O Espírito e a Letra*: Estudos de crítica literária I: 1920-1947. Org. Antonio Arnoni Prado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996b.

\_\_\_\_\_. Plágios e plagiários [1921]. In: *O Espírito e a Letra*: Estudos de crítica literária I: 1920-1947. Org. Antonio Arnoni Prado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996b.

\_\_\_\_\_. O gênio do século [1921]. In: *O Espírito e a Letra*, estudos de crítica literária 1: 1902-1947. Org. Antônio Arnoni Prado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996b.

\_\_\_\_\_. O futurismo paulista [1921]. In: *O Espírito e a Letra*, estudos de crítica literária 1: 1902-1947. Org. Antônio Arnoni Prado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996b.

\_\_\_\_\_. Guilherme de Almeida [1921]. In: *O Espírito e a Letra*, estudos de crítica literária 1: 1902-1947. Org. Antônio Arnoni Prado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996b.

\_\_\_\_\_. Manuel Bandeira [1922]. In: *O Espírito e a Letra*, estudos de crítica literária 1: 1902-1947. Org. Antônio Arnoni Prado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996b.

\_\_\_\_\_. Os novos de São Paulo [1922]. In: *O Espírito e a Letra*, estudos de crítica literária 1: 1902-1947. Org. Antônio Arnoni Prado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996b.

\_\_\_\_\_. A literatura nova de São Paulo [1922]. In: *O Espírito e a Letra*, estudos de crítica literária 1: 1902-1947. Org. Antônio Arnoni Prado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996b.

\_\_\_\_\_. Romantismo e tradição [1924]. In: *O Espírito e a Letra*, estudos de crítica literária 1: 1902-1947. Org. Antônio Arnoni Prado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996b.

\_\_\_\_\_. Notas do Espírito Santo [1927]. In: *Raízes de Sérgio Buarque de Holanda*. Francisco Assis Barbosa (org.). Rio de Janeiro: Rocco, 1989.

\_\_\_\_\_. Tristão de Athayde [1928]. *Raízes de Sérgio Buarque de Holanda*. Organização de Francisco Assis Barbosa. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

\_\_\_\_\_. O Estado Totalitário [1935]. *Raízes de Sérgio Buarque de Holanda*. Organização de Francisco Assis Barbosa. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

\_\_\_\_\_. A moderna literatura brasileira [1930]. In: COSTA, M (Org). *Sérgio Buarque de Holanda: Escritos coligidos: livro I, 1920-1949*. São Paulo: Unesp: Fundação Perseu Abramo, 2011.

\_\_\_\_\_. Em lugar de qualquer prefácio [1929]. In: COSTA, M (Org). *Sérgio Buarque de Holanda: Escritos coligidos: livro I, 1920-1949*. São Paulo: Unesp: Fundação Perseu Abramo, 2011.

\_\_\_\_\_. Depois da Semana [1952]. In: COSTA, M. (Org.) *Por uma nova história: textos de Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

\_\_\_\_\_. Missão e profissão [1948]. In: *O Espírito e a Letra*, estudos de crítica literária II: 1948-1959. Org. Antônio Arnoni Prado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996c, p. 40.

\_\_\_\_\_. Fluxo e refluxo III [1948]. In: *O Espírito e a Letra*, estudos de crítica literária II: 1948-1959. Org. Antônio Arnoni Prado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996c, p. 343.

\_\_\_\_\_. Homeopatas [1921]. In: EUGÊNIO, J. K; MONTEIRO, P. M. *Sérgio Buarque de Holanda: Perspectivas*. Campinas, SP; Rio de Janeiro: Editora Unicamp, Eduerj, 2008.

\_\_\_\_\_. O homem-máquina [1921]. In: EUGÊNIO, J. K; MONTEIRO, P. M. *Sérgio Buarque de Holanda: Perspectivas*. Campinas, SP; Rio de Janeiro: Editora Unicamp, Eduerj, 2008.

\_\_\_\_\_. Através da Alemanha [1929]. In: *Raízes de Sérgio Buarque de Holanda*. Francisco Assis Barbosa (org.). Rio de Janeiro: Rocco, 1989.

\_\_\_\_\_. Através da Alemanha II [1929]. In: *Raízes de Sérgio Buarque de Holanda*. Francisco Assis Barbosa (org.). Rio de Janeiro: Rocco, 1989.

\_\_\_\_\_. Através da Alemanha III [1929]. In: *Raízes de Sérgio Buarque de Holanda*. Francisco Assis Barbosa (org.). Rio de Janeiro: Rocco, 1989.

HOLANDA, S. B. Thomas Mann e o Brasil [1930]. In: *Raízes de Sérgio Buarque de Holanda*. Francisco Assis Barbosa (org.). Rio de Janeiro: Rocco, 1989.

\_\_\_\_\_. Corpo e alma do Brasil [1935]. In: MONTEIRO, P.M.; EUGÊNIO, J. K. *Sérgio Buarque de Holanda: Perspectivas*. Campinas, SP: Ed. Unicamp; RJ: Eduerj, 2008.

\_\_\_\_\_. O senso do passado [1952]. In: COSTA, M. (Org.) *Por uma nova história: textos de Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

\_\_\_\_\_. Cultura e política. In: *Tentativas de Mitologia*. São Paulo: Perspectiva, 1978, p.37-60.

#### 1.1.4 Entrevistas, apontamentos, correspondências

HOLANDA, S. B. *Sérgio Buarque de Holanda: Entrevistas*. Organização de Renato Martins. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2009.

\_\_\_\_\_. Modernismo não é escola, é estado de espírito: conversa com Prudente de Moraes Neto e Sérgio Buarque de Holanda [1925]. In: HOLANDA, S. B. *Sérgio Buarque de Holanda: Entrevistas*. Organização de Renato Martins. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2009.

\_\_\_\_\_. A democracia é difícil [1976]. Entrevista com Sérgio Buarque de Holanda. In: *Sérgio Buarque de Holanda*. Org. Renato Martins. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2009.

\_\_\_\_\_. “Todo historiador precisa ser um bom escritor” – Entrevista a Richard Graham [1982]. In: *Sérgio Buarque de Holanda: Entrevistas*. Organização de Renato Martins. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2009.

HOLANDA, M. A. *Apontamentos para a cronologia de S.* [1979]. Coleção Especial SBH – Biblioteca Central/Unicamp.

HOLANDA, M. A. *Apontamentos para a cronologia de Sérgio Buarque de Holanda* [1979]. In: HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil* – edição comemorativa 70 anos. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

MONTEIRO, P. M. (Org.) Mário de Andrade e Sérgio Buarque de Holanda: correspondência. São Paulo: Companhia das Letras, Instituto de Estudos Brasileiros, Edusp, 2012.

#### 1.1.5 Resenhas de *Raízes do Brasil* (1936-1938)

LEÃO, M. Registro Literário. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 7 nov., 1936. [Arquivo Central da Unicamp/Siarq – Fundo Sérgio Buarque de Holanda].

TEJO, L. *Raízes do Brasil*. *O Diário*. Santos-SP, 21 nov., 1936, s/p. [Arquivo Central da Unicamp/Siarq – Fundo Sérgio Buarque de Holanda].

A RUA. Rio de Janeiro, 31 out., 1936. [Arquivo Central da Unicamp/Siarq – Fundo Sérgio Buarque de Holanda].

MINAS GERAES. Belo Horizonte, 31 out., 1936. [Arquivo Central da Unicamp/Siarq – Fundo Sérgio Buarque de Holanda].

VASCONCELLOS, V. Raízes do Brasil. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 15 nov., 1936. [Arquivo Central da Unicamp/Siarq – Fundo Sérgio Buarque de Holanda].

BARROS, J. Raízes do Brasil. *Diário da Noite*. Rio de Janeiro, 23 nov., 1936, s/p. [Arquivo Central da Unicamp/Siarq – Fundo Sérgio Buarque de Holanda].

MENDES, O. A alma dos livros. *Folha de Minas*. Belo Horizonte, 17 jan. 1937 [Arquivo Central da Unicamp/Siarq – Fundo Sérgio Buarque de Holanda].

AMARAL, R. Raízes do Brasil. *Folha da Manhã*. São Paulo, 28 nov. 1936. [Arquivo Central da Unicamp/Siarq – Fundo Sérgio Buarque de Holanda].

MILLIET, S. Raízes do Brasil. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 18 nov., 1936, s/p. [Arquivo Central da Unicamp/Siarq – Fundo Sérgio Buarque de Holanda].

COTRIM NETO, A. Raízes do Brasil. *A Offensiva*, 3 fev., 1937. [Arquivo Central da Unicamp/Siarq – Fundo Sérgio Buarque de Holanda].

## 2. BIBLIOGRAFIA

ADORNO, T. O ensaio como forma. In: *Notas de literatura I*. São Paulo: Editora 34, 2003.

ANDRADE, M. O movimento modernista. In: *Aspectos da literatura brasileira*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1974.

\_\_\_\_\_. *O empalhador de passarinhos*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1955.

\_\_\_\_\_. *Inteligência fazendeira* [1929]. In: PRADO, P. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ARAÚJO, V.L.; MATA, S. R.; MOLLO, H. M.; VARELLA, F.F. *A Dinâmica do historicismo: revisitando a historiografia moderna*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.

ARAÚJO, V. L. *A Experiência do tempo: Conceitos e narrativas na Formação Nacional Brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Hucitec, 2008.

ARAÚJO, R. B. Deuses em miniatura. In: SOUZA, E.M.; MIRANDA, W.M (Orgs.) *Navegar é preciso, viver: escritos para Silviano Santiago*. Belo Horizonte, Salvador, Niterói: Ed. UFMG, EDUFBA, EDUFF, 1997.

ARON, R. *Dimensiones de la conciencia historica*. Madri: Tecnos, 1962.

ATHAYDE, T. *Retrato ou caricatura?* [1928]. In: PRADO, P. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ÁVILA, A. (Org.) *O modernismo*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

BARBOSA, F.A. *Raízes de Sérgio Buarque de Holanda*. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

\_\_\_\_\_. Verdes anos de Sérgio Buarque de Holanda: ensaio sobre sua formação intelectual. In: Sérgio Buarque de Holanda: vida e obra. São Paulo: Sec. da Cultura, USP, IEB, 1988, p. 27-54.

BENTIVOGLIO, J. “Apresentação”. In: DROYSEN, J.G. *Manual de teoria da história*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009, p. 7-26.

BERLIN, I. *Vico e Herder*. Brasília: UnB, 1982.

BETHELL, L. Política no Brasil: de eleições sem democracia a democracia sem cidadania. In: BETHEL, L. (Org.) *Brasil: Fardo do passado, promessa do futuro: dez ensaios sobre política e sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 9-43.

BLEICHER, J. *Hermenêutica contemporânea*. Lisboa: Edições 70, 1980.

BORNHEIM, G. A filosofia do Romantismo. In: GINSBURG, J. *O Romantismo*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

BRESCIANI, M. S. *O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil*. São Paulo: Unesp, 2005.

BUENO, L. *Uma história do romance de 30*. São Paulo: Edusp; Campinas: Ed. Unicamp, 2006.

CALIL, C. A. Um retrato implacável. In: PRADO, P. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CALVINO, I. *Por que ler os clássicos?* São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

CANDIDO, A. Sérgio em Berlim e depois – introdução. In: HOLANDA, S. B. *Raízes de Sérgio Buarque de Holanda*. Francisco Assis Barbosa (org.). Rio de Janeiro: Rocco, 1989, pp. 119-129.

\_\_\_\_\_. O significado de Raízes do Brasil. In: HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. 26ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

\_\_\_\_\_. A visão política de Sérgio Buarque de Holanda. In: CANDIDO, A. (Org.) *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 1998, p. 81-8.

\_\_\_\_\_. *Literatura e sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2010.

\_\_\_\_\_. A Revolução de 1930 e a Cultura. *Novos Estudos*, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 27-36, abr. 1984.

CARPEAUX, O. M. *A literatura alemã*. São Paulo: Editora Cultrix, 1964.

CARVALHO, M. V. C. *Raízes do Brasil, 1936: tradição, cultura e vida*. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, IFCH, 1997.

\_\_\_\_\_. *Outros lados: Sérgio Buarque de Holanda: crítica literária, história e política (1920-1940)*. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, IFCH, 2003.

CARVALHO, R.G. Hermenêutica e narrativa genética de Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil* (1936). *Revista de Teoria da História*. Ano 3, n. 7, jun/2012.

\_\_\_\_\_. Rememoração e monumentalização de Sérgio Buarque de Holanda. In: OLIVEIRA, D. (Org) *História & Audiovisual no Brasil do século XXI*. Curitiba: Juruá Editora, 2011, p. 76-87.

\_\_\_\_\_. A biografia entre o cinema e a história: modos tradicionais de narrar na memória de Sérgio Buarque de Holanda. *Revista Ágora* (UFES). Vitória, n. 13, 2011, p. 1-20.

CESA, C. Romantismo político. In: BOBBIO, N.; MATEUCCI, N.; PASQUINO, G. (Orgs.). *Dicionário de Política*. Brasília: Ed. UnB, 1994.

COHN, G. *Crítica e resignação: fundamentos da sociologia de Max Weber*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

COSTA, E. V. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

CROCE, B. *História: pensamento e ação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.

\_\_\_\_\_. *História como história da liberdade*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006.

DELACROIX, C.; GARCIA, P.; DOSSE, F. (Orgs.) *Historicités*. Paris: La Découverte, 2009.

DIAS, M.O.L.S. Sérgio Buarque de Holanda, historiador. In: HOLANDA, S.B. Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Ática, 1985 (Col. Grandes Cientistas Sociais, n. 51).

\_\_\_\_\_. Estilo e método na obra de Sérgio Buarque de Holanda. In: Sérgio Buarque de Holanda: Vida e Obra. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, Universidade de São Paulo, 1988.

\_\_\_\_\_. Negação das negações: modernismo e história na obra de Sérgio Buarque de Holanda. In: EUGÊNIO, J.K.; MONTEIRO, P.M. (orgs.) Sérgio Buarque de Holanda: Perspectivas. Campinas: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro: Eduerj, 2008, p. 317-348.

DILTHEY, W. A construção do mundo histórico nas ciências humanas. São Paulo: UNESP, 2010.

\_\_\_\_\_. *Concepciones del mundo*. Barcelona: Altaya, 1997.



\_\_\_\_\_. O surgimento da hermenêutica (1900). *Numen: revista de estudos e pesquisas da Religião*, Juiz de Fora, v.2, n.1, p. 11-32.

DOSSE, F. *A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

\_\_\_\_\_. *La marche des idées: histoire des intellectuelles, histoire intellectuel*. Paris: Éditions La Découverte, 2003.

\_\_\_\_\_. Da história das ideias à história intelectual. In: *História e Ciências Sociais*. Bauru, SP: Edusc, 2004.

\_\_\_\_\_. Reinhart Koselleck entre semantique historique et hermeneutique critique. In: DELACROIX, C.; GARCIA, P.; DOSSE, F. (Orgs.) *Historicités*. Paris: La Découverte, 2009.

DROYSEN, J. G. *Manual de Teoria da História*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

\_\_\_\_\_. Arte e método (1868). In: MARTINS, E.R. (Org). *A história pensada*. São Paulo: Contexto, 2010.

EUGÊNIO, J. K. O outro Ocidente: Sérgio Buarque de Holanda e a interpretação do Brasil. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, RJ, 1999.

\_\_\_\_\_. Ritmo espontâneo: o organicismo em Raízes do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2010.

FALCON, F.J.C. Historicismo: antigas e novas questões. *História Revista*, 7 (1/2): 24-54, jan./dez. 2002.

FERNANDES, F. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. São Paulo: Dominus, 1965.

FERREIRA, M. M.; PINTO, S.C. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. (orgs.) *O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excluyente: Da Proclamação da República à revolução de 1930: Livro I*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 388-415.

FRANZINI, F. A década de 1930, entre a memória e a história da historiografia brasileira. In: GONTIJO, R. et al (Orgs.) *Estudos de Historiografia Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 261-276.

FREYRE, G. Documentos Brasileiros. In: HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1936, p. V.

FREYRE, G. *Casa-grande & Senzala*: edição crítica. Coordenadores: Guillermo Giucci, Enrique Rodriguez Larreta e Edson Nery da Fonseca. Madri; Barcelona; La Habana; Lisboa; Paris; México; Buenos Aires; São Paulo; Lima; Guatemala; San José: ALLCA, XX, 2002.

GADAMER, H-G. *Verdade e Método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

GOETHE, J. W. *As afinidades eletivas*. São Paulo: Nova Alexandria, 1992.

\_\_\_\_\_. *Viagem à Itália (1786-1788)*. Tradução de Sérgio Tellaroli. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

GOLDFEDER, A.; WAIZBORT, L. Sobre os tipos em *Raízes do Brasil*. *Rev. Inst. Estud. Bras.*, n.49, São Paulo, set. 2009.

GOMES, A. C. *A República, a história e o IHGB*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

GOMEZ-HERAS, J. La hermenéutica de la vida en Dilthey. *Thémata*, nº 1, 1984, pp. 57-73.

GUERRA, A. Raízes modernistas de Sérgio Buarque de Holanda. *Revista de História*, n.1, p. 127-141, 1989.

GUINSBURG, J. Romantismo, historicismo e história. In: GUINSBURG, J. (Org.) *O Romantismo*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

GUIMARÃES, E.H.L. A modernidade brasileira reconta as tradições paulistas. In: EUGÊNIO, J. K.; MONTEIRO, P. M. (Orgs.) *Sérgio Buarque de Holanda: Perspectivas*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2008.

GUMBRECHT, H. U. Cascatas da modernidade. In: *Modernização dos sentidos*. São Paulo: Editora 34, 1998, p. 9-32.

\_\_\_\_\_. *Modernização dos sentidos*. São Paulo: Ed. 34, 1988.

\_\_\_\_\_. *Produção de presença: o que o sentido não consegue transmitir*. Rio de Janeiro: Ed. Puc-RJ; Contraponto, 2010.

HARDMAN, F. F. Antigos modernistas. In: NOVAES, Adauto (org.) *Tempo e História*. São Paulo: Companhia das Letras; Sec. Municipal de Cultura, 1992, p. 289-305.

\_\_\_\_\_. *Les regimes d'historicité*. Paris: Seuil, 2003.

HARTOG, F. Entrétien avec François Hartog. In: DELACROIX, C.; GARCIA, P.; DOSSE, F. (Orgs.) *Historicités*. Paris: La Découverte, 2009.

HERDER, J. G. Ideias para a Filosofia da História da Humanidade. In: GARDINER, P. (Org.) *Teorias da História*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1969.

HOBBSAWM, E. *A Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IGGERS, G. *The german concept of history: the national tradition of historical thought from Herder to the present*. Londres: Wesleyan University Press, 1988.

\_\_\_\_\_. “Introduction”. In: RANKE, L. *The theory and practice of history*. London, New York: Routledge, 2011.

IGLÉSIAS, F. Modernismo: uma reverificação da inteligência nacional. In: ÁVILA, A. (Org.) *O modernismo*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

KOSELLECK, R. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Ed.PUC-RJ/Contraponto, 2006.

\_\_\_\_\_. *Crítica e crise*. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora da UERJ, 1999.

\_\_\_\_\_. *Los extractos de tiempo: estudios sobre la historia*. Barcelona: Paidós Ibérica, 2001.

\_\_\_\_\_. *The practice of conceptual history: timing history, space concepts*. Califórnia: Stanford University Press, 2002.

KOSELLECK, R.; GADAMER, H-G. *Historia y hermeneutica*. Barcelona: Paidós, 1997.

LAFETÁ, J. L. *1930, a crítica e o modernismo*. São Paulo: Ed. 34, 2000.

LAMOUNIER, B. Sérgio Buarque os “grilhões do passado”. In: HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. Edição comemorativa 70 anos. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

LEITE, D. M. *O caráter nacional brasileiro*. São Paulo: Pioneira, 1969.

LEONEL, Maria Célia de Moraes. *Estética e modernismo*: revista trimensal. São Paulo: Hucitec; Brasília: INL; Fundação Nacional Pró-Memória, 1984, p. 171-180.

LÖWY, M.; SAYRE, R. *Romantismo e política*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

LÖWY, M. *Redenção e Utopia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

MACHADO, B.P. *Raízes do Brasil*: uma releitura. In: EUGÊNIO, J. K.; MONTEIRO, P. M. (Orgs.) *Sérgio Buarque de Holanda: Perspectivas*. Campinas, SP: Ed. Unicamp; RJ: Eduerj, 2008.

MARTINS, L. A *intelligentsia* em situação de mudança de referentes: da construção da nação à crise do Estado-nação. In: BETHELL, L. (Org.) *Brasil: Fardo do passado, promessa do futuro*: dez ensaios sobre política e sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 305-322.

MARTINS, E. R. *A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX*. São Paulo: Contexto, 2010.

\_\_\_\_\_. A historiografia alemã do século XX. In: MALERBA, J. ROJAS, C. A (Orgs.). *A historiografia contemporânea em perspectiva crítica*. Bauru, SP: Edusc, 2007.

\_\_\_\_\_. Historicismo: tese, legado, fragilidade. *História Revista*, 7 (1/2): 1-22, jan./dez. 2002.

\_\_\_\_\_. Historicismo: o útil e o desagradável. In: ARAUJO, V.L.; MATA, S. R.; MOLLO, H. M.; VARELLA, F.F. *A Dinâmica do historicismo*: revisitando a historiografia moderna. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008, p. 15-48.

MATA, S. Ranke reloaded: entre história da historiografia e história multiversal. *História da Historiografia*. Ouro Preto, n.6, mar. 2011.

MATA, S. Apresentação de Leopold von Ranke. In: MARTINS, E. R. *A história pensada*: teoria e método na historiografia do século XIX. São Paulo: Contexto, 2010, pp. 187-202.

MATOS, J. M. Cartas trocadas: Sérgio Buarque de Holanda e os bastidores da revista *Klaxon*. *Fênix*: revista de história e estudos culturais. v. 7, ano VII, n. 2, p. 1-15, ago. 2010.

MEINECKE, F. *El historicismo y su genesis*. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1987.

\_\_\_\_\_. *Cosmopolitanism & the Nacional State*. Princeton: Princeton University Press, 1970.

MERQUIOR, J. G. Na casa grande dos 80. In: *Gilberto Freyre na UnB*. Brasília, UnB, 1981.

MONTEIRO, P. M. (Org.) Mário de Andrade e Sérgio Buarque de Holanda: correspondência. São Paulo: Companhia das Letras, Instituto de Estudos Brasileiros, Edusp, 2012.

\_\_\_\_\_. *A queda do aventureiro*: aventura cordialidade e novos tempos em *Raízes do Brasil*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1999.

MORAES, E. J. *A brasilidade modernista*: sua dimensão filosófica. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

\_\_\_\_\_. Modernismo revisitado. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1988, p. 220-238.

MOTA, C. G. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. São Paulo: Ática, 1977.

NICODEMO, T. *Urduidura do vivido*: Visão do Paraíso e a obra de Sérgio Buarque nos anos 1950. São Paulo: Edusp, 2006.

\_\_\_\_\_. Alegoria Moderna: consciência histórica e figuração do passado na crítica literária de Sérgio Buarque de Holanda. Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH – Universidade de São Paulo (USP), 2010.

NICOLAZZI, F. *Um estilo de história*: a viagem, a memória, o ensaio. Sobre *Casa grande e senzala* e a representação do passado. São Paulo: Unesp, 2011.

\_\_\_\_\_. *Ordem do tempo e escrita da história*: considerações sobre o ensaio histórico no Brasil. Mimeo, 2008.

ORTEGA Y GASSET, J. *Sobre la razón histórica*. Alianza editorial, Madrid, 1996.

PALMER, R. *Hermenêutica*. Lisboa: Edições 70, 1969.

PAZ, O. *Os filhos do barro: do romantismo à vanguarda*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

PORTELLA, E. *O Ensaio*. Conferência na Academia Brasileira de Letras (ABL). Disponível em: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=4268&sid=531>. Acesso em: 20/12/2012.

PRADO, A. A. Raízes do Brasil e o modernismo. In: CÂNDIDO, A. *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo: Ed. Fund. Perseu Abramo, 1998, 71-80.

\_\_\_\_\_. *Itinerário de uma fase vanguarda: os dissidentes, a Semana de 22, e o Integralismo*. São Paulo: Ed. 34, 2010.

PRADO, E. *A ilusão americana*. São Paulo: IBRASA, 1980.

PRADO, P. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

PRADO JR., C. *Evolução política do Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1999.

RANCIÈRE, J. O conceito de anacronismo e a verdade do historiador. In: SALOMON, M (Org.). *História, verdade e tempo*. Chapecó, SC: Argos, 2011, p. 21-50.

REIS, J. C. Wilhelm Dilthey e a autonomia das ciências sócio-históricas. Londrina: Eduel, 2003.

\_\_\_\_\_. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a Fernando Henrique Cardoso*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

\_\_\_\_\_. Sobre a “compreensão” em História: Dilthey (1833-1911) versus (e vice-versa) Weber (1864-1920). In: ARAUJO, V. L... [et. al.] *A dinâmica do historicismo: revisitando a historiografia moderna*. Belo Horizonte: Argumentvm, 2008, p. 63-80.

RICOEUR, P. O perdão pode curar? In: HENRIQUES, F. (org.). *Paul Ricoeur e a Simbólica do Mal*. Porto, Edições Afrontamento, 2005.

\_\_\_\_\_. *Tempo e Narrativa*. Volume 1: A intriga e a narrativa histórica. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

\_\_\_\_\_. *Tempo e Narrativa*. Volume 3: o tempo narrado. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

ROCHA, J. C. C. O exílio como eixo. In: MONTEIRO, P.M.; EUGÊNIO, J. K. (Orgs.) *Sérgio Buarque de Holanda: Perspectivas*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2008, p.245-275.

\_\_\_\_\_. *Literatura e cordialidade: o público e o privado na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

RODRIGUES, J. H. *Filosofia e história*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

RODRIGUES, H. E. *Fronteiras da democracia em Sérgio Buarque de Holanda*. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo, FFLCH, 2003.

RÜSEN, J. *Razão histórica: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Trad. de Estevão de Rezende Martins. Brasília: UnB, 2001.

\_\_\_\_\_. *História Viva*. Teoria da História III: Formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: UnB, 2007.

\_\_\_\_\_; LAASS, H. (Orgs). *Humanism in intercultural perspective: experiences and expectations*. Piscataway, NJ: Transaction publishers, 2009.

\_\_\_\_\_. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. *História da Historiografia*, n. 2, mar., 2009, p. 163-209.

\_\_\_\_\_. Progresso: reflexões da didática da história sobre o caráter dúbio de uma categoria histórica. In: *Aprendizagem histórica: fundamentos e paradigmas*. Curitiba: W.A. Editores, 2012, p. 177-192.

\_\_\_\_\_. Iluminismo e historicismo: premissas históricas. In: RÜSEN, J. *Aprendizagem histórica: fundamentos e paradigmas*. Curitiba: W.A. Editores, 2012.

SAFRANSKI, R. *Romantismo: uma questão alemã*. São Paulo: Estação Liberdade, 2010.

SAID, E. *Humanismo e crítica democrática*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SALLUM Jr., B. Sobre a noção de democracia em *Raízes do Brasil*. In: MARRAS, S. (Org.) *Atualidade de Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo: Edusp/IEB, 2012, p. 51-61.

SANCHES, D. As escritas de (e sobre) *Raízes do Brasil*: possibilidades e desafios à história da historiografia. *História da Historiografia*. Ouro Preto (UFOP), n. 9, p. 201-221.

SCHLEIERMACHER, F. *Hermenêutica: arte e técnica da interpretação*. Bragança Paulista, SP: Ed. Universitária São Francisco, 2006.

SPITZER, L. *Linguística e historia literaria*. Madri: Editorial Gredos, 1974.

TODOROV, T. *Os inimigos íntimos da democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

VELLOSO, M. P. *O modernismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

\_\_\_\_\_. As modernas sensibilidades brasileiras. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [En Línea], Debates, 2006, Puesto em línea el 28 janvier 2006. URL: <http://nuevomundo.revues.org./Index1500.html>;

\_\_\_\_\_. et. al. (Orgs.) *O moderno em revistas: representações do Rio de Janeiro de 1890 a 1930*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

\_\_\_\_\_. *História & Modernismo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010 (Coleção História &... Reflexões, 14).

\_\_\_\_\_. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. (orgs.) *O Brasil Republicano: o tempo do nacional estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo: Livro II*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 145-179.

VENTURA, R. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil. 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VIANNA, O. *Populações Meridionais do Brasil*. Niterói, RJ: ed. UFF, 1987.

\_\_\_\_\_. Estudos sociológicos no Brasil. In: *Ensaio Inédito*. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 1991.

WAIZBORT, L. O mal-entendido da democracia – Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, 1936. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 26, n. 76, jul. 2011, p. 41-62.

WALERSTEIN, I. *O universalismo europeu: a retórica do poder*. São Paulo: Boitempo, 2007.

WEBER, M. A “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais. In: COHN, G. (Org.) *Max Weber: sociologia*. São Paulo: Editora Ática, 2003, p.79-127.

WEGNER, R. *A conquista do oeste: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

\_\_\_\_\_. Um ensaio entre o passado e o futuro. In: HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. Edição comemorativa 70 anos. Orgs. Ricardo Benzaquen de Araújo e Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

WEHLING, A. A invenção da história: estudos sobre o historicismo. Rio de Janeiro: Ed.Gama Filho; Niterói, Ed. UFF, 1994.

\_\_\_\_\_. Notas sobre a questão hermenêutica em Sérgio Buarque de Holanda. In: EUGÊNIO, J.K.; MONTEIRO, P. M. (Orgs). *Sérgio Buarque de Holanda: Perspectivas*. Campinas, SP: Ed. Unicamp; RJ: Eduerj, 2008, p. 387-396.